unesp
UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
Campus de Presidente Prudente
Departamento de Geografia

ISSN 1806-6755

Revista NERA

n. 33

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária

ESCRITAS DE OUVIDO: O MANEJO "SUSTENTADO" DE MADEIRA EM XAPURI/AC
Carlos Estevão Ferreira Castelo

O USO DOS RECURSOS NATURAIS DO CERRADO PARA PRODUÇÃO ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO ENTRE OS ÍNDIOS KRAHÔ
Katia Maria Pacheco dos Santos
Rafael José Navas da Silva

MANUTENÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR EM TERRITÓRIO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA APA PLANALTO DO TURVO/VALE DO RIBEIRA/SP
Katia Maria Pacheco dos Santos, Rafael José Navas da Silva, Adla Alves Alexandre, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

JOVENS FAXINALENSES NO ESTADO DO PARANÁ: A PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES EM SITUAÇÃO DE FRONTEIRA
Willian Simões
Jorge Ramón Montenegro Gómez

TRANSFORMAÇÕES TÉCNICAS NA AVICULTURA E OS SUJEITOS SOCIAIS NO TERRITÓRIO
Fernando Mendonça Heck

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE CAFEEIRA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA E AS NOVAS CONJUNTURAS SOCIOECONÔMICAS DAS ATIVIDADE EM ÂMBITO REGIONAL
Jéssica de Sousa Baldassarini
Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

AGRIBUSINESS IN BRAZIL: THE NARRATIVE DRIVES ON
Antonio Augusto Rossotto Ioris

A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE RONDONÓPOLIS-MT E SUA POLARIZAÇÃO NA ECONOMIA REGIONAL
Roberto de Souza Santos

A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO VALE DO SÃO FRANCISCO: SEMIFEUDALIDADE E CAPITALISMO BUROCRÁTICO NO CAMPO
Moises Diniz de Almeida,
Franciel Coelho Luz de Amorim e Flávio Pereira

CRISE ENERGÉTICA E AGRODIESEL: DETERMINAÇÕES GLOBAIS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO
Carlos Roberto da Silva Maia, Francisco Amaro Gomes de Alencar e Israel Rodrigues Bezerra

ACCESO A LA TIERRA, ACCIÓN COLECTIVA Y REFORMA AGRARIA EN EL URUGUAY
Pablo Díaz Estévez

Set./Dez.
2016

Revista NERA nº. 33

http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera

EDITORES

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman

NERA
Núcleo de Estudos,
Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária
Set/Dez de 2016

Revista NERA (RNERA) nº. 33

EDITORES

Estevan Leopoldo de Freitas Coca
Lorena Izá Pereira
Camila Ferracini Origuéla
Eduardo Paulon Girardi
Bernardo Mançano Fernandes
Wendy Wolford
Hannah Wittman

CORPO EDITORIAL

Lucas Pauli
Leandro Ribeiro Nieves
José Sobreiro Filho
Hellen Charlot Cristancho Garrido
Hellen Mesquita
Luis Felipe Rincón

CONSELHO CIENTÍFICO

Adolfo da Costa Oliveira Neto – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Adriano Rodrigues de Oliveira – UFG (Goiânia, GO, Brasil)
Ana Domínguez Sandoval – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Anderson Antônio da Silva – FATEC (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Bernardo Mançano Fernandes – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Camila Ferracini Origuéla - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Carlos Alberto Feliciano – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Clifford Andrew Welch – UNIFESP (São Paulo, SP, Brasil)
Djoni Roos – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Douglas Cristian Coelho – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
Eduardo Paulon Girardi – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Eliane Tomiasi Paulino – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Emilia de Rodat Fernandes Moreira – UFPB (João Pessoa, PB, Brasil)
Eraldo da Silva Ramos Filho – UFS (Aracaju, SE, Brasil)
Estevan Leopoldo de Freitas Coca – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Facundo Martín – UNCUYO, (Mendoza, Argentina)
Fernando Mendonça Heck – IFSP (Tupã, SP, Brasil)
Flavio Bladimir Rodríguez Muñoz – Universidad Externado de Colômbia (Bogotá, Cundinamarca, Colômbia)
Francilane Eulália de Souza – UEG (Formosa, GO, Brasil);
Francisco Hidalgo Flor – Universidad Central del Ecuador (Quito, Pichincha, Equador)
Gláucio Marafon – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
Hannah Wittman – UBC (Vancouver, British Columbia, Canadá)
Hellen Charlot Cristancho Garrido – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Hervé Théry – USP (São Paulo, SP, Brasil) e CNRS (França)
Humberto Tommasino – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Isaías Tobasura Acuña – Universidad de Caldas (Manizales, Caldas, Colômbia)
Jacob Binsztok – UFF (Niterói, RJ, Brasil)
Janaina Francisca de Souza Campos Vinha – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
João Cleps Júnior – UFU (Uberlândia, MG, Brasil)
João Edmilson Fabrini – UNIOESTE (Mal. Cândido Rondon, PR, Brasil)
João Márcio Mendes Pereira – UFRRJ (Seropédica, RJ, Brasil)
João Rua – UERJ (Rio de Janeiro, RJ, Brasil)
José Antonio Segrelles Serrano – Universidad de Alicante (Alicante, Espanha)
José Sobreiro Filho – UFPA (Belém, PA, Brasil)
Juliana Grasiéli Bueno Mota – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Julio Cesar Suzuki – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Juscelino Eudâmidas Bezerra – UPE (Petrolina, PE, Brasil)
Lorena Izá Pereira - UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Luciano Concheiro Borquez – UAM-X (Cidade do México, Distrito Federal, México)
Luis Daniel Hocsman - Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Luis Felipe Rincón Manrique – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Mara Edilara Batista de Oliveira – UFF (Angra dos Reis, RJ, Brasil)
Márcio Freitas Eduardo – UFFS (Erechim, RS, Brasil)
Margarida de Cássia Campos – UEL (Londrina, PR, Brasil)
Marta Beatriz Chiappe Hernández – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)
Matías Carámbula Pareja – UDELAR (Montevidéu, Uruguai)

Munir Jorge Felício – UNOESTE (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Neli Aparecida de Mello – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Nelson Rodrigo Pedon – IFSP (Birigui, SP, Brasil)
Noemia Ramos Vieira – UNESP (Marília, SP, Brasil)
Omar Angel Arach – Universidad Nacional de Córdoba (Córdoba, Argentina)
Onélia Carmem Rossetto – UFMT (Cuiabá, MT, Brasil)
Oscar Bazoberry Chali – UMSA (La Paz, Bolívia)
Raul Paz – UNSE (Santiago Del Estero, Argentina)
Ricardo Pires de Paula – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Roberto Aparecido Mancuzo Silva Junior– UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Rodrigo Simão Camacho – UFGD (Dourados, MS, Brasil)
Rosa Maria Vieira Medeiros – UFRGS (Porto Alegre, RS, Brasil)
Rosemeire Aparecida de Almeida – UFMS (Três Lagoas, MS, Brasil)
Samuel Frederico – UNESP (Rio Claro, SP, Brasil)
Tiago Egídio Avanço Cubas – UNESP (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Valéria de Marcos – USP (São Paulo, SP, Brasil)
Valmir José Valério (Presidente Prudente, SP, Brasil)
Víctor Martín Martín – Universidad de La Laguna (Espanha)
Virgínia Marina Rossi Rodriguez – UDELAR (Paysandú, Uruguai)
Wendy Wolford – Cornell University (Ithaca, New York, Estados Unidos da América)
Wilder Robles – University of Manitoba (Winnipeg, Canadá)

Revista NERA

Distribuída por

Indexada por

Ficha Catalográfica

Revista NERA. A.1, n. 1, 1998. Presidente Prudente: Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – FCT/UNESP.

1998 – ano 1, nº. 1, nº. 2
1999 – interrompida
2000 – ano 3, nº. 3
2001 – interrompida
2002 – interrompida
2003 – interrompida
2004 – ano 7, nº. 4
2004 – ano 7, nº. 5
2005 – ano 8, nº. 6
2005 – ano 8, nº. 7
2006 – ano 9, nº. 8
2006 – ano 9, nº. 9
2007 – ano 10, nº. 10
2007 – ano 10, nº. 11
2008 – ano 11, nº. 12
2008 – ano 11, nº. 13
2009 – ano 12, nº. 14
2009 – ano 12, n°. 15
2010 – ano 13, nº. 16
2010 – ano 13, nº. 17
2011 – ano 14, nº. 18
2011 – ano 14, nº. 19
2012 – ano 15, nº. 20
2012 – ano 15, Edição Especial
2012 – ano 15, nº. 21
2013 – ano 16, nº. 22
2013 – ano 16, nº. 23
2014 – ano 17, nº. 24
2014 – ano 17, nº. 25
2015 – ano 18, nº 26, Edição Especial
2015 – ano 18, nº 27
2015 – ano 18, nº 28, Edição Especial
2015 – ano 18, nº 29
2016 – ano 19, nº 30
2016 – ano 19, nº31
2016 – ano 19, nº32, Edição Especial
2016 – ano 19, nº33

Quadrimestral
ISSN 1806-6755

1. Geografia - Periódicos - Grupo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - FCT/Unesp

ENDEREÇO

Rua Roberto Simonsen, 305, Centro Educacional, 19.060-900, Presidente Prudente, São Paulo, Brasil
FCT/UNESP – Bloco Docente I – Sala 19
Fone: (18) 3229-5388 – Ramal: 5552
Site: http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera - e-mail: revistanera@fct.unesp.br

Sumário

08

APRESENTAÇÃO

PRESENTACIÓN

PRESENTATION

Lorena Izá Pereira

12

ESCRITAS DE OUVIDO: O MANEJO "SUSTENTADO" DE MADEIRA EM XAPURI/AC

WRITING HEARING PEOPLE: THE MANAGEMENT "SUSTAINABLE" WOOD IN XAPURI/AC

ESCRITO POR EL OÍDO: LA MADERA GESTIÓN "SOSTENIBLE" EN XAPURI/AC

Carlos Estevão Ferreira Castelo

30

O USO DOS RECURSOS NATURAIS DO CERRADO PARA PRODUÇÃO ARTESANAL: UM ESTUDO DE CASO ENTRE OS ÍNDIOS KRAHÔ

THE USE OF NATURAL RESOURCES OF THE CERRADO CRAFT PRODUCTION: A CASE STUDY AMONG INDIANS KRAHÔ

EL USO DE LOS RECURSOS NATURALES DEL CERRADO PARA LA PRODUCCIÓN ARTESANAL: UN ESTUDIO DE CASO ENTRE LOS INDIOS KRAHÔ

Katia Maria Pacheco dos Santos e Rafael José Navas da Silva

47

MANUTENÇÃO DO SISTEMA AGROALIMENTAR EM TERRITÓRIO DE CONSERVAÇÃO AMBIENTAL: O CASO DA APA PLANALTO DO TURVO/VALE DO RIBEIRA/SP

MAINTENANCE OF THE FOOD SYSTEM ON THE TERRITORY OF ENVIRONMENTAL CONSERVATION: THE CASE OF THE APA PLANALTO DO TURVO/VALE DO RIBEIRA/SP

MANTENIMIENTO DEL SISTEMA ALIMENTARIO EN EL TERRITORIO DE CONSERVACIÓN AMBIENTAL: EL CASO DE LA APA PLANALTO DO TURVO/VALE DO RIBEIRA/SP

Katia Maria Pacheco dos Santos, Rafael José Navas da Silva, Adla Alves Alexandre, Andrea Yumi Sugishita Kanikadan e Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello

63

JOVENS FAXINALENSES NO ESTADO DO PARANÁ: A PRODUÇÃO DAS TERRITORIALIDADES EM SITUAÇÃO DE FRONTEIRA

YOUNG FAXINALENSES IN THE STATE OF PARANA: THE PRODUCTION OF TERRITORIALITY IN BORDER SITUATION

JÓVENES FAXINALENSES EN EL ESTADO DEL PARANÁ: LA PRODUCCIÓN DE TERRITORIALIDADES EN SITUACIÓN DE FRONTERA

Willian Simões e Jorge Ramón Montenegro Gómez

98

TRANSFORMAÇÕES TÉCNICAS NA AVICULTURA E OS SUJEITOS SOCIAIS NO TERRITÓRIO

TECHNICAL TRANSFORMATION IN POULTRY FARMING AND SOCIAL SUBJECTS IN THE TERRITORY

TRANSFORMACIONES TÉCNICAS EN LA AVICULTURA Y LOS SUJETOS SOCIALES EN EL TERRITORIO

Fernando Mendonça Heck

119

A IMPORTÂNCIA DA ATIVIDADE CAFEEIRA NO MUNICÍPIO DE MARÍLIA E ASNOVAS CONJUNTURAS SOCIOECONÔMICAS DAS ATIVIDADE EM ÂMBITO REGIONAL

THE IMPORTANCE OF COFFEE ACTIVITY AT MARÍLIA CITY AND NEW SOCIOECONOMIC SITUATIONS OF THIS ACTIVITY IN REGIONAL LEVEL

LA IMPORTANCIA DE LA ACTIVIDAD DEL CAFÉ EN EL MUNICIPIO DE MARÍLIA Y LAS NUEVAS COYUNTURAS SOCIOECONÓMICAS DE LA ACTIVIDAD EN ÁMBITO REGIONAL

Jéssica de Sousa Baldassarini e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol

139

AGRIBUSINESS IN BRAZIL: THE NARRATIVE DRIVES ON

AGRONEGÓCIO NO BRASIL: A NARRATIVA QUE CONDUZ

AGRONEGOCIO EN BRASIL: LA NARRATIVA QUE CONDUCE

Antonio Augusto Rossotto Ioris

155

A MICRORREGIÃO GEOGRÁFICA DE RONDONÓPOLIS-MT E SUA POLARIZAÇÃO NA ECONOMIA REGIONAL

THE MICROREGION GEOGRAPHIC OF RONDONÓPOLIS-MT AND YOUR ECONOMIC POLARIZATION REGIONAL

LA MICROREGIÓN DE RONDONÓPOLIS-MT Y SU SESGO EN LA ECONOMÍA REGIONAL

Roberto de Souza Santos

181

A POLÍTICA DE REFORMA AGRÁRIA NO VALE DO SÃO FRANCISCO: SEMIFEUDALIDADE E CAPITALISMO BUROCRÁTICO NO CAMPO

AGRARIAN REFORM POLICY IN THE SÃO FRANCISCO VALLEY: SEMI-FEUDALISM AND BUREAUCRATIC CAPITALISM IN THE FIELD

LA POLÍTICA DE REFORMA AGRARIA EN EL VALE DEL SÃO FRANCISCO: SEMIFEUDALIDAD Y CAPITALISMO BUROCRÁTICO EN EL CAMPO

Moises Diniz de Almeida, Franciel Coelho Luz de Amorim e Flávio Pereira

CRISE ENERGÉTICA E AGRODIESEL: DETERMINAÇÕES GLOBAIS DA PRODUÇÃO CAPITALISTA DO ESPAÇO AGRÁRIO BRASILEIRO

206 ENERGY CRISIS AND AGROFUEL: GLOBAL DETERMINATIONS OF CAPITALIST PRODUCTION IN THE BRAZILIAN AGRARIAN SPACE

CRISIS ENERGÉTICA Y AGRODIESEL: DETERMINACIONES GLOBALES DE PRODUCCIÓN CAPITALISTA EN EL ESPACIO AGRARIO BRASILEÑO

Carlos Roberto da Silva Maia, Francisco Amaro Gomes de Alencar e Israel Rodrigues Bezerra

ACCESO A LA TIERRA, ACCIÓN COLECTIVA Y REFORMA AGRARIA EN EL URUGUAY

234 ACCESS TO LAND, COLLECTIVE ACTION AND AGRARIAN REFORM IN URUGUAY

ACESSO À TERRA, AÇÃO COLETIVA E REFORMA AGRÁRIA NO URUGUAI

Pablo Díaz Estévez

COMPÊNDIO DE AUTORES

255 COMPENDIO AUTORES

COMPENDIUM AUTHORS

COMPÊNDIO DE EDIÇÕES

273 COMPENDIO EDICIONES

COMPENDIUM EDITIONS

Apresentação

A trigésima terceira edição especial da Revista NERA nos contempla com onze artigos relacionados com as mais diferentes temáticas, englobando a questão agrária e o desenvolvimento territorial, evidenciando assim a multidimensionalidade do território. Em especial, os artigos dessa edição perpassam os temas de comunidades tradicionais, sobretudo, relacionados com o manejo de recursos naturais e conservação da natureza; transformações no território geradas pelo capital e políticas de reforma agrária. Estes artigos mostram que a Revista NERA se destaca nas discussões acerca da questão agrária em diversas escalas e em diversos territórios, evidenciando as diferentes territorialidades não apenas no Brasil, mas sim como em todo o mundo e também demonstra as preocupações da comunidade acadêmica em relação a apropriação do território pelo capital e seus impactos no local, regional, nacional e global, como é possível observar neste número.

O primeiro artigo desta edição intitulado “Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC”, de autoria de Carlos Estevão Ferreira Castelo, explora a problemática do *manejo sustentado de madeira* o arte do *desenvolvimento sustentável* no município de Xarupi, localizado no sudeste do estado do Acre. O modelo de desenvolvimento sustentável foi adotado pelo governo acreano a partir dos anos 2000 e está relacionado com a necessidade de se adequar às exigências dos organismos internacionais de financiamento, como Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID). A autor traz para o debate um rico arcenal de entrevistas de sujeitos sociais – *seringueiros* - impactados com as políticas públicas do desenvolvimento sustentado no município.

No artigo com o título “O uso dos recursos naturais do cerrado para a produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô”, os autores Katia Maria Pacheco dos Santos e Rafael José Navas da Silva tem como objetivo identificar o uso dos recursos naturais do cerrado para a elaboração de artesanatos e a sua relação com a cultura dos índios Krahô, que pertencem ao tronco linguístico Macro Jê e localizados no norte do estado do Tocantins. Os autores expressam que existem diferentes matérias-primas do cerrado com função de produção de artesanato, mostrando o conhecimento destes índios, contudo, a expressão artesanal é possível de ser manipulada como forma de produção de capital, assumindo um papel que não é cultural, evidenciando a apropriação do território imaterial pelo capital. Contudo, Santos e Silva mostram as resistências dos índios Krahô para a manutenção de sua cultura.

O artigo intitulado “A manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso do APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP”, os autores Katia Maria Pacheco dos Santos, Rafael José Naves da Silva, Adla Alves Alexandre, Andrea

Yumi Sugishita Kanikadan e Maria Elisa Paula Eduardo Garavello abordam a relação entre o modo de vida e a segurança alimentar na Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto do Turvo, no Vale do Ribeira, no sul do estado de São Paulo. Os resultados obtido pelos autores evidenciam que a produção agroalimentar local contribui para a manutenção de uma dieta alimentar diversificada, resultando na manutenção da segurança alimentar das unidades familiares, ou seja, contribui para a soberania alimentar dessa população que relaciona a conservação ambiental com a produção de alimentos, contrapondo a subordinação imposta pelo regime alimentar corporativo.

Os autores Willian Simões e Jorge Ramón Montenegro Gómez em seu artigo "Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira" apresentam uma diversidade de reflexões afirmando que a juventude rural faxinalense vem produzindo suas territorialidades em situação de fronteira. Segundo os autores, as estas territorialidades são permeadas pela produção de invisibilidade no campo político das políticas públicas, em particular as Políticas Públicas de Juventude e a precarização de seus territórios de vida. Simões e Gómez utilizam uma densa e interessante metodologia de pesquisa qualitativa com observação participante com aproximadamente 70 jovens faxinalenses. Assim, o artigo realiza um ótimo diálogo entre teoria e empiria.

No artigo intitulado "Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território", o autor Fernando Mendonça Heck analisando a realidade do Oeste do estado do Paraná aborda o conceito de pequeno produtor e a tecnificação do campo, sobretudo no que se refere as transformações técnicas na avicultura e os impactos nas relações camponesas, tanto na subordinação através da substituição das relações camponesas de 'economia natural' pelo trabalho assalariado, como nas resistências, uma vez que segundo a pesquisa do autor as práticas baseadas em um modo de vida camponês não foram extintas, evidenciando a reprodução do campesinato. Por fim, o autor evidencia com o seu trabalho que a heterogeneidade do sujeito social avicultor através das diferentes relações de propriedade, trabalho e resistências.

O artigo com o título "A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional", de autoria de Jéssica de Sousa Baldassarini e Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol aborda a relação histórica entre a atividade cafeeira e desenvolvimento do município de Marília, no interior de São Paulo. As autoras se dedicam a dinâmica econômica e socioespacial gerada por esta atividade tanto em Marília como em uma escala regional. A atividade cafeeira foi responsável pelo estabelecimento de muitos núcleos urbanos no estado de São Paulo e em Marília não foi diferente. Contudo, Baldassarini e Hespanhol mostram que atualmente há uma transformação de papéis, uma vez que a produção de café se concentra nos municípios do entorno e a estrutura necessária para o desenvolvimento da mesma atividade se estabelece

no município de Marília.

Inaugurando a discussão a respeito do estado do Mato Grosso, o autor Antonio Augusto Rossotto Ioris nos contempla com o artigo intitulado “Agribusiness in Brazil: the narrative drives on”, onde expõe através da análise qualitativa a renovação da agricultura em escala industrial no Brasil, especialmente na fronteira agrícola em expansão para a produção de soja no estado do Mato Grosso, região Centro-Oeste do Brasil. Ioris enfatiza construções ideológicas, tensões dissimuladas e intervenções do aparelho de Estado, não excluindo as contradições destes processos, como a não realização da reforma agrária, insegurança alimentar e excluso social.

Roberto de Souza Santos em seu artigo “A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e a sua polarização na economia regional” tem como objetivo a analisar os impactos do processo de modernização e reorganização espacial do espaço agrário no fortalecimento da economia da Microrregião Geográfica de Rondonópolis, região do agronegócio e localizada no estado do Mato Grosso. O artigo busca verificar os impactos do processo de modernização agropecuária no espaço regional; identificando as contribuições dos agentes econômicos do agronegócio, juntamente com o Estado, configurando a aliança entre poder econômico e poder político em uma escala regional. Neste ponto é interessante destacar que um dos maiores produtores agropecuários da região abordada é Blairo Maggi, atual ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, evidenciando ainda mais essa articulação entre poder político e econômico.

No artigo “A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo”, Moises Diniz de Almeida, Franciel Coelhor Luz de Amorim e Flávio Pereira analisam a política pública de reforma agrária na região do Submédio do São Francisco, que engloba municípios dos estados da Bahia e Pernambuco, e os seus impactos na estrutura fundiária regional. Os autores ressaltam como o capitalismo burocrático delineia as relações de produção na agricultura irrigada, que é forte na região e como a política de reforma agrária não solucionou o problema do campesinato da região e sim impulsionou o agronegócio na região do Submédio do São Francisco.

O artigo “Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro”, de autoria de Carlos Roberto da Silva Maia, Francisco Amaro Gomes de Alencar e Israel Rodrigues Bezerra, aborda de forma interessante os fundamentos geográficos e econômicos da expansão agroenergética diante a um contexto de crise energética que ocorre em escala global e que impulsiona diferentes processos no espaço rural, sobretudo o latino americano. Maia, Alencar e Bezerra destacam a necessidade de considerar esta crise como estrutural, ou seja, como um estrangulamento energético. Como exemplo os autores tratam acerca da instituição do Programa Nacional de Produção e

uso do Biodiesel (PNPB), criado em 2004, como forma de combate das desigualdades regionais.

Finalizando este número, Pablo Díaz Estévez, através do artigo “Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay”, explora a relação política de acesso à terra e a ação coletiva no Uruguai no período de 2005-2015, momento na história em que o país foi governado por um partido político de centro-esquerda. A hipótese do autor é a existência de condicionamento duplo, tanto das novas oportunidades políticas para a iniciativa social, como da ação coletiva para a geração de respostas políticas às reivindicações.

Todos os artigos possuem contribuições extraordinárias, pois realizam um diálogo entre teoria e prática, nos proporcionam muitas informações empíricas fazendo diversos sujeitos serem ouvidos e contribuindo para a compreensão da heterogeneidade dos sujeitos sociais, da questão agrária em diferentes escalas e das formas de resistências encontrada por estes sujeitos diante ao avanço do capitalismo no campo.

Desejo a todos uma boa leitura!

Lorena Izá Pereira
Editora da Revista NERA

Escritas de ouvido: o manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC[1]

Carlos Estevão Ferreira Castelo
Doutor pelo Programa de Pós Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP)
Pesquisador do Grupo História e Cultura, Linguagem, Identidade e Memória (GPHCLIM/UFAC/CNPq)
Professor Associado 2 do Centro de Ciências Jurídicas e Sociais Aplicadas da Universidade Federal do Acre (CCJSA/UFAC)
e-mail: xapuriense@ufac.br

Resumo

Nesse texto o objetivo é analisar a problemática do “manejo sustentado de madeira” em Xapuri/AC, atividade econômica que foi privilegiada pelo grupo político que assumiu o governo acreano em 1999. Para realizar as argumentações, utilizou-se parte de histórias de vida de seringueiros que vivem em duas áreas “protegidas” no município do Acre que se tornou símbolo do “ambientalismo” (Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e Reserva Extrativista Chico Mendes). O artigo é resultado de uma pesquisa de maior fôlego desenvolvida durante o processo de doutoramento em História Social na Universidade de São Paulo – USP. Uma experiência de História Oral com seringueiros que buscou colocar em evidência os impactos provocados por processos de “modernidade” (ou “modernização”) nos seus de modos de viver, no período de 1988 a 2012.

Palavras-Chaves: Seringueiros; manejo de madeira; governo da floresta; desenvolvimento sustentável; modos de vida.

Writing hearing people: the management "sustainable" wood in Xapuri/AC

Abstract

In this text the objective is to analyze the issue of "sustainable management of wood" in Xapuri/AC, privileged economic activity by political group that came to rule the state of Acre in 1999. To achieve the arguments, we used part of life stories of rubber tappers living in two areas "protected" in the Acre municipality that became symbol of "environmentalism" (Project Agroextrativista Chico Mendes and Extractive Reserve Chico Mendes). The article is the result of a longer-term research, developed during the PhD process in Social History at the University of São Paulo - USP. An Oral History of experience with Acre rubber tappers who sought to highlight the impacts caused by processes of "modernity" (or "modernization") in their ways of living in the period 1988-2012.

Keywords: Rubber tappers; timber management; government of the forest; sustainable development; lifestyles.

Escrito por el oído: la madera gestión "sostenible" en Xapuri/AC

Resumen

1 O artigo faz parte dos resultados de pesquisa de doutorado (financiada pela CAPES através de bolsa) desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP).

En este texto, el objetivo es analizar la cuestión de la "gestión sostenible de la madera" en Xapuri/AC, la actividad económica que ha sido privilegiada por el grupo político que se hizo cargo del gobierno de Acre en 1999. Para llevar a cabo los argumentos, se utilizó parte de las historias de vida de caucheros que viven en dos áreas "protegidas" en el municipio de Acre que se convirtió en símbolo de "ambientalismo" (Proyecto Agroextrativista Chico Mendes y Chico Mendes Reserva de Extracción). El artículo es el resultado de un mayor alcance de la investigación desarrollada durante el proceso de doctorado en Historia Social en la Universidad de Sao Paulo - USP. Una Historia Oral de la experiencia con los recolectores de caucho que trataron de poner de relieve los impactos de los procesos "modernas" (o "modernización") en sus formas de vida en el período 1988-2012.

Palabras clave: Los caucheros; gestión de la madera; gobierno de la selva; desarrollo sostenible; estilos de vida.

Introdução

Desde o final da década de 1960 (com destaque maior em meados dos anos de 1980), o debate e as preocupações com as questões “ambientais” estão presentes nas academias e tribunas brasileiras. No caso do Estado do Acre, apesar das discussões terem iniciado nos anos de 1970, só foram intensificadas na década de 1990. Notadamente no ano de 1999, após a chegada ao governo acreano de um grupo político liderado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) que se autointitulou “Governo da Floresta” (ou “da Florestania”).

Sobre a introdução da "florestania" como projeto de governo, Porfirio da Silva (2009) observa que quando a "Frente Popular do Acre" assumiu os destinos do Estado, o mesmo possuía sérias restrições de financiamento interno. Então, na busca dos recursos necessários para viabilizar investimentos prometidos em campanha, passaram a assimilar um discurso (muito forte nas instituições multilaterais de crédito do exterior) que adjetivava o desenvolvimento (“desenvolvimento sustentável”).

Segundo Maia (2009), concordando com o pensamento de Porfírio da Silva (2009), a adoção do “desenvolvimento sustentável” pelo “Governo da Floresta” acreano relacionou-se fortemente com a necessidade de se adequar às exigências dos organismos internacionais de financiamento. Portanto, não teria sido por acaso que a maioria das inversões realizados na região, a partir dos anos de 2000, tenha sido financiada por organizações como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Internacional para a Reconstrução do Desenvolvimento (BIRD), entre outras instituições de crédito internacionais (e também nacionais, como o BNDES). Tudo realizado com o expressivo apoio de organizações não governamentais ambientalistas (ONG´s), dentro de um contexto político específico da economia global, “[...] caracterizado pelo crescimento do capital transnacional garantido por novas formas de produção introduzidas pela globalização do mercado” (DE ANTONI, 2010, p. 301).

Esse alinhamento do discurso oficial acreano com o das grandes agências, bancos, e ONG´s internacionais, para muitos significou que as preocupações com o ambiente e com a conservação da floresta (no sentido de uso da natureza não humana respeitando seus limites) se transformaria, a partir de então, em ações concretas, e corretas, de Governo. Para outros, como Paula (2003), iniciava-se nas "terras do aquiry" um processo perverso de intensificação da "mercantilização da natureza".

A partir de então, o "Governo da Floresta" passou a disseminar a ideia que a única possibilidade de preservar os recursos biológicos das florestas seria utilizando-os comercialmente. Em outros termos, incluí-los em processos produtivos. Se não fosse assim, correríamos um sério risco de perdê-los (estratégia do "*use-o ou perca-o*"). Usar de forma racional e "inteligente". Entretanto, na visão de Schmidlehner (2012, p.30), o que aconteceu, na verdade, foi que o Governo passou "[...] a oferecer o Acre para as grandes agências e bancos como laboratório e vitrine do desenvolvimento sustentável".

Isto posto, informa-se que a proposta nesse artigo é analisar a problemática do "manejo sustentado de madeira" no município de Xapuri/AC (atividade econômica privilegiada pelo "desenvolvimento sustentável" do "Governo da Floresta" nos seus primeiros anos. Para realizar as argumentações, utilizou-se parte de histórias de vida consedidas por seringueiros que vivem em duas áreas "protegidas" (Projeto de Assentamento Agroextrativista Chico Mendes e Reserva Extrativista Chico Mendes)[2] no município acreano que se tornou simbolo do "ambientalismo". Deve-se informar, ainda, que o artigo é resultado de uma pesquisa de maior fôlego, desenvolvida durante o processo de doutoramento em História Social na Universidade de São Paulo – USP. Uma experiência de História Oral com seringueiros que buscou colocar em evidência os impactos provocados por processos de "modernidade" (ou "modernização") nos seus de modos de viver na floresta, no período de 1988 a 2012.

Um contexto importante: o Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7)

Para Palza Silva (2012), desde o Governo de Geraldo Mesquita (1975-1979), sucessor imediato de Wanderley Dantas (governador que propagandeou as terras acreanas como "férteis e baratas", no centro sul, na década de 1970), a questão dos desmatamentos e dos problemas ao meio ambiente acreano passaram a despertar preocupações em âmbito nacional e internacional. Entretanto, para a mesma autora, esses receios não conseguiram

2 No total foram coletados 27 relatos de seringueiros nos dois locais pesquisados. Para tanto, utilizou-se as estratégias de História Oral propostas por Bom Meihy (1996).

se transformar em “políticas de governo”, até porque, não era uma questão frequente no codídiano da maioria dos acreanos.

Na gestão do Governador Flaviano Melo (PMDB), iniciada em 1987, a problemática ambiental começou a aparecer no dia a dia dos acreanos de forma mais intensa, principalmente por conta da liberação de recursos para o asfaltamento da BR-364, no trecho Porto Velho (RO) - Rio Branco (AC). Entretanto, deve-se marcar que isso ocorreu devido à atuação do líder seringueiro Chico Mendes que, nesse período, junto com seus companheiros, também seringueiros, participavam de “empates”[3] e denunciavam fortemente os desmatamentos provocados pela expansão da frente agropecuária na Amazônia. Nessa luta, a proposta das reservas extrativistas (considerada por muitos como a “reforma agrária dos seringueiros”) era costumeiramente apontada como uma alternativa diferente para o desenvolvimento da região.

Após o assassinato de Chico Mendes, em 1988, houve uma intensificação da chamada “onda verde” nas terras acreanas. Intensificação relacionada com a atuação das agências e organizações não governamentais que, inclusive, no caso do Acre, passaram a exercer fortes influências e, inclusive, a pautar os movimentos sociais (principalmente o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR e o Conselho Nacional dos Seringueiros - CNS). Nesse processo merece destaque a atuação do Banco Mundial, que atuou de forma forte e decisiva como uma espécie de núcleo estruturante de uma nova forma de disciplinamento do território. Não só no Acre, como em toda a Amazônia Brasileira.

O Banco Mundial já havia efetivado intervenções importantes na Amazônia através do Programa de Desenvolvimento da Região Noroeste (POLONOROESTE) e do Programa Grande Carajás - PGC (DE ANTONI, 2010), entretanto, havia se retirado temporariamente (referência à suspensão de alguns financiamentos motivados por críticas de “ambientalistas”). No início década de 1990, o Banco volta novamente suas atenções para a região (e com eles todos seus parceiros ocidentais). Agora, com um discurso que (re)considerava a importância do ambiente e das populações locais na implementação das políticas que recomendava. Observa-se que nesse mesmo tempo, a ideologia da globalização começava a dominar fortemente a cena internacional.

Em 1990 lança-se uma iniciativa denominada Programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7). Um programa concebido na cúpula do G-7, em Huston, cujos formuladores buscavam demostrar certa determinação dos ditos “industrializados” na eliminação da destruição das florestas tropicais, respeitando a

3 Na linguagem local “empate” era sinônimo de impedir. No caso, empatavam a derrubada e a queima da floresta. Através dessas manifestações coletivas e solidárias, os seringueiros impediram muitos fazendeiros de transformarem as florestas do Acre em pastos para seus bois.

soberania nacional dos países “em desenvolvimento” que possuíssem grande biodiversidade (segundo o discurso apresentado pelos agentes da época).

Esse suposto forte compromisso em favor das florestas, na visão de De Antoni (2010, p. 304), “[...] era inspirado e projetado dentro do quadro político-econômico dominante”. Ou seja, a saída apresentada baseava-se na “economia de mercado”. Saída que constituir-se-ia, segundo o que se anunciava, na melhor solução para o problema da destruição do ambiente e, também, para sua conservação. Na verdade, uma proposta que apenas tentava dar outra “coloração” para um conjunto de ações que na Amazônia (e no Acre), desde o pós-segunda guerra, marcaram profundamente o modo de vida constituído.

Nas recomendações do G7, não se considerava (ou se considerava apenas no discurso), que a preservação e/ou conservação da biodiversidade poderiam também ser possíveis através de formas alternativas ao quadro político-econômico dominante. Formas alternativas e com uma verdadeira valorização dos conhecimentos dos camponeses, seringueiros e indígenas. Conhecimentos que, “[...] paradoxalmente, se encontram ameaçadas pela intervenção crescente da ciência moderna” (SANTOS & MENESES, 2009, p. 49).

O PPG-7 iniciou sua operacionalização no Brasil em 1994. Teve uma primeira fase concluída em 1999, mas continuou atuando até 2009 (DE ANTONI, 2010). No bojo das diversas propostas apresentadas é possível encontrar iniciativas como a disponibilização de financiamentos dirigidos para a região Amazônica. Exatamente para aproveitar essas “ofertas de liquidez”, como já anunciado no início, foi que o “Governo da Floresta” harmonizou sua política com a dos organismos internacionais. Assim, o Banco Mundial, o BID (e consequentemente o G-7) passaram a conduzir e a disciplinar, de forma mais intensa, as maneiras de exploração e uso do território acreano através da influência e dos financiamentos das politicas públicas estaduais. Tudo regido pela “batuta” da economia de mercado.

Conforme salientou Teixeira da Silva (2011, p. 228) o Brasil configurava-se (e ainda configura-se) “[...] como uma das maiores potências ambientais do planeta, concentrando um banco genético estratégico pela sua biodiversidade, notadamente pelas suas extensas florestas tropicais localizadas na Amazônia”. Dessa forma, seria até ingenuidade acreditar que iniciativas como a do PPG-7 trataram-se, apenas, de um gesto altruísta dos “desenvolvidos” em favor dos “em desenvolvimento”.

No caso do Acre, portanto, é possível afirmar, concordando com Paula (2003), que intensificou-se a partir dos anos 2000 o processo de “mercantilização da natureza”. Não significando dizer com isso que, antes, a Amazônia não era (ou havia sido) mercantilizada. Até porque, desde os momentos iniciais de expansão do modo capitalista de produção se privatizava a terra e mercantilizam-se os “bens naturais”. Entende-se que o que Paula

(2003) chama de “mercantilização” refere-se a um processo mais acelerado que leva ao limite a exploração para fins mercadológicos dos chamados “bens naturais”. Inclusive os bens imateriais como o conhecimento via patentes.

O primeiro contrato de empréstimo entre o “Governo da Florestania” e o BID (1399/OC-BR) foi assinado para implantação do ‘‘Programa de Desenvolvimento Sustentável do Acre – PDSA”. O valor foi de 108 milhões de dólares, dos quais 64,8 milhões do BID e 43,2 milhões de contrapartida local.

A chegada do manejo “sustentado” de madeira em Xapuri/AC

A extração madeireira em áreas protegidas e com presença de seringueiros sempre foi problemática desde as primeiras experiências no caso do Estado do Acre. Nesse campo, os projetos iniciais (ditos experimentais e utilizando técnicas de baixo impacto ou impacto reduzido - EIR) ocorreram no PAE Porto Dias e no PAE São Luiz do Remanso, sob a supervisão do Centro de Trabalhadores da Amazônia (CTA). Mesmo sofrendo críticas, as experiências de manejo madeireiro ou do “Manejo Familiar Comunitário - MFC”, chegaram à região de Xapuri no ano de 1999 na lógica discursiva do “use-o ou perca-o”, inicialmente no PAE Cachoeira (SCHMINK et. al. 2007).

Vale destacar que nos anos que se seguiram à morte de Chico Mendes (de 1988 até os anos finais da década de 1990) os preços dos produtos extrativistas na região de Xapuri/AC apresentavam significativas desvalorizações. Uma conjuntura que havia levado muitos seringueiros a migrarem para as cidades. Os que haviam ficado no “mato”, procuravam a todo custo aumentar as alternativas não extrativistas de sobrevivência (fazer o que era possível fazer - criar gado, inclusive). A vida, a cada dia, tornava-se mais difícil.

Chegando ao poder executivo, o “Governo da Floresta” rapidamente começou a massificar a ideia de que seria o “continuador dos ideais de Chico Mendes”. E com o apoio de ONG´s, passou a apresentar o manejo “sustentado” de madeira como a alternativa para resolver os problemas ambientais. Observa-se que o discurso governamental apresentava, de forma intensa, o manejo madeireiro como sendo uma possibilidade concreta de preservar a floresta obtendo renda dela. Ou seja, exatamente o que os formuladores do discurso do “desenvolvimento sustentável” apregoavam. Mas, não somente ONG´s apoiaram essa ideia. No processo inicial de convencimento dos seringueiros de Xapuri, foi decisiva a colaboração de antigas lideranças do próprio “movimento de resistência[4]”, lideranças que haviam sido

4 Movimento criando pelos seringueiros nos anos de 1970 e 1980 contra o processo de expropriação de seus territórios pela “frente pioneira agropecuária”.

transformadas em funcionários do Governo[5]. Hoje, vastas evidências indicam que esse processo contribuiu de maneira decisiva para uma tremenda perda de protagonismo dessas populações. Iniciava-se um tempo "estranho", onde quem falava pelo Acre sobre as florestas, e sobre a vida nas florestas, eram as ONG´s e os políticos. Sendo que pouco, ou quase nada, se ouvia da voz do líder indígena ou do líder seringueiro. Para muitos seringueiros, mesmo com desconfianças, foi difícil resistir ao manejo. E nesse processo, vale assinalar, a imagem de Chico Mendes foi "usada e abusada" (Cf. DOSSIÊ ACRE, 2012).

A voz do seringueiro Adelcir Ferreira da Silva, do PAE Cachoeira, não deixa dúvidas que a chegada do manejo "sustentado" de madeira em áreas habitadas por seringueiros no município de Xapuri/AC foi uma iniciativa da "florestania". Segundo ele, uma "invenção" do governo.

> O governo também inventou esse manejo florestal para melhorar a renda da gente, com a madeira. Pois a gente não pode criar muito gado aqui, só 10 cabeças, mas se for gado leiteiro. A gente não pode criar mais. Até um roçadinho, segundo a regra, a gente não pode mais colocar. Eu estou impedido de colocar um roçadinho pequeno mesmo. Não pode mais derrubar, segundo a regra. Dizem que já tem muito desmate aqui dentro (Recorte do relato do seringueiro Adelcir Ferreira da Silva, morador do PAE Cachoeira).

A proposta de "Manejo Familiar Comunitário - MFC" começou a caminhar de forma apressada em Xapuri nos anos finais da primeira gestão (1997-2000) do então Prefeito Júlio Barbosa de Aquino (PT). Exatamente no momento em que se articulou a implantação de um "Polo Moveleiro" na cidade. Articulação promovida por esse Prefeito, por um Deputado Estadual e, ainda, com a colaboração de um padre católico italiano. A ideia era aparentemente simples: a Prefeitura cederia o terreno; a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA financiaria as instalações; o "Governo da Floresta" providenciaria outros apoios necessários, e a cidade italiana de "Como" capacitaria os profissionais e doaria os equipamentos.

Criar-se-ia então o "polo", e a madeira, principal matéria-prima que as movelarias utilizariam, deveria ser proveniente de áreas (manejadas) da Reserva Extrativista Chico Mendes. Dessa forma, pensavam os idealizadores que empregos seriam criados e alguma renda monetária poderia ser obtida pelos seringueiros que aceitassem vender as árvores de suas "colocações"[6]. Entretanto, os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes rejeitaram a proposta e os articuladores redirecionaram a iniciativa para outra área, para o Projeto de Assentamento Agroextrativista Cachoeira - PAE Cachoeira.

5 Alguns autores falam sobre um processo de "cooptação das lideranças" para a máquina pública. Processo que enfraqueceu a capacidade de mobilização dos seringueiros, como também de todo o movimento social acreano. Sobre isso ver mais em Dossiê Acre (2012).
6 Era a unidade de moradia no seringal.

Observa-se que o PAE Cachoeira, ou PAE Chico Mendes, do ponto de vista locacional, era bem mais próximo da cidade e possuía certa infraestrutura de acesso. Fatores que poderiam facilitar o processo de extração da madeira "manejada". Além disso, possuía moradores seringueiros fortemente vinculados aos políticos idealizadores da proposta de MFC e também ao Partido dos Trabalhadores. Outro aspecto era que neste PAE moravam (e ainda moram) muitos familiares de Chico Mendes, fator que também poderia facilitar a inserção da atividade na região devido a forte ligação de alguns deles com os idealizadores da proposta (observa-se que Júlio Barbosa, na época Prefeito de Xapuri, foi amigo de Chico Mendes e havia participado das lutas no período dos "empates"). Portanto, pode-se concluir que não foi por acaso que o discurso governamental passou a relacionar o manejo madeireiro com as ideias defendidas por Chico Mendes. Diziam as vozes oficiais da "Florestania" que Chico, se vivo fosse, defenderia com certeza o manejo. Segundo SCHMINK et. al. (2007, p.15), o MFC foi implantado no PAE Cachoeira após:

> [...] realizadas três ou quatro reuniões em Xapuri e na reserva a fim de que a associação de Cachoeira (Amppae-CM) votasse a execução do inventário ecológico das parcelas florestais. Representantes do STTR de Xapuri, a ONG CTA e um engenheiro florestal, que servia como coordenador científico participaram dessas reuniões com os políticos. No final, dez famílias de Cachoeira, todas com acesso à estrada principal da reserva, ofereceram-se como as primeiras voluntárias. Essas famílias e a Amppae-CM determinaram que a decisão de implantar o projeto de MFC, de fato seria tomada somente após a execução dos inventários e a sua discussão detalhada.

Neste ponto abre-se um parêntese para explicar a utilização nesse texto dos termos/expressões "acreano" (com e), e "seringueiro", ou "seringueiros". A principal motivação para a utilização da expressão "seringueiro" se deu pelo fato deles se tratarem assim. Portanto, quando se faz referência ao termo, é para indicar os sujeitos que vivem nas florestas do Acre praticando a extração do látex de seringueiras (*Hevea brasiliensis*); coletando castanha (*Bertholletia excelsa* H.B.K); criando pequenos animais, principalmente para autoconsumo; praticando agricultura e pecuária de pequena dimensão, entre outras atividades. No tempo presente, na luta pela sobrevivência na/da floresta, todas as tarefas listadas podem ser realizadas por uma única pessoa. Entretanto, o "seringueiro" dito "clássico", do primeiro "ciclo da borracha" na Amazônia, dedicava-se exclusivamente à produção de borracha.

Portanto, a ideia de trabalhar com a denominação "seringueiro" não foi classificar e/ou normalizar, até porque o sujeito é proteiforme - ou seja: assume identidades. Nas florestas acreanas, durante os doze meses de "trabalho de mato" para obtenção dos relatos, foram encontrados, por exemplo, o sujeito que corta seringa; o sujeito que corta seringa e recebe o "bolsa família"; que tem seu plantio de roçado; que é pai; que trai a esposa; que joga dominó; que faz "bico" vendendo sua força de trabalho a outros; que vai à igreja; que

não vota em candidato A ou B; que joga futebol. Inclusive, alguns que fazem questão de dizer que são "seringueiros", mas não trabalham mais cortando seringa. Também sujeitos que podem matar o próximo quando são ofendidos, mas que se dizem defensores da floresta. Não considerá-los como "seringueiros" significaria negar a historicidade de suas vidas.

Com respeito a utilização da expressão "acreano" (com e) informa-se que mesmo o novo acordo ortográfico definindo a grafia "acriano", com "i", há um movimento questionando a mudança que atropela a cultura local. Dessa maneira, decidiu-se manter a forma antiga, acreano, com "e", em solidariedade com os usos sociais das palavras que são tão ou mais importantes que a norma. Pois os homens fazem a língua e não a língua os homens, assim diz o primeiro gramático da Língua Portuguesa chamado Fernão de Oliveira, em 1532.

Escritas de ouvido: o que falaram os seringueiros sobre o manejo "sustentado" de madeira

A experiência do MFC no PAE Cachoeira passa a apresentar seus primeiros resultados. E, rapidamente, o discurso oficial começa a utilizá-los para destacar a atividade como "uma experiência exitosa da nova forma de desenvolvimento" em curso. Inclusive, os seringueiros residentes nas "colocações" onde a madeira era retirada passam a receber uma "nova" denominação: agora eram chamados de "produtores". Nesse aspecto, vale enfatizar que na sua fase neoliberal o capitalismo está implementando, como nunca na sua história, a mercantilização das coisas (dos espaços sociais, da natureza, etc.).

Como a maioria dos seringueiros apresentavam desconfianças e resistências, com o objetivo de continuar promovendo a atividade duas estratégias passaram a ser destacadas. Uma relacionava-se com os possíveis aumentos nos rendimentos obtidos por aqueles que haviam aceitado participar da atividade e, outra (que era aplicada desde o início do processo), procurava mostrar a existência de uma espécie de sintonia da atividade com o que Chico Mendes defendia.

Os seringueiros José Eduino, José Barbosa de Lima e Aldecir Ferreira, falaram sobre suas experiências com a atividade:

> O morador daqui era o Demétrio, ele tinha aí um projeto de manejo, mas andou queimando um mato por aí e suspenderam ele do manejo. Já vieram aqui e já conversaram comigo, **mas eu disse que não vou mexer não, pois dá problema para a seringa, derrubam muitas castanheiras, vira tudo esperaizal**. E, por enquanto, eu não vou mexer não, depois que eu andar no chão direito, conhecer os extremos bem, aí eu até posso vender essa madeira, pois de qualquer maneira nós não podemos cerrar para levar para outro canto, até para beneficiar para a própria pessoa, para fazer uma casa, dá problema (José Eduino, do PAE Cachoeira, grifo nosso)

> Vendi madeira de manejo, **mas não quero mais não, estraga a mata, faz muito pisseiro** [estrago] **na mata**. Eu vendia para uma cooperativa de Rio Branco. Parei, não quero mais isso não [...] (José Barbosa de Lima, do PAE Cachoeira, grifo nosso)

> Quando entra o verão, o IMAC libera para a gente tirar um pouquinho de madeira manejada. Vamos dizer assim, de cada três tipos de árvores tira um. Eles falam pai, mãe e filho. Se tiverem três cedros, tira um, três cerejeira, tira, um, três cumaru ferro, tira um. **Mas isso daí dá um pouquinho, nessa nossa área aqui que tem muita gente agregado que come com a gente. Daí fica difícil**. Aí quando chega o final do ano a gente já tá por aqui (pareceu mostrar sentimento de raiva), a renda acaba e a gente não sabe mais como sobreviver. A renda fica pouquinha. Também têm muito ramais para o Governo cuidar, tem muitos lugares. Aí quando chegar o inverno a gente fica com essa dificuldade de ramal. Fica tudo esburacado devido às máquinas que passa (referia-se aos caminhões da empresa que compra a madeira dos seringueiros, máquinas/tratores). Não tem condições de arrumar. Aí a gente fica com dificuldade [...] (Adelcir Ferreira da Silva, do PAE Cachoeira, grifo nosso).

As palavras proferidas pelos seringueiros (destacadas acima) são significativas porque expõem dimensões de um cenário diferente do que anunciava (e ainda anuncia) o discurso oficial. Nas vozes, o que se constata é um quadro de preocupações, expectativas e mesmo de arrependimentos (por parte de alguns). Quadro bastante semelhante ao encontrado nos relatos de outros moradores deste PAE como o da seringueira Maria Luciana. Na voz de Maria Luciana, inclusive, pode-se perceber mais que uma posição contrária à atividade de extração de madeira, em sua voz é possível encontrar evidências que reforçam a ideia de que desde 1999 (principalmente) existe um "movimento" que procura transformar os seringueiros acreanos em produtores para o mercado.

> O pessoal aqui também faz manejo. Manejo florestal. **Mas no meu caso o manejo não era para existir**. Não é porque não tenho colocação, mais não era para existir. O manejo é bom porque as pessoas vendem a madeira e pegam no dinheiro, mas derrubam as árvores. E para mim isso não era para existir. E quando for daqui uns tempos (pausa longa). Os filhos dos filhos vão viver de que? No manejo todo ano pode tirar 10 árvores, e se for tirando todos os anos 10 árvores, como vai ficar no futuro? Vai indo, vai indo (silêncio) e se acaba a floresta. Mas para os **produtores** eles acham bom, porque é um dinheiro fácil (Maria Luciana, do PAE Cachoeira, grifo nosso)

De acordo com a fala dessa colaboradora é também possível sugerir que no curto prazo a atividade madeireira realmente propiciou (e ainda propicia) aumentos nos rendimentos dos seringueiros (mesmo não sendo significativos). Entretanto, Maria Luciana deixa claro que sua posição contrária ao manejo de madeira relaciona-se não com dinheiro, e sim com o futuro da floresta. Sua preocupação atrela-se à sobrevivência de sua família em um tempo mais distante. Para ela, com o manejo de madeira retira-se a floresta, e sem a floresta não existirão seringueiros ("os filhos dos filhos vão viver de que?").

Da mesma forma parece pensar outra Maria, moradora da reserva Chico Mendes: “por isso que eu falei que o manejo madeireiro não tem como a gente trabalhar, pois vai prejudicar nós depois. Não eu, que já estou com certa idade e conheci muitas coisas. Mas meus netos e meus bisnetos?” (Maria Mendes do Nascimento, do PAE Cachoeira).

As vozes dos seringueiros também evidenciaram outra questão importante, ou seja, que a relação deles com a floresta é bem diferente da relação do agricultor com a terra. Pode-se apreender que, para o agricultor a floresta apresenta-se, na maioria das vezes, como um empecilho. Daí a necessidade de desmatar para desenvolver o que os mesmos sabem fazer. Já para os seringueiros, a relação é outra. Assim falou o seringueiro José Eduino: “essa colocação não me interessa muito sem a floresta, sem a mata, a terra não tem muito valor”. Portanto, o que nos parece é que o importante para um seringueiro é o que está sobre a terra. A terra é o sustentáculo da floresta. Talvez nessa relação resida a preocupação que muitos apresentaram quanto ao futuro da floresta e seus próprios futuros, a partir da exploração da mesma através da extração madeireira.

Dessa maneira, se considerarmos como relevantes vozes como as de Maria Luciana, de Maria Mendes do Nascimento, bem como de outros seringueiros entrevistados, poder-se-ia afirmar que o discurso de que Chico Mendes, se vivo fosse, apoiaria a extração madeireira em Reservas e Projetos de Assentamento Extrativistas, como ainda quer fazer crer o Governo Estadual, não se sustenta.

Como reforço desse argumento, apresenta-se abaixo um recorte da própria voz de Chico Mendes, retirada de uma entrevista concedida por ele ao Jornalista Edilson Martins, e que foi publicada no Jornal do Brasil em 25/12/1988. Nesta entrevista, Chico Mendes fala o que realmente pensava sobre o aproveitamento “racional” da floresta. Sobre o quê comercializar e o quê industrializar. Na entrevista, é possível ver quão distante estava o seringueiro socialista daquilo que se chamou, depois de sua morte, de “florestania”.

> Veja bem: até 1984, a gente realizava os empates, mas não tínhamos muita clareza do que queríamos. Sabíamos que o desmatamento era o nosso fim e de todos os seres vivos existentes na selva. Mas a coisa terminava aí. As pessoas falavam: "Vocês querem impedir o desmatamento e transformar a Amazônia em santuário? Intocável?". Estava aí o impasse. A resposta veio através da Reserva Extrativista. Vamos utilizar a selva de forma racional, sem destruí-la. Os seringueiros, os índios, os ribeirinhos há mais de 100 anos ocupam a floresta. Nunca a ameaçaram. Quem a ameaça são os projetos agropecuários, os grandes madeireiros e as hidrelétricas com suas inundações criminosas. **Nas reservas extrativistas, nós vamos comercializar e industrializar os produtos que a floresta generosamente os concede. Temos na floresta o abacaba, o patoá, o açaí, o buriti, a pupunha, o babaçu, o tucumã, a copaíba, o mel de abelha, que nem os cientistas conhecem. E tudo isso pode ser exportado, comercializado.** A universidade precisa vir acompanhar a Reserva Extrativista. Estamos abertos a ela. A Reserva Extrativista é a única saída para a Amazônia não desaparecer. E mais: essa reserva não terá proprietários. Ele vai ser um bem comum da comunidade. Teremos o

> usufruto, não a propriedade (Chico Mendes, Jornal do Brasil, 25/12/1988, grifo nosso).

Além da destruição da floresta e dos ramais pelas máquinas e caminhões da cooperativa/empresa que explora a atividade madeireira na região do PAE Cachoeira -"vira tudo esperaizal" - "estraga a mata, faz muito pisseiro, aí quando chegar o inverno a gente fica com essa dificuldade de ramal. Fica tudo esburacado devido às máquinas que passa"- os seringueiros que apresentaram considerações a respeito da atividade destacaram outra preocupação: o "afastamento da caça". Prática que ainda representa, muitas vezes, o viver ou o morrer (de fome).

> [...] A gente vive de criação. Todos os anos a gente mata um boinho para tirar à castanha, porque **a caça já está difícil**. Fugiu muito já, porque teve muita exploração ao redor do Cachoeira. **As caças saíram muito da área**. Mas a gente cria. Cria uma galinha, cria um pato, compra carne de boi dos amigos. Aqui no seringal todo mundo cria um pouco. Assim a gente vive (Marlene Teixeira de Oliveira, seringueira do PAE Cachoeira, grifo nosso).

> [...] **A caça aqui é difícil**, a gente para arrumar um rancho cria muito né, cria galinha, cria pato, cria porco, cria gado. A gente come mais é carne de boi. Aqui caça não tem mais mesmo [...] (Francisco Teixeira Mendes, seringueiro do PAE Cachoeira, grifo nosso).

> [...] A alimentação aqui (pausa), caça não pode exagerar. **Mas aqui quase não tem caça. Só essas caças pequenas, que chamam de embiara. Não tem caça grande, veado capoeiro aqui é difícil.** Só tem caça no fundo da reserva (Adelcir Ferreira da Silva, morador do PAE Cachoeira, grifo nosso).

É importante destacar que o MCF realizado no PAE Cachoeira propiciou, e ainda propicia, aumentos nos rendimentos daqueles que se envolveram com a atividade, como alguns relatos sinalizaram. Aumentos, principalmente, em curto prazo. Entretanto, esses aumentos, de acordo com as experiências durante a pesquisa de campo parece não serem significativos. Analisando os relatos concedidos pode-se concluir que no início o ganho é interessante, mas em um tempo maior, não.

Sobre os ganhos obtidos totais deve-se assinalar que aqueles que se envolveram com a exploração madeireira pouco falaram nos relatos gravados. Entretanto, em conversas informais com os próprios colaboradores e/ou seus familiares, também em conversas realizadas com funcionários da empresa que compra a madeira, e ainda consultando diagnósticos avaliativos disponíveis na internet (DE AZEVEDO & ASSREUY, 2012), constatou-se que, em média, o ganho com a venda do metro cúbico de madeira "manejada" pelos seringueiros de Xapuri variava entre R$ 50,00 a R$ 90,00. Comparando esse preço com os praticados na cidade de Rio Branco pela única empresa que comprava a madeira proveniente do PAE Cachoeira no período da pesquisa pode-se, facilmente, concluir quem

verdadeiramente ganha com a atividade. Conforme o DÔSSIE ACRE (2012), em média, esses preços chegavam a R$ 1.200,00/m^3.

As famílias são, em realidade, subjugadas ao domínio monopolista na medida em que só podem vender a madeira para uma única empresa, através da intermediação de uma outra, travestida de Cooperativa. Segundo a Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Xapuri - STTR (Dercy Teles) que também colaborou na pesquisa concedendo entrevista, a cooperativa intermediadora das compras chama-se "Cooperfloresta". Na sua visão, "é uma cooperativa que não está a serviço dos trabalhadores". Em seu relato, inclusive, chegou a afirmar que "[...] de cooperativa só tem nome".

> Porque o conceito que eu tenho de cooperativa é que a mesma deve estar preocupada com o bem-estar de todos os associados, diferente de uma empresa privada. Cooperativa não é somente para comprar o produto final não. A cooperativa deve ter uma ambição bem ampla para garantir o bem-estar e trabalhar na busca desse bem-estar. Exatamente o que não acontece (Dercy Teles, Presidente do STTR de Xapuri).

Esta situação de dominação monopolista é também percebida por muitos seringueiros, como é o caso de Maria Mendes do Nascimento:

> [...] **eu tenho certeza que Chico Mendes seria contra esse manejo madeireiro.** Porque ele era uma pessoa que pensava muito pelo lado da gente. E a gente ver que isso não tem futuro para o seringueiro. **Pois a gente vai vender pelo preço que eles quiserem. Nós, que não entende de madeira vamos vender pelo preço que eles quiserem. E eles vão vender lá por um preço bem maior. E nós vamos ficar sem a madeira e sem a floresta. E sem dinheiro**. Porque agora temos como trabalhar com a borracha e a castanha e não precisamos de manejo (Maria Mendes do Nascimento, grifo nosso)

Os ganhos não tão significativos por parte das famílias seringueiras envolvidas com a exploração de madeira em Xapuri podem, também, serem evidenciados quando se constata que a maioria dos que vivem atualmente no Projeto de Assentamento Extrativista Chico Mendes (onde a atividade é praticada) são cadastrados no programa "Bolsa Família", do Governo Federal, mesmo praticando o manejo comunitário de madeira há quase uma década. Portanto, o resultado do MFC na região, na verdade, ao invés de gerar renda e melhorar a vida dos seringueiros pode estar se traduzindo no aumento da degradação ambiental, da concentração de rendas, e no agravamento da pobreza.

Como já apontado, muitos seringueiros da Reserva Extrativista Chico Mendes rejeitaram a proposta de manejo de madeira desde o momento de sua chegada em Xapuri. Rejeitaram, principalmente, por desconfiarem dos resultados. E após saberem dos valores recebidos por aqueles que aderiram à atividade no PAE Cachoeira essas desconfianças e preocupações aumentaram, como pode ser visto no recorte da voz do seringueiro Antônio Cândido da Silva (do "seringal" Nazaré, "colocação" Rio Branco). Este seringueiro relatou,

na porta do Sindicato, por ocasião da realização de uma audiência pública sobre a construção de uma ponte na cidade de Xapuri, que a obra da ponte, se concretizada, iria "tirar seu sossego", e que "acabaria com sua calma". Por isso mesmo, "era totalmente contra" a tal construção. O receio desde seringueiro, sem dúvida, relacionava-se com a exploração madeireira em sua região. Seu Cândido é sabedor, como muitos outros moradores da Reserva, que caso a ponte seja construída certamente facilitará a entrada de caminhões na área e, como consequência, a exploração da madeira será facilitada levando embora "seu sossego".

Baseados nas experiências do PAE Cachoeira, muitos moradores da Reserva Chico Mendes também relataram seus temores, ou seja, "que o barulho do trator *skid* espanta o de comer" e que "provoca destruição nos ramais". E, ainda, que "o *skid* destroi a própria floresta, quando arrasta as árvores derrubadas". Entretanto, o conjunto dos relatos coletados na Reserva não permitem afirmar, categoricamente, que a maioria dos moradores teria uma posição contrária ou favorável ao manejo. Mesmo assim, pode-se sugerir, com base na opinião daqueles que se manifestaram, que a ideia possui fortes resistências. Como bem resumiram os seringueiros Jorge Monteiro da Silva e Raimundo Souza Nascimento.

> Aqui veio o manejo, veio o pessoal e colocaram as propostas para a gente. Mas eu não quis isso, nem eu nem meus vizinhos. Eu não quis porque destrói a mata. Vamos supor: onde essas máquinas entram destroem a mata toda, elas acabam com nosso alimento porque espantam a caça. Uma mata dessa que o senhor está vendo aí, uma mata boa de andar por dentro. Então, se entrar uma máquina dessas aí, um skid, um trator, então esculhamba tudo. Se uma máquina dessas passa por cima de uma vertente, aí entope tudo de pau. Esculhamba tudo. Aí nós vamos ficar sem a nossa água, que é muito importante para nós aqui. E aí esculhamba tudo, por isso nós não aceitamos. Devido isso. Acabam com nossas matas. Então, se depois a gente precisar de uma madeira boa para fazer uma casa ou outra coisa não vai ter mais, porque a gente terá vendido tudo, aí não vai ter. E o dinheiro não é bom. O dinheiro que nos pagam pela venda da madeira não dá quase nada, como dizem por aí. Quem vendeu inclusive não recebeu. Então, porque vou me meter numa coisa dessas, sabendo que não é coisa boa (Jorge Monteiro da Silva, morador da Resex Chico Mendes em Xapuri/AC).

> Aqui não entrou aquele negócio de plano de manejo não (manejo madeireiro). Eles falam que tem um projeto para as bandas de cá. Mas ainda não chegou até aqui não. Eles falam que virá. Mas eu sou contra. Eu acho uma coisa muito errada. **Como eles querem proibir da gente derrubar para plantar um pouquinho, para nossa sobrevivência, e vão permiti derrubar a mata para vender a madeira.** Ali para o Seringal Cachoeira, onde já fizeram plano de manejo, o pessoal diz que a mata virou só quiçaça (terra árida, chão ruim, cuja característica dominante é uma vegetação de mato baixo e espinhoso, espécie de capoeira). Aí eu acho muito errado. A caça vai embora, se muda dali, porque vai entrar o trator skid para puxar essa madeira, vai entrar caminhão. Só arranca madeira maior. Porque no roçado não, o cara coloca seu roçado e tira o legume com uns dois anos e a mata fica lá. Ela volta da mesma forma, com quatro anos a mata já está da mesma forma para você trabalhar com ela de novo. O

> sistema aqui é esse, a gente planta um ano, dois anos e isola ela, com quatro anos já está boa de novo para plantar. Dessa forma não mexemos na mata virgem. Só no capoeirão para o roçado. Mata virgem não mexemos, fica só naqueles quatro hectares trabalhando (Raimundo Souza Nascimento, morador da Reserva Extrativista Chico Mendes, grifo nosso).

As vozes dos seringueiros permitiram inferir que nos locais ("colocações") onde o manejo "sustentado" de madeira ocorreu, houve aumentos do poder aquisitivo de alguns seringueiros e também provocou diminuição da caça, destruição de ramais e preocupações acerca do futuro. Nas regiões onde ela ainda não aconteceu, há uma espécie de esperança potencializada pelo "discurso oficial" de que poderia trazer uma vida melhor. Mas existe também muita desconfiança, ou simplesmente desinteresse de quem prefere retirar seu sustento da floresta em pé. Em outros termos, o manejo "sustentado" de madeira parece envolver um conjunto de entendimentos distintos.

Outro aspecto a ser considerado é que naquelas áreas onde o manejo madeireiro foi implantado em Xapuri (notadamente no PAE Cachoeira), as vias de acesso (ramais) melhoraram significativamente (para permitir a entrada dos caminhões). Também são as áreas onde grande parte das famílias possuem energia elétrica ("Luz para Todos"), e a infraestrutura de saúde/educação são mais satisfatórias. O que demonstra, de fato, que aconteceu uma priorização dos investimentos públicos em serviços de infraestrutura, a fim de garantir o bom andamento da atividade na região. "Modernidades" que provocaram muitas mudanças na vida dos seringueiros, umas boas, outras nem tanto.

Dona Cecília Teixeira do Nascimento, seringueira mãe de 19 filhos (sendo 15 "criados"), que morava no PAE Cachoeira (morava, pois morreu em junho de 2013), ao conceder seu relato na varanda de sua casa simples na "Colocação Fazendinha" falou sobre a vida na floresta. Sua voz potente, apesar da idade, deixa transparecer, claramente, algumas mudanças importantes que aconteceram após a entrada do manejo madeireiro na vida dos seringueiros de Xapuri/AC.

> Como é a vida de hoje? A vida de hoje é por umas partes boa e por outras não [...] **Agora é ruim porque tudo que a gente faz tem que ter uma pessoa mais do que a gente. Para a gente se colocar, para a gente arrumar um lugar para a gente fazer qualquer coisa. Tudo é preciso de outra pessoa está no meio, né?** Antigamente não era assim, antigamente você morava aqui e dizia: eu vou abrir um lugarzinho ali, eu vou fazer em outro lugar. Aí já metia o terçado, abria, e fazia um paiolzinho, uma choupana, ia para debaixo. Ou então fazia uma casinha. A vida era assim. Agora não, tudo tem que ter uma reunião, tem que ter uma palestra, tem que ter um negócio. Por isso eu não acho bom não, acho ruim (Dona Cecília Teixeira do Nascimento, falecida em 2013, moradora do PAE Cachoeira, grifo nosso)

Da fala da seringueira Cecilia pode-se inferir, ainda, que a influência ideológica e o conjunto de políticas voltadas para aprofundar a "mercantilização dos bens naturais" implicaram, sem dúvidas, na perda de representatividade das organizações dos seringueiros e, com isso, procedeu-se uma fragilização considerável do projeto original das Reservas Extrativistas. Inclusive, o fato de ficarem mais fragilizados, principalmente do ponto de vista político, pode explicar o fato de terem sido "forçados" a aceitar fazer coisas que nem gostariam. O manejo "sustentado" de madeira é o principal exemplo. O seringueiro e sindicalista Osmarino Amâncio Rodrigues, em entrevista publicada por Paula e Silva (2006), resumiu assim seu entendimento:

> [...] só que hoje nós estamos nos deparando com algumas políticas que na época nós combatemos, as grandes madeireiras, o latifúndio, o grande latifúndio improdutivo, combatemos a garimpagem na Amazônia, combatemos as políticas de prostituição agrária que a gente chamava que era a colonização. **O movimento se deixou levar pela simpatia e o carisma desses governantes, porque eles colocam pessoas lá com muita capacidade, você conversa com um secretário ou algum assessor político e se você não tiver participado do movimento, se você não tiver tido de início acompanhado, você jura que o cara está certo** (Osmarino Amâncio Rodrigues, apud PAULA; SILVIA, 2006, grifo nosso)

Considerações finais

Como visto, no bojo das ações do "Governo da Floresta", pelo menos nos primeiros oito anos (1999-2007), o manejo "sustentado" de madeira tornou-se uma atividade econômica priorizada. De acordo com as argumentações apresentadas, isso ocorreu como resultado do atrelamento do discurso local com o das grandes instituições multilaterais de crédito. Inclusive, nesse discurso, a atividade madeireira passou a ser amplamente anunciada como a saída para o Acre se desenvolver "com sabedoria". A partir desse tempo, nossa posição é que a ideologia do "desenvolvimento sustentável" se efetivou para valer nas terras do "Aquiry".

No caso de Xapuri/AC, o manejo "sustentado" de madeira foi implantado pelo Governo estadual com expressivo apoio de ONG´s "ambientalistas". Entretanto, como também destacado no texto, parte significativa dos seringueiros não aceitaram e apresentaram suas resistências à "nova" atividade. Visando minimizar os problemas, a "florestania" passou a "usar e abusar" da imagem do revolucionário Chico Mendes, que foi transformado em "ambientalista" e herói. Nesse processo, os seringueiros também se transformaram (ou foram transformados): as lideranças viraram funcionários públicos, e os que aceitaram implantar a atividade madeireira em suas "colocações" foram transformados em "produtores".

Além do manejo “sustentado” de madeira, outras iniciativas ditas “modernizadoras” foram desenvolvidas pelo “Governo da Floresta” em Xapuri. Principalmente para viabilizar o manejo. Ações que impactaram nos modos de se viver provocando mudanças significativas na vida. Umas boas, outras nem tanto. Dessa forma, contrariando a opinião de muitos pesquisadores da região (e também do atual Governo do Acre), defende-se nesse texto que a proposta de nome simpático denominada de “desenvolvimento sustentável”, que no início priorizou a atividade madeireira e nos últimos anos passou a apresentar-se para a sociedade acreana com uma roupagem mais sofisticada (REDD, REDD+, etc), pode-se tratar, somente, de uma forma de tentar dar outra coloração (no caso “verde”) para algo que não tem solução. Em outros termos: trata-se, apenas, de mais uma resposta para a crise do capital em sua vertente dominante - o capital financeiro - visando dar continuidade ao processo de reprodução.

Observa-se que discurso do “desenvolvimento sustentável” foi incorporado por diversos atores acreanos, institucionais ou não, públicos e privados, ora valorizando um ou outro de seus pilares (econômico, social, ambiental, territorial). Instituições públicas, organizações não governamentais, empresas, setores produtivos, meios de comunicação garantem estar implantando um “novo tipo de desenvolvimento”, inserindo-lhe a nova qualificação, todavia “as falas seringueiras” parecem que não estão dizendo “sim” ao novo, que está destruindo ou apagando os costumes da floresta.

É o que se pode dizer, por enquanto.

Referências

BOM MEIHY, J. C. S. **Manual de História Oral.** São Paulo. Edições Loyola, São Paulo, 1996.

_____. (Org.) **(Re)introduzindo a História Oral no Brasil**. São Paulo: Xama, 1996b.

BOM MEIHY, J. C. S; HOLANDA F. **História Oral:** Como fazer, como pensar. São Paulo: Contexto, 2007.

CAMELY, N. C. **A Geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira:** um estudo sobre o Estado do Acre. Tese (Doutorado em Geografia). 2009. 259 f. Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2009.

DE ANTONI, G. O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais do Brasil (PPG-7) e a Globalização da Amazônia. **Ambiente e Sociedade**. Campinas. v. XIII, n. 2. p. 299-313. jul-dez 2010.

DE AZEVEDO, G. G.; ASSREUY, V. B. **Manejo sustentável da madeira no Município de Xapuri-Ac**. FGV-EAESP e EG-FJP. São Paulo, setembro de 2012.

DOSSIÊ ACRE. **Documento especial para a Cúpula dos Povos** – Rio de Janeiro, 2012. O Acre que os mercadores da natureza escondem. Conselho Indigenista Missionário. Rio Branco, Regional Acre, 2012.

MAIA, J. S. da. **A florestania, o desenvolvimento (in)sustentável e as novas fronteiras da sociodiversidade no vale do Rio Acre na virada do século XX:** o caso dos trabalhadores extrativistas. Tese (Doutorado em História). 2009. 353 f. Instituto de Filosofia e Ciências humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e Tradicionalismo:** estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil. São Paulo. Pioneira, 1975.

MENDES C. **Quero ficar vivo para salvar a Amazônia**. Dez.1998. Entrevistador: Edilson Martins. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 25/12/1998.

PAULA, E. A. de. **Estado e desenvolvimento insustentável na Amazônia Ocidental:** dos missionários do progresso aos mercadores da natureza. Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA, 2003.

PAULA, E. A. de; SILVA, S. S. da (Org.). **Trajetória das lutas camponesas na Amazônia acreana.** Rio Branco: EDUFAC, 2006.

PALZA SILVA, S.M. **Políticas Públicas e Ambientalismo no Agroamazônico:** um estudo de caso do Acre (1999-2010). Tese (Doutorado em Ciências). 2012. 329 f. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2012.

PORFIRIO DA SILVA, J. (Coord.). **Arranjos Produtivos Locais no estado do Acre:** mapeamento, metodologia de identificação e critérios de seleção para política de apoio. Projeto: Análise do Mapeamento e das Políticas para Arranjos Produtivos Locais no Norte, Nordeste e Mato Grosso e dos Impactos dos Grandes Projetos Federais no Nordeste. Nota Técnica 02. Rio de Janeiro: BNDES: RedeSist, 2009.

REGO, J. F. et al. **Análise Econômica de Sistemas de Produção Familiar no Vale do Acre**. UFAC/Departamento de Economia, 1996.

REGO, J. F. **A viabilidade de um novo extrativismo.** UFAC/ASPF, 1997.

SANTOS, B. S.; MENESES, M. P. (Org.). **Epistemologias do Sul**. Edições Almedina, 2009.

SCHMIDLEHNER, M. F. Os desdobramentos do capitalismo de desastre no Acre - a adicionalidade do medo. In: **Contra Corrente: territórios de disputa**. Rede Brasil, número 5, outubro de 2012.

SCHMINK, M. et. al. **Acompanhamento para o Manejo Florestal Comunitário no Projeto Cachoeira, Acre, Amazônia, Brasil**. CIFOR & IMAZON, 2007.

TEIXEIRA DA SILVA, A. Governança global na Amazônia: O programa Piloto para a Proteção das Florestas Tropicais do Brasil. **Novos Cadernos NAEA**, v.14, n.2, p-219-236, 2011.

Recebido para publicação em 23 de abril de 2015.

Devolvido para a revisão em 19 de agosto de 2016.

Aceito para a publicação em 26 de agosto de 2016.

O uso dos recursos naturais do cerrado para produção artesanal: um estudo de caso entre os índios Krahô

Katia Maria Pacheco dos Santos
Profa. Dra. Universidade de Brasília - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
e-mail: pachecokatia@unb.br

Rafael José Navas da Silva
Prof. Dr. Universidade Federal de Alagoas - Centro de Ciências Agrárias
e-mail: navas_rj@yahoo.com.br

Resumo

Os índios Krahô pertencem ao tronco linguístico Macro Jê e seu contato pacífico com o não índio ocorreu no início do século XIX. Atualmente habitam área no Norte do Tocantins, distribuídos em 16 aldeias. São caçadores-coletores, porém após o contato com a sociedade, os meios de subsistência tradicionais não atendiam a demanda de alimentos do ano todo, levando os indígenas a iniciarem as trocas de seus objetos e artesanatos por alimentos. O objetivo desse trabalho foi identificar o uso dos recursos naturais do cerrado para confecção de artesanatos e sua relação com a cultura dos índios Krahô, localizados na aldeia Nova. A coleta de dados foi realizada com entrevistas e observação participante. Observa-se a confecção de 22 produtos a partir de espécies do cerrado, com função de uso, ritual e venda, principalmente para turistas. Há distinção de gênero para confecção das peças e também apresenta função social, a partir de trocas entre membros Krahô e de outras etnias. O artesanato assume formas de acordo com a leitura que o artesão faz do gosto do não índio e a expressão artesanal é por vezes manipulada como forma de produção de capital, assumindo um papel que não é o cultural. Este é feito para atender as expectativas dos não índios, tendo como função, o comércio, e não a utilidade e ou função social.

Palavras-chave: terra indígena Krahô; artesanato; Jê; povos indígenas.

The use of natural resources for the cerrado craft production: a case study among Indians Krahô

Abstract

The Krahô indians belong to the linguistic root Macro Je and his peaceful contact with non-indians occurred in the early nineteenth century. Currently living area in northern Tocantins, distributed in 16 villages. Are hunter-gatherers, but after contact with society, the traditional means of livelihood did not meet the food demand of the whole year, leading the Indians to initiate the exchange of objects and their handicrafts for food. The aim of this study was to identify the use of natural resources of the cerrado for making handicrafts and its relationship with the culture of the Indians Krahô, located in the village Nova. Data collection was conducted with interviews and participant observation. Observe the making of 22 products from cerrado species, with function of use, ritual and sale, mainly for tourists. No distinction of gender, to make the pieces and also features social function, from exchanges between members Krahô and other ethnicities. The craft takes forms according to the reading of the craftsman does not like the Indian and the art expression is sometimes manipulated as a form of capital production, assuming a role that is not cultural. This is done to meet the expectations of non-Indians, whose function, trade, and not the utility and or social function.

Key words: Indigenous Land Krahô; crafts; Jê; Indigenous peoples.

El uso de los recursos naturales del cerrado para la producción artesanal: un estudio de caso entre los indios Krahô

Resumen

Los Krahô pertenecen a la raíz lingüística Macro Jê y su contacto pacífico con los no indígenas se produjo a principios del siglo XIX. Actualmente viven en norte de Tocantins, distribuidos en 16 aldeas. Son cazadores-recolectores, pero después del contacto con la sociedad, los medios de subsistencia tradicionales no satisfacían la demanda de alimentos de todo el año, lo que llevó a los indígenas a iniciar el intercambio de objetos y de sus artesanías por alimentos. El objetivo de este estudio fue identificar el uso de los recursos naturales del cerrado para la elaboración de artesanías y su relación con la cultura de los indios Krahô, situado en el aldeia Nova. La recolección de datos se realizó con entrevistas y observación participante. Hay la elaboración de 22 productos con plantas del cerrado y tienen como función, la utilización, el ritual y la venta. Hay distinción de género para hacer las piezas y cuenta con función social, a partir de los intercambios entre los miembros Krahô y com otras etnias. La artesanía lleva formas de acuerdo a la lectura que el artesano hace del gusta del no indigena y la expresión del arte a veces se manipula como una forma de producción de capital, asumiendo un papel que no es cultural. Esto se hace para satisfacer las expectativas de los no indígenas, cuya función, el comercio, y no la utilidad o función social.

Palavras clave: Tierra indígena Krahô; artesanía; Jê; pueblos indígenas.

Introdução

Os Krahô pertencem ao tronco linguístico Macro Jê, que faz parte da família Jê e da língua Timbira. Começaram o contato com o não índio no início do século XIX, entrando em conflito com as fazendas de gado que avançavam do Piauí para o sul do Maranhão. Nessa época, o grupo vivia próximo ao rio Balsas, afluente do Parnaíba. Após atacarem uma grande fazenda em 1809, foram atacados, em represália, por uma expedição dirigida por Manuel José de Assunção, que fez mais 70 prisioneiros Krahô e os remeteu à São Luís. A partir de então seu contato com a sociedade passou a ser pacífico e na margem do Tocantins, passaram a ajudar o fundador de São Pedro de Alcântara (atual cidade de Carolina/MA), apoiado pelos fazendeiros, a combater e escravizar grupos indígenas vizinhos, que eram vendidos para regiões mais ao norte. Os fazendeiros conseguiram que o missionário capuchinho Frei Rafael de Taggia transferisse os Krahô para Pedro Afonso, na confluência do rio do Sono com o Tocantins, em 1848. Aí ficaram vizinhos dos Xerente e começarem a deslocar-se, no final do século XIX, na direção nordeste, para o lugar onde estão atualmente, do sul do Estado do Maranhão e o norte do Tocantins (SCHIAVINI, 2000).

A atuação do Serviço de Proteção ao Índio (SPI) junto aos Krahô foi praticamente inoperante, com criação de duas fazendas do SPI dentro da reserva para produção de gado, buscando suprir a demanda por carne e realizavam o arrendamento das áreas indígenas

para fazendeiros, para pastejo. Diante desse cenário, os Krahô intensificaram o contato com as cidades, principalmente pelo fato das roças não suprirem sua demanda de alimentos durante todo o ano, o que levou os indígenas a iniciarem as trocas de seus objetos e artesanatos por alimentos (MELATTI, 1984).

Atualmente habitam uma área com extensão de 302.533 hectares (07º 50' - 08º 50' S e 47º 05' – 47º 50' O), denominada Kraolândia ou Terra Indígena Krahô, como observado na Figura 1, localizada nos municípios de Goiatins e Itacajá, ao norte do Estado de Tocantins. Existe aproximadamente 2.463 índios Krahô, habitando 16 aldeias espalhadas pela reserva (RODRIGUES, 2001; FUNASA, 2013).

De acordo com Azanha (1984), os Krahô são predominantemente caçadores-coletores, e como todo Timbira, têm pela atividade de caça verdadeira paixão. Do ponto de vista da sua morfologia, as aldeias Timbira têm as suas casas dispostas em um círculo cujo centro é uma área também circular e limpa (pátio). Cada casa normalmente abriga as mulheres que ali nasceram e os homens que, deixando as moradas de suas mães, vêm com aquelas se casar.

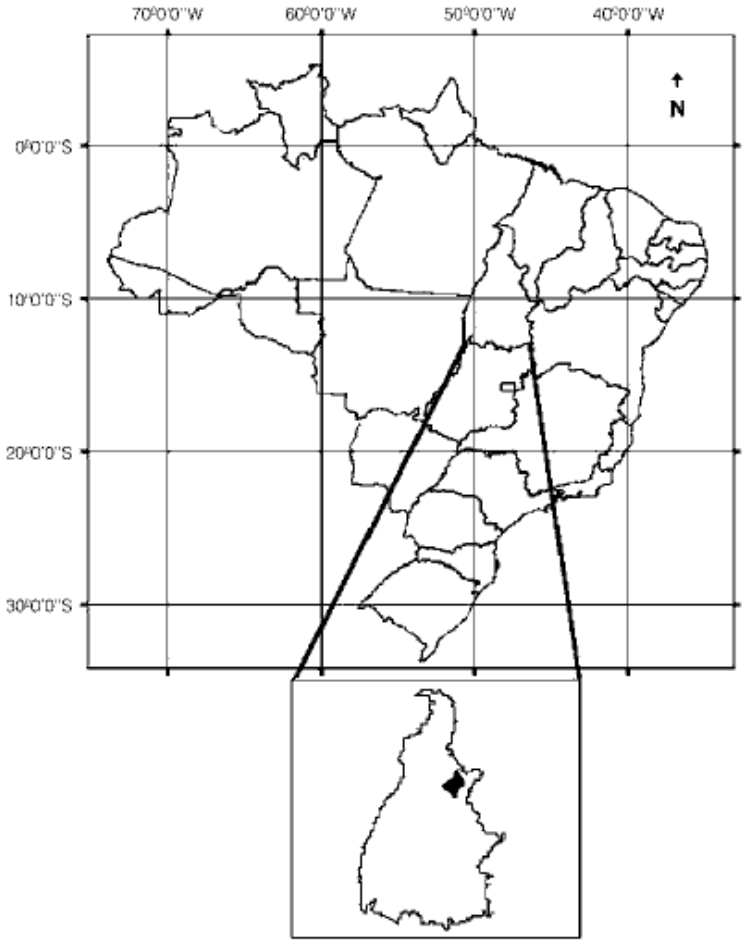
As atividades cotidianas nas aldeias obedecem a um calendário ritual, regulado pelas atividades do "pátio", centro das aldeias e lugar das decisões. Neste local, toda manhã e no final da tarde, os homens se reúnem com os "governadores" para decidirem ou avaliarem as atividades do dia (quem vai para a roça, quem vai caçar etc.) ou as atividades necessárias para a conclusão ou prosseguimento de um ritual em curso. Os cerimoniais ou rituais estão intensamente presentes na vida das comunidades Krahô (MELATTI, 1978).

A inserção do objeto no seu contexto ecológico e cultural oferece um retrato da sociedade e da cultura indígena. Segundo Ribeiro (1987), cada comunidade humana desenvolve modos próprios de fazer e de usar seus objetos artesanais, bem como seus aspectos ideológicos, os quais singularizam a identidade étnica.

O uso dos recursos naturais se torna a base para a produção dos objetos, incluindo o modo de obtenção da matéria-prima, o manuseio da mesma, a elaboração da peça, representando seus significados e usos e questões de gênero, de quem elabora o objeto.

Nesse contexto, o objetivo desse trabalho foi identificar o uso dos recursos naturais do cerrado para confecção de artesanatos e sua relação com a cultura dos índios Krahô.

Figura 1. Localização da Terra Indígena Krahô



Fonte: Nascimento et al., 2009.

Metodologia

Entre as aldeias da Terra Indígena Krahô, esse estudo foi desenvolvido na Aldeia Nova, com população em torno de 150 pessoas.

O levantamento dos dados foi por meio de técnicas qualitativas, com observação participante e entrevistas semiestruturadas (VIERTLER, 1988), que permitiu melhor compreender a forma de obtenção dos recursos naturais para o artesanato; o processo de confecção e o seu uso na vida cotidiana, bem como a distinção entre gênero para confecção dos diferentes objetos e a expressão cultural através dos rituais que envolvem a atividade artesanal. Para o conhecimento da denominação dos objetos artesanais no dialeto Krahô, foi solicitado a professores indígenas[1] da aldeia que fizessem a tradução dos itens artesanais listados em português para a escrita da língua falada pelo grupo.

[1] Em virtude de uma política nacional voltada para educação indígena diferenciada na aldeia Nova, assim como em outras aldeias indígenas, há professores indígenas ensinando na aldeia tanto a língua falada como a escrita do português, como a timbira.

O ambiente natural

Cerrado é o nome dado às savanas brasileiras e aproximadamente 20% da superfície do país era originalmente dominada por esta paisagem. O clima típico da região dos cerrados é quente, semiúmido e sazonal, com verão chuvoso e inverno seco. A pluviosidade anual fica em torno de 800 a 1600 mm. Os solos são geralmente muito antigos, quimicamente pobres e profundos (PIVELLO, 2013).

As árvores do cerrado são muito peculiares, com troncos tortos, cobertos por uma cortiça grossa, cujas folhas são geralmente grandes e rígidas. Muitas plantas herbáceas têm órgãos subterrâneos para armazenar água e nutrientes. Estas características constituem-se em algumas das adaptações desta vegetação às queimadas periódicas à que é submetida, protegendo as plantas e capacitando-as para rebrotar após o fogo. Como em outras savanas do mundo, o ecossistema de cerrado vem coexistindo com o fogo desde tempos remotos, inicialmente como incêndios naturais causados por relâmpagos ou atividade vulcânica e, posteriormente, causados por ações antrópicas (PIVELLO, 2013).

A grande variabilidade de habitats no cerrado suporta uma enorme diversidade de espécies de plantas e animais. Estima-se em torno de 5 mil plantas vasculares, e mais de 1.600 espécies de mamíferos, aves e répteis e entre a diversidade de invertebrados, os cupins e as formigas cortadeiras possuem grande importância no consumo e na decomposição da matéria orgânica, assim como constituem uma importante fonte alimentar para muitas outras espécies animais (PIVELLO, 2013).

Outros tipos de vegetação podem aparecer na região dos cerrados, tais como os campos úmidos e as veredas de buritis, onde o lençol freático é superficial; os campos rupestres podem ocorrer nas maiores altitudes e as florestas mesófilas situam-se sobre os solos mais férteis. As formas savânicas exclusivas não são homogêneas, havendo uma grande variação no balanço entre a quantidade de árvores e de herbáceas, formando um gradiente estrutural que vai do cerrado completamente aberto - o campo limpo, vegetação dominada por gramíneas, sem a presença de árvores e arbustos; ao cerrado fechado, fisionomicamente florestal - o cerradão, com grande quantidade de árvores e aspecto florestal. As formas intermediárias são o campo sujo, o campo cerrado e o cerrado *stricto sensu*, de acordo com uma densidade crescente de árvores (PIVELLO, 2013).

No caso do Parque Indígena Krahô, observa-se que o bioma Cerrado[2] compõe cerca de 85% do território, ocorrendo as seguintes fitofisionomias associadas: os campos limpos (vegetação tipo rasteira); os campos sujos (vegetação campestre, com

predominância de gramíneas, plantas rasteiras e com presença de árvores distantes umas das outras); cerradão (vegetação com um grande número de árvores, lembrando uma mata); o cerrado (que ocupa uma posição intermediária entre campo sujo e o cerradão, onde ocorre a formação de espécies de árvores de pequeno porte, de troncos e galhos retorcidos); as veredas (formam sazonalmente, em alguns locais, pequenos lagos em meio à vegetação do cerrado) e as matas de galeria. Nas formações florestais ao longo dos cursos d'água é freqüente a abundância de espécies da família Palmaceae, as quais tem importância como fonte de alimentos e de fibras para os Krahô.

É neste ecossistema natural que índios caçam, coletam, plantam roças de subsistência nas matas de galeria ou de encostas, locais esses que os solos são mais argilosos e ricos em nutrientes, onde cultivam o arroz, feijão "trepa-pau", fava, mandioca, batata-doce, inhames, guandu, abóbora, melancia, mamão e banana (AZANHA, 1984).

O entorno da reserva indígena é dominado principalmente pela pecuária extensiva, existindo, contudo, pequenos agricultores que praticam agricultura de subsistência. Grandes projetos de monocultura agrícola estão começando a se fixar próximo as cercanias do território e constitui uma ameaça à integridade dos ecossistemas existentes (NASCIMENTO et al., 2009).

As matérias-primas e técnicas artesanais

A matéria-prima dos artigos artesanais confeccionados é coletada durante as caminhadas pelo cerrado, quando os indivíduos do grupo deslocam-se da aldeia para as suas atividades de roça, localizadas a vários quilômetros da aldeia. Nesse momento aproveitam para encontrar as sementes e recolher as fibras das várias espécies vegetais que tem utilidade na confecção de seus artesanatos. Vale mencionar que não é comum ver os Krahô solitários em suas incursões ao cerrado; em geral, quando algum índio necessita sair da aldeia, sempre tem companhia.

Durante o período de observação em campo, levantou-se 22 itens artesanais confeccionados pelos índios Krahô da Aldeia Nova, referenciados na Tabela 1, com sua denominação em português e na língua indígena, bem como as matérias-primas utilizadas, a sua utilidade e a relação de gênero na confecção das peças.

Tabela 1. Artigos artesanais confeccionados pelos índios Krahô da Aldeia Nova.

Nome Português	Nome Krahô	Matéria prima	Uso	Quem confecciona
Côfo	*Cýyhu*	Palha das	Para armazenagem e	Mulheres

[2] Abrange aproximadamente 25% do território brasileiro, ou seja, cerca de 2 milhões de km², dos quais cerca de 35% já foram devastados (CAVASSAN,1990). Esse bioma vem diminuindo rapidamente em extensão com o avanço da fronteira agrícola e tem menos de 1% de sua área legalmente protegida (CIPRF, 1995).

		palmeiras piaçaba, bacaba, babaçu, buriti, açaí e anajá	transporte de diversos objetos: frutos, alimentação, pescaria, caçada, uso doméstico e para vender	
Bolsa	*Caxpoo*	Palha de guarumã, fibra de tucum	Armazenagem e transporte, uso doméstico e para vender	Geralmente homens
Maracá	*Cu'tox Cu'cõn*	Fruto: coité, cabaça	Instrumento musical, uso cerimonial, diversão e para vender	Homens
Pulseiras	*Acyy*	Semente de tiririca	Adorno e venda	Mulheres
Capacete	*Pynjapyh*	Pena de arara, algodão	Adorno de embelezamento nas festas	Homens
Tipóia	*Caxyt prep*	Algodão	Identificar as pessoas que gostam de cantar no período de festas, usada para carregar crianças pequenas	Mulheres
Tipiti	*Ro'teh*	Palha de guarumã	Usado para secar a massa de mandioca e para vender	Homens
Colares	*Hõoc'cxixy*	Diversas sementes da flora nativa	Adorno e para vender	Mulheres
Espanador	*Empoo pãc capehrxy*	Penas de ema	Utilitário para venda, limpar poeira e para vender	Homens
Miniatura de jabuti	*Caprynre*	Tronco de buriti	Decoração e venda	Homens
Borduna	*A'cu*	Esculpidos em pau-roxo (árvore nativa)	Arma de guerra, decoração e para vender	Homens
Cestos em miniatura	*Tixre*	Palha de buriti	Armazenagem de pequenos objetos e para vender	Homens e mulheres
Pulseira	*E'pacaxi*	Sementes nativas e miçangas	Adorno e para vender	Mulheres

Esteira	*Cu'pehp Pap*	Palha de buriti e babaçu	Para sentar e deitar, para venda	Homens
Flecha	*Crohw*	Canajuba (taquara)	Utensílio para pequenas caçadas e para venda	Homens
Arco	*Cohhi*	Pau roxo (árvore nativa)	Utensílio para pequenas caçadas e para venda	Homens
Peneira	*Rupep*	Palha de guarumã	Utensílios de peneirar massa de mandioca e outros	Homens
Lança	*Crohwwaxwa*	Pau rôxo (árvore nativa)	Para defesa e matar os animais ferozes/ maiores Artesanato para venda	Homens
Cachimbo	*Carinxit*	Palha de piaçaba e catolé	Para fumar e para venda	Mulheres e homens
Mocó	*Paptoh*	Palha de buriti	Para carregar objetos usuários e para venda	Homens
Cesto	*Paraj*	Palha de guarumã	Para guardar massa de mandioca e para venda	Homens e mulheres
Abanador	*Pan*	Palha de piaçaba	Para abanar o fogo e para venda	Homens

De modo geral as folhas das palmeiras são as mais utilizadas como matéria-prima para a confecção de artigos de fibra, como por exemplo, as esteiras, as bolsas, os côfos (um tipo de cesto utilizado para transportar alimentos e instrumentos de trabalho nas roças, bem como para guardar pequenos objetos); e também para confecção dos fios para as pulseiras e colares. As folhas de certas palmeiras além de serem usadas na confecção de peças artesanais, são empregadas na construção das coberturas das casas, além de representarem uma fonte alimentar complementar em certos períodos do ano. Esse caso do buriti (*Mauritia vinifera*), espécie de palmeira bastante utilizada, tanto na alimentação, já que seu fruto é muito apreciado como bebida, por ser bastante carnoso e de grande valor nutritivo, quanto as suas folhas na confecção de esteiras e cofôs, pelos indivíduos da Aldeia Nova. Outros grupos indígenas que habitam o bioma cerrado também fazem uso desses frutos para alimentação e artesanato com as folhas, como os Bororos e os Xavantes (SILVA e GARAVELLO, 2009; PINTO e GARAVELLO, 2008). O par de toras para corrida é cuidadosamente confeccionado, geralmente de tronco de buriti, cada vez que a disputa

começa fora da aldeia. Elas se realizam após as caçadas, pescarias, trabalhos na roça, quando coletivos. A corrida de toras sempre está ligada a um rito em andamento, de modo que o tamanho, formato e ornamentação das toras devem estar a ele conformes. Cada tora é carregada por um corredor, que deve passá-la a um companheiro do mesmo grupo (MELATTI, 1984).

Do mesmo modo, o tucum (*Astrocaryum* ssp.) tem grande importância como matéria-prima dos artesanatos Krahô: os índios retiram a fibra das folhas ainda verdes, as quais são enroladas manualmente umas às outras, formando fios, até que fiquem com a resistência desejada, isto é, da largura necessária para ser trabalhado de acordo com a finalidade de uso, seja para tecer as bolsas ou confeccionar as pulseiras e colares. Quando utilizados em pulseiras e colares os fios são mais finos, ao passo que para serem utilizados no processo de trançado de bolsas estes fios são enrolados em vários outros até que fiquem na espessura desejada para confecção do artigo.

As fibras da piaçaba (*Leopoldinia piassaba*) também são empregadas na confecção de côfos e de outros traçados, além de serem usados como cobertura das casas, assim como também as folhas do babaçu e da bacaba. Dessas duas espécies de palmeiras os índios também utilizam seus frutos para alimentação. Vale mencionar que o óleo extraído do coco babaçu é utilizado pelos índios como fixador de suas pinturas corporais.

Foi observado que algumas fibras retiradas das palmeiras são tingidas com corantes naturais, extraídos de sementes ou raízes de outras plantas, como urucum e jenipapo.

Conforme a sazonalidade anual, os Krahô coletam pelo Cerrado uma diversidade de sementes de plantas, com as quais enfeitam seus artesanatos, denominadas pelos Krahô na língua dos "*cupen*" como: sementes de mulungu (semente de coloração vermelha); de olho de cabra (semente de coloração vermelha com risco preto), e as de tiririca (sementes de coloração creme produzidas por uma planta que lembra uma gramínea). As sementes de tiririca possuem normalmente o tamanho de uma conta de miçanga, podendo ter tamanho maiores ou menores que estas, conforme o período em que são colhidas. Essa espécie também é muito utilizada pelos índios Xavante na confecção de artesanatos, principalmente colares e pulseiras.

Segundo Nascimento et al. (2009) entre os Krahô, as espécies de palmeiras nativas são utilizadas na alimentação e na forma de bebidas, como os frutos de *M. flexuosa* L. (buriti), *Oenocarpus distichus* Mart. (bacaba), *Mauritiella armata* (Mart.) Burret, Mart. (juçara), dentre outras. Os autores verificaram que atualmente há alterações na forma de manejo de algumas espécies, como a retirada da bacaba para fazer bebida, que era realizada pelas mulheres que subiam na árvore e colhiam o fruto, e está mudando para a derrubada completa da árvore, o que pode comprometer a conservação da espécie.

Estudando as comunidades de palmeiras das florestas tropicais da bacia do Tocantins, Kahn (1986) descreveu uma riqueza de 21 espécies, compreendendo 8 palmeiras arbóreas, 12 de sub-bosque e 1 lianescente. Nascimento et al. (2009) descreveram no território Krahô, 17 espécies, pertencentes a 10 gêneros, sendo uma quantidade expressiva, se comparada inclusive com alguns locais da Amazônia, que possuem 17 espécies (ALMEIDA e SILVA, 1997) e com outros locais do bioma Cerrado, com 14 espécies (MARTINS e FILGUEIRAS, 2006). Este importante grupo de plantas para a etnia Krahô deve ser priorizado em programas de manejo e conservação de recursos naturais, dada sua importância cultural e ecológica para a etnia. Também, essas espécies apresentam destaque, principalmente, no período entre as safras de recursos vegetais, quando existe uma menor disponibilidade de alimento nas aldeias.

De acordo com Melatti (1984) os cestos de folhas de buriti, de confecção rápida, são muito utilizados para transporte e para guardar alimentos e objetos. Para pequenos objetos, há outro tipo de cesto, feito com fitas da casca lustrosa do talo de buriti, de vários tamanhos, em forma de paralelepípedo com quinas arredondadas, fechado por uma sequência de nós num cordel. Há também esteiras trançadas com fibra de buriti, com franjas que forram os estrados de troncos de açaí bravo que servem de leito. Para dormir no pátio central, os rapazes usam outro tipo de esteira, mais simples.

Observou-se na aldeia Nava, 3 espécies de palmeiras exóticas, a *Bactris gasipaes* Kunth. (palmeira pupunha), *Cocos nucifera* L. (coco) e *Euterpe oleracea* Mart. (açaí). Nota-se que espécies exóticas, como açaí, também é utilizada para confecção de artesanatos.

Dentre todas as espécies encontradas, o buriti, o guarumã, a piaçaba e o pau roxo apresentaram maior diversificação de usos para confecção de artesanatos. Nascimento et al. (2009) também relataram essas espécies tendo uso frequente entre os Krahô, além da bacaba. Outros autores citam (JENSEN e BALSLEV, 1995; COOMES, 2004) que espécies do gênero Astrocaryum, principalmente o tucum, destaca-se como importante fonte de fibras naturais e muito utilizadas pelos Krahô na confecção de redes e esteiras.

Comum também é o uso da cabaça, como recipiente para água, cuia para servir ou guardar alimentos preparados, pequenas taças de uso ritual e na confecção de alguns instrumentos sonoros: a cabacinha com quatro furos; a buzina, na qual completa o gomo de taquara; no cinto de algodão, sob a forma de sininhos sem badalos que se chocam uns contra os outros, usado na cintura por corredores, amarrado abaixo do joelho ou socado contra o chão pelos cantores. Segundo Melatti (1984) o principal instrumento sonoro, o maracá, era confeccionado de maracá. Atualmente verifica-se que o mesmo é feito de cabaça (planta rasteira cujos frutos se apoiam no chão) e também de cuité (fruto de uma árvore). Com ele o cantor dirige o canto das mulheres, sendo a música vocal um dos aspectos mais elaborados da vida ritual e artística dos Krahô (MELATTI, 1984).

Várias espécies de madeiras são utilizadas para confecção de objetos artesanais e de uso doméstico, como é o caso da madeira conhecida vulgarmente como pau-roxo. Com esta, os Krahô esculpem seus objetos de utilização doméstica, como o pilão para descascar o arroz e os objetos de uso nos rituais comemorativos, como as *lanças* e *bordunas*, instrumentos antigamente utilizados para defesa nos momentos de "guerras". É interessante notar que os Krahô não possuem um trabalho artesanal em madeira de grande expressão artística; apenas os fazem para uso em alguns de seus rituais. Segundo Melatti (1984), somente os *cetros* esculpidos em pau-brasil, são mais bem elaborados, pois são usados pelos rapazes Krahô no *ritual de iniciação* - definido como a passagem do jovem para a vida adulta.

Observou-se que o uso de penas entre os Krahô como expressão artística, está normalmente ligado aos seus ritos. Ainda Melatti (1984) relatou que a colagem de penas ao corpo é muito comum entre os índios Timbira. Eles se utilizam de plumárias para embelezamento e composição de seus desenhos corporais, por ocasião de seus rituais, mas elas pouco aparecem em seus objetos artesanais. As penas são extraídas das aves que, como os "periquitos verdes", no período de produção das roças de arroz, aparecem em bandos, à busca dos grãos para se alimentarem, e que são mortos. Suas penas são então retiradas para serem usadas nos cerimonias da ocasião ou são armazenadas com a finalidade de ser utilizar em outros rituais, no futuro.

Foi possível observar que em certas ocasiões, alguns índios da aldeia Nova armazenavam as penas obtidas em caçadas ou em suas caminhadas pelas roças, em sacos plásticos fechados, reutilizados das embalagens de alimentos que adquiriam na cidade, a fim de conservá-las intactas. Não se observou, entretanto, o uso de "caixas" com tampa, feitas do talo de buriti escavado e amarradas com um cordel, conforme relatado por Melatti (1984) a respeito dos Timbiras. Não sabemos precisar exatamente o período cronológico, em que o autor fez esta observação, mas seus estudos junto aos Krahô iniciaram-se na década de 1960.

Outro tipo de objeto que os Krahô não fabricam mais são os talhados em pedras, uma vez que os mesmos foram sendo substituídos por instrumentos de aço e ferro, como no caso do machado. Eventualmente, é possível ver este tipo de instrumento feito de pedra e ornamentado, sendo utilizado na aldeia por um cantador Timbira em uma cerimonia festiva.

O artesanato e sua função social

Se por um lado o artesanato permanece com função utilitária no cotidiano da vida dos Krahô, por outro se mantém como importante componente nos rituais do grupo. Os

cerimoniais ou rituais estão intensamente presentes na vida das comunidades Krahô (MELATTI, 1978).

Geralmente nas sociedades indígenas a arte se manifesta na confecção de utensílios utilitários, e os cânticos e as danças são destinados antes de tudo aos rituais. Não é comum os objetos serem elaborados com a finalidade exclusivamente artística (MELATTI, 1984).

Dois são os objetos especialmente elaborados para uso nos rituais: o cinto, peça artesanal confeccionada com o fruto de uma palmeira na função de pingente e disposta junto ao cinto que é tecido com fios de algodão, usado pelo cantor, e tem a função de instrumento musical e de compor a marcação do ritmo do canto; e o *maracá* que é o instrumento principal nas cantorias entre os Krahô em seus rituais festivos. Esse é feito de um tipo de cabaça e uma haste de madeira para segurá-lo, como um tipo de chocalho, que é pintado com urucum, sendo com este instrumento que o "cantor" faz a maestria e a afinação dos cantos dos ritos. Ambas as peças têm particular importância na expressão da cultura imaterial e ambos têm função singular nos rituais, pois são instrumentos artesanais confeccionados para uso exclusivo nas cantorias. A música é a manifestação artística mais importante para os Krahô (MELATTI, 1984).

A palha não é somente utilizada na confecção de utensílios domésticos, mas também tem seu papel relevante nos rituais, como por exemplo, na festa do "Peixe e da Arraia". Neste ritual festivo os alimentos oferecidos são embalados com folhas verdes de buriti, e essas "embalagens" tem o formato de peixes, representando os peixes do ritual. Representando a arraia são tecidas duas máscaras corporais utilizando a palha seca da folha do buriti, que é trançada na forma de uma esteira fechada (como uma roupa ficando apenas dois orifícios para os olhos). Essas máscaras são vestidas por homens da aldeia durante o ritual.

Segundo Ribeiro (1987), na produção dos artefatos domésticos de uma casa indígena há distinção de gênero entre quem faz que tipo de peça. Na maioria dos grupos a confecção dos objetos artesanais trançados cabe aos homens, como é o caso entre os Timbira.

Entre os Krahô, há partes do mesmo objeto que são confeccionadas por pessoas do sexo oposto, como é o caso de determinados cestos, geralmente, confeccionados pelas mulheres e cujas alças só podem ser feitas pelos homens (MELATTI, 1984).

Em geral os artigos artesanais como o tipiti, os cestos em miniatura, o espanador, as bolsas, as esteiras, as flechas, os arcos, o maracá, a lança, o cachimbo, o mocó, o abanador e a alça dos côfos são confeccionados na grande maioria pelos homens. Também é atributo dos homens a confecção das peças talhadas em madeiras, como as bordunas, cetros, bancos e pilões. Já os côfos, o cinto, o capacete, a tipóia, os colares e pulseiras, e

os utensílios de uso doméstico confeccionados com cabaça e cuia são as mulheres e as meninas as responsáveis.

As mulheres entre suas atividades de roça e afazeres domésticos, confeccionam adornos para serem usados nos rituais ou para serem vendidos aos "*cupen*"[3] (pessoa não índio).

De modo geral a divisão do trabalho nos grupos indígenas do Brasil se dá pela divisão por sexo e por idade. Isto é, um homem faz o que todos os outros fazem, bem como uma mulher faz o que todas as outras. Não há exclusividade de tarefas dentro de cada grupo indígena. É claro que cada grupo tem suas especificidades e habilidades artísticas, e deste modo cada sociedade costuma produzir alguns artefatos que outras não produzem. Deste modo, se dá a troca entre os grupos e intra-grupos.

Pode ser observado junto ao grupo da aldeia Nova que há troca de alimentos entre grupo de homens e de mulheres, com é o caso da coleta de mel ou de caçada para obtenção de carne. Formam-se grupos de homens que saem para realizar tal tarefa e quando retornam as mulheres da aldeia trocam o produto da caçada ou coleta por alimento pronto, isto é, elas preparam alimentação para todos os homens sem distinção e trocam com eles pelos "produtos" obtidos.

Melatti (1984, p.70) relatou que estes gestos de troca entre membros da aldeia de diferentes casas sem aparente razão de ser, já que todas as mulheres podem fazer comida e todos os homens podem caçar e coletar mel tem alto valor social, sendo úteis para estreitar os laços de solidariedade entre todos os indivíduos da aldeia.

Observamos que é comum entre os Krahô a troca de seus artigos artesanais com os seus “parentes”, em ocasião de estarem em visita ou quando eles saem da sua aldeia para visitar outras. É bastante comum encontrar artesanato Apynajé, Kricati Gavião e Canela nas aldeias Krahô, devido ao sistema de troca realizada entre esses grupos indígenas.

Nas sociedades indígenas há distinção entre comércio e troca ritual. Segundo Melatti (1984), essas práticas não são mutuamente exclusivas, já que no comércio indígena, embora troquem produtos diferentes entre eles, a transação do bem é realizada como se fosse este um "presente", isto, pois, não há necessária condição de exata equivalência entre os valores dos "presentes-bens" trocados. Um fato que influencia esta realidade é o de não haver o mesmo tipo de matéria-prima para confecção de um mesmo artigo em todas as aldeias Krahô.

Observou-se, em nosso levantamento de campo, que no ambiente onde está localizada a Aldeia Nova não existe uma árvore vulgarmente conhecida como "coité" (*Crescentia* ssp.), cujo fruto é utilizado pelos Krahô para confecção de *maracás* e cuias de

uso doméstico. Esta matéria-prima é sempre um objeto de interesse para alguns membros desta aldeia quando tem oportunidade de troca de "presentes".

Também, a miscigenação étnica é uma das vias de difusão de traços culturais. De acordo com Ribeiro (1987), inúmeros artefatos de uso doméstico tornaram-se, no passado e ainda no presente vigoram como objeto de trocas intertribais.

É comum observar a influência artística de outros grupos indígenas, como por exemplo, objetos artesanais de uso doméstico confeccionados por artesãos Apynajé e Canelas, presentes em algumas casas da Aldeia Nova, e a influência destes sob as peças produzidas por artesãos dessa aldeia Krahô.

O artesanato na geração da renda e suas ressonâncias

O artesanato muitas vezes é tratado como uma forma de renda para o grupo, apesar de não ser comum encontrar nas aldeias estoque de peças. Como a confecção de artigos artesanais não é a principal atividade das famílias deste grupo indígena, a produção varia conforme a necessidade de recursos financeiros para suprir as necessidades de subsistência da família. Ocorre também que alguns membros da comunidade, sabendo que há ocasiões em que virão "*cupen"* de outros estados e de outros países para visitá-los na aldeia, aproveitam a oportunidade para vender seus artigos ou trocá-los por algum futuro "presente" que os visitantes trarão na próxima visita. Esta forma de negociação através da troca é prática comum entre os Krahô, pois com essa estratégia eles conseguem obter alguns artigos que necessitam para confeccionar seus colares e pulseiras, especialmente as "miçangas" (contas coloridas que eles combinam com enfeites de origem animal, como dentes, penas e ossos, também com sementes, compondo assim seus adornos artesanais). A forma mais comum do grupo conseguir este produto é através dos *cupen* visitantes que os presenteiam. É freqüente ver os visitantes que vem de outros estados, principalmente de São Paulo, trazer miçangas para algumas mulheres da aldeia.

A introdução das manufaturas não tradicionais na cultura material desses povos estimulou de forma progressiva a sua dependência ao consumo de bens materiais, e ao mesmo tempo a desvalorização da produção cultural. Deste modo, criou-se um sistema de dependência, o acesso a esses objetos utilitários não tradicionais, depende restritamente do “capital". Observamos este fato também na aldeia Nova, onde há substituição de objetos tradicionais de uso doméstico por objetos adquiridos nas cidades. Esse é o caso da substituição das cuias e cabaças, de utilidade para transporte e armazenagem de água e alimentos, por potes de barro e plásticos e filtros. Outro exemplo são as esteiras, utilizadas para forrar o chão ou a *tarimba* (estrutura feita de troncos finos de árvores no formato de

[3] Denominação na língua Timbira para referir-se ao não índio.

cama), que observamos ser hoje habitualmente confeccionada para venda, que foram substituídas por redes de dormir feitas industrialmente e, que são adquiridas através de trocas na própria aldeia ou entre aldeias, com outros objetos de interesse ou compra nas cidades.

Segundo Ribeiro (1987), os objetos que vem resistindo por mais tempo a esta substituição, são os objetos que tem uso na fabricação de produtos oriundos da mandioca, como é o caso da fabricação da farinha e de outros alimentos oriundos desse produto. As peneiras, abanos, tipitis e as cuias podem ser encontradas em algumas casas da aldeia Nova, pois a farinha de mandioca ainda faz parte da base alimentar desse grupo.

Considerações finais

Vale mencionar que os Krahô não têm no artesanato a sua máxima expressão da cultura material. Eles valorizam muito o embelezamento e a estética corporal, através do corte de cabelo, a qual é a marca expressiva de identificação do grupo. Além de suas pinturas corporais, que os identificam entre o próprio grupo indígena como pertencente deste ou daquele grupo social.

O artesanato assume formas de acordo com a leitura que o artesão indígena faz do gosto do *cupen*, com relação à valorização do objeto. A expressão artesanal é por vezes manipulada como uma forma de produção de capital, isto é, para venda e geração de recursos financeiros. Neste momento assume um papel que não é o cultural. Este é feito para atender as expectativas dos *cupen,* pois não se trata de um instrumento da cultura material do grupo, e sim tem como função, o comércio, e não a utilidade e ou função social.

Foi observado que para o homem Krahô, a manifestação artística mais enfatizada é o do cuidado com o corpo e com a estética do cabelo. Essa expressão também é observada entre as mulheres jovens da aldeia. Os Krahô são exímios atletas de corrida. Vale salientar que a manifestação cultural através dos cantos é o ponto mais veemente da cultura imaterial desse grupo indígena.

Há diversas matérias-primas do cerrado com função de produção de artesanato na aldeia Nova, evidenciando o uso e o conhecimento do grupo para esse fim. As trocas e o comércio das peças entre os Krahô com o não índio vêm ocorrendo desde o contato pacífico, tendo importância econômica e social, coexistindo com sua função ritual e atrelada a cultura material e imaterial do grupo.

Referências

ALMEIDA, S.S; SILVA, P.J.D. **As palmeiras**: aspectos botânicos, ecológicos e econômicos.

LISBOA, P.L.B. (Org.) Caxiuanã: Museu Paraense Emílio Goeldi. Belém, Brasil. pp. 235-251, 1997.

AZANHA, G. **A Forma Timbira: Estrutura e Resistência.** Dissertação de Mestrado - Universidade de São Paulo, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 138 p., 1984.

CAVASSAN, O. **Florística e fitossociologia da vegetação lenhosa em um hectare de cerrado no Parque Ecológico Municipal de Buru (SP).** Tese de Doutorado – Instituto de Biociências, Universidade de Campinas, 152 p., 1990.

CIPRF - Conferência Internacional e Programa sobre Recursos Fitogenéticos (CIPRF). Relatório dos países da América do Sul: EMBRAPA, MRE, MAARA & CENARGEM, 61 p. 1995.

COOMES, O.T. Rain forest 'conservation through use'? Chambira palm fiber extraction and handicraft production in a landconstrained community, Peruvian Amazon. **Biodiv. Cons.**, v. 13, pp. 351-360, 2004.

FUNASA – Fundação Nacional de Saúde. Disponível em: www.funasa.gov.br. Acesso em: 10/09/2013.

JENSEN, O.H.; BALSLEV, H. Ethnobotany of the fiber palm Astrocaryum chambira (Arecaceae) in Amazonian Ecuador. **Econ. Bot.**, v. 49, pp. 309-319, 1995.

KHAN, F. Les palmiers des forêts tropicales humides du bas Tocantins (Amazonie bresilienne). **Rev. Ecol.**, São Paulo, v. 41, p. 3-13. 1986.

MARTINS, R.C.; FILGUEIRAS, T.S. **Arecaceae:** Flora do Distrito Federal, Brasil. Embrapa Recursos genéticos e Biotecnologia. Brasília. Brasil. 356 p. 2006.

MELATTI, J.C. **Ritos de uma tribo Timbira**. São Paulo, Ática, 367 p. 1978.

MELATTI, J.C. Questões sobre a identidade Krahô. **Anuário Antropológico**, Rio de Janeiro: v. 82, p. 189-94, 1984.

NASCIMENTO, A.R.T.; SANTOS, A.A.; MARTINS, R.C.; DIAS, T.A.B. Comunidade de palmeiras no território indígena krahò, Tocantins, Brasil: biodiversidade e aspectos etnobotânicos. **Interciência**, Caracas, v. 34, n. 3, 2009.

PINTO, J.G.; GARAVELLO, M.E.P.E. Transformação (agri) cultural ou etnossustentabilidade: relato de uma aldeia Bororo. **Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, v. 3, n. 2, pp. 54-60, 2002.

PIVELLO, V. R. Disponível em: www.mre.gov.br/cdbrasil/itamaraty/web/port/meioamb/ecossist/cerrado/apresent.htm. Acesso em: 17 nov. 2013.

RIBEIRO, B.G. (Coord). **Suma etnológica brasileira**. Edição atualizada do Handbook of South American Indians. Ed. Petrópolis. vol. 2, 2ªed., 1987.

RODRIGUES, E. **Usos rituais de plantas que indicam ações sobre o sistema nervoso central pelos índios Krahô, com ênfase nos psicoativos.** Tese de Doutorado – Universidade de São Paulo. Escola Paulista de Medicina, 105 p. 2001.

SCHIAVINI, F. Estudos etnobiológicos com o povo Krahô. In: CAVALCANTI, T.B, WALTER, B.M.T. (Orgs.) **Tópicos atuais em botânica**. Sociedade Botânica do Brasil. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. Brasília, Brasil. pp. 278-284, 2000.

SILVA, R.J.N.; GARAVELLO, M.E.P.E. Alterações nas Estratégias de Subsistência: O caso dos índios brasileiros xavantes. **Rev. Segurança Alimentar e Nutricional**, n. 16, v. 1, pp. 32-48, 2009.

VIERTLER, R.B. **Ecologia cultural**: uma antropologia da mudança. São Paulo: Ática, 1988. 61p.

Recebido para publicação em 04 de outubro de 2015.

Devolvido para a revisão em 13 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2016.

Manutenção do sistema agroalimentar em território de conservação ambiental: o caso da APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP

Katia Maria Pacheco dos Santos
Profa. Dra. Universidade de Brasília - Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária
e-mail: pachecokatia@unb.br

Rafael José Navas da Silva
Prof. Dr. Universidade Federal de Alagoas - Centro de Ciências Agrárias
e-mail: navas_rj@yahoo.com.br

Adla Alves Alexandre
MSc. Economia Doméstica - Fundação Instituto de Terras de São Paulo
e-mail: adlaalex@yahoo.com.br

Andrea Yumi Sugishita Kanikadan
Profa. Dra Universidade Federal de Alagoas – Campus Arapiraca
e-mail: akanikadan@gmail.com

Maria Elisa de Paula Eduardo Garavello
Profa. Dra. Associada ESALQ-USP
e-mail: mepegara@usp.br

Resumo

A agricultura em pequena escala é uma prática comum nas unidades de conservação no bioma mata atlântica, configurando diferentes realidades quanto à segurança alimentar das populações. Nesta pesquisa objetivou-se abordar a relação entre modo de vida e segurança alimentar na Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo, localizada no Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga/ Vale do Ribeira/SP. Os métodos usados para a coleta de dados incluíram questionário semiestruturado e recordatório 24 horas. Os resultados observados evidenciam que a produção agroalimentar local contribui para a manutenção de uma dieta alimentar diversificada, resultando na manutenção da segurança alimentar das unidades familiares. Na unidade de conservação, nota-se que a produção agrícola é majoritariamente destinada à alimentação da família. Verificou-se que as práticas agroalimentares também contribuem para a manutenção da agrobiodiversidade do referido território, e podem ser entendidas como uma estratégia de salvaguarda dos saberes e práticas agrícolas locais. A mudança da categoria de unidade de conservação permitiu aos agricultores fazerem uso da terra não mais na condição de clandestinidade. Conclui-se que as práticas de produção agroalimentar na APA não contradizem a premissa dessas unidades de conservação e contribuem para a manutenção da segurança e soberania alimentar.

Palavras-chave: Área de proteção ambiental; mata atlântica; hábitos alimentares.

Maintenance of the food system on the territory of environmental conservation: the case of the APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP

Abstract

Small-scale farming is a common practice in protected areas in the Atlantic Forest biome, setting different realities on food security of the population. This research aimed to address the relationship between livelihoods and food security in the Environmental Protection Area Planalto do Turvo in the Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga/Ribeira Valley/SP State. The methods used for data collection included semi-structured questionnaire and 24-hour recall. The observed results show that the production practices do not contradict the premise of conservation and contribute to the maintenance of food security and sovereignty. It was found that the agri-food practices also contribute to the maintenance of agricultural biodiversity that territory, and can be understood as a safeguard strategy of knowledge and local farming practices. In the protected area, the agricultural production is mainly intended for family food. The change of the category of protected area has enabled farmers to make use of the land no longer in hiding condition.

Key words: Environmental protection area; atlantic forest; food habits.

Mantenimiento del sistema alimentario en el territorio de conservación ambiental: el caso de la APA Planalto do Turvo/Vale do Ribeira/SP

Resumen

La agricultura en pequeña escala es una práctica común en las áreas protegidas en el bioma de la Mata Atlántica, estableciendo diferentes realidades en la seguridad alimentaria de la población. Esa investigación tuvo como objetivo abordar la relación entre los medios de subsistencia y la seguridad alimentaria en el Área de Protección Ambiental Planalto do Turvo, ubicada en Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, Vale do Ribeira, Estado de São Paulo. Los métodos utilizados para la recolección de datos incluyeron cuestionario semi-estructurado y recordatorio de 24 horas. Los resultados observados muestran que las prácticas de producción no contradicen la premisa de la conservación y contribuyen al mantenimiento de la seguridad y soberanía alimentaria. Las prácticas agroalimentarias también contribuyen al mantenimiento de la biodiversidad agrícola de ese territorio , y pueden entenderse como una estrategia de salvaguardia de los conocimientos y prácticas agrícolas locales. En el área protegida, se observa que la producción agrícola se destina principalmente para la alimentación familiar. El cambio de la categoría de área protegida ha permitido a los agricultores hacer uso de no más en ocultar la condición de la tierra.

Palavras-clave: Área de protección ambiental; foresta atlántica; hábitos alimenticios.

Introdução: Produção de autoconsumo, segurança e soberania alimentar

Diferentes sistemas agrícolas foram sendo desenvolvidos em várias partes do mundo (REIJNTJES et al., 1994), moldando o abastecimento e consumo de alimentos no mundo contemporâneo. A agrobiodiversidade é fruto do manejo complexo e dinâmico dos cultivos agrícolas, sendo também um fenômeno cultural (SANTILLI, 2009).

Os agricultores camponeses detêm saberes que possibilitam manipular uma base de recursos, o que lhes garante determinada autonomia (PLOEG, 2008), que se traduz como aprovisionamento alimentar pela produção familiar para autoconsumo.

A organização da produção leva em conta os ciclos próprios da natureza, a partir do qual se constroem as técnicas mais adequadas e os processos de trabalho. Em suas

práticas produtivas, as comunidades expressam sua leitura do ambiente, desenvolvida num movimento de relações empíricas e cotidianas com o meio, na construção de seu modo de vida. A leitura que fazem do seu espaço ecológico remete aos usos que elas aí praticam, diretamente relacionados à reprodução da sua vida material e simbólica (FERREIRA, 2006).

Gazolla (2004) classifica o autoconsumo também chamado de agricultura e/ou produção para subsistência como uma característica própria da agricultura familiar. De acordo com Maluf (2002) a viabilização das atividades de produção agroalimentar continua sendo elemento essencial para a reprodução das famílias do meio rural, tanto como fonte direta de renda e de alimentos para o autoconsumo, quanto por fornecerem a base necessária para muitas das atividades não agrícolas.

A produção para autoconsumo cumpre uma importante função ao manter internamente a unidade familiar e a satisfação de uma de suas necessidades vitais: a alimentação. Configura-se como uma estratégia que confere às unidades familiares maior controle sobre o processo produtivo e, por conseguinte, sobre a sua reprodução social (PLOEG, 2006). Pesquisas sobre este tema concluíram que esta atividade contribui para a segurança alimentar, para a redução da pobreza rural, e tem interfaces com a sociabilidade e a identidade dos agricultores (MENASCHE, 2007; RAMOS, 2007; GAZOLLA, 2004; SANTOS e FERRANTE, 2003).

No bojo do debate sobre segurança alimentar de povos e comunidades tradicionais é preciso considerar como uma estratégia para tal, a produção de autoconsumo, onde a qualidade da alimentação pode ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar, em contraposição à subordinação imposta pela produção de alimentos em quantidade sem qualquer preocupação quanto à qualidade e à origem.

A manutenção da segurança alimentar em grupos humanos habitantes em unidades de conservação de uso sustentável está associada a uma mudança na forma de acesso aos recursos naturais, imposta pelas leis ambientais.

O Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) não chegou a estabelecer uma categoria de unidade de conservação especialmente voltada para a proteção da agrobiodiversidade, cujo conceito reflete as dinâmicas e complexas relações que se estabelecem entre as sociedades humanas, as plantas cultivadas e os ambientes nos quais convivem, repercutindo sobre as políticas de conservação dos ecossistemas cultivados, de promoção à segurança alimentar e nutricional das populações, de inclusão social, bem como de desenvolvimento sustentável (SANTILLI, 2009, p. 95).

A segurança alimentar apareceu mais explicitamente no cenário das políticas públicas brasileiras somente a partir dos anos 1980. No bojo desses debates a respeito da segurança alimentar é observado que essa aponta para além do aspecto da qualidade

nutricional do alimento, mas também ao respeito aos hábitos culturais e aos modos de produção ecologicamente sustentáveis.

Numa perspectiva antropológica, a alimentação deve ser vista como uma dimensão da cultura em interação dinâmica com o meio ambiente, a economia e os valores de cada grupo social.

Segundo Maluf e Menezes (2006), são três os pontos norteadores da segurança alimentar, sendo a qualidade nutricional dos alimentos; os hábitos/cultura alimentar específicos de cada comunidade ou grupo social; e a sustentabilidade do sistema alimentar, ou seja, a contínua produção e presença de alimentos.

Considerada nesses termos, há que se considerar ainda que as estratégias de segurança alimentar no meio rural, se aproximam ao que é preconizado pela soberania alimentar. Entende-se por soberania alimentar o direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra, que sejam ecológica, social, econômica e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas (MALUF, 2002).

Vale destacar que no ano de 1996 foi realizada a Cúpula Mundial da Alimentação, promovida pela FAO. Nessa ocasião tornou-se inevitável a polarização sobre o tema do comércio internacional de alimentos. Menos no debate entre governos e mais pelas enérgicas manifestações de representações da sociedade civil. É neste momento que emerge com força a ideia da soberania alimentar. A mais ativa representação internacional dos camponeses, a Via Campesina, reivindica a soberania alimentar como “o direito de cada nação manter e desenvolver sua própria capacidade para produzir os alimentos básicos dos povos, respeitando a diversidade produtiva e cultural” (VALENTE,2001).

Em 2001 em Cuba a concepção de soberania alimentar foi defendida pela Via Campesina em Cuba no Fórum Mundial sobre Soberania Alimentar, que reuniu trabalhadores do campo, indígenas, pescadores, organizações não governamentais, organizações da sociedade civil e pesquisadores.

A soberania alimentar é portanto, entendida como direito dos povos a definir suas próprias políticas e estratégias sustentáveis de produção, distribuição e consumo de alimentos que garantam o direito à alimentação para toda a população, com base na pequena e média produção, respeitando suas próprias culturas e a diversidade dos modos camponeses, pesqueiros e indígenas de produção agropecuária, de comercialização e de gestão dos espaços rurais, nos quais a mulher desempenha um espaço fundamental (FÓRUM SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR, 2001).

Posteriormente, o conceito tomou mais fôlego no sentido da construção da soberania alimentar como

> O direito dos povos, comunidades e países de definir suas próprias políticas sobre a agricultura, o trabalho, a pesca, a alimentação e a terra que sejam ecologicamente, socialmente, economicamente e culturalmente adequados às suas circunstâncias específicas. Isto inclui o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a se alimentar e produzir seu alimento, o que significa que todas as pessoas têm o direito a uma alimentação saudável, rica e culturalmente apropriada, assim como aos recursos de produção alimentar e à habilidade de sustentar a si mesmo e as suas sociedades (VIA CAMPESINA, 2002, p. 23).

Deste modo, o conceito de soberania alimentar se apresenta de forma mais abrangente do que segurança alimentar, uma vez que reflete a preocupação dos agricultores campesinos enquanto produtores reais de alimentos, com base na sua cultura de produção agrícola e no espaço geográfico local. A prática defendida pela Via Campesina está baseada na produção através de métodos sustentáveis, culturalmente apropriados, com fins a propiciar que o consumidor defina seu consumo alimentar. Ao contrário do que é advogado pela indústria agroalimentar, estes se posicionam de forma contrária ao modelo agroindustrial da produção de alimentos.

Para além das questões do acesso aos alimentos e também das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais: agricultura camponesa, preservação da biodiversidade e autodeterminação daquilo que é consumido pelos povos. Proposto pelos movimentos sociais do campo, especialmente pela Via Campesina, o conceito surge como um posicionamento crítico à aproximação que o conceito de segurança alimentar utilizado possuía com o viés neoliberal. De acordo com Campos e Campos (2007) para este movimento, a questão alimentar até então abordada se preocupava apenas em garantir alimentos, sem se importar com onde e como são produzidos, o que favorece o agronegócio e contribui para inviabilizar a agricultura camponesa.

Nesse sentido, vale destacar a necessidade de se considerar a noção de soberania alimentar enquanto perspectiva que se fundamenta na salvaguarda das agriculturas locais como meio eficaz de produção de alimentos e de combate à fome, uma vez que esta concepção considera as agriculturas locais como aquelas que mobilizam de forma mais harmoniosa os recursos naturais disponíveis em suas terras e são praticadas por agricultores familiares que mantêm sua identidade. Para além das questões do acesso aos alimentos e também das formas de obtê-los, a soberania alimentar envolve três aspectos fundamentais, sendo a agricultura camponesa, a preservação da biodiversidade e a autodeterminação daquilo que é consumido pelos povos.

Tratou-se, portanto, no presente trabalho de verificar como as práticas agrícolas de unidades familiares residentes em unidades de conservação de uso sustentável se relacionam com os preceitos da segurança e soberania alimentar e ainda analisar se tais práticas podem ser consideradas compatíveis com a premissa dessa unidade de

conservação, e, se estas têm proporcionado ações de reforço a práticas ecológicas de produção de alimentos.

Metodologia

A referida Área de Proteção Ambiental - APA está localizada nos municípios de Barra do Turvo e Cajati/SP, possuindo área de 2.721,87 hectares no território do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga – MOJAC.

Segundo o cadastro realizado pelo Instituto de Terras do Estado de São Paulo - ITESP em 2009, na APA Planalto do Turvo existem 374 famílias, sendo a localização denominada como bairro Bela Vista - o mais populoso, principalmente em decorrência da ocupação de migrantes vindos de diversas regiões do país, mais expressivamente do norte do Paraná.

Este estudo se baseou fundamentalmente nos dados coletados durante a pesquisa para a tese Doutorado concluída no ano de 2015, que abrangeu esta Unidade de Conservação e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável dos Quilombos do Médio Ribeira, ambas no MOJAC. A sistemática de investigação junto a famílias de agricultores da APA obedeceu a uma sequência de etapas, abrangendo os hábitos alimentares das famílias da Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo e as práticas agrícolas realizadas.

Foram selecionados indivíduos das famílias de agricultores para realizar entrevistas seguindo o critério de uso e residência, ou seja, ser morador e exercer práticas agrícolas, visando entender a diversidade dos sistemas agroalimentares.

Utilizou-se a técnica da entrevista semiestruturada como instrumento de coleta de dados (MINAYO, 1994), o método recordatório 24 horas e a frequência de consumo dos principais itens alimentares que constituem a dieta. O questionário de frequência de consumo, segundo Holanda e Barros Filho (2006), é um instrumento para apontar as preferências, bem como a frequência de ingestão de alimentos e bebidas. Também fez parte deste roteiro a fonte dos alimentos.

A pesquisa de campo se deu entre os meses de março a dezembro de 2012, com entrevistas em 24 unidades familiares que atenderam ao critério estabelecido inicialmente.

Resultados e Discussão: Caracterização socioeconômica dos agricultores da APA Planalto do Turvo

No início da década de 1970, após a construção da rodovia Regis Bittencourt (BR-116) no Estado de São Paulo, houve um maior crescimento econômico no Vale do Ribeira, estimulando a ocupação das áreas por migrantes do Paraná e de outros estados, mesmo

estas sendo terras devolutas. Este foi o caso de áreas no antigo Parque do Jacupiranga às margens da rodovia.

No início dos anos de 1980 muitas famílias de migrantes originárias do norte do Paraná, e, também na região norte do país, sul e centro-oeste, migraram para regiões do sul do estado de São Paulo (WESTPHALEN et al., 1968), como os migrantes que se estabeleceram em terras às margens da BR 116, constituindo o núcleo populacional, conhecido por bairro Bela Vista. As atividades de grande parte desses migrantes eram de caráter exploratório, com substituição das matas por pastagens, exploração ilegal de madeira, e também compra e venda de terra, realizada de modo ilegal.

O referido bairro Bela Vista compunha umas das localidades populacionais mais expressivas no interior do Parque Estadual do Jacupiranga. Esta Unidade de Conservação de Proteção Integral criado em 1968, passou a ser uma UC de Uso Sustentável em 2008, passando o bairro a integrar a área da denominada Área de Proteção Ambiental Planalto do Turvo com a criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga - MOJAC.

Do públicoalvo dessa pesquisa, 46% afirmaram serem migrantes do estado do Paraná, 20% são de Barra do Turvo e os demais de outros Estados do Brasil.

Não há sistema de saneamento e o fornecimento de energia apenas contempla as moradias próximas ao núcleo do bairro, pois a rede elétrica só foi instalada em parte da área, somente após a recategorização desta área do Parque Estadual de Jacupiranga em 2008, passando a constituir a então APA Planalto do Turvo. No bairro não há escola, nem rede de telefonia. Há um local adaptado para atendimento à saúde realizado pelo Programa de Saúde da Família.

Com relação a fontes de renda observou-se que a mais significativa era originária de aposentadoria, segundo declarado por 67% dos entrevistados. Como segunda fonte de renda estava a atividade agropecuária com 25% dos entrevistados, com destaque para pecuária de corte, sendo as demais relacionadas a atividades ligadas ao comércio local.

Quanto à renda declarada pelos agricultores em salário mínimo, observou-se que 13% recebiam até 1 salário; 50% entre 1 e 2 salários mínimos; 34% entre 2 e 3 salários e 3% acima de 3 salários.

Produção, origem e consumo de alimentos

Entre os agricultores da APA notou-se que 50% dos alimentos consumidos eram produzidos pelas unidades familiares, 42% eram adquiridos através da compra e 8% recebidos via doação, principalmente pelos programas públicos. Francisco (2006) verificou na Área Proteção Ambiental Guaraqueçaba a existência de três formas de acesso à alimentação, sendo as mesmas observadas nesse estudo.

Quanto aos valores empenhados mensalmente com alimentação, 33% tinham custo entre R$150,00 e R$300,00; 29,5% dos entrevistados afirmaram que o custo mensal com compra de alimentos está em torno de R$400,00; para 25% o custo era de R$ 500 a R$600 reais e 12,5% não quiseram informar.

Entre os agricultores, 51% produziam alimentos em áreas de roça (coivara) e 49% tinham cultivos nos quintais das casas. Com relação a criação animal, 66% possuíam frangos; 50% criação de suínos e 62,5% criavam gado, que era destinado para comercialização e consumo, sendo os demais apenas para consumo familiar.

Quanto ao convívio familiar nas refeições, 80% dos entrevistados indicaram realizar o jantar em família, diferente do almoço, devido a questões de trabalho ou estudo de algum membro da família.

Ao tratarmos sobre as preferências alimentares é importante discorrer a respeito das memórias alimentares do grupo. Para os agricultores da APA ficou nítido que a elaboração de alimentos para consumo no fim de semana tem uma carga de cuidado especial, como fica evidente ao ler os relatos abaixo.

"Quando tem visita faz algo diferente. Macarronada, canja caipira, vinagrete". (entrevistado 1).

"Biscoito de polvilho frito, aprendi com minha mãe, ainda quando morávamos em Presidente Prudente" (entrevistado 2).

"*O pudim de pão doce aprendi a fazer quando morava no Paraná e a polenta com frango observando quem fazia*" (entrevistado 3).

"Frango com polenta e quiabo, típica comida mineira, aprendi com minha mãe" (entrevistado 4).

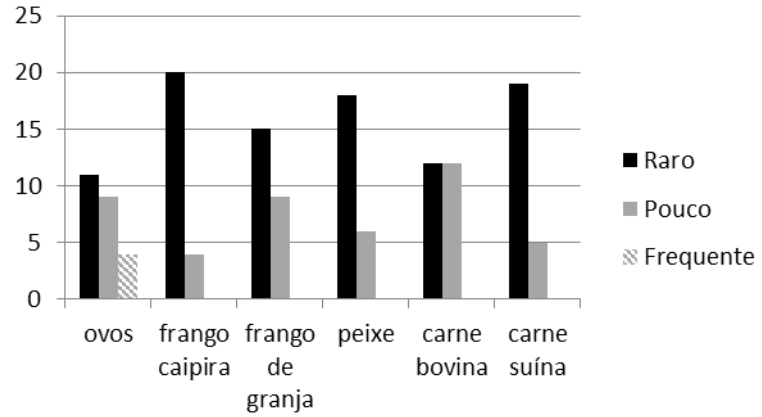
"Aprendi com minha mãe fazer pamonha, bolo de milho e cuscuz de milho" (entrevistado 5).

A dieta dos agricultores (recordatório 24 horas)

Observou-se, entre os entrevistados que as principais fontes de proteína eram constituídas por carne bovina, seguida de frango e carne suína, como observado no Gráfico 1. Esse resultado reflete a influência da alimentação do Sul do país, com alto consumo de carne bovina e pela sua criação ser representativa na área. Em pesquisa com comunidade residente em UC, Silva et al. (2015) verificou que nas comunidades com fácil acesso ao meio urbano havia maior consumo de carne bovina, diferentemente daquelas com difícil acesso. Em outras comunidades residentes em UC, pesquisas apontam para maior consumo de frango (NAVAS et al., 2015; FIGUEIREDO et al., 2011), o que pode ser

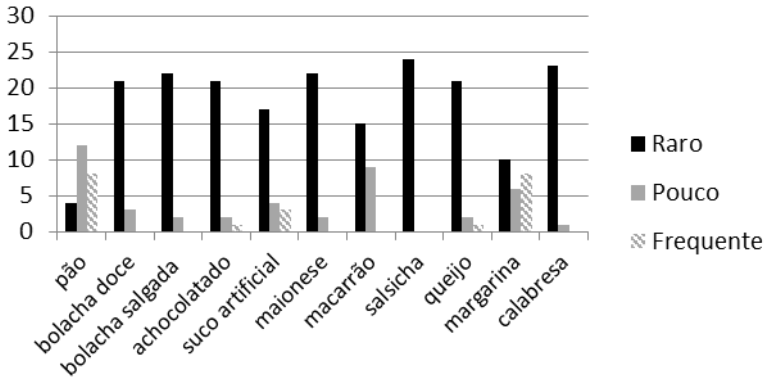
explicado pelo menor valor desse item para compra, evidenciando a importância da atividade pecuária para abastecimento familiar no caso da APA.

Gráfico 1 - Frequência de consumo das fontes de proteína de origem animal na alimentação das famílias



Entre os alimentos embutidos e industrializados notou-se baixo consumo entre as famílias, sendo principalmente margarina, sucos artificiais em pó e bolachas doces, como observado no Gráfico 2. Esse resultado é semelhante ao observado em pesquisa com comunidade quilombola da Reserva de Desenvolvimento Sustentável Barra do Turvo (SANTOS, 2015), e difere de outras pesquisas, que evidenciam alto consumo de itens industrializados entre comunidades tradicionais e residentes em UC (NAVAS et al., 2015; SOUZA e SOARES, 2011; SILVA e BEGOSSI, 2007; PIPERATA, 2007; CAMBUY, 2006; CGPAN, 2005).

Gráfico 2 - Frequência de consumo alimentos industrializados



Notou-se que a base alimentar dos agricultores da APA se constitui no consumo de arroz, feijão e farinha de milho (Gráficos 3 e 6), mas esses itens, na maioria dos casos, são adquiridos em supermercados.

Com relação a ingestão de frutas e verduras, o percentual de entrevistados que apresentaram ingestão de pelo menos 3 vezes por semana está em torno de 29% e 37,5% respectivamente, como observado nos Gráficos 4 e 6. Esse resultado é semelhante a outras pesquisas, que apontam baixo consumo desses itens na alimentação.

Gráfico 3 - Frequência de consumo de carboidratos, amidos e grãos

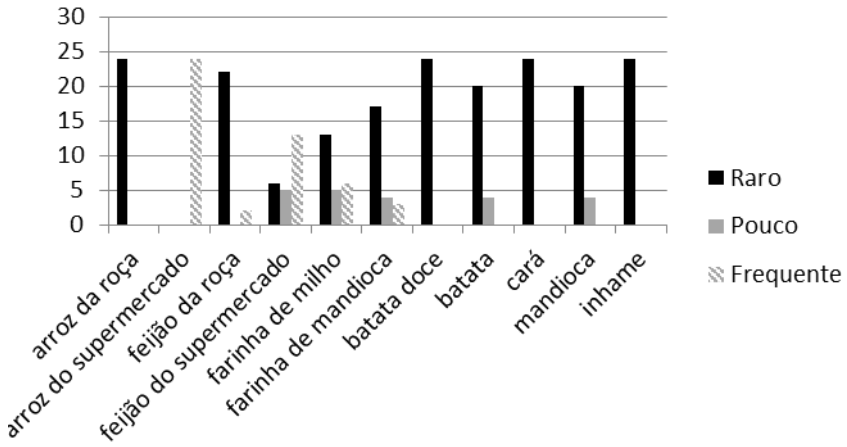
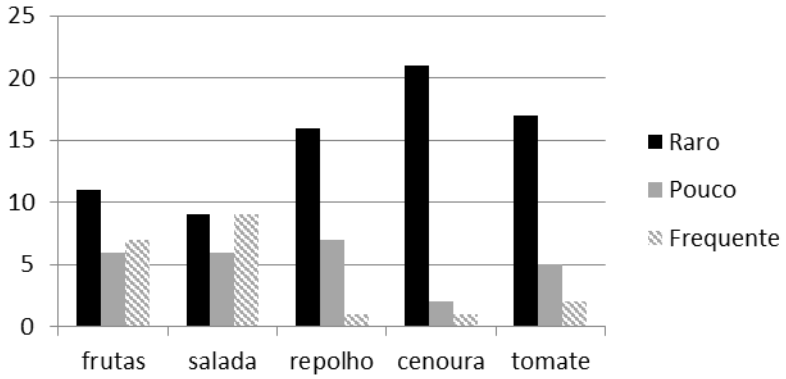


Gráfico 4 - Frequência de consumo de frutas e verduras



O café com açúcar, pão e leite são os itens mais consumidos no café da manhã pelos agricultores (Gráfico 5), mas ainda permanecem alguns hábitos dos migrantes, como o consumo do chimarrão.

O lanche da manhã e da tarde quando realizado, se caracteriza principalmente pelo consumo de café, leite, pão, ovo e sucos artificiais.

Gráfico 5 - Recordatório 24 horas: Café da manhã APA

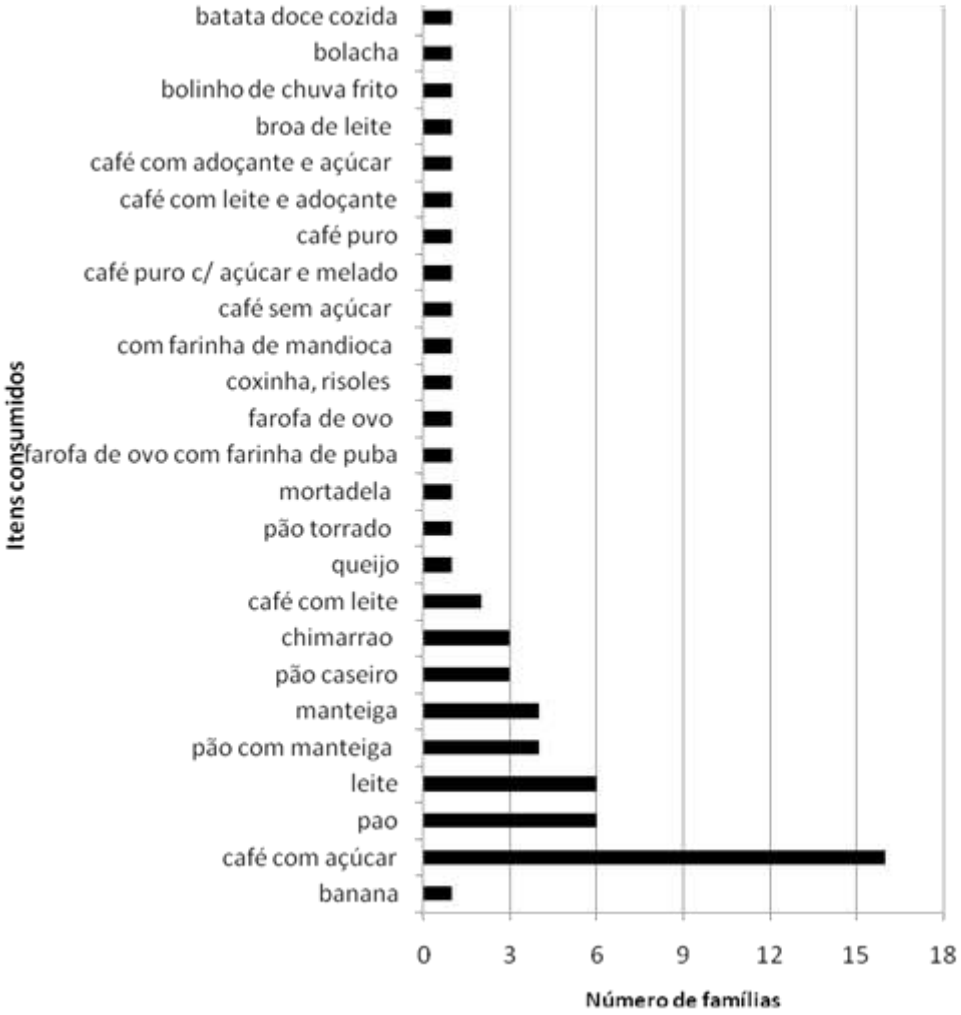


Gráfico 6 - Recordatório 24 horas: Almoço na APA

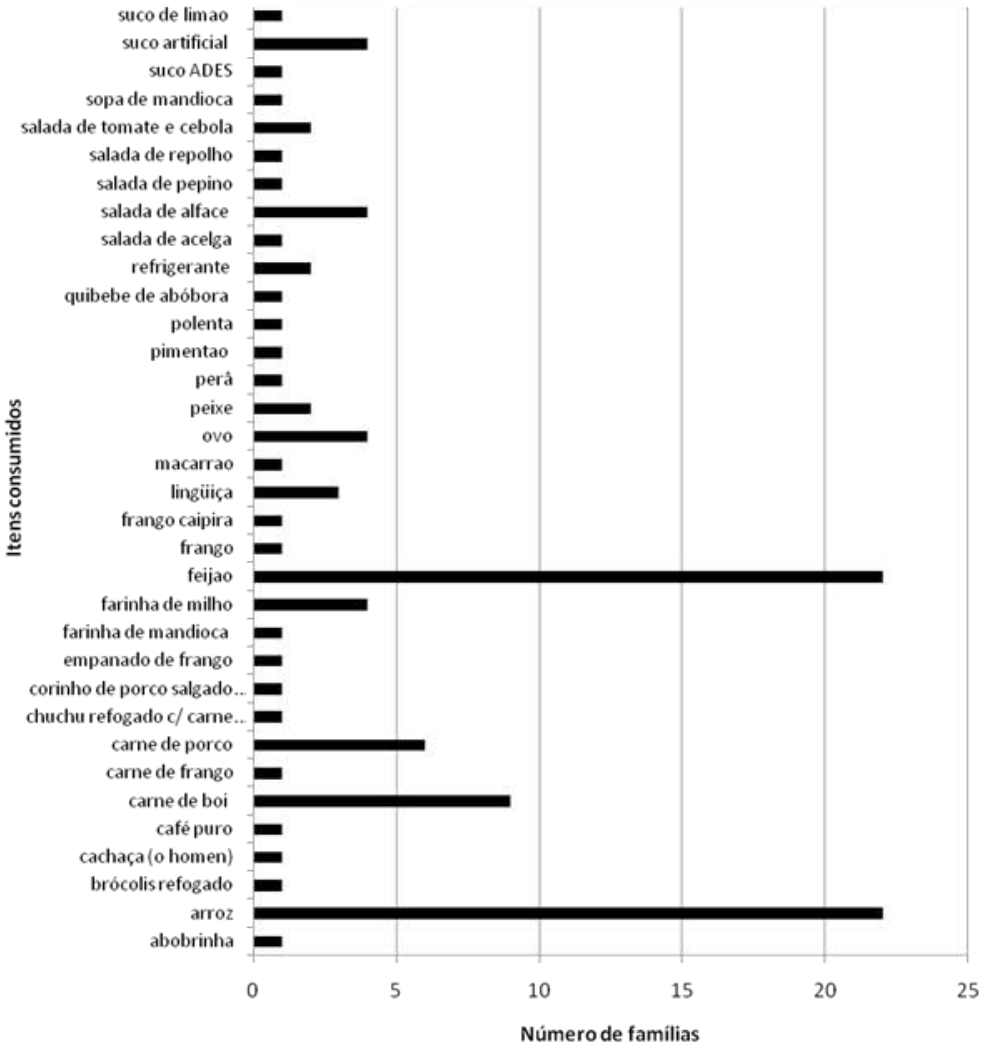
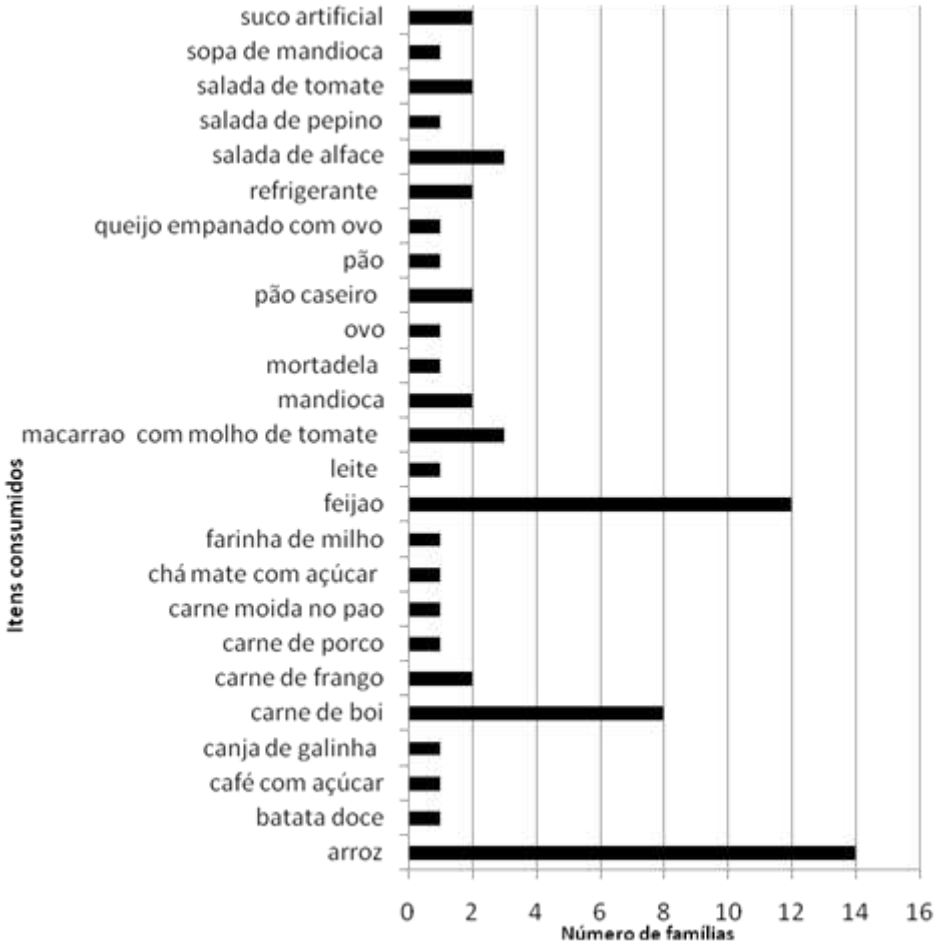


Gráfico 7 - Recordatório 24 horas: Jantar na APA



Considerações finais

Os resultados apresentados neste estudo reforçam a tese de que as práticas de produção agroalimentar na APA não contradizem a premissa dessas unidades de conservação e contribuem para a manutenção da segurança e soberania alimentar. Esse equilíbrio, porém, é frágil podendo se desestabilizar devido a fatores como redução da mão de obra e baixa produtividade. As práticas produtivas na APA vão ao encontro das três premissas descritas pela Segurança Alimentar, sendo a disponibilidade e o acesso aos alimentos e a estabilidade da produção.

A produção agroalimentar contribui para a manutenção de uma dieta alimentar diversificada, resultando na manutenção da segurança alimentar das unidades familiares. Na unidade de conservação, nota-se que a produção agrícola é majoritariamente destinada à alimentação da família. Além da produção, os alimentos são comprados com a renda advinda dos benefícios do governo e empregos não agrícolas.

Observou-se que a mudança da categoria de unidade de conservação permitiu aos agricultores fazer uso da terra não mais na condição de clandestinidade. A produção de

autoconsumo engloba a qualidade da alimentação podendo ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar de produção.

A Lei da Mata Atlântica teve papel fundamental para consolidar os direitos dos agricultores, classificados como pequenos produtores, no que se refere ao uso dos recursos naturais ligados às práticas alimentares.

A produção de autoconsumo engloba a qualidade da alimentação podendo ser gestada e gerenciada dentro da unidade familiar, em contraposição à subordinação imposta pela alimentação industrializada.

Referências

CAMBUY, A. O. S. **Perfil alimentar da comunidade quilombola João Surá:** um estudo etnográfico. 2006. 67 f. Monografia (Graduação em Nutrição), Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

CAMPOS, C. S. S. & CAMPOS, R. S. Soberania Alimentar como alternativa ao agronegócio no Brasil. **Revista Electrónica de Geografia y Ciências Sociales.** Barcelona: Universidad de Barcelona, vol. n. 245. ago. 2007. Disponível em: http://www.ub.es/geocrit/sn/sn-24568.htm. Acesso em: 23 de novembro de 2010.

CGPAN. Relatório de gestão. Brasília, 2005. 51p. Disponível em: < http://189.28.128.100/nutricao/docs/geral/relatorio_2005_cgpan.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2014.

FERREIRA, S. R. B. Campesinidade e território quilombola no Norte do Espírito Santo. **GEO*grafia***, Londrina, n. 16, p. 57-82, 2006.

FIGUEIREDO, M. C.; BOAZ, C. M. S.; BONACINA, C. M.; FABRICIO, F. K.; SILVA, K. V. C. L. Avaliação do padrão alimentar de quilombolas da comunidade do Limoeiro de Bacupari, Rio Grande do Sul, Brasil. **Revista da Faculdade de Odontologia**, Passo Fundo, v. 16, n. 2, p.130-135, 2011.

FRANCISCO, E. C. **Agricultura familiar em Área de proteção Ambiental:** a reprodução de um modo de vida. 2003. 139 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Paraná, Curitiba.

FÓRUM MUNDIAL SOBRE SOBERANIA ALIMENTAR. **Declaração final.** Havana (Cuba), 2001.

GAZOLLA, M. **Agricultura familiar, segurança alimentar e políticas públicas:** uma análise a partir da produção para autoconsumo no território do Alto Uruguai. 2004. 284 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HOLANDA, L. B.; BARROS FILHO, A. Z. Métodos aplicados em inquéritos alimentares. **Revista Paulista de Pediatria**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 62-70, 2006.

MALUF, R. S. Produtos agroalimentares, agricultura multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil. In: MORREIRA, R. J.; COSTA, L. F. C. (Org.). **Mundo rural e cultura.** Rio de Janeiro: Mauad, 2002. p. 241-262.

MALUF, R. S.; MENEZES, F. **Caderno 'segurança alimentar'.** Disponível em: <http://www.forumsocialmundial.org.br/>. Acesso em: 19 dez. 2006.

MENASCHE, R. **A agricultura familiar à mesa:** saberes e práticas da alimentação no Vale do Taquari. Porto Alegre: Ed. UFRGS. 2007.134 p.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social:** teoria, método e criatividade. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.108 p.

NAVAS, R.; KANIKADAN, A. Y. S.; SANTOS, K.M.P; GARAVELLO, M. E. P. E. Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 26, n. 19, p. 40-56, 2015.

PIPERATA, B. A. Nutritional status of Ribeirinhos in Brazil and the nutrition transition. **American Journal of physical anthropology**, New York, v. 133, n. 2, p. 868-878, 2007.

PLOEG, J. D. **Camponeses e impérios alimentares:** lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre. Ed. UFRGS, Coleção Estudos Rurais. 2008. 372 p.

PLOEG, J. D. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, S. (Org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2006, p. 13-54.

RAMOS, M. O. **A comida da roça ontem e hoje: um estudo etnográfico dos saberes e práticas alimentares de Maquiné (RS).** 2007. 175 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural), Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

REIJNTLES, C.; HAVEKORT, B.; WATERS-BAYER, A. **Agricultura para o futuro:** uma introdução à agricultura sustentável e de baixo uso de insumos externos. Rio de Janeiro: AS-PTA, 1994. 359 p.

SANTILLI, J. **Agrobiodiversidade e direitos dos agricultores.** São Paulo: Ed. Petrópolis, 2009. 126 p.

SANTOS, K. M. P. **Práticas agroalimentares em unidades de conservação de uso sustentável sob a ótica da segurança alimentar.** 2015, 139 f. Tese (Doutorado em Ciências), Universidade de São Paulo, Piracicaba.

SANTOS, I. P.; FERRANTE, V. L. S. B. **Da terra nua ao prato cheio:** produção para o consumo familiar nos assentamentos rurais do Estado de São Paulo. Araraquara: Fundação ITESP, 2003. 105 p.

SILVA, A. L.; BEGOSSI, A. Biodiversity, food consumption and ecological niche dimension: a study case of the Riverine populations from the Rio Negro, Amazonia, Brazil. **Environmental Development and Sustainability**, Washington, v. 11, n. 3, p. 489-507, 2007.

SILVA, R. J.; GARAVELLO, M. E. P.; NAVAS, R.; NARDOTO, G. B.; MAZZI, E. A.; MARTINELLI, L. A. Transição agroalimentar em comunidades tradicionais rurais: o caso dos remanescentes de quilombo Kalunga – GO. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, v. 22, n. 1, p. 591-607, 2015.

SOUZA, A. S.; SOARES, L. F. Análise das práticas alimentares das comunidades quilombolas do estado do Piauí. **Revista Nutrire**, São Paulo, v. 36, p. 38-45, 2011.

VALENTE, F. “O combate à Fome e a desnutrição e a promoção da alimentação adequada no contexto do Direito Humano à Alimentação - um eixo estratégico do desenvolvimento humano sustentável” São Paulo, Instituto da Cidadania, 2001.

VIA CAMPESINA. **Food Sovereignty**. Folheto distribuído por ocasião da Cimeira Mundial da Alimentação + 5. Roma, Itália, p.23, 2002.

WESTPHALEN, M. C.; MACHADO, B. P. BATALHA, A. P. Nota prévia ao estudo da ocupação da terra no Paraná moderno. **Boletim da Universidade Federal do Paraná**, Curitiba, Departamento de História, n. 7, 1968, p. 13-35.

Recebido para publicação em 25 de novembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 07 de maio de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2016.

Jovens Faxinalenses no estado do Paraná: a produção das territorialidades em situação de fronteira

Willian Simões
Doutor em Geografia pelo programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. Professor na área de Ensino de Geografia, da Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus de Chapecó-SC. Membro do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra.
e-mail: willian.simoes@uffs.edu.br

Jorge Ramón Montenegro Gómez
Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Campus de Presidente Prudente. Professor no Departamento de Geografia, nos cursos de graduação e pós-graduação, da Universidade Federal do Paraná. Coordena o Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra.
e-mail: jorgemon00@hotmail.com

Resumo

O presente texto é resultado de nossa trajetória investigativa realizada junto a jovens que vivem em comunidades tradicionais de faxinais no estado do Paraná, entre os anos de 2011 e 2013, que resultou em tese de doutorado. Ancorados nos pressupostos da pesquisa participante, trabalhamos com cerca de 69 jovens oriundos de diferentes comunidades faxinalenses. A partir de trabalhos de campo e de atividades de pesquisa desde uma perspectiva dialógica, passamos a evidenciar que estes jovens vêm constituindo suas territorialidades entre: 1 – territorialidades específicas de seu modo de vida; 2 – territorialidades distintas, como resultado das relações campo-cidade, família-comunidade-mundo etc.; 3 – a produção de invisibilidades provocada no seio das relações geracionais dentro dos próprios faxinais, assim como pelo Estado, que desconhece ou reconhece de forma precária e/ou marginal o modo de vida faxinalense; 4 – a precarização de suas vidas no território, provocadas pela ausência ou atendimento marginalizado de políticas públicas. Objetiva-se aqui, considerando estas evidências, apresentar um conjunto de reflexões que sustenta a compreensão de que essa juventude vem produzindo suas territorialidades em situação de fronteira.

Palavras-chave: Juventude faxinalense; territorialidades; situação de fronteira; invisibilidade, precarização da vida.

Young *Faxinalenses* in the state of Parana: the production of territoriality in border situation

Abstract

This text comes from our investigative trajectory carried out with young people living in traditional communities “faxinais” in the state of Parana , between the years 2011 and 2013, which resulted in a doctoral thesis. Anchored in the participatory research assumptions, we work with about 69 young people from different communities “faxinalenses”. Anchored in field work and research activities from a dialogical perspective, we now show that these young people come constituting its territoriality between: 1 - specific territoriality of their way of life; 2 - distinct territoriality as a result of rural-urban relationships, family-community-world etc .; 3 - the production of invisibility caused by the generational relationships inside their own “faxinais”, as well as by the state, that knows or recognizes the precarious and / or marginally

"faxinalense" way of life form; 4 - the precariousness of their lives in the territory, caused by marginalized absence or attendance policies. The purpose is here, considering this evidence, present a set of reflections that supports the understanding that this youth has been producing its territoriality in border situation.

Keywords: "Faxinalense" youth, territoriality, border situation, invisibility, precarious territory.

Jóvenes Faxinalenses en el estado del Paraná: la producción de territorialidades en situación de frontera

Resumen

Este trabajo es el resultado de nuestra trayectoria de investigación hecha con jóvenes que viven en las comunidades tradicionales de faxinais en el estado de Paraná, entre los años 2011 y 2013, lo que resultó en una tesis doctoral. Anclado en una investigación participativa, trabajamos con unos 69 jóvenes de diferentes comunidades faxinalenses. A partir de trabajos de campo y actividades de investigación desde una perspectiva dialógica, vemos que estos jóvenes constituyen su territorialidad entre: 1 – territorialidades específicas de su forma de vida; 2 – territorialidades distintas como resultado de las relaciones urbano-rurales, familia-comunidad-mundo etc.; 3 – la producción de invisibilidad provocada dentro de las relaciones generacionales en los faxinais, así como por el Estado, que no conoce o reconoce la precariedad y/o la marginalidad de su forma de vida; 4 – la precariedad de sus vidas en el territorio, causados por la ausencia o la poca asistencia de las políticas públicas. El propósito es, teniendo en cuenta estas evidencias, presentar un conjunto de reflexiones que sustentan el entendimiento de que este joven produce su territorialidad en situación fronteriza.

Palabras-clave: Jóvenes faxinalenses; territorialidade; situación fronteriza; invisibilidad, territorio precario.

Introdução

O presente texto é resultado de um estudo sobre a relação juventude e território, tendo jovens faxinalenses como sujeitos da pesquisa. São jovens que convivem com territorialidades específicas que marcam os territórios faxinalenses típicos do espaço rural paranaense na atualidade, como veremos neste texto. Mas, ao longo de nossa investigação constatamos que eles também convivem com territorialidades distintas como resultado da inter-relação campo-cidade, família-comunidade-mundo, entre outros, com conflitos internos e com diferentes antagonistas externos, em meio a produção de sua invisibilidade e um permanente processo de precarização de suas vidas no território, provocado, sobretudo, pela ausência ou atendimento precário das políticas públicas.

As comunidades faxinalenses em que vivem estes jovens, fazem parte de uma organização coletiva denominada de Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses (APF). São comunidades marcadas por um conjunto de territorialidades específicas etnicamente diferenciadas, mas também por conflitos territoriais (VANDRESEN, BUTTI E SOUZA, 2014) e práticas de resistência cotidiana (SCOTT, 2002).

O convívio e o acompanhamento da emergência de representações coletivas dos povos e comunidades tradicionais no Paraná nestes últimos 10 anos, que além dos faxinalenses que aqui trataremos, reúne quilombolas, pescadores artesanais, ilhéus e ribeirinhos do litoral e do interior, cipozeiros/as, indígenas, entre outros, tem nos permitido vivenciar ações coletivas de reivindicação frente ao Estado, as angústias que marcam este contexto e que resultam dos entraves que estes povos têm enfrentado na luta pelo cumprimento de seus direitos, das múltiplas práticas de preconceito e desconhecimento acerca de suas tradicionalidades, dos impactos destrutivos do agronegócio, entre outros.

Antes de adentrarmos melhor a este contexto e aprofundarmos as reflexões a respeito do tema proposto para este artigo, destacamos que, nesta introdução, procuramos trazer uma síntese de nossos pressupostos teórico-metodológicos e que sustentam o caminho trilhado para apreensão da realidade vivida por jovens faxinalenses. Queremos ressaltar que a presente pesquisa procurou respeitar ao máximo que essa apreensão resultasse do acompanhamento de ações realizadas pelos faxinalenses, tais como seus momentos de luta, de educação/formação, de festas comunitárias, rodas de chimarrão, entre outras. É desde essa convivência que nos colocamos em um permanente movimento de ensino-aprendizagem sobre o modo de vida dos/nos faxinais, sobre seus territórios e territorialidades.

Inspirados em Fals Borda (1986), três questões estiveram sempre presentes: “Qual é o tipo de conhecimento que queremos e precisamos? A que se destina o conhecimento científico e quem se beneficiará? Qual lugar ocuparão os sujeitos da pesquisa no processo de apreensão da realidade e da elaboração teórica?” Objetiva-se, com isso, também potencializar o debate a respeito da realização de pesquisas qualitativas junto a comunidades tradicionais que habitam o espaço rural e que sempre estiveram presente no contexto conflituoso da questão agrária brasileira.

Trabalhamos com 69 jovens oriundos de pelo menos 16 comunidades faxinalenses distintas. Trilhamos um caminho teórico-metodológico ancorado nos pressupostos da pesquisa participante, considerando como elementos fundamentais de nossa postura investigativa: o trabalho de campo, uma relação dialógica com os sujeitos envolvidos no percurso investigativo e a noção de paradigma endógeno, alternativo e aberto, sobretudo para defender as possibilidades de elaboração do conhecimento científico de modo popular e contextualizado.

Nesse sentido, destacamos a importância do trabalho de campo, necessário para a inserção na realidade, o contato com a geografia local, o diálogo com os sujeitos da pesquisa com vistas ao compartilhamento de problemas, desafios e perspectivas (CARVALHO e SOUZA, 2009). Entendemos que o trabalho de campo é o laboratório do geógrafo por excelência, alvo de problematizações, ponto de partida da elaboração teórica

(THOMAZ JÚNIOR, 2005). Defendemos uma perspectiva dialógica de investigação que também possa resultar em ação educativa de mão dupla, como resultado de uma relação mais respeitosa possível em que todos os envolvidos na pesquisa compartilham seus conhecimentos a partir da realidade problematizada (FREIRE, 1967; 1987; 2007). Foi por meio do diálogo e a partir da realidade problematizada que apreendemos, junto aos jovens faxinalenses com os quais trabalhamos, um conjunto de verbetes e expressões que falam da vida faxinalense e como a juventude se relaciona com seu território.

Conjuntamente com a perspectiva dialógica defendida, coube compreender que os faxinalenses são produtores de conhecimentos e práticas, e ao longo de suas trajetórias desenvolveram suas formas de viver e agir no e com o mundo. Neste ponto, recorremos à noção de paradigma endógeno, alternativo e aberto proposta por Mora-Osejo e Fals Borda (2006) que, para eles, se constitui como a possibilidade de produzir ciência de forma popular e contextualizada. Essa perspectiva, segundo estes pensadores, se constrói como uma crítica à pura e simples "repetição ou cópia de paradigmas eurocêntricos", de que somente o conhecimento produzido na Europa Ocidental e depois transferido à América "tanto na sua modalidade básica como aplicada" é capaz de contribuir para "explicar as realidades em qualquer lugar do mundo" (MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006, p. 712-718). Para estes:

> [...] a simples repetição ou cópia de paradigmas eurocêntricos deve parar, se entendemos por cultura a interação da sociedade com o meio social e natural que a sustenta. Temos que potenciar essa interação com o conhecimento de nossa trajetória, das nossas realidades geográficas, dos nossos recursos, de tal modo que daí resultem valores partilhados, geradores de solidariedade e fortalecedores da nossa identidade cultural (MORA-OSEJO e FALS BORDA, 2006, p. 718).

Desta forma, reforçamos que o conhecimento produzido e explicitado neste texto procurou se constituir como resultado de uma soma de saberes, o contato com a vida real de faxinalenses, a geografia local. Trata-se de produzir conhecimento a partir dos territórios de vida, contextualizado, que advém, também, do respeito à coexistência de múltiplos sujeitos, seus conhecimentos e práticas produzidos ao longo de suas trajetórias. Nesta perspectiva, corroboramos com Mora-Osejo e Fals Borda (2006, p. 715) que:

> [...] do ponto de vista do cientista, o conhecimento das realidades locais torna-se tanto mais rico e útil quanto mais se relaciona com a compreensão e a autoridade da vivência pessoal. Autoridade científica e intuição que provêm do contato com a vida real, as circunstâncias, o meio e a geografia.

É a partir destas premissas que realizamos entre 2011 e 2013 quatro oficinas pedagógicas que potencializaram nossos diálogos com jovens e contribuíram para a apreensão da realidade. As oficinas realizadas eram compostas por um conjunto de atividades visando o trabalho tanto em pequenos como em grandes grupos, priorizando

discussões e sistematizações elaboradas pelos próprios jovens. Entre as questões que orientaram o debate nestas oficinas, podemos destacar: O que é ser jovem na contemporaneidade? O que é ser jovem em uma comunidade faxinalense? O que o faxinal representa para os jovens? Quais as condições de vida da juventude nos faxinais? Em que medida a juventude interfere nos processos de produção e transformação de seus territórios de vida? É importante ressaltar que foi a partir dos debates realizados junto aos jovens, tendo como referências estas questões problematizadoras é que construímos o que denominamos de “retratos do território de vida de jovens faxinalenses”, como veremos na segunda seção deste artigo.

Compartilhamos a seguir um quadro com as sínteses das atividades desenvolvidas nas oficinas pedagógicas realizadas:

Quadro 01 – Atividades desenvolvidas durante as oficinas realizadas com jovens dos Faxinais, 2011-2013

ATIVIDADES	COMENTÁRIOS/OBJETIVOS
Apresentação dos participantes da oficina	A atividade de apresentação ocorria em dois momentos: um, em que os participantes da oficina pronunciam seu nome e comunidade a que pertencem; outro no qual elencam termos que explicitam os fatores que “os unem” enquanto jovens que moram nos faxinais e fatores que “faltam para que essa união ocorra”.
Trabalhos em grupos	Os trabalhos em grupos eram realizados para que o jovem, após o debate coletivo, pudesse completar com suas palavras, em folhas de papel, as seguintes expressões: a) Ser Jovem é...; b) Ser Jovem no faxinal é...; c) O faxinal para o Jovem é...; d) O que tem para os jovens no Faxinal e o que está faltando?; e) Para vocês, o futuro do jovem será... f) Que demandas podem ser pautadas pensando em Políticas Públicas?
	Os jovens eram divididos em dois grandes grupos. O Grupo 1 tinha por finalidade formular um conjunto de argumentos que convencesse os jovens a saírem do faxinal; e o Grupo 2 um conjunto de argumentos que defendesse a permanência dos jovens nos faxinais.
A mística dos sonhos	Atividade realizada para finalizar os trabalhos das oficinas. Perguntava-se aos jovens: Quais os sonhos dos jovens que moram nos faxinais? Cada jovem respondia a pergunta, sistematizando suas respostas em um pedaço de papel cartolina. Após, era feito um círculo onde eram lidos os sonhos e, após, cada um deles era depositado no centro para que pudéssemos visualizá-los.

Fonte: Relatórios de Campo, 2011/2012.
Org.: Autor, 2013.

O diálogo com jovens faxinalenses, sobretudo a partir destas oficinas, nos

oportunizou compartilhar diferentes questões que marcam a vida de jovens nos faxinais, tais como: o que é ser jovem hoje em uma comunidade faxinalense; a convivência entre a educação e o trabalho; a dúvida dos jovens entre permanecer ou migrar do faxinal; entre o que gostam ou não nos faxinais; quais atividades costumam desempenhar; as ausências de políticas públicas e a necessidade de melhoria das condições de vida. O conjunto de informações geradas a partir das oficinas e suas atividades foram sistematizados na forma de Relatórios de Campo, que se tornaram referências em todo o processo de reflexão e de sustentação da tese, por sua vez, deste texto.

Não nos preocupamos em titular essa perspectiva de apreensão da realidade como sendo um tipo de pesquisa com grupo focal, ou ainda como um grupo de discussão, porém, com o intuito de fortalecer nossa perspectiva de postura investigativa, levamos em consideração um conjunto de orientações de ambas as propostas, tanto no que diz respeito às suas potencialidades, quanto em seus limites.

Da perspectiva de trabalho com grupos focais, por exemplo, consideramos que o "grupo de participantes" das oficinas seria composto por jovens a partir dos 14 anos de idade, sem idade limite para se sentir ou se autodefinir jovem, e que vivem em comunidades faxinalenses ligadas à APF, não sendo delineado nenhum outro recorte, como de classe ou gênero. Essa se constituiu como sendo, desde nosso ponto de vista, a característica chave que os qualificaram para a discussão, "foco do trabalho interativo e da coleta do material discursivo/expressivo" (GATTI, 2005), uma vez que já expressava dois fatores importantes para o desenvolvimento da pesquisa: geração e etnia.

Além disso, outras características que lembram o trabalho com grupos focais se fizeram presentes, tais como: a) a preocupação em mediar o diálogo e os debates, mas sem fechar as questões ou inferir sínteses; b) não detalhar os objetivos da pesquisa, para que os jovens não viessem para as oficinas "com ideias pré-formadas ou com sua participação preparada"; c) a realização de atividades que permitissem a interação, o face a face; d) a aplicação de um questionário com vistas à suplementação de informações (GATTI, 2005 p. 07-27).

Essa proposta teórico-metodológica sugere que os grupos não sejam formados por mais de 12 integrantes. Não nos preocupamos com a quantidade de jovens nos grupos, mas sim que pudéssemos ter em um grupo de trabalho representantes de diferentes comunidades. Nessa definição das quantidades, levamos em consideração o acúmulo de debate acerca do método de trabalho com grupos de discussão desenhados por Weller (2006), que nos indicou, por exemplo, que os grupos de discussão ajudam a documentar experiências coletivas. Desta forma, muito embora tenhamos o entendimento de que nossas constatações possam variar na escala da individualidade, consideramos que o vocabulário elaborado pelos jovens nos ajuda a reconstruir aspectos políticos, econômicos, culturais e

socioambientais dos territórios de vida em que estão inseridos.

Em relação à proposta metodológica de trabalho com grupos de discussão, ainda levamos em consideração: a) que estando entre pessoas de um mesmo contexto social, os jovens estariam mais a vontade para utilizar suas próprias expressões, vocabulários; b) que estando entre os membros do próprio grupo, os jovens possuem maior dificuldade em manter um diálogo com base em histórias inventadas; c) a possibilidade de uma interpretação refletida, na qual o pesquisador também realiza suas interpretações, podendo recorrer a outros conhecimentos – teóricos e empíricos (WELLER, 2006, p. 250-252).

Mas, consideramos também os limites dessa perspectiva de trabalho, a exemplo do menor controle sobre as informações que emergem no diálogo e nos debates e o fato de que os jovens se expressam em um contexto específico, como resultado da interação com um determinado público preestabelecido e que por isso é preciso considerar que “os pontos de vista de cada um deles não podem ser tomados como posições definitivas” (GATTI, 2005, p. 68). Entre os limites, destacamos as possíveis interferências do pesquisador, principalmente quando levamos em consideração a perspectiva de pesquisa participante que permeia esta proposta de investigação, tendo entre seus objetivos que o processo investigativo também seja formativo.

No entanto, entendemos que as preocupações expressas, os cuidados tomados para a coleta e a sistematização dos verbetes e expressões elaboradas pelos jovens, o confronto entre as informações coletadas e sistematizadas e as análises e interpretações, assim como seu potencial neste processo de elaboração de um aporte teórico conceitual que contribua para ampliar nossa capacidade de intepretação da realidade, são o que fortalece a consistência das informações apreendidas no diálogo com os jovens (GATTI, 2005, p. 71).

Dito isso, o foco das reflexões neste texto se dará em torno da compreensão de que estes jovens constituem suas territorialidades em situação de fronteira. Trataremos aqui de fronteira não como limite, uma linha rígida que separa dois mundos distintos, mas como lugar de interpenetrações em que coexistem movimentos de colaboração, negociações e contestações (HISSA, 2002; BHABHA, 1998). É a partir desta perspectiva que defendemos que a juventude constitui suas territorialidades, estabelecendo ao mesmo tempo conexões e desconexões com territorialidades específicas do território faxinalense, relações com territorialidades distintas, em meio a produção de sua invisibilidade e a precarização de seus territórios de vida.

Para essa discussão, iniciamos com algumas considerações a respeito do modo de vida dos/nos faxinais, procurando destacar características do cenário geo-histórico em que a pesquisa se realizou. Destacaremos elementos que podem ser compreendidos como sendo parte das territorialidades específicas etnicamente diferenciadas dos faxinalenses, assim

como aspectos que marcam o contexto social em que estas comunidades disputam visibilidade e lutam pela garantia de seus direitos.

Após, argumentamos acerca da compreensão de juventude faxinalense enquanto categoria social, como resultado de um diálogo interdisciplinar. Nessa perspectiva, defendemos que a constituição da categoria jovem é perpassada por múltiplas dimensões: econômica, política, cultural, étnica, territorial, entre outras. Defendemos que é compreendendo a juventude faxinalense enquanto categoria social que conseguiremos enxergá-los como sujeitos que interferem nos processos de des-re-territorialização de/em seu território de vida. Por fim, apresentaremos sínteses de nossas reflexões que procuram sustentar a compreensão de fronteira e de produção das territorialidades em situação de fronteira.

Sobre os Povos e Comunidades Tradicionais de Faxinais no Estado do Paraná

Nesta última década, como resultado do avanço de agroestratégias e processos de desterritorialização conduzidos pelo Estado e por representações do capital privado no espaço rural brasileiro, temos evidenciado a emergência de mobilizações realizadas pelos que estão sendo chamados de Povos e Comunidades Tradicionais (ALMEIDA; 2006; 2009), a exemplo de quilombolas, seringueiros, ilhéus e ribeirinhos do litoral e do interior, pescadores/as artesanais, quebradeiras de coco babaçu, em particular para este texto as comunidades tradicionais de faxinais. Estes povos, cujas existências vieram sendo historicamente invisibilizadas, negadas e marginalizadas, organizados e atuando na forma de movimentos sociais, trazem no bojo de suas reinvindicações a necessidade de reconhecimento de sua diversidade territorial, suas geo-grafias (PORTO-GONÇALVES, 2001), tanto por parte da sociedade de forma geral quanto pelo Estado na gestão de suas políticas públicas.

Neste estudo, compreendemos por movimentos sociais todas “as ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas” (GOHN, 2011). Corroboramos com Scherer-Warren (1996, p. 69) que “é o reconhecimento coletivo de um direito que leva à formação de uma identidade social e política”. Nessa perspectiva, para a referida autora, o mútuo reconhecimento “como pertencendo à mesma situação de carência e como portador do mesmo direito”, a sociabilidade política e a construção de um projeto coletivo de transformação das realidades de opressão são requisitos fundamentais para a formação de um movimento social.

A ação dos movimentos sociais na América Latina nas duas últimas décadas vem provocando outras leituras possíveis, menos atreladas às teorias europeias, sobre o que

caracterizam esses movimentos sociais com características semelhantes ao longo do subcontinente. Cruz (2013, p. 126-129) recorre a Zibechi (2005) e Santos (2010) para oferecer um retrato coral: pluralidade de sujeitos coletivos protagonistas; novas formas de conceber a emancipação social através da politização da cultura e da revalorização das memórias e das tradições comunitárias; construção de uma ideia de cidadania e justiça que valorize a igualdade e as diferenças, a redistribuição e o reconhecimento; autonomia política e econômico-produtiva; desmercantilização das relações sociais colocando o território como estratégia fundamental de afirmação de direitos e da autonomia; capacidade de formar os próprios intelectuais, democratizando os saberes e conhecimentos.

Mas é preciso deixar claro, desde o início, que quando falamos em movimentos sociais estamos nos referindo a diferentes grupos que historicamente no Brasil se colocaram em contraposição às forças opressoras das oligarquias agrárias, sendo estas protagonistas de diferentes formas de agir em diversos espaços públicos e privados, contribuindo para materializar e fortalecer os interesses capitalistas, travestidos de ordem e progresso, desenvolvimento, aceleração do crescimento, entre outros jargões.

A intensificação de mobilizações de movimentos sociais dos chamados povos e comunidades tradicionais nestes últimos anos levaram à criação, por parte do governo federal, em 2004, da Comissão de Desenvolvimento Sustentável das Comunidades Tradicionais, que resultou na elaboração e na publicação do Decreto n. 6.040/2007 que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT). Na visão da ministra do Meio Ambiente daquele período – Marina Osmarina Silva – o referido decreto retirava da invisibilidade “uma diversidade social e cultural que se expressa pela multiplicidade de comportamentos, institucionalidades sociais, línguas, etnias, saberes e modos de vida” existentes no país e, ainda, estabelecia “diretrizes e objetivos que permitem às políticas universais se adequarem para atender às demandas e características singulares deste público” (SILVA, 2007, p. 7-9). O anúncio do referido decreto fez parecer que o Estado passava a assumir mais explicitamente as suas diversidades internas, “a coexistência de sua heterogeneidade espacial” (MASSEY, 2008), assim como reconhecer a importância que estes povos possuem para a preservação de elementos da natureza essenciais à vida.

No entanto, o convívio nestes últimos anos em diferentes espaços com representantes de comunidades quilombolas, indígenas, ilhéus e ribeirinhos, pescadores artesanais, benzedeiras e faxinalenses no estado do Paraná e o estudo de diferentes literaturas têm nos permitido vivenciar situações de permanente conflito frente à inoperância ou morosidade do Estado em compreender as especificidades territoriais destes povos e comunidades tradicionais e atender suas demandas, como idealizado no decreto supramencionado. Constatam-se marcas desta inoperância, por exemplo: na falta de

pessoal para trabalhar no atendimento das demandas apresentadas; na verticalizada e contraditória fixação de determinados critérios para o acesso às políticas e programas de governo que, sustentados por um aporte teórico-jurídico, não dão conta de contemplar as territorialidades específicas destes povos e comunidades; ou na paralisação real dos processos de reconhecimento dos territórios dessas comunidades salvaguardando-os da voracidade das frentes extrativas (agronegócio, mineração, grandes obras, etc.).

Soma-se a isso o conjunto de medidas tomadas pelos agroestrategistas (ALMEIDA, 2010) e suas ações junto ao poder público para modificar e/ou flexibilizar legislações (a exemplo do Código Florestal Brasileiro), para legalizar impactos ambientais e a mercantilização da natureza, para remover os obstáculos que impedem o avanço do agronegócio, para garantir recursos financeiros por meio de financiamentos ou isenções de impostos, para potencializar a materialização de projetos (rodovias, ferrovias, pequenas e grandes centrais hidrelétricas, entre outros) visando o que vem sendo denominado de aceleração do crescimento (MOREIRA, 2007; ALMEIDA, 2010; SAUER, 2011).

É neste contexto conflituoso que emergem os faxinalenses coletivamente organizados e que procuram dar visibilidade a diferentes situações de conflito, seja contra o Estado – a falta ou impactos negativos de políticas públicas que não levam em consideração o modo de vida nos faxinais – contra o agronegócio – que vem avançando sobre o território faxinalense – ou ainda contra a sua invisibilidade étnica frente à sociedade em geral – que muitas vezes ignora ou interpreta as manifestações típicas do modo de vida faxinalense como sendo atrasada (FAXINAIS, 2005; PNCS, 2007). Desde 2005, temos observado que faxinalenses vêm se organizando e fortalecendo sua representação coletiva através da Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais (APF).

Se sua visibilidade política chega em 2005, pode-se dizer que há um campo intelectual que marca a produção de conhecimentos sobre os faxinais desde os anos de 1980 (CARVALHO, 1984; CHANG, 1985; NERONE, 2000; SAHR E CUNHA, 2005; SAHR e LÖWEN SAHR, 2009; TAVARES, 2008; SOUZA, 2010; HAURESKO, 2012, OLESKO, 2013) e que, a partir de diferentes interesses, ressalta aspectos políticos, econômicos, culturais e socioambientais que constituem esse modo de vida. Podemos afirmar que estes permitiram desencadear amplos debates, resultando em trabalhos que vêm contribuindo para dar maior visibilidade às suas territorialidades e reforçar estratégias de resistência destas comunidades no estado do Paraná.

No entanto, resulta interessante escutar os próprios protagonistas refletir sobre sua própria auto-identidade. Os faxinalenses, quando indagados a responder o que é um Faxinal e o que é ser faxinalense, constroem diferentes narrativas permeadas por distintos elementos que nos impedem de estabelecer um esquema geral de definição, no entanto, a centralidade na família e a vida comunitária, a existência de conhecimentos tradicionais a

respeito do trabalho com a terra, a criação de animais à solta e de forma coletiva, o respeito nas relações com a natureza, a presença de ofícios tradicionais ligados ao tratamento da saúde (práticas de benzimento, parto, uso de ervas medicinais, entre outros) são alguns dos elementos recorrentes em suas respostas (PNCS, 2007; 2008; 2011).

Em Simões (2009) evidenciamos que comunidades faxinalenses são encontradas, principalmente em municípios e áreas cobertas pelo Bioma da Mata com Araucária, com destaque para municípios ao sul da Região Metropolitana de Curitiba e porção Centro-Sul do Estado. Segundo o trabalho desenvolvido, "pode-se dizer que uma das manifestações marcantes do modo de vida faxinalense está no uso coletivo da terra para habitação e criação de animais, que ocorre de forma peculiar no chamado Criadouro Comum" (Autor, 2009, p. 38). Destacamos que é no criadouro comum que algumas territorialidades se destacam, tais como "o cotidiano, as rodas de conversa chimarrão, a divisão do trabalho, a forma de construção das casas, as festas religiosas e pagãs" (SAHR; CUNHA, 2005, p. 95). Destaca-se que:

> Há terras utilizadas exclusivamente para a prática agrícola, na maioria das vezes para o cultivo de alimentos, a exemplo do plantio de milho, mandioca, batata, arroz, entre outros, base alimentar de muitas comunidades. Em algumas realidades, entretanto, frente a mudanças técnicas e científicas, seguidas da desvalorização das práticas tradicionais da agricultura, aparecem territorialidades do agronegócio, com destaque para a produção do fumo (SIMÕES, 2009, p. 39).

Pode-se compreender que muitos destes elementos constituem as territorialidades específicas etnicamente diferenciadas do território faxinalense, como resultado das relações que estes mantêm uns com outros ao longo de suas histórias, na vida em comunidade e com sua natureza externa e que são importantes para sobreviverem e se reproduzirem socialmente (SAQUET, 2013), como "resultantes de diferentes processos sociais de territorialização e como delimitando dinamicamente terras de pertencimento coletivo que convergem para um território" (ALMEIDA, 2006). Corroboramos, desta forma, com a compreensão de que:

> A territorialidade corresponde ao poder exercido e extrapola as relações políticas envolvendo as relações econômicas e culturais, indivíduos e grupos, redes e lugares de controle, mesmo que seja temporário, do e no espaço geográfico com suas edificações e relações. A territorialidade efetiva-se em todas as nossas relações cotidianas, ou melhor, ela corresponde ás nossas relações sociais cotidianas em tramas, no trabalho, na família, na rua praça, na igreja, no trem, na rodoviária, enfim, na cidade-urbano, no rural-agrário e nas relações urbano-rurais de maneira múltipla e híbrida (SAQUET, 2009, p. 90).

Nos anos de 1980, dadas as transformações economicamente conservadoras e sustentadas pelos interesses capitalistas no campo paranaense, que por sua vez acabaram

por atingir negativamente as áreas de criadouro comum de comunidades faxinalenses, o trabalho realizado por Chang (1985) sinalizava que esse modo de vida deixaria de existir no máximo entre 10 ou 12 anos. A narrativa do fim dos faxinais passou a se sustentar a partir do nível avançado e violento de desagregação do criadouro comum, muitos deles já "cercados". Em 1994, a EMATER-PR publicava um relatório apontando a existência de 118 comunidades faxinalenses, localizadas em 25 municípios. Em 2004, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP) indicava, a partir de um trabalho realizado em 13 faxinais e 08 municípios, considerando visita em 36 famílias e 7 agentes de organizações da sociedade civil (ONGs, sindicatos, associações etc.), a existência de apenas 44 comunidades faxinalenses. Em 2007, a APF, em articulação com pesquisadores da Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil, demandou o que ficou denominado de mapeamento social dos faxinais, que a partir de outros/novos critérios chegou a existência de, pelo menos, 227 comunidades.

O trabalho de Souza (2009), onde encontramos referência a este mapeamento social dos faxinais no Paraná, explicita que o território faxinalense se apresenta na atualidade de forma diversa, estabelecendo uma crítica às tendências que reduziram a noção do território de vida dos faxinais à existência de um "criador comum cercado" para habitação e criação dos animais à solta, ou ainda, como importante espaço de reserva biológica da Floresta de Araucária, com fauna, flora, fontes de água preservadas etc.

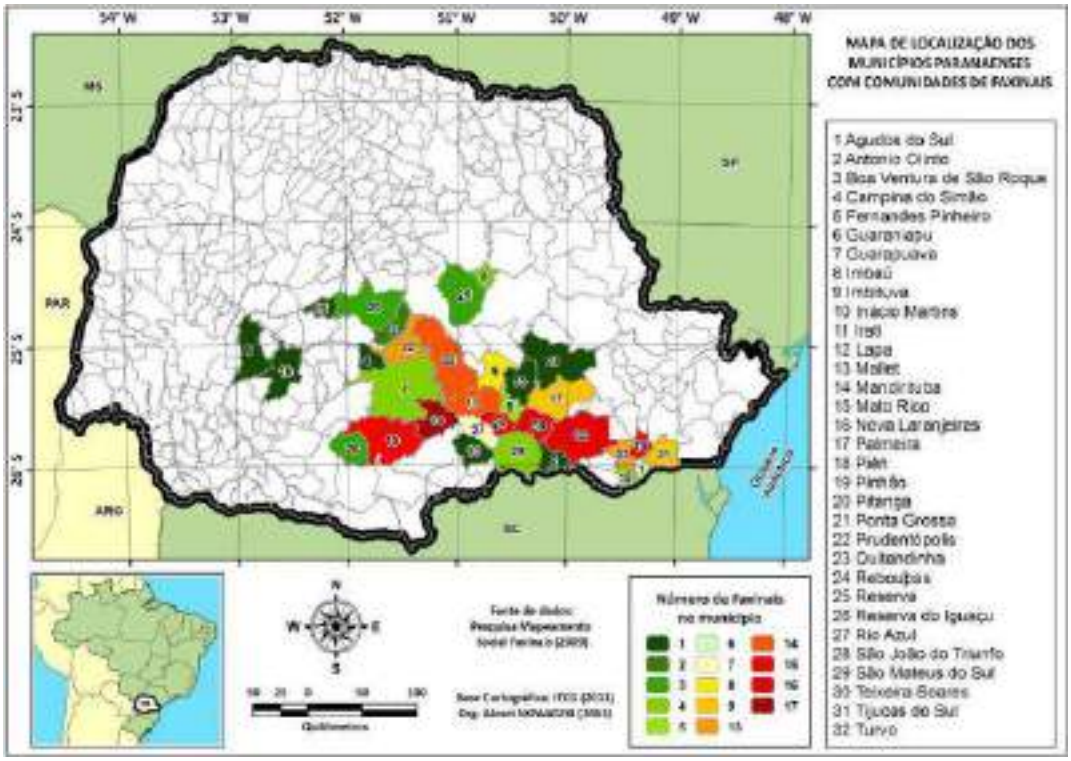
Para Souza (2009), torna-se necessário considerar outras formas de configuração territorial, que acabam por expressar a situação do território faxinalense na atualidade, não podendo ser estas configurações compreendidas "como estágios ou fases que tendem a extinção, pelo anacronismo ou apelo a uma tradição do passado", mas sim "formas de resistência e solidariedade empregada pelo grupo em torno da defesa da modalidade de uso comum" (SOUZA, 2009, p. 49).

O referido autor expõe a existência de, pelo menos, quatro categorias situacionais: 1) Faxinais com uso comum, com o criador comum aberto – trata-se de "grandes extensões territoriais (acima de 1.000ha) livremente acessados por "criações altas e baixas" para uso comum das pastagens naturais e recursos hídricos"; 2) Faxinais com uso comum, mas com o criador comum cercado; 3) Faxinais com uso comum, mas que são marcados pela "criação grossa ou alta", neste caso, há "uma forte limitação ao livre acesso aos recursos essenciais", "a forte presença de sistemas de integração agroindustrial, como fumicultura, granjas de suínos e aves"; 4) Faxinais sem uso comum, também conhecidos como "mangueirões e potreiros", quando a criação dos animais ocorre apenas de forma doméstica – está restrito dentro dos limites da propriedade privada.

Considerando sua pesquisa, destacamos a seguir os municípios paranaenses onde foram encontradas Comunidades Tradicionais de Faxinais no mapeamento situacional

realizado (admitindo os autores que não houve recursos para ampliar essa pesquisa a outros municípios).

Figura 01 – Municípios paranaenses com comunidades tradicionais de faxinais, segundo mapeamento social, 2009.



Fonte**:** Mapeamento Social dos Faxinais, Souza, 2009.

No estado do Paraná, sul do Brasil, podemos compreender que os faxinalenses constituem territorialidades específicas que resultam em seu território de vida e, no conflito com seus antagonistas, se somam às lutas pelos territórios e pela terra que marcam a questão agrária brasileira na atualidade. O reconhecimento de sua cultura e identidade pela sociedade de forma geral, de seus territórios e territorialidades frente ao Estado e as demandas por processos de elaboração e implementação de políticas públicas que atendam seus reais interesses, são pontos que aparecem permanentemente em suas pautas de reivindicação. É nesse contexto social que se inseriu nossa proposta de pesquisa junto à juventude faxinalense.

No contexto das comunidades faxinalenses pertencentes à APF, que consegue organizar apenas uma parte desse universo de faxinais mapeado, lideranças pintavam desde suas perspectivas – do mundo adulto –, a figura de jovens apáticos e pouco participativos, desinteressados pelas questões que atingem negativamente suas comunidades e que em sua maioria estão migrando. Na medida em que nos envolvemos e trabalhamos junto aos jovens, fomos percebendo que estes possuem seu próprio jeito de se apropriar e utilizar seu território de vida, que em certo sentido se difere das formas adultas.

Percebemos que os jovens definem o que lhes interessa e o que não lhes interessa no modo de vida dos faxinais. Na continuidade do texto, serão destacados alguns dos retratos de vida de jovens com quem trabalhamos.

Retratos do território de vida de jovens faxinalenses

Ao longo dos trabalhos de campo, da convivência e do diálogo com jovens, fomos evidenciando que se no passado o cavalo era um dos mais importantes meios de transporte e/ou utilizados para atividades de trabalho e lazer, hoje o cavalo coexiste com o trator e a moto. Se as rodas de chimarrão, os bailes realizados na comunidade – incluindo os festejos religiosos – satisfazem os mais antigos, para os jovens percebemos que os bailes e festas tradicionais coexistem com o que eles denominam de “baladas”. Ter a moto e/ou frequentar baladas podem ser compreendidos como formas de reivindicar juventude na atualidade.

O trabalho na lavoura, ou ainda, o tratamento dos animais, por exemplo, já não se configura como a mais importante ou única opção de trabalho e futuro para os jovens, o processo investigativo foi permitindo constatar que os jovens enxergam estas práticas como trabalho árduo, pouco rentável e desvalorizado perante outras profissões que podem exercer. Não por acaso, jovens acreditam que se investirem nos estudos podem conquistar um trabalho que consideram melhor. Essa postura muda o sentido de estudar, pois se no passado o trabalho na comunidade ocupava um lugar central, constatamos um deslocamento para a educação, que é vista pelos jovens como um caminho para se conquistar uma vida melhor.

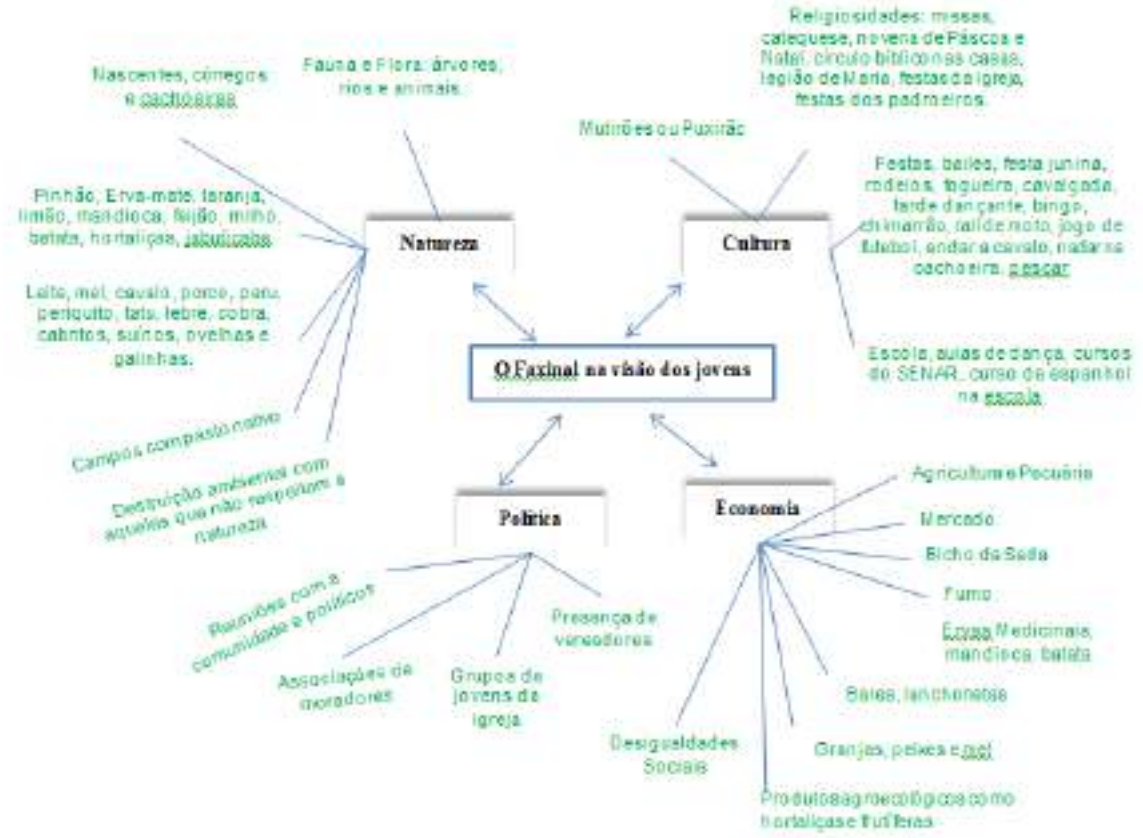
A escolarização, desta forma, foi aparecendo não só como encaminhamento das antigas gerações, que compreendem que as novas gerações terão um futuro melhor se tiverem uma boa formação escolar e, por isso, contribuem para manter os jovens (filhos) na escola. Mas dos próprios jovens que, ao compartilharem experiências, passam a acreditar que a escola se configura como caminho possível para a melhoria das condições de vida e, por isso, a maioria deles não se enxerga sem passar por ela, chegando a sonhar com uma vida universitária para o futuro.

As atividades desenvolvidas durante as oficinas pedagógicas mencionadas na introdução deste texto nos permitiram evidenciar como os jovens enxergam as comunidades faxinalenses em que vivem, assim como o que gostam e o que não gostam, o que consideram como vantagens e desvantagens de se viver em uma comunidade faxinalense desde o seu ponto de vista. As formulações desenvolvidas por eles nos conduzem às visões que possuem do território do qual fazem parte, expressando conhecimentos sobre o modo de vida.

Os jovens elencaram um conjunto de palavras que, para eles, ajudavam a

descrever elementos que fazem parte de suas cotidianidades. O resultado foi um conjunto de verbetes e expressões que nos ajuda a ter uma noção sobre a diversidade territorial dos faxinais (sua multiterritorialidade), assim como nos permite perceber que os jovens possuem um amplo conhecimento sobre as características de seu modo de vida. A partir do esquema a seguir (Esquema 01), podemos destacar que estes jovens convivem com territorialidades específicas dos territórios faxinalenses, que coexistem, sobretudo, no chamado criadouro comum ou coletivo, a exemplo da variedade de animais que no criadouro são encontrados à solta, a diversidade de fauna e flora, a vida em comunidade, reforçadas pela realização de festejos, as atividades de lazer, as práticas religiosas, os mutirões e/ou puxirões, a participação em grupos de jovens ligados a igrejas.

Esquema 01 – Verbetes elaborados pelos jovens para caracterizar as comunidades em que vivem



Fonte**:** Relatório de Campo (2011; 2012).

Outra questão que podemos destacar está em como elementos que aparecem relacionados à natureza também aparecem como economia quando os jovens tratam dos produtos agrícolas e da pecuária, ou ainda, como cultura. As hortaliças, por exemplo, são colocadas como natureza e economia, entendidas como elemento da produção agroecológica. O cavalo, os peixes e o rio, outro exemplo, são destacados pelos jovens como elementos naturais, por outro lado, também são elencados como cultura, uma vez que os jovens sinalizaram que entre as atividades de lazer estão nadar, pescar e andar a cavalo. O peixe, último exemplo, aparece como um elemento da natureza e, pescar, aparece como prática cultural e também econômica.

Nessa perspectiva, corroboramos com Saquet (2009, p. 81) que o "território significa apropriação social do ambiente, ambiente construído, com múltiplas variáveis e relações recíprocas", ou seja, "que o homem age no espaço (natural e social) de seu habitar, produzir, viver, objetiva e subjetivamente" e que "o território é um espaço natural, social historicamente organizado e produzido". Mas, cabe salientar que estamos tratando aqui, sobretudo da noção de território de vida de jovens faxinalenses, em que estão imbricadas, principalmente, as noções de territórios do cotidiano e de referência (SAQUET,

2009).

Formulações elaboradas pelos jovens em trabalhos em grupo ressaltaram mais o sentimento da vida em comunidade e o convívio com territorialidades específicas, a exemplo de jovens que afirmaram que o faxinal é um lugar de “tradição, costume, qualidade de vida, local onde moro, modo de vida”, ou ainda “um lugar livre para criação e para as pessoas”, onde há “respeito, contato com a terra e união” ou como sendo “o ambiente onde nós conseguimos interagir com a biodiversidade”. Já outras sínteses insinuaram a existência de preconceitos e a ausência de políticas públicas que atendam os interesses dos jovens, nestes casos os jovens retrataram as comunidades como sendo “lugar de difícil acesso, falta de lazer”, que “às vezes tem um pouco de conflito” que para muitos é “o lugar dos atrasados”.

Constatamos ao longo do percurso investigativo que quando os jovens expressam o que o Faxinal significa para eles, manifestam que este significado é construído a partir de suas relações com a natureza, com o modo de criação dos animais à solta, permeada por um conjunto de valores morais que tem sua centralidade na família, na religião e na vida comunitária. Mas, também, demonstram que se constrói nas relações com territorialidades distintas de seu modo de vida e em meio a conflitos dentro dos faxinais, em um conjunto de limites que dificultam a vida na comunidade, como o difícil acesso à cidade e ao conhecimento, a falta de oportunidades e as dificuldades de emprego (geração de renda), educação e atividades de lazer.

Ao desenvolver seu trabalho nas comunidades faxinalenses de Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta, localizadas na Área Metropolitana Sul de Curitiba, Olesko (2013) traz elementos que destacam a coexistência de relações em que a juventude se faz presente:

> [...] É o caso de carroças em conjunto com carros, de antenas parabólicas juntamente com latrinas, de música sertaneja caipira com música eletrônica dos mais jovens. A paisagem também conta, como já citado, com a abundância de mata nativa que é manejada tanto por sujeitos tipicamente campesinos como por jovens trajados com roupas largas e bonés, seguindo a moda da juventude brasileira. Isso tudo se faz presente num mesmo território, onde granjas de frangos criados confinados contrasta com galinhas caipiras e porcos criados soltos. Os tempos e espaços se sobrepõem, às vezes em conflito, às vezes de modo paralelo (OLESKO, 2013, p. 32).

Quando indagados sobre “permanecer ou sair dos Faxinais”, os jovens sujeitos desta pesquisa não só emitiram suas vontades para o presente ou para o futuro – um simples sim ou não –, mas também justificaram os fatores que influenciam seus posicionamentos frente à realidade em que estão inseridos. A maioria dos jovens afirmou que sua pretensão é permanecer na comunidade em que vive, mas nos debates evidenciamos que a permanência também se relaciona com mudanças necessárias nas

condições de vida no território. As justificativas de suas decisões variam entre sua participação nas demandas mais gerais do movimento faxinalense pelo reconhecimento de sua identidade e modo de vida, pela garantia de seus direitos, até seus sentimentos de pertença ao território, as relações familiares e comunitárias, ou ainda, as condições precárias no acesso às políticas públicas, em particular as políticas de emprego/geração de renda, educação, cultura e lazer, entre outros.

Argumentos utilizados por aqueles que pretendem permanecer revelam seus sentimentos de pertença às relações com o território de vida, como podemos observar a seguir:

> - Eu pretendo continuar no faxinal, pois ali nasci e ali vou permanecer, trabalhando e estudando para ter uma vida digna. (o Jovem, Faxinal Meleiro, Município de Mandirituba-PR);
> - Pretendo continuar, lá eu consigo ser eu mesmo, desenvolver sustentabilidade, ali é meu refúgio (o Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR);
> - Eu pretendo continuar, ajudando a desenvolver as propriedades de forma coletiva, e eu estudo sem sair do faxinal (o Jovem, Faxinal dos Ribeiros, Município de Pinhão-PR);
> - Quero continuar morando no faxinal, pela família e os benefícios da natureza. (o Jovem, Faxinal Saudade de Santa Anita, Município de Turvo-PR).

Já sobre sair, os jovens denunciam ausências, descasos, dificuldades enfrentadas no cotidiano, manifestam seus descontentamentos frente à realidade vivida, acreditam que podem construir uma vida melhor fora de suas comunidades. Entre os fatores de maior influência estão o difícil acesso a uma educação de qualidade e as condições de trabalho, como podemos evidenciar a seguir:

> - Pretendo sair... até para completar meus estudos, na comunidade é muito difícil para estudar (a Jovem, Comunidade Bom Retiro, Município de Pinhão-PR);
> - Sair, porque não há continuação dos estudos e por falta de oportunidades de renda (o Jovem, Faxinal Marcondes, Município de Prudentópolis-PR);
> - Sair, pretendo estudar, arrumar um emprego fixo (o Jovem, Faxinal Barro Branco, Município de Rebouças-PR);
> - No momento, eu pretendo sair, pois os recursos rurais estão sendo desvalorizados e pouco reconhecidos pelo Estado (o Jovem, Faxinal Bom Retiro, Município de Pinhão).

No convívio com os faxinalenses da APF é muito comum escutar das lideranças comunitárias que os “jovens estão indo embora”, não por acaso a temática de permanecer ou sair dos faxinais gerou polêmica entre eles, cujas discussões nos permitiram apreender um conjunto de argumentos que contribuem para entender os motivos que influenciam essa decisão. Evidenciamos nas formulações dos jovens, por exemplo, que a procura pela continuidade dos estudos e um bom emprego estão entre os principais motivos que têm contribuído para potencializar a sua saída.

Hauresko (2012) identificou que nos faxinais Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros, localizadas respectivamente nos municípios de Prudentópolis e Rio Azul (Paraná), a migração de jovens para a cidade está atrelada, sobretudo, ao acesso à escola, entendida como caminho para uma melhoria das condições de vida e a busca de um trabalho que, pelos jovens, é compreendido como menos árduo – fatores que mencionamos anteriormente. A pesquisadora afirma que, nestas comunidades, as migrações mais definitivas não se justificam pelas mudanças técnico-mecânicas que foram ocorrendo ao longo dos últimos anos e que auxiliam o trabalho na lavoura, mas recai ainda assim sobre o trabalho agrícola que é, desde o ponto de vista dos jovens, muito cansativo e pouco rentável, assim como a falta de atividades de lazer (HAURESKO, 2012, p. 245).

Encontramos menções referentes às migrações de jovens faxinalenses, também em Grzebieluka (2010), Barbosa (2010) e Lima (2011). O trabalho de Grzebieluka (2010, p. 120), por exemplo, preocupado em analisar as transformações socioespaciais ocorridas nas comunidades rurais do município de Tibagi-PR, identificou nas comunidades faxinalenses dos Empoçados e dos Mendes que:

> [...] o contato com elementos do mundo moderno faz com que o modo de viver tradicionalmente dos jovens do campo, incorpore muitas informações de um modo de viver que está em constante transformação. Neste contexto, muitos jovens residentes em comunidades rurais, abandonam as tradições do campo e seguem em busca de novas oportunidades nas áreas urbanas. Nas comunidades que fazem parte da presente pesquisa, constata-se que o número de jovens que se desloca para outras cidades em busca de estudo e emprego tem aumentado gradativamente nos últimos anos, sendo que muitos não retornam mais para o convívio na comunidade onde viveram boa parte de suas vidas.

Lima (2011), ao procurar entender as dinâmicas das territorialidades na comunidade Faxinal do Posto, localizada no município de Inácio Martins-PR, constatou que cerca de 50% dos jovens estavam saindo da comunidade em busca de emprego. O trabalho de Barbosa (2010, p. 62), ao analisar mudanças nas dinâmicas organizacionais das famílias faxinalenses na comunidade Taquari dos Ribeiros, já citada anteriormente, constatou que há uma tendência de "envelhecimento da comunidade". Explica que "jovens comumente buscam alternativas mais atrativas do que se estabelecer nos moldes de vida faxinalense". Por outro lado, o referido pesquisador entende que no caso da comunidade pesquisada "isso não reflete uma tendência à desestruturação da comunidade", pois muito embora tenha uma parcela significativa de migração de jovens faxinalenses, "há uma parcela que cria identidade com o modelo de vida e continua a reproduzir o sistema ao qual está inserido".

Para além das realidades faxinalenses aqui retratadas, o dilema de permanecer ou sair faz parte do contexto de vida de outros jovens do Brasil rural. O êxodo rural da juventude é uma temática de pesquisa no Brasil desde antes dos anos de 1980 (CASTRO,

2010; CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010). A pesquisa de Castro (2005) cujo foco se deu sobre a cotidianidade de jovens assentados da Reforma Agrária na Baixada Fluminense, por exemplo, nos mostra que marcam a dinâmica de ficar ou sair da comunidade, principalmente questões como os conflitos intergeracionais, a formação de novos núcleos familiares (o casamento), os estudos, a procura por trabalhos não vinculados à propriedade rural (trabalhos não agrícolas), etc.

A pesquisa de Stropasolas (2006, p. 17), realizada com jovens da agricultura familiar do "município de Ouro-SC, situado no Vale do Rio do Peixe, região Oeste de Santa Catarina (Microrregião de Joaçaba)", nos permite compreender que permanecer ou sair neste contexto é um dilema perpassado pelas questões que envolvem, também, os padrões sucessórios da agricultura familiar. O pesquisador constata que transformações técnico-mecânicas, conjuntamente com a gradativa integração das famílias em sistemas mais complexos e dinâmicos provocados pela chegada das agroindústrias de aves e suínos, impulsionados pelo ritmo do mercado, provocaram mudanças substanciais na vida cotidiana dos trabalhadores. O trabalho mais alinhado às regras destas agroindústrias vai sendo considerado mais árduo pelos trabalhadores.

O trabalho de Stropasolas (2006) destaca aspectos que marcam a vida jovem no contexto da agricultura familiar e dos pequenos municípios, que vivenciam uma relação muito próxima entre as dinâmicas da vida no campo e na cidade, tais como: a invisibilidade dessa juventude em diferentes esferas da vida social; o significado do trabalho, da cultura e do lazer, da educação (como estratégia para mudar/melhorar de vida); os conflitos provocados por relações desiguais de gênero, em particular envolvendo o processo sucessório da propriedade agrícola.

O pesquisador ressalta que, na agricultura familiar, geralmente são os homens que herdam a terra. Isso só não acontece, principalmente quando uma filha casada permanece ou retorna à propriedade para cuidar dos pais. Esse movimento, segundo Stropasolas (2006, p. 21-22) tem contribuído para uma masculinização do campo, uma vez que as moças saem para estudar ou trabalhar fora da comunidade e, ao saírem, dificilmente retornam para casar com os filhos de agricultores. A partir dos depoimentos dos jovens, o autor destaca que esse retorno e casamento com os filhos dos agricultores representam para as moças que saem "a continuidade da condição social da mulher na agricultura, condição vivida por suas mães, e que elas não pretendem reproduzir".

Percebe-se, tanto entre os jovens faxinalenses quanto outros jovens que vivem no espaço rural, a exemplo dos jovens assentados pesquisados por Castro (2005) e da Agricultura Familiar pesquisados por Stropasolas (2006), que "forças econômicas, políticas e culturais" acabam por determinar o movimento que podemos denominar de des-re-territorialização (SAQUET, 2013).

Os jovens com quem trabalhamos retrataram as ausências de políticas públicas, manifestaram que muitas das dificuldades existentes dentro dos faxinais persistem porque os governos não os enxergam. Sobre este assunto, os jovens emitiram opiniões muito distintas, porém, entre as demandas que mais apareceram em suas considerações estavam a necessidade do desenvolvimento de ações voltadas à educação, à geração de emprego e renda, acesso à cultura e atividades de lazer. Apreendemos a ansiedade da juventude em permanecer no faxinal, porém, como contrapartida, são jovens que vislumbram um futuro melhor para a comunidade, que pressupõe, sobretudo, o atendimento a estas demandas por parte dos governos.

Em seu território de vida, pode-se dizer que os jovens compartilham experiências marcadas pela invisibilidade, ausências e marginalidades nas políticas públicas, que podem ser compreendidas como ameaças, forças que contribuem permanentemente à precarização da vida nos territórios faxinalenses. Os jovens, neste aspecto, não só compartilham e reforçam denúncias, que já estão na pauta da APF desde seu nascimento em 2005, como também trazem outras que são importantes para eles, como é o caso da educação, do incentivo à geração de renda desde seus interesses, a melhoria de infraestrutura que contribua para facilitar o contato com outras comunidades e com a cidade, assim como o fomento à cultura e atividades de lazer, fatores que aparecem como os que mais influenciam na migração.

Nesse sentido, corroboramos com Haesbaert (2006, p. 315), a partir de seus estudos e reflexões, ao considerar que a “exclusão social” também se configura em exclusão territorial, em “territorialização precária”. Essa perspectiva de “territorialização precária” é entendida pelo autor como sendo “exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto ‘recurso’ ou ‘apropriação’ (material e simbólica) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade”.

Considerando este cenário, se compreendermos que as territorialidades também se constituem cotidianamente, que algumas territorialidades cristalizam-se e outras não entre as gerações, que forças econômicas, políticas, culturais e socioambientais acabam por interferir, podendo se constituir em um movimento de continuidade e descontinuidade destas territorialidades, podemos afirmar que há um movimento permanente de des-re-territorialização nos faxinais em que os jovens se fazem presentes. Desta forma, podemos conceber a juventude como sendo um sujeito estratégico para compreender as continuidades e descontinuidades do território faxinalense. Assim, analisar os condicionantes que interferem em suas territorialidades também pode contribuir na compreensão sobre as condições de negação, invisibilidade e subalternidade a que estão submetidos os faxinalenses de forma geral, sobretudo nas políticas públicas.

Na continuidade deste texto, a partir destes retratos oriundos do processo investigativo dialógico com a juventude faxinalense, faremos a defesa de que suas territorialidades se constituem a partir de seus territórios de vida – no compartilhamento de experiências, na apropriação e no conflito com territorialidades específicas etnicamente diferenciadas típicas do modo de vida faxinalense –, nas relações, na convivência com territorialidades distintas, em meio à produção de invisibilidade e processos de precarização de suas vidas no território. Por isso, nossa proposição será a de compreender que os jovens faxinalenses produzem suas territorialidades em situação de fronteira.

Jovens Faxinalenses: a produção das territorialidades em situação de fronteira

A pesquisa sobre juventude e juventude rural, muito embora tenha ganhado espaço nos últimos anos na agenda de estudos em diferentes campos do conhecimento – com destaque para Antropologia, Sociologia, Educação e Psicologia –, muito ainda se tem para revelar sobre a diversidade e as condições de vida dos jovens no Brasil (WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009; CASSAB, 2011).

Na Geografia, segundo Barbosa (2013), a juventude não tem sido "um dos temas mais envolventes", reforçando a importância dos geógrafos brasileiros colocarem em pauta questões sobre essa categoria. Ainda assim, encontramos estudos que, desde uma leitura espacial, têm se preocupado em debater a juventude enquanto sujeitos de pesquisa da/na ciência geográfica, a exemplo de: Turra Neto (2012), que tem se dedicado ao debate sobre as redes de sociabilidade de jovens punks e pertencentes ao movimento hip-hop, articulando teoricamente as categorias juventude, cidade e território, tendo como horizonte poder contribuir com a construção de uma Geografia das Juventudes; Cassab (2011), que tem procurado problematizar questões sobre juventude urbana; Fernandes (2013), que vem refletindo sobre a relação entre juventude e religião desde uma perspectiva da Geografia da Religião; assim como sobre juventude rural, que está na agenda, por exemplo, de estudos de Silva e Mendonça (2010), que refletem sobre questões envolvendo juventude no campo, formação, qualificação e geração de renda a partir de uma perspectiva agroecológica, como resultado de um projeto de extensão que visa contribuir na qualificação profissional e na geração de renda para os jovens do campo; e em Silva e Moreira (2011), cujo trabalho procurou analisar as condições de vida da juventude rural em áreas de assentamento da reforma agrária.

Neste estudo, defendemos a compreensão de juventude enquanto categoria social. Nesta perspectiva, entendemos que a concepção de juventude varia nos tempos e espaços vividos pelos grupos humanos, assim como que a constituição de sua identidade é permeada por múltiplas dimensões – econômica, política, cultural, ambiental, étnica,

territorial, entre outras. É desde essa perspectiva que sugerimos compreender a realidade vivida pela juventude faxinalense. Assim, corroboramos com a noção de que a juventude é mais do que uma faixa etária, uma fase preparatória para a vida adulta e precisa ser compreendida desde a realidade em que está inserida (GROPPO, 2000; CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010; CASSAB, 2011).

Compreender a juventude faxinalense enquanto categoria social, desta forma, é considerar que o/a jovem tem sua geografia e história, constrói sua forma de produzir, interpretar e viver o mundo – se relaciona com gerações mais antigas, mas para além das formas idealizadas/forjadas pelos adultos ou mais velhos. Os jovens são sujeitos ativos e participam dos processos de des-re-territorialização de sua cultura e identidade – ou seja, constituem suas territorialidades em meio a aceitação ou negação, conflitualidade e renovação de aspectos que marcam e demarcam seus territórios – interferem diretamente no presente e para o futuro.

Nos diálogos com jovens faxinalenses, nos trabalhos de grupo realizados em oficinas já citadas, constatamos que viver a juventude em uma comunidade faxinalense "é poder ir na casa um do outro para se encontrar, jogar bola, ser família, ajudar os pais nos serviços, andar de cavalo, viver em comunidade", para outros é também "andar de moto, comer comida saudável e sossego" assim como é "ser o futuro da comunidade", conviver com a falta de "opção de lazer" e as desvantagens "no acesso à cidade e ao conhecimento".

Podemos dizer que essas expressões, mas também de forma mais aprofundada os retratos da vida no território mencionados na seção anterior nos permitem observar que jovens faxinalenses produzem suas territorialidades considerando territorialidades específicas de seu território de vida. Neste caso, podemos inferir que a juventude com quem trabalhamos estabelece conexões (inter) geracionais, uma vez que destacam e comungam entre eles que determinadas territorialidades herdadas pelos mais antigos e que permanecem presentes nos discursos e nas práticas sociais de diferentes territórios faxinalenses na atualidade também são importantes na produção de suas territorialidades, a exemplo da proximidade com a família, da vida em comunidade (habitação e criação de animais à solta) de um contato mais intenso e diferenciado com a natureza, o trabalho com a lavoura e os animais, a convivência com as tradições religiosas, entre outros.

Ao mesmo tempo, constituem suas territorialidades na relação com o mundo, fazendo coexistir o "andar de moto" e o "andar a cavalo", "os bailes na comunidade e as baladas na cidade", a convivência com "a família" e os "amigos na escola, no trabalho e na cidade", "com a vida em comunidade, no faxinal", mas também com a vida "no entorno e na cidade". Assim como com a permanente produção de invisibilidades, sejam elas produzidas pelo próprio modo de vida, quando os mais antigos julgam a juventude como sendo "apática", "aqueles que não querem nada com nada", que "não querem assumir

responsabilidades", mas, sobretudo a invisibilidade produzida pelo Estado, que resulta em negação ou marginalização das territorialidades dessa juventude no acesso às políticas públicas de direito, o que vem contribuindo para a precarização de suas vidas no território. No caso das políticas públicas, o eixo educação, geração de renda, lazer e cultura foi destacado pelos jovens faxinalenses, interlocutores desta pesquisa, como sendo fundamental para a melhoria das condições de vida nos faxinais, o que contribuiria para tornar as comunidades faxinalenses espaços em que é possível reivindicar juventude.

A partir destas considerações iniciais, podemos compreender que a juventude faxinalense com quem trabalhamos produz suas territorialidades em uma situação de fronteira. Não se trata, aqui, de fronteira como limite, como sendo uma situação precisa, delimitada por uma linha rígida que separa dois mundos distintos. Hissa (2002, p. 36) ressalta em suas reflexões que:

> Fronteiras e limites: o seu significado convencional, especialmente trabalhado pelo senso comum, é o de delimitação político-administrativa. Limitar é partilhar para governar. Limites e fronteiras são manifestações de exercícios de poder. Limitar é dividir. E, seguramente, o ato de dividir está associado à intensão de controlar. Outros significados estão associados á ideia, decorrendo do conceito básico: extremo, fim, contorno, separação.

Contrariando essa compreensão, entendemos fronteira enquanto "demarcação imprecisa", ou ainda, "lugar de interpenetrações, campo aberto de interseções", "de interface e ao mesmo tempo de transição" (HISSA, 2002), de colaboração, coetaneidade, negociação e de contestação ao mesmo tempo (BHABHA, 1998). O trabalho de Ferrari (2014), a partir de um estado da arte que procurou mapear compreensões a respeito das noções de fronteira na Geografia, nos permite constatar que limites e fronteiras são conceitos distintos. A autora sintetiza que se entendido como limite pode ser considerado um fator de separação, a fronteira aparece como sendo um fator de integração.

Recorremos, também, à noção de fronteira trabalhada por Bhabha (1998), que em suas palavras nos chega como aqueles que vivem "entre lugares". Entender a juventude nesta perspectiva, não é compreendê-los como agentes viventes, produtores e transformadores do espaço no futuro, mas alguém que intervém no aqui e no agora. A partir desta compreensão, nos interessa agregar a noção da constituição das territorialidades da juventude faxinalense com quem trabalhamos, mas também da própria constituição de ser jovem em território faxinalense de modo geral, resultado de estar entre negociações e conflitualidades – daí a compreensão de que a juventude se torna um sujeito estratégico de intervenção no território, das mudanças que vão ocorrendo no conjunto das territorialidades específicas do território faxinalense de modo geral.

A negociação é compreendida aqui como "articulação de elementos antagônicos ou contraditórios" (BHABHA, 1998, p. 51). Nessa perspectiva, a constituição das

territorialidades em situação de fronteira, como processo, vai resultando de negociações e conflitualidades com territorialidades específicas, típicas do seu modo de vida, mas também vai incluindo os anseios dos jovens, suas angústias e seus interesses a partir de um histórico de precarização de suas vidas no território. Bhabha (1998, p. 27) ainda ressalta a necessidade de uma ruptura com o que irá denominar de "barreira do tempo de um presente culturalmente concluído" e nessa perspectiva destaca a importância de se tomar o passado-presente "como grande parte da necessidade, e não da nostalgia, de viver". O passado, desta forma, interfere na atuação do presente. Assim, podemos compreender que a juventude faxinalense, ao constituir suas territorialidades na relação com especificidades de seu modo de vida, conflitua e/ou reforça a re-existência de territorialidades que atravessam gerações e se projetam no presente.

A partir do que delineamos até aqui, podemos afirmar que na pesquisa promovida com jovens rurais por Wanderley (2007) encontramos características do que podemos ler como situação de fronteira. Seu trabalho de investigação contou com a participação de 615 jovens de 15 a 24 anos, que vivem nas zonas rurais dos municípios de Glória do Goita (Zona da Mata Norte-PE), Orobó (Agreste Setentrional-PE) e Ibimirim (Sertão do Moxotó-PE). Destaca a autora que os jovens pesquisados pertencem em sua maioria à realidade vivida por famílias de pequenos agricultores, com determinadas características, tais como: pequenas propriedades, com produção diversificada para autossustento da família e para comercialização local, resultado do trabalho familiar. Neste cenário, Wanderley (2007, p. 23) defende a noção de que "o estudo da juventude rural supõe a compreensão de uma dupla dinâmica social: uma dinâmica espacial e outra temporal":

> [...] Por um lado, uma dinâmica espacial que relaciona a casa (a família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Mais do que espaços distintos e superpostos, trata-se essencialmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão conteúdo à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, nestes espaços, a vida cotidiana e as perspectivas para o futuro são imbuídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares – que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro; o presente da vida cotidiana – centrado na educação, no trabalho e na sociabilidade local e o futuro, que se expressa, especialmente, através das escolhas profissionais, das estratégias matrimoniais e de constituição patrimonial, das práticas de herança e sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva (WANDERLEY, 2007, p. 23).

Na concepção de situação de fronteira que estamos delineando, espaço e tempo são categorias que caminham juntas, assim, a superposição de espaços destacada pela autora, para nós também é uma superposição de tempos. Isso porque compreendemos que no território podem coexistir múltiplas histórias e trajetórias, costumes e tradições, identidades étnico-raciais, de gêneros, gerações, entre outras (HAESBAERT, 2006; SAQUET, 2009; 2011; 2013).

Desta forma, considerando nossa compreensão de situação de fronteira, os jovens do processo investigativo de Wanderley (2007) constituem suas territorialidades levando em consideração ao mesmo tempo as territorialidades específicas de suas comunidades – a convivência familiar e comunitária, o trabalho familiar, entre outros – mas também suas relações existentes com a escola, com a lógica urbano-industrial fora de sua realidade comunitária, que também imprimem suas ações e contradições, seus desejos para o presente e para o futuro – a inter-relação passado-presente-futuro no aqui e no agora. Por isso, interferem diretamente nos modos de vida da agricultura familiar, por exemplo, e colocam na pauta de suas organizações coletivas o debate acerca da sucessão familiar, as continuidades-descontinuidades das práticas sociais típicas desta espacialidade.

Menciona Bhabha (1998, p. 27) que o "intercâmbio de valores, significados e prioridades pode nem sempre ser colaborativo e dialógico", marcado por conflitos. O conflito entre jovens faxinalenses e territorialidades específicas aparece mais abertamente na Cartografia Social dos/das Aprendizes da Sabedoria no Paraná (que reúne aqueles/as que desenvolvem práticas tradicionais de cura). Os jovens aparecem na projeção cartográfica elaborada pelos participantes das oficinas de cartografia social, deitados à sombra de uma árvore. Segundo os relatos dispostos na cartilha, os jovens não querem aprender os ofícios tradicionais, o trabalho com as ervas medicinais, as rezas e as práticas de benzimento. Um exemplo pode ser evidenciado no comentário a seguir de uma faxinalense da comunidade Marmeleiro de Cima, localizado no município de Rebouças-PR:

> [...] A recriminação das igrejas, dos médicos, o esquecimento, a falta de interesse pelos jovens, pois acham que é uma coisa de antigamente, **o jovem quer só o que é moda, que passa na TV.** Como tá acham que é difícil de ir atrás desses conhecimentos, dessas ervas (PNCS, 2007b, p. 04, grifos nossos).

O desinteresse dos jovens faxinalenses pelos saberes tradicionais também aparece no comentário de outra faxinalense, agora do Faxinal do Rio do Couro, localizado no município de Irati-PR:

> [...] Se terminar tudo, os curadores, benzedeiras, as costureiras, daí não vai ter, pois se os mais novos não aprenderem, esses morrem, daí fica sem... **os jovens não querem aprender, não dão valor para essas coisas, porque quando está com uma dor forte aí se lembra do curador do benzedor, vão lá no curador... no benzedor** (PNCS, 2007b, p. 04, grifos nossos).

A partir deste segundo comentário é possível fortalecermos a compreensão de situação de fronteira que aqui estamos delineando, como situação em que coexistem intercâmbio e conflitualidade, de estar em um espaço-tempo de negociações, continuidades-descontinuidades. Neste caso, os jovens aparecem como aqueles que não querem aprender os ofícios tradicionais, porém, quando precisam destas práticas, ainda visitam os/as

benzedores/as. Assim, muito embora não queiram se envolver com estes conhecimentos e práticas tradicionais, há jovens que ainda constituem suas territorialidades levando em consideração a existência destas mesmas práticas.

Nessa perspectiva, compreender que a juventude faxinalense produz suas territorialidades em situação de fronteira contribui para reforçar duas questões que consideramos importantes: 1) que entender a juventude enquanto categoria social, também nos permite enxergá-los como sujeitos que intervém nos processos de produção e de transformação do território de vida; 2) no caso da juventude dos povos e comunidades tradicionais, reforça-se a compreensão de tradição como algo do presente, vivo e em permanente mudança.

A primeira questão vai ao encontro com nossa proposição de enxergar a juventude faxinalense, assim como as juventudes rurais e urbanas, como categoria social, conforme já destacamos anteriormente. Enquanto categoria social, queremos reafirmar a necessidade de que para compreender a juventude faxinalense, como constituem suas territorialidades, como agentes produtores e transformadores do seu território de vida, é preciso superar as adjetivações negativas e que contribuem para subalternizá-los e/ou invisibilizá-los. Nosso estudo tem nos permitido evidenciar um conjunto de vozes (ou gritos) de jovens faxinalenses que reafirmam constituir suas territorialidades também em conexão com territorialidades específicas do território faxinalense, se apropriando, ocupando, usando e transformando o território a partir de seus interesses.

Tal fato nos faz vivenciar um reforço da noção de tradição como presente, nossa segunda questão, ou seja, a tradição como processo de continuidades-descontinuidades das territorialidades específicas etnicamente diferenciadas no aqui e no agora em que os jovens são atuantes.

Essa perspectiva de compreensão se inspira nas reflexões de Thompson (1998) a respeito de como os costumes se manifestavam na cultura dos trabalhadores ingleses em cenários do século XVIII e XIX e na nossa própria noção de condição de fronteira que vem sendo delineada. Em Thompson (1998) encontramos a menção de que, para os historiadores que se ocuparam em estudar cenários da Europa Ocidental dos séculos XVI e XVII, a hipótese hegemônica era de que haveria mudanças radicais no modo de vida, sobretudo induzidos pela emergência e propagação da atividade industrial. Mas, o próprio trabalho do autor nos permitirá constatar que neste contexto coexistiam no cotidiano das comunidades, as forças que suscitavam mudanças nos modos de vida, contestavam práticas tradicionais, territorialidades específicas das comunidades, mas também um conjunto de resistências cotidianas que eram entendidas como fundamentais na constituição das territorialidades. Afirma o autor:

> [...] Na sociedade rural, mas também nas áreas manufatureiras e mineiras densamente povoadas (as regiões produtoras de tecido do Oeste da Inglaterra, o território dos mineradores de estanho da Cornualha, o black Country), encontramos uma herança importante de definições e expectativas marcadas pelo costume. O aprendizado, como iniciação em habilitações dos adultos, não se restringe á sua expressão formal na manufatura, mas também serve como mecanismo de transmissão entre gerações. A criança faz seu aprendizado das tarefas caseiras, primeiro junto à mãe ou avó, mais tarde (frequentemente) na condição de empregado doméstico ou agrícola. No que diz respeito aos mistérios da criação dos filhos, a jovem mãe cumpre seu aprendizado junto às matronas da comunidade. O mesmo acontece com os ofícios que não têm um aprendizado formal. Com a transmissão dessas técnicas particulares, dá-se igualmente a transmissão de experiências sociais ou da sabedoria comum da coletividade. Embora a vida social esteja em permanente mudança e a mobilidade seja considerável, essas mudanças ainda não atingiram o ponto em que se admite que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente (THOMPSON, 1998, p. 18).

Nessa perspectiva, Thompson (1998, p. 15-17) alerta a respeito da compreensão do conceito de costume, ou ainda, de cultura, como "inflexão antropológica", uma noção encerrada, ao se referir a generalizações a exemplo de "cultura popular". O autor sugere uma compreensão aberta, a cultura também como "um conjunto de diferentes recursos, em que há sempre uma troca". Por isso, a sugestão do autor é a de compreender "costume como contexto e *mentalité*", "o costume não como posterior a algo, mas como sui generis: ambiência, *mentalité*, um vocabulário completo de discurso, de legitimação e de expectativa", ou seja, como práxis viva no aqui e no agora.

A partir deste olhar podemos compreender que a juventude faxinalense é um sujeito estratégico que, ao constituir suas territorialidades junto ao território de vida faxinalense, também contribui para reafirmar a re-existência dos faxinalenses como povos e comunidades tradicionais no aqui e no agora. Desta forma, corroboramos com a compreensão de que:

> [...] a vida não é um movimento desterritorializado. Entendido como espaço produzido pela sociedade, o território é obra coletiva e, em si mesmo, manifestação de poderes. A construção do território, através das relações sociais, por si só, passa a significar o estabelecimento de fronteiras de natureza variada – entre pessoas e coisas (HISSA, 2002, p. 40).

Assim, reafirmamos que apreendemos verbetes e expressões elaboradas pelos jovens que falam da vida em comunidade, da presença e do convívio com a natureza, da vida saudável (comer comida sem veneno), do trabalho coletivo, entre outros. Como viemos reafirmando ao longo deste texto, são elementos que coexistem com um conjunto de contradições, com a existência de preconceitos, com a produção de invisibilidade e/ou marginalidade de suas territorialidades na gestão de políticas públicas, com a convivência em cenários marcados por conflitos internos e com diferentes antagonistas externos e com a

permanente precarização do território de vida. É nesse contexto que compreendemos que a juventude faxinalense vem produzindo suas territorialidades em situação de fronteira.

Considerações finais

O presente texto procurou refletir, sobretudo, a respeito da relação juventude e território. Tomamos como referência jovens faxinalenses cujos territórios de vida são permeados por territorialidades específicas etnicamente diferenciadas, por relações e pela convivência com territorialidades distintas, por tensões internas, conflitos territoriais com diferentes antagonistas, produção de invisibilidade e o permanente processo de precarização da vida nos territórios. Objetivamos exercitar no sentido de contribuir no processo de elaboração de um aporte teórico-conceitual que trouxesse a juventude para o centro das reflexões, que venha a contribuir com outras/novas leituras espaciais a respeito de como vivem os jovens nos faxinais, como constituem suas territorialidades em um contexto complexo e contraditório em que comunidades disputam visibilidade e se encontram marcadas por situações de conflitos por território e terra, mas sobretudo pela vontade de viver.

Sugerimos compreender a juventude faxinalense como categoria social, que produz suas territorialidades em situação de fronteira. Enquanto categoria social, procuramos reforçar a necessidade de superarmos compreensões que reduzem a noção de juventude como uma faixa etária ou como fase de transição para a vida adulta. Visões estas que reforçam a compreensão de juventude como sujeitos que não possuem capacidade de assumir compromissos, responsabilidades, demandar direitos, que não são agentes de produção e de transformação espacial. Corroboramos com a compreensão de que é preciso criar condições para superar conhecimentos e práticas que colocam os jovens em posições de submissão, que reforçam uma condição social subalterna (CASTRO, CORREA, MARTINS e FERREIRA, 2010).

Observamos que jovens faxinalenses constituem suas territorialidades, considerando, também, territorialidades específicas dos faxinalenses. Comungam entre eles que determinadas territorialidades herdadas pelos mais antigos e que permanecem presentes também são importantes na constituição de suas territorialidades, tais como: a centralidade na família, da vida em comunidade, o contato mais intenso e diferenciado com a natureza, o trabalho com a lavoura e os cuidados com os animais criados à solta, o convívio com tradições religiosas, entre outros.

Por outro lado, nossa trajetória de pesquisa tem nos permitido cada vez mais, evidenciar que eles convivem não só com o intercâmbio geracional, mas também na relação com territorialidades distintas, com conflitualidades. São jovens que constroem relações em

meio à produção de sua invisibilidade, falam de jovens que não conhecem a cultura faxinalense, de pessoas que os consideram atrasados, do poder público que não os enxergam, de escolas que não consideram elementos de sua cultura e identidade e, ao mesmo tempo, denunciam a precarização de seus territórios de vida, o difícil acesso à cidade e à escola, as ausências de alternativas de geração de renda, a falta de espaços de lazer e de acesso à cultura proporcionada pelo Estado, entre outros. Entendemos que os jovens clamam por um território de vida que lhes permita ser jovem.

A juventude convive com a dúvida entre permanecer ou sair dos faxinais. Seus sentimentos de pertença conflituam, principalmente, com as condições precarizadas de vida no território. Os jovens, impulsionados pela necessidade de continuar os estudos, pela busca de trabalho alternativo (considerado por eles como sendo menos árduo e mais rentável), acesso às atividades culturais e de lazer, assim como acesso a meios de comunicação como a internet, se des-re-territorializam de modo temporário e permanente. Assim, podemos compreender que a juventude faxinalense constitui suas territorialidades na inter-relação campo-cidade, família-comunidade-mundo.

Quando o assunto é políticas públicas, os jovens se sentem invisíveis diante do poder público. Retratam que muitas das dificuldades enfrentadas dentro dos faxinais, como estradas precárias, difícil acesso a escolas e postos de saúde, falta de alternativas para geração de renda que respeitem a dinâmica da vida nos faxinais, espaços de cultura e lazer, entre outros, persistem porque os governos não consideram suas territorialidades específicas nos processos de elaboração e implementação das políticas e dos programas governamentais.

Os jovens expressaram, por exemplo, que parte de suas atividades culturais e de lazer são criadas por eles mesmos, a partir das territorialidades específicas dos faxinalenses, como: nadar, pescar, jogar futebol, se reunir com os amigos, realizar festejos, cavalgadas, bailes, entre outros. Mas, compreendem como fundamental, na atualidade, o acesso às tecnologias de comunicação – com destaque para o acesso à internet –, expressam a vontade de frequentar cinemas ou teatros. Neste caso, a juventude constitui suas territorialidades permeada pela produção de invisibilidade no campo político das políticas públicas, em particular as Políticas Públicas de Juventude e a precarização de seus territórios de vida.

É a partir deste cenário que sugerimos a compreensão de que a juventude faxinalense com quem dialogamos produz suas territorialidades em situação de fronteira, de estar entre as territorialidades específicas típicas do território faxinalense, a produção de invisibilidade e a precarização dos territórios de vida, constituindo suas territorialidades na inter-relação campo-cidade, família-comunidade-mundo, educação-trabalho, sociedade-natureza, entre a dúvida de permanecer ou migrar de suas comunidades, entre outros.

Referencias

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. Agroestratégias e des-re-territorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios**.** *In:* ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto**: Terras Tradicionalmente Ocupadas. Projeto: Nova Cartografia Social da Amazônia, v. 2. PPGSCA, UFAM, Fundação Ford, Manaus, 2006. Coleção Tradição e Ordenamento Jurídico.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (Org.). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.

BARBOSA, Jorge. Palestra do Prof. Dr. Jorge Barbosa. **Revista de Geografia**, Juiz de Fora, v. 1, 2013. Edição especial. Disponível em: <www.ufjf.br/revistageografia>.

BARBOSA, Tiago Augusto. **Estrutura familiar e capital social em faxinais**: o caso de Taquari dos Ribeiros – Rio Azul/PR. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2010.

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1998.

BRASIL. Decreto 6.040/2007, de 07 de Fevereiro de 2007. **Presidência da República**. Casa Civil, subchefia para Assuntos Jurídicos, Brasília, 2007.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Da aventura à esperança**: a experiência auto-gestionária no uso comum da terra. Curitiba, 1984. (mimeo)

CARVALHO, Natália Dayrell de; SOUZA, Murilo, M. O. de. A pesquisa participante no contexto da Geografia Agrária: pressupostos teóricos e possibilidades práticas. *In:* RAMIRES, Júlio Cesar de Lima; PESSOA, Vera Lúcia Salazar (Org.). **Geografia e pesquisa qualitiva**: nas trilhas da investigação. Uberlândia: Assis, 2009.

CASSAB, Clarice. Contribuição à construção das categorias jovem e juventude: uma introdução. **Locus**: revista de história, Juiz de Fora, v. 17, n. 2, p.145-159, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná de *et al*. A categoria juventude rural no Brasil: o processo de construção de um ator político. Contribuições para um estado da arte. *In:* ALVARADO, Sara Victoria; VOMMARO, Pablo A. **Jóvenes, cultura y política en América Latina**: algunos trayectos de sus relaciones, experiências y lecturas (1960-2000). Rosário: Homo Sapiens Ediciones, 2010.

CASTRO, Elisa Guaraná de. **Entre ficar e sair**: uma etnografia da construção social da categoria jovem rural. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Rio de Janeiro: PPGAS/MN/UFRJ, 2005.

CASTRO, Elisa Guaraná de. Juventude rural no Brasil: processos de exclusão e a construção de um ator político. **Revista Latino Americana de Ciências Sociais**, p. 179-208, 2009. Disponível em: <www.umanizales.edu.co/revistacinde/index.html>.

CHANG, M. Y. **Sistema Faxinal**: uma forma de organização camponesa em desagregação no Centro-Sul do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1985.

CRUZ, Valter do Carmo. Das lutas por redistribuição de terra às lutas por reconhecimento de territórios: uma nova gramática das lutas sociais? In: ACSELRAD, Henri (org.) **Cartografia social, terra e territorio.** Rio de Janeiro: UFRJ/IPPUR, 2013, p. 119-176.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves; SAHR, Cicilian Luiza Lowen. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Serviço Social, Editora UEPG, v. 1 n. 1, 2005.

FABRINI, João Edmilson. Território, classe e movimentos sociais no campo. **Revista Anpege**, v. 7, n. 7, p. 97-112, jan/jul. 2011.

FALS BORDA, Orlando; MORA-OSEJO, Luis E. A superação do eurocentrismo. Enriquecimento do saber sistêmico e endógeno sobre o nosso contexto tropical. *In:* SOUSA SANTOS, Boaventura de. **Conhecimento Prudente para uma vida decente**: um discurso sobre as ciências "revisitado". 2. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

FAXINAIS. **Relatório final do 1º Encontro dos Povos dos Faxinais**. Irati, ago. 2005.

FERNANDES, Dalvani. Juventudes, geografia e religião: reflexões a partir das noções de forma simbólica e habitus. **RA'EGA**. O espaço geográfico em análise, n. 27, Curitiba, Departamento de Geografia da UFPR, p. 67-93, 2013.

FERRARI, Maristela. As noções de fronteira em Geografia. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n. 10, 2014.

GATTI, Bernadete Angelina. **Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas**. Brasília: Líber Livro, 2005.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos Sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16. n. 47, maio-ago. 2011.

GROPPO, Luís Antônio. **Juventude**: ensaios sobre Sociologia e História das juventudes modernas. Rio de Janeiro: DIFEL, 2000.

GRZEBIELUKA, Douglas. **Comunidade de Faxinal e suas dinâmicas sócio-espaciais**: da formação à desagregação de uma tradição no município de Tibagi (PR). Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2010.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HAURESKO, Cecília. **Lugares e tradições**: as comunidades faxinalenses de Anta Gorda e Taquari dos Ribeiros. Guarapuava: Unicentro, 2012.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. **A mobilidade das fronteiras**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2002.

LIMA, Lucélia Santos de. **A dinâmica das territorialidades na comunidade faxinal do posto Inácio Martins-PR**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Unicentro. Guarapuava, 2011.

LÖWEN-SAHR, Cicilian L.; SAHR, Wolf-Dietrich. Territórios – faxinais – espaços. A problemática "espaço/território" na formação social brasileira. *In.* SAQUET, Marcos A.; SPÓSITO, Eliseu Savério. **Territórios e territorialidades:** teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MOREIRA, Roberto José. **Terra, poder e território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

NERONE, Maria Magdalena. **Terras de plantar, terras de criar**: Sistema Faxinal, Rebouças (1950-1997). Assis: Unesp, 2000.

TURRA NETO, Nécio. **Múltiplas trajetórias juvenis**: territórios e rede de sociabilidades. São Paulo: Paco Editorial, 2012.

OLESKO, Gustavo F. **Terra, território e autonomia nas comunidades faxinalenses do Espigão das Antas, Meleiro e Pedra Preta (Mandirituba-PR**): conflitos e resistências na luta pela vida. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2013.

PNCS. Articulação Puxirão dos Povos de Faxinais. **Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**. Fascículo 1. Paraná, 2007.

PNCS. **Faxinalenses do núcleo metropolitano Sul de Curitiba**. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia, UEA Edições, 2011.

PNCS. **Faxinalenses no Setor Sul – Paraná.** Fascículo 3. Projeto Nova Cartografia Social dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil. Rebouças, 2008.

PNCS. **Faxinalenses: fé, conhecimentos tradicionais e prática de cura**. Paraná: Associação Aprendizes da sabedora de Medicinais e Agroecologia – ASA, 2007b.

PORTO-GONÇALVES, Carlos W. **Geo-grafias**: movimientos sociales, nuevas territorialidades y sustentabilidade. México: Siglo XXI, 2001.

SAQUET, Marcos A. **Abordagens e concepções de território**. São Paulo: Outras Expressões, 2013.

SAQUET, Marcos A. Contribuições teórico-metodológicas para uma abordagem territorial multidimensional em Geografia Agrária. *In:* SAQUET, Marcos A.; SUZUKI, Júlio C.;

MARAFON, Glaucio J. (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SAQUET, Marcos A. Por uma abordagem territorial. *In:* SAQUET, Marcos A.; SPOSITO, Eliseu S. (Org.). **Territórios e territorialidades**: teorias, processos e conflitos. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

SANTOS, Boaventura de Souza. Refundación del Estado en América Latina: perspectivas desde una epistemología del Sur. Lima: Programa Democracia y Transformación Global, 2010.

SAUER, Sérgio. Mercado de terras: entrangeirização, disputas territoriais e ações governamentais no Brasil. *In:* SAQUET, Marcos A.; SUZUKI, Júlio C.; MARAFON, Gláucio José (Org.). **Territorialidades e diversidade nos campos e nas cidades latino-americanas e francesas**. São Paulo: Outras Expressões, 2011.

SCHERER-WARREN, Ilse. **Redes de movimentos sociais**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

SILVA, Anderson José da; MENDONÇA, Marcelo Rodrigues. Juventude no campo: formação, qualificação e geração de renda a partir da agroecologia. **Espaço em Revista**, v. 12, n. 1, jan/jun. 2010.

SILVA, Elton O.; MOREIRA, Emília de Rodat Fernandes. Os que vão e os que ficam: mobilidade dos jovens em áreas de assentamento no estado da Paraíba. **Revista Percurso-Nemo**, Maringá, v. 3, n. 1, p. 15-38, 2011.

SILVA, Marina O. Saindo da invisibilidade – a política nacional dos povos e comunidades tradicionais. **Inclusão Social**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 7-9, abr/set. 2007.

SIMÕES, Willian. **Comunidades Tradicionais de Faxinais e Gestão de Políticas Públicas Educacionais no Estado do Paraná**: compreendendo territórios e territorialidades. Dissertação (Mestrado em Gestão do Território). Ponta Grossa: Universidade Estadual de Ponta Grossa. Ponta Grossa, 2009.

SOUZA, Roberto Martins de. Mapeamento Social dos Faxinais no Paraná. *In:* ALMEIDA Alfredo Wagner B. de; SOUZA, Roberto Martins de. (Org.) **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas, 2009.

SOUZA, Roberto Martins de. **Na luta pela terra, nascemos faxinalenses**: uma reinterpretação do campo intelectual de debates sobre os faxinais. Tese (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2010.

STROPASOLAS, Valmir L. **O mundo rural no horizonte dos jovens**. Florianópolis: UFSC, 2006.

TAVARES, Luis Almeida. **Campesinato e os faxinais do Paraná**: as terras de uso comum. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008.

THOMAZ JÚNIOR, Antônio. Trabalho de Campo: o laboratório por excelência do Geógrafo. **Geografia passo-a-passo**. Presidente Prudente: Centelha, 2005.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. *In:* CASTRO, Elisa Guaraná de; CARNEIRO, Maria José (Org.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad, 2007.

WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: MDA/NEAD, 2005.

WELLER, Wivian. Grupos de discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aporte teórico-metodológico e análise de uma experiência com o método. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 241-260, maio/ago. 2006.

ZIBECHI, Raúl. Os movimentos sociais latino-americanos: tendências e desafios. In: LEHER, Roberto; SETÚBAL, Mariana (orgs.). **Pensamento crítico e movimentos sociais:** diálogo para uma nova práxis. São Paulo: Cortez, 2005, p. 198-207.

Recebido para publicação em 09 de outubro de 2015.

Devolvido para a revisão em 13 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2016.

Transformações técnicas na avicultura e os sujeitos sociais no território[1]

Fernando Mendonça Heck
Professor do Instituto Federal de São Paulo Campus Avançado Tupã
e-mail: fernando.heck@ifsp.edu.br

Resumo

O processo de tecnificação no campo brasileiro data principalmente da década de 1970 e aprofundou o debate da questão agrária no Brasil. A avicultura sofreu significativas transformações técnicas e foi caracterizada como um dentre os exemplos dos "complexos agroindustriais completos". Desse modo, entendeu-se que as relações camponesas da "economia natural" seriam varridas dando lugar às relações de trabalho assalariadas típicas da "modernização". Contudo, ao verificar as relações de produção e trabalho no território, temos percebido que os sujeitos sociais na avicultura não são homogêneos e tampouco foram abolidas as práticas baseadas no modo de vida camponês. Além disso, os resultados da pesquisa apontam para a problematização do conceito de "pequeno(a) produtor(a)" na avicultura.

Palavras-chave: Avicultura; tecnificação; complexo agroindustrial completo; sujeitos sociais; território.

Technical transformations in poultry farming and social subjects in the territory

Abstract

The process of technification in the Brazilian countryside gained importance since the 1970s and has raised the debate on agrarian question in Brazil. Poultry farming has suffered significant technical transformations and it was featured as one of the examples of "complete agroindustrial complexes". In this way, it was understood that the peasant relations of the "natural economy" would be wiped out and giving rise to the wage earner labor relations typical of "modernization". However when verifying the production and labor relations in the territory we perceived that the social subjects in poultry farming are not homogeneous and neither have the practices based on the peasant way of life been abolished. In addition, the research results point to the problematization of the concept of "small rural producer" in poultry farming.

Keywords: Poultry farming; technification; complete agroindustrial complexes; social subjects; territory.

Transformaciones técnicas en la avicultura y los sujetos sociales en el territorio

Resumen

El proceso de tecnificación en el campo brasileño fecha principalmente de la década de 1970 y profundizó el debate de la cuestión agraria en Brasil. La industria avícola ha sufrido cambios técnicos importantes y se ha caracterizado como uno de los ejemplos de lo "complejo agroindustrial completo". Por lo tanto, se entiende que las relaciones campesinas de la "economía natural" serían barridos dando paso a las típicas relaciones laborales asalariadas

[1] Este trabalho é parte das discussões de nossa tese de doutorado orientada pelo Prof. Marcelo Dornelis Carvalhal junto ao Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP/Presidente Prudente (SP).

de la "modernización". Sin embargo, al comprobar las relaciones de producción y de trabajo en el territorio, nos hemos dado cuenta de que los sujetos sociales en la avicultura no son homogéneos, ni se abolieron las prácticas basadas en el modo de vida campesino. Además, los resultados de la investigación problematizan el concepto de "pequeño(a) productor(a)" en la avicultura.

Palabras-clave: avicultura; tecnificación; complejo agroindustrial completo; sujetos sociales; territorio.

Introdução

Até os anos 1970 a criação e engorda de aves no Oeste do Paraná, e em boa parte do Brasil, não estava restrita à produção de escala industrial. A atividade baseava-se em um sistema de produção familiar no qual as galinhas eram criadas soltas nos quintais das casas (MIZUSAKI, 2009). O autoconsumo dos animais também se configurava como prática usual, comum e importante estratégia de permanência no campo.

Também, era recorrente a venda ambulante de aves vivas que sustentavam uma rede de comercialização que se estruturava por fora da subordinação ao capital de escala industrial. A criação dessas aves se davam por trabalhadores(as) pobres, donos de pequenos pedaços de chão ou roceiros, e meeiros vinculados aos grandes fazendeiros (BOSI, 2011), sendo que a alimentação das mesmas consistia basicamente no grão de milho e o processo de engorda até o abate podia durar mais de seis meses.

Porém, com as transformações engendradas pela maior tecnificação na agricultura, a partir da década de 1970, essas relações sociais sofreram alterações, mas *não deixaram de existir por completo*. As aves que antes eram criadas ao “ar-livre” deram lugar às grandes granjas, a aceleração do tempo de maturação dos frangos foi significativa, pois se anteriormente levava de 6 a 8 meses, agora, com a implantação dos melhoramentos genéticos, reduziu-se para pouco mais de 40 dias. Tudo isso levou também a uma transformação nas relações de trabalho e complexificou o entendimento destas no campo.

Contudo, diferentemente de outras interpretações teóricas[2] sobre a tecnificação da agricultura, entendemos que esse processo não é homogêneo, isto é, destruidor de todas essas relações anteriores que como num passe de mágica deixariam de existir. Com isso, queremos dizer que houve transformações nas relações de trabalho no campo do Oeste Paranaense[3] a partir da tecnificação e das relações de integração, mas estas não eliminaram

[2] Cf. Silva (1996) para um entendimento mais geral e as contribuições de Moreira (2014) para observar estudo mais específico sobre as transformações das relações de trabalho na avicultura.

[3] Municípios que compõem a Mesorregião: Anahy, Assis Chateaubriand, Boa Vista da Aparecida, Braganey, Cafelândia, Campo Bonito, Capitão Leônidas Marques, Cascavel, Catanduvas, Céu Azul, Corbélia, Diamante do Sul, Diamante D'Oeste, Entre Rios do Oeste, Formosa do Oeste, Foz do Iguaçu, Guaíra, Guaraniaçu, Ibema, Iguatu, Iracema do Oeste, Itaipulândia, Jesuítas, Lindoeste, Marechal Cândido Rondon, Maripá, Matelândia, Medianeira, Mercedes, Missal, Nova Aurora, Nova Santa Rosa, Ouro Verde do Oeste, Palotina, Pato Bragado, Quatro Pontes, Ramilândia, Santa Helena, Santa Lúcia, Santa Tereza do Oeste, Santa Terezinha de Itaipu, São

as práticas de autoconsumo mesmo com a existência da subordinação da renda da terra ao capital via contratos de integração. Estas continuam tendo vital importância para os(as) camponeses(as) que se integram às cooperativas e empresas de capital privado e, embora alguns as pormenorizem, são centrais para a reprodução diária da família.

Metodologicamente nossos argumentos estão embasados nos trabalhos de campo que realizamos durante os anos de 2014 e 2015, a partir da aplicação de entrevistas baseadas na metodologia da história oral, observação *in loco* em algumas propriedades de avicultores(as), análise documental e de dados secundários, sobretudo o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Além disso, a existência de quantidade razoável de pesquisas sobre a temática na região, obviamente, se configurou em fonte indispensável para a nossa análise.

Deste modo organizamos a discussão em duas sessões. Na primeira, procuramos problematizar as concepções que desconsideram a existência dos(as) camponeses(as) na avicultura. Para isso, discutimos com a concepção de Silva(1996) sobre os "complexos agroindustriais completos", os quais representariam a expressão mais acabada da passagem do "complexo rural" para o "complexo agroindustrial", o que implicaria na dissolução das características camponesas da "economia natural". Nosso principal argumento, que não é necessariamente uma novidade, referencia-se nas concepções de Luxemburg (1984), Oliveira (2007), dentre outros, sobre o desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo, que acaba por criar e recriar as relações não-capitalistas como parte de sua dinâmica de reprodução ampliada. Já no segundo item, o debate se dá tematizando as distintas inserções sociais na integração avícola, pois defendemos que não é possível afirmar a existência de um sujeito social homogêneo nesta atividade. Além disso, é nesta seção que problematizamos o conceito de "pequeno(a) produtor(a)" e sua inviabilidade para compreender os distintos sujeitos sociais na avicultura, já que a utilização deste conceito pode homogeneizar sujeitos com distintas inserções sociais no âmbito da sujeição da renda da terra.

A permanência das relações camponesas no "complexo agroindustrial completo" da Avicultura

Sem dúvida, a avicultura, dentre as inúmeras atividades produtivas no campo brasileiro, sofreu profundas transformações técnicas que impactaram nas relações sociais de trabalho. Silva (1996) concluiu, em tese amplamente discutida, que a industrialização da agricultura acarreta na destituição do(a) trabalhador(a) como agente ativo e controlador do

José das Palmeiras, São Miguel do Iguaçu, São Pedro do Iguaçu, Serranópolis do Iguaçu, Terra Roxa, Toledo, Três Barras do Paraná, Tupãssi e Vera Cruz do Oeste.

processo de trabalho, isto é, transforma-se em assalariado rural, processo este que ocorre, com maior evidência, no que chamou de “complexos agroindustriais completos” ao qual vincula-se, no seu entendimento, a avicultura. Assim, a destituição dos modos de vida camponeses “ultrapassados” são ressignificados para práticas “modernas” de vinculação da produção aos grandes complexos agroindustriais.

Isso porque, na visão deste autor, houve a passagem, no Brasil, do complexo rural para o complexo agroindustrial, sendo que o segundo indica a existência de uma agricultura cada vez mais dependente da tecnologia para existir. Na sua concepção, o primeiro era “fechado em si mesmo” com uma incipiente divisão do trabalho e um D^1 (departamento 1) assentado em bases artesanais, em outras palavras, uma economia natural. Já com o processo de tecnificação da agricultura iniciado nos anos 1960, cria-se as bases para a industrialização da agricultura que desenvolve o D^1 ao ponto de tornar a agricultura absolutamente dependente da tecnologia. Esse processo foi profundamente incentivado pelo Estado e se deu pela mediação do capital financeiro na agricultura, sobretudo pela concessão de crédito para compra de insumos e máquinas, propiciadas pelo Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), e pelas políticas de agroindustrialização, a partir dos fundos de financiamento. Assim, configura-se a “indústria para a agricultura” e a agricultura subordinada à indústria, que se expressa nos “complexos agroindustriais completos”. Em suas palavras:

> Um complexo agroindustrial completo e integrado, por exemplo, aparece no caso da avicultura (milho-rações-produção avícola-carne industrializada) ou no caso do açúcar e álcool (equipamentos para usinas e destilarias – cana – usinas de açúcar e álcool), isto é, pode-se identificar uma cadeia de atividades fortemente relacionadas e com dinamismo próprio, formado por um “tripé” (D^1 para a agricultura/atividade agrícola/agroindustrial (SILVA, 1996, p.35-36).

Deste modo, a existência das relações camponesas, ou seja, o modo de vida e a prática social assentadas no território (FABRINI, 2007), são desconsiderados e reduzidos às questões “menores” e que seriam varridas com a hegemonia da “moderna” agroindustrialização. Este processo social, além de “varrer” do campo as práticas camponesas e ressignificá-las, foi entendido, por Silva (1996), como modernização dolorosa. Sua assertiva consistiu, sobremaneira, em reviver boa parte dos entendimentos, pautados por Lênin (1982), quando estudou a desintegração do campesinato russo e de boa parte da compreensão de autores marxistas sobre a “necessidade” de dissolução das relações sociais pré-capitalistas.

A tese leninista partia da premissa na qual o protagonismo da revolução socialista é do proletariado, que seria o fenômeno progressista frente às relações servis e do trabalho camponês (LÊNIN, 1982). Por isso, seu estudo do campo russo, compreende que o campesinato estaria se desintegrando, formando de um lado os camponeses(as) ricos

(pequena-burguesia) e os camponeses(as) pobres, aos quais restaria a proletarização. Quer dizer, o fim do campesinato e das relações pré-capitalistas feudais é fundamental para os leninistas[4].

É a partir dessa concepção que, a nosso ver, José Graziano da Silva aponta tendências gerais para o desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro: a passagem de uma economia natural para economia na qual as atividades agrícolas são integradas à indústria. Consequentemente, esse processo histórico estaria ligado ao desenvolvimento do mercado interno assentado na intensificação da divisão social do trabalho (separação entre cidade-campo), acabando nesse primeiro momento com as relações pré-capitalistas como a ligação manufatura-agricultura. Ao mesmo tempo, esse processo cria uma nova reunificação da agricultura e da indústria, com um novo viés.

Em síntese, nos complexos agroindustriais, para os entendimentos referenciados em Silva (1996), a existência das relações camponesas é excluída da análise e tornada irrelevante. Se constatada, tornam-se resíduos em via de extinção ou, a partir do grau de integração ao mercado capitalista, assalariados disfarçados (OLIVEIRA, 2007). No entanto um questionamento possível dessa postura analítica é verificar se de fato são excluídas sumariamente as existências típicas do modo de vida camponês por negligência intencional do pesquisador ou se estas realmente deixaram de existir no campo, mesmo nos supostos "complexos agroindustriais completos", como é o caso da avicultura.

Neste sentido, para o(a) geógrafo(a) é de extrema importância compreender as relações sociais que se fundam no território a partir dos sujeitos sociais. Mais do que isso, especificamente aos camponeses(as), é fundamental apreender suas estratégias de produção que nem sempre estão completamente integradas aos grandes complexos agroindustriais e que são fundamentais para existência da família e a permanência na terra (autoconsumo, ajuda mútua etc.). Aspectos fundamentais para entender a existência camponesa na avicultura e que, além disso, representam resistências desse modo de vida mesmo nos "complexos agroindustriais completos". Como narra uma avicultora sobre a relevância desse tipo de produção:

> Aprendi com os meus pais, se o colono[5] quer ficar na roça, o segredo é plantar para consumo, pois assim não precisa comprar quase nada de alimentos no mercado, porque tem de tudo na propriedade (STORTI, 2010, p.69).

[4] Em suas palavras: "confrontado com o trabalho do camponês dependente ou servo, em todos os setores da economia nacional, o trabalho assalariado livre constitui um fenômeno progressista" (LÊNIN, 1982, p.374).

[5] É comum os proprietários rurais tratarem-se como "colonos", contudo, esse é um conceito problemático e que homogeneíza realidades e sujeitos sociais distintos no campo da região. Segundo Moreira (2014, p.36) "a designação refere-se aos proprietários rurais que se deslocaram para a região Oeste do Paraná a partir da década de 1950 e compraram suas propriedades das empresas 'colonizadoras'. Os 'colonos' foram construídos pela memória e história locais como 'pioneiros' que 'desbravaram' as florestas e forjaram o 'desenvolvimento regional'. As narrativas míticas e laudatórias expressam a ocultação histórica dos diversos sujeitos que habitavam a região no período anterior a 1950". Ver também essa discussão em Varussa (2014).

Tais relações não foram extintas por completo e não se tratam de meras atividades irrelevantes, conforme narrou a camponesa. Nesse sentido, em nossos trabalhos de campo, ao visitar e entrevistar avicultores vinculados à produção integrada de frangos também constata-se o cultivo de culturas para autoconsumo (Figura 1). Assim, as indicações narradas pela camponesa, sugerem que estas produções de autoconsumo não parecem ser irrelevantes para existência da família no âmbito da produção integrada à avicultura, pelo contrário, assumem papel importante para reprodução camponesa e permanência na terra.

Além disso, Storti (2010) mostra uma grande diversidade de frutas, legumes e criação de animais para o consumo da família em propriedades de avicultores integrados à Cooperativa Agroindustrial Copagril, de Marechal Cândido Rondon (PR), produções estas que têm um papel muito importante para a reprodução da família. Coelho e Fabrini (2014), estudando o papel da agricultura de autoconsumo no Oeste Paranaense, tecem a seguinte consideração:

> As estratégias camponesas como a produção de subsistência e autoconsumo não negam por completo a lógica da produção capitalista. Como os camponeses são sujeitos criados e recriados no contexto de expansão do capitalismo na agricultura, em momentos as práticas camponesas estão articuladas com as relações capitalistas, noutros estão paralela e à margem contraditória, o que lhes garante sua existência no campo (COELHO e FABRINI, 2014, p.85).

Figura 1 - Horta para autoconsumo da família ao fundo vista para o aviário – Cerro da Lola distrito de Toledo (PR)

Fonte: Trabalho de Campo, 2014.

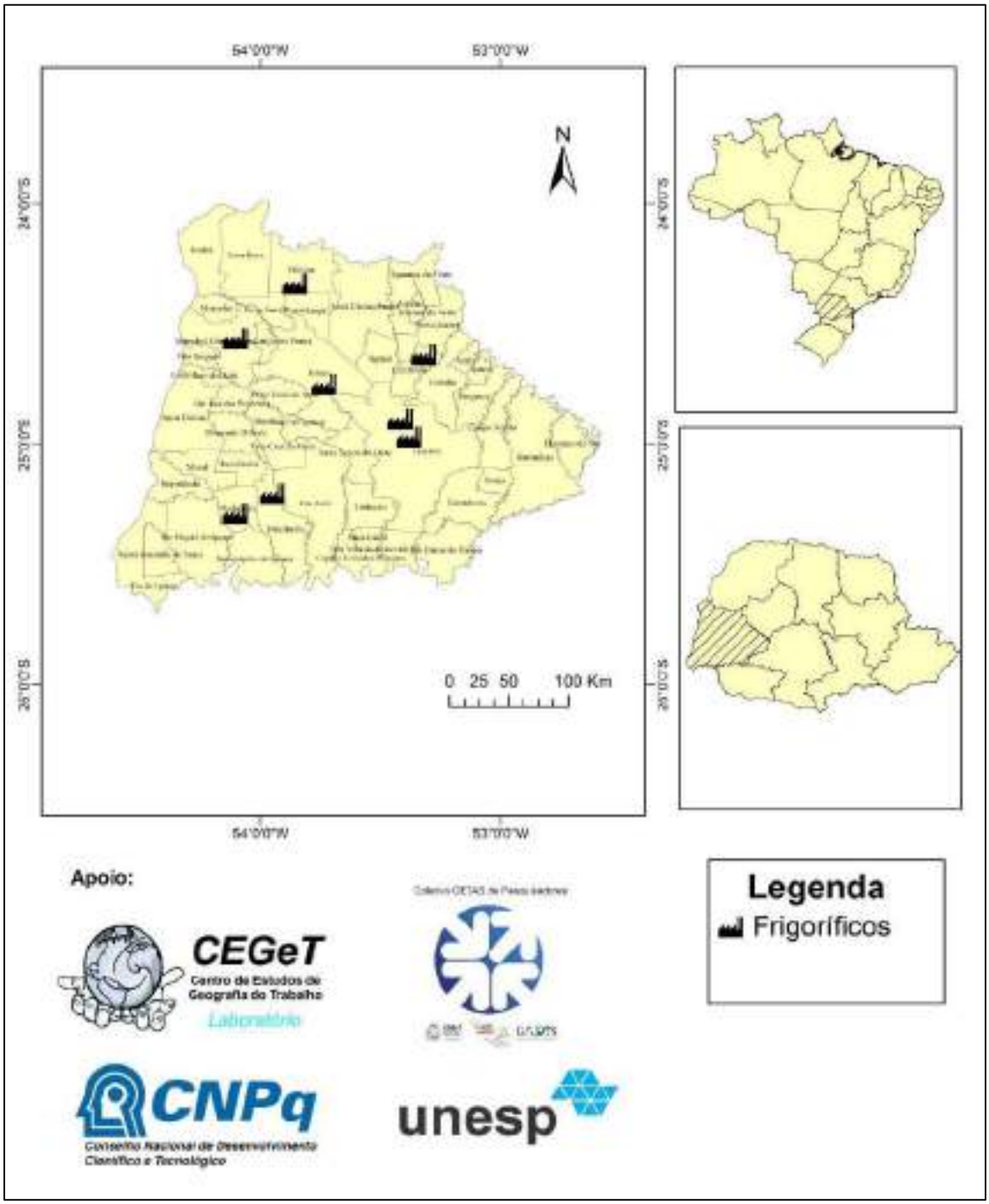
Mesmo que não negue necessariamente na completude a lógica capitalista, a produção de autoconsumo é parte das relações camponesas, portanto, não capitalistas,

recriadas pela lógica contraditória e desigual do desenvolvimento capitalista e que se encontram presentes na avicultura. Esse olhar assentado na leitura do território permite compreendê-las e enxerga-las, sem pormenoriza-las e “varre-las” da existência social dos(as) camponeses(as) no território.

Nesse sentido, cremos que as transformações técnicas na avicultura e seus impactos nas relações sociais não podem ser entendidos de forma homogênea. Ou seja, não é possível constatar que se está, na avicultura, diante da existência de assalariados disfarçados ou de agricultores familiares fortemente integrados ao mercado e distantes das características do modo de vida camponês. Acreditamos que, o desenvolvimento do capitalismo é contraditório, isto é, no seu processo de reprodução ampliada, além da redefinição das antigas relações de produção, engendra relações não capitalistas igual e contraditoriamente necessárias à sua reprodução, uma espécie de acumulação primitiva permanente (OLIVEIRA, 2007).

Deste modo, esse processo de desenvolvimento desigual e contraditório do capitalismo se caracteriza na sujeição da renda da terra ao capital, pois assim, pode subordinar a produção camponesa. Isso se dá nos contratos de integração com a avicultura, porém, o trabalho familiar e o controle da propriedade ficam em mãos dos(as) camponeses(as), sendo que, práticas de produção alternativas, como o autoconsumo, continuam presentes nas propriedades de avicultores(as) do Oeste do Paraná (Figura 2). Então, não há como excluir da análise as características do modo de vida camponês, mesmo no “complexo agroindustrial completo” da avicultura, contudo, a presença das relações camponesas não é uniforme dentre os(as) avicultores(as).

Figura 2 – Localização Oeste do Paraná, municípios e sede dos frigoríficos



Por isso, não entendemos que os sujeitos sociais do campo, que estão ligados às agroindústrias avícolas pelos contratos de integração, apresentam características homogêneas. Isto é, nem todos são “pequenos burgueses” simplesmente pelo fato de possuírem a propriedade da terra. Ou ainda, apenas, “proprietários fundiários”, “pequenos(as) produtores(as)”, conceitos que obliteram uma visão mais aprofundada destes sujeitos sociais.

A heterogeneidade do sujeito social avicultor(a) e os limites do conceito de "pequeno(a) produtor(a)"

Há, no Oeste do Paraná, muitos camponeses(as) que têm no trabalho da família a garantia da sua renda, mesmo entrando na relação de subordinação da renda da terra ao capital avícola. Por outro lado, não há somente um camponês(a) pequeno proprietário fundiário, que utiliza exclusivamente a mão de obra da família na avicultura na terra de trabalho (MARTINS, 1980). Existem também outras relações, como a firma de contratos de "parceria[6]" entre avicultores(as) e trabalhadores(as) que cuidam dos aviários, contratação de mão de obra assalariada permanente e mais recentemente a implantação dos aviários *Dark House*, também conhecidos como modal[7], o que denota a existência de pequenos capitalistas também atuantes na avicultura.

Contudo, em ambos os casos é importante levar em consideração as observações de Oliveira (2010, p.8), pois "o que ocorre é a apropriação da renda da terra pelo capital tanto na pequena propriedade quanto na grande". Tal afirmação nos remete a necessidade de pensar que entre os(as) avicultores(as) há distintos proprietários de terra (camponeses(as) e pequenos capitalistas), ambos tendo a renda subordinada ao capital, porém são sujeitos sociais distintos e que não podem ser entendidos de forma homogênea. Aliás, cremos que seja essencial a preocupação em desvendar os distintos sujeitos sociais na produção integrada de aves para de fato compreendermos quem são os(as) trabalhadores(as) do campo no âmbito da produção e abate de frangos no Oeste Paranaense.

Mizusaki (2009) é uma referência para entender que na avicultura coexistem camponeses(as) e pequenos capitalistas. Na sua pesquisa ela mostra como não há uma relação homogênea entre os perfis dos avicultores que se integram às indústrias avícolas do Mato Grosso do Sul e, por isso, diz acertadamente: "(...) a territorialização do capital industrial na avicultura em Mato Grosso do Sul apresenta várias faces" (MIZUSAKI, 2009, p.281).

É a mesma afirmação de Belusso (2010), em sua tese de doutorado, embora com outra perspectiva teórica[8]. Desta forma, há desde o avicultor com pouca terra, que se baseia

[6] Contratos firmados entre avicultores com trabalhadores(as) assalariados que efetivamente laboram na atividade cotidiana a troco de um salário. São, em geral, uma forma dos avicultores pequenos capitalistas fugirem das responsabilidades trabalhistas, pois, aparentemente contratam esses trabalhadores(as) como "sócios". Porém, em geral pagam percentuais menores do que o previsto pela legislação, e, por vezes não fecham qualquer acordo formal com estes trabalhadores(as). Ou seja, trata-se de uma relação de assalariamento e não da condição de sócios. Ver mais em Moreira (2014) e Mello (2013).

[7] São projetos atuais que consistem na instalação de quatro aviários com capacidade de alojar mais de 30 mil frangos e que exigem alto investimento inicial, na esfera dos milhões de reais, representando o que há de mais avançado em termos da tecnologia nesse tipo de produção.

[8] Esta autora coloca os conflitos entre os integrados e cooperativas, menciona o trabalho intenso e repetitivo nos frigoríficos, mas mesmo assim conclui que a geração de empregos é o lado positivo desse processo. Ou ainda, no caso específico da sua pesquisa, quando trata da relação contratual entre produtores e agroindústrias, afirma que esta é preenchida pela relação cooperativista, o que significaria que o integrado é associado e tal especificidade, segundo ela, evidenciaria "efeitos positivos sobre a melhoria de renda e a qualidade de vida dos produtores" (BELUSSO, 2010, p.178). A subordinação da renda da terra e a exploração do trabalho, embora mencionados,

no trabalho somente da família (camponês) até aquele que, com algum acúmulo de capitais (pequenos capitalistas), caso dos profissionais liberais e funcionários(as) públicos que investem na avicultura, não moram no campo e geralmente contratam trabalhadores(as) assalariados para cuidar das granjas, dentre outros exemplos.

Além disso, uma particularidade da avicultura é que o fato de possuir poucos hectares de terra não significa necessariamente que se trata de um "pequeno produtor". Deste modo, partir de um limite máximo de hectares para considerar a pequena produção pode mascarar outras relações sociais, pois um grande avicultor com domínio de vários aviários e emprego de trabalho assalariado, não precisa, necessariamente, se transformar em latifundiário e dominar grandes extensões de terra. Essa indicação encontrada no trabalho de Mizusaki (2009) torna ainda mais complexa a compreensão do sujeito social avicultor, bem como, coloca em questão tal denominação, pois não se trata de "especialistas" que têm dedicação exclusiva à avicultura.

Igualmente, é necessário explicar porque partimos do conceito de monopolização do território para entender a atividade da avicultura. A formulação original é de Oliveira (2010[9]) e apoia-se no entendimento de que na relação agricultura-indústria o capital industrial atua predominantemente na esfera da circulação, subordinando a renda da terra como forma predominante no campo brasileiro, embora existam exceções[10]. Isso significa que ao se expandir no campo, o capital tem de pagar um tributo aos proprietários fundiários (grandes ou pequenos) que não são necessariamente expropriados da terra. Essa parece ser a característica da relação de "integração" presente na avicultura e outros setores[11]. Segundo Martins (1980, p.51):

> Nestes casos embora as grandes empresas não expropriem diretamente o lavrador, elas subjugam o produto do seu trabalho. Tem sido assim com grandes empresas de industrialização de leite, uva, carne, fumo, tomate, ervilha, laranja, frutas em geral. Na verdade, os lavradores passam a trabalhar para essas empresas nos chamados sistemas integrados, embora conservando a propriedade nominal da terra.

Esse processo foi denominado por Martins (1980) de sujeição da renda da terra ao capital que ocorre tanto na pequena quanto na grande propriedade (OLIVEIRA, 2010). Por subordinar a renda oriunda da terra que continua em mãos dos proprietários, trata-se de um processo de monopolização do território, pois estes ficam com o controle da propriedade não

não são centrais no argumento da autora, pois a perspectiva é apontar que, apesar desses problemas existirem, é preciso perceber o "lado positivo" do cooperativismo.

[9] O texto original data de 1981 e foi disponibilizado, em formato digital, pela edição da Revista *Campo-Território* em 2010.

[10] Como é o caso, por exemplo, da unificação da figura do proprietário de terras e do capitalista, que permite extrair o lucro e a renda da terra, como é o caso da cana, laranja, eucalipto etc. O que não é o caso da avicultura e suinocultura desenvolvida no Oeste do Paraná.

[11] Porém, é importante lembrar que há experiências recentes como em Goiás onde se utilizam engorda de frangos em aviários pertencentes às próprias empresas (CARVALHAL, 2014).

sendo expropriados da terra. Essa realidade é encontrada com relevância no campo brasileiro, o que não nos autoriza tratar o tema a partir da presença majoritária do trabalho assalariado, mesmo com a expansão das relações de produção capitalista.

No caso específico da avicultura no Brasil, a sujeição da renda da terra apresenta-se como uma "alternativa" utilizada por distintos produtores como os(as) camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas. Estes últimos não necessariamente são proprietários de grandes extensões de terra, mas sim, de vários galpões para alojamento de aves/suínos. Ambos continuam proprietários da terra o que confere validade ao conceito de monopolização do território. Também coloca o desafio necessário de compreender as distinções entre a sujeição da renda da terra trabalhada pela família daquela com o emprego direto de trabalho assalariado.

Nesses dois casos, os objetivos ao adentrar na avicultura são distintos. O pequeno capitalista entra na avicultura com o intuito de obter lucro o que é diferente do(a) camponês(a) que tem o objetivo da satisfação das necessidades da família. O primeiro emprega o trabalho assalariado e o segundo tem o trabalho da família. Isso gera diferenças importantes no total da renda obtida com a avicultura, pois no primeiro caso a atividade pode tornar-se "desinteressante" devido à monta dos custos de produção individual[12]. No segundo, embora a avicultura não seja nenhum atrativo excepcional e os custos sejam altos, a não inclusão do custo da mão de obra é um importante diferencial a favor da permanência dos(as) camponeses(as)[13] nessas atividades. É isso que os dados do Censo Agropecuário de 2006 parecem nos indicar quando apontam para a importante presença do trabalho familiar na avicultura no Oeste Paranaense (Tabela 1).

Tabela 1 - Estabelecimentos, número de cabeças de frango e emprego de mão de obra: Oeste Paranaense (2006)

	Nº de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar	**Nº de estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura não familiar**	**Nº de cabeças de aves nos estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura familiar**	**Nº de cabeças de aves nos estabelecimentos agropecuários com aves na agricultura não familiar**
Só mão-de-obra familiar	83,61	26,21	72,27	14,94
Mão-de-obra familiar e empregado temporário	5	3,44	4,65	1,52

[12] Investir em apenas um galpão de alojamento de frangos pode ser pouco rentável para o pequeno capitalista, pois, os custos de produção incluirão a manutenção, por exemplo, do trabalho assalariado, o que não ocorre com os avicultores camponeses(as). Ver o trabalho de Mizusaki (2009) especificamente a página 304 e 310 onde ela compara os custos de produção e rendimento para um aviário com emprego de mão de obra assalariada e outro na unidade de produção camponesa.

[13] Ver as comparações realizadas por Mizusaki (2009) com relação à renda obtida em propriedades de pequenos capitalistas e camponeses(as) (p.304; 310 e 313). Para compreender adequadamente esses exemplos utilizados pela autora é necessário, minimamente a leitura de todo o capítulo 6 da sua tese de doutorado (obviamente o ideal é a leitura na íntegra do trabalho).

Mão-de-obra familiar, empregado temporário e empregado permanente	2	25,49	8,19	33,12
Mão-de-obra familiar e serviço de empreitada	5,13	3,77	9,55	2,93
Mão-de-obra familiar e demais combinações	4,26	14,5	5,34	30,15
Não identificado	-	26,59	-	17,34
Total		100	100	100

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Censo Agropecuário, 2006.

A alta concentração do número de estabelecimentos e cabeças de aves na "agricultura familiar[14]" que se utilizam somente da mão de obra da família é relevante. O que é diferente com a "agricultura não-familiar" onde o trabalho somente da família não é a maioria dos casos. Tais informações são indicativos da heterogeneidade do sujeito social avicultor(a) e das relações de trabalho no campo do Oeste do Paraná.

Se por um lado, percebe-se, a partir do trabalho de Storti (2010), que não há a eliminação completa das características da produção camponesa na avicultura, sendo que o trabalho da família e a produção para o autoconsumo continuam presentes, não é crível considerar que este seja o "perfil" homogêneo dos avicultores de toda a região. Esse parece ser um limite do trabalho desta autora, pois mesmo os dados da Tabela 1 e a pesquisa de Mizusaki (2009), realizada no Mato Grosso do Sul, apontam para a presença de camponeses(as) e pequenos(as) capitalistas na avicultura.

Moreira (2014) é quem investiga outras relações sociais de trabalho presentes na avicultura do Oeste Paranaense. O autor critica a literatura que investiga o trabalho dos avicultores na região afirmando que, embora reconheçam alterações no modo de viver pressionadas pela intensificação capitalista, se limitam a olhar para a realidade a partir de imagens nostálgicas de um viver no campo "(...) identificando resíduos de relações sociais e modos de vida 'camponeses' (...)" (MOREIRA, 2014, p.46). A sua concepção de campesinato parece ser aquela formulada por Eric Hobsbawn e George Rudé[15], para a realidade inglesa

[14] Esse é o conceito utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) baseado na Lei nº 11.326. Porém, utilizamos as aspas para indicar certa ironia, já que a implicação política do conceito "agricultor familiar" ou "empreendedor familiar rural", dentre outros, consiste em considerá-lo sujeito integrado à "modernidade" capitalista enquanto que o camponês consiste naquilo que seria ultrapassado e arcaico tendo a necessidade de ser superado. O que o termo agricultor familiar também tem o intuito de apagar o papel político que o campesinato representou nas lutas políticas brasileiras, como as Ligas Camponesas e no próprio estado do Paraná com a Revolta dos Posseiros de 1957. Por isso, tenta-se forjar um conceito "novo" para apagar da memória esse contexto de luta dos camponeses(as) no Brasil. Algo parecido ocorre com o conceito de "latifundiário" que agora foi substituído por "empresário rural" que tem o intuito político de transformar o imaginário social negativo do latifúndio na sua ligação com as mortes de camponeses(as), com o coronelismo e as desigualdades sociais no país, para uma leitura de "produtividade", "classe produtiva" dos "agronegócios" que forja uma visão positiva sobre a classe dos grandes proprietários fundiários.

[15] O autor cita o livro *Capitão Swing: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

do século XIX, de famílias que vivem do seu próprio trabalho ou ocupantes de um pedaço de terra (posseiros) que produziam para a subsistência.

Nessa concepção o campesinato só pode existir no capitalismo como resquício de relações sociais, pois não é entendido como uma realidade criada e recriada pelo desenvolvimento desigual e combinado do capital, ou seja, é uma relação social "de fora" do capitalismo. Assim, por exemplo, as produções de autoconsumo que têm significado importante para a família camponesa são encaradas como resíduos, sem muita importância para a análise teórica[16]. Prevalece a observação da subordinação da produção ao agronegócio e que nesse sentido oblitera a compreensão das relações não-capitalistas como o autoconsumo, bem como, a lógica da reprodução social da família. Esses elementos que, para Carvalho (2010), são importantes para compreensão dos(as) camponeses(as) contemporâneos, são negligenciados pela sua submissão via relações de integração ao capital agroindustrial.

Como no Oeste do Paraná essa agricultura de "subsistência" e baseada no trabalho da família aparece ligada às produções "integradas" às indústrias (leite, aves, suínos, etc.) e ao agronegócio, bem como, o trabalho da família não é satisfatório e necessita de contratação do trabalho assalariado, na avaliação de Moreira (2014): "a utilização do conceito de 'camponês' como forma de descrever e localizar espacialmente aonde vive e trabalha não é suficiente para afirmar a existência do camponês enquanto classe que se opõe aos interesses de outrem" (MOREIRA, 2014, p.45-46). O autor conclui:

> Na verdade, hegemonicamente, os pequenos proprietários agropecuaristas assumem sua condição de proprietários da terra e defendem uma posição política que os aproximam da burguesia agroindustrial, não divergem do agronegócio e da agroindústria, pois estão inseridos na cadeia produtiva e dela não querem se excluir (MOREIRA, 2014, p.46).

Tais argumentos estão embasados nas investigações empíricas do autor sobre o campo do Oeste Paranaense e nas entrevistas com avicultores por ele realizadas. Nestas, ele percebeu que as famílias tem deliberadamente contratado mão de obra assalariada nas propriedades e cita o caso da trabalhadora Loreci, que possuía apenas um aviário de 13,7 mil aves, o que fez com que o marido buscasse trabalho fora da pequena propriedade. Também, constatou a presença, naquelas propriedades com pelo menos mais de 3 aviários, dos "trabalhadores da avicultura" – os mesmos que Mizusaki (2009) chama de "granjeiros" – que são contratados pelos avicultores para realizar o trabalho nos aviários em troca de um salário

[16] Chayanov (1975) problematiza essa perspectiva teórica colocando que a maioria da produção agropecuária não se baseia em relações tipicamente capitalistas. Em suas palavras: "En el pensamiento econômico no podremos avanzar tan solo con las categorías capitalistas, porque una región muy vasta de la vida económica (la parte más grande del área de la producción agrária) se basa, no en una forma capitalista, sino en la forma completamente diferente de una unidad económica familiar no asalariada" (CHAYANOV, 1975, p.1).

que é calculado geralmente entre 10 e 20% da produção do lote de frangos, abaixo do previsto pelo Estatuto da Terra que é 25%[17].

Nesses casos, são celebrados entre avicultor e trabalhador da avicultura os contratos de "parceria" colocando-os na condição de "sócios". Mas, tem razão Moreira (2014), quando argumenta que tais contratos buscam brechas na legislação para desrespeitar os direitos trabalhistas e previdenciários dos(as) trabalhadores(as), pois se trata de assalariamento e não de condições de sócios. No entanto, tais situações acontecem com os avicultores que possuem uma quantidade maior de galpões de aves, isto é, aqueles que têm se transformado em pequenos capitalistas, no nosso entendimento. Ou seja, não concordamos com a tese de Moreira (2014) na qual parece ser essa uma característica comum e homogênea aos produtores integrados às agroindústrias. Cremos que essas características representam parte da realidade social dos "integrados", mas não a sua generalização. Os dados do Censo Agropecuário do IBGE parecem problematizar tal argumento e realçar o papel do trabalho somente da família, como uma dimensão importante nas atividades de engorda de aves.

Além disso, a experiência de Carlos[18] questiona a ligação política entre os "pequenos proprietários" e a defesa de uma posição política aproximada da burguesia agroindustrial. Dono de 15 hectares de terra, em Toledo (PR), e que tem no trabalho familiar a centralidade da sua produção, cria juntamente com seu filho, nora e esposa dois galpões de aves e um de engorda de suínos. A sua percepção sobre o trabalho nessa atividade não é nada parecida com o *marketing* empresarial e ressalta que "viver só de plantação não dá", motivo pelo qual vinculou sua produção a Brasil Foods. Ao longo da nossa entrevista as expressões "nós somos escravos", as críticas constantes aos técnicos das empresas e até mesmo direcionadas à associação de avicultores, considerada por ele como "fraquinha", não parece ser uma narrativa solitária no conjunto do Oeste do Paraná. Também não aparenta ser a reprodução do posicionamento de defesa da burguesia agroindustrial, muito embora ele continue inserido na cadeia produtiva do frango.

Sobre a continuidade na condição de integrado, isto é, permanecer ligado à cadeia produtiva e dela não querer sair, pensamos que a questão seja mais complexa e que não se trata de "opção". Nem, tampouco, somente de resistência camponesa para permanência na terra de trabalho. A nosso ver, é uma condição imposta pelas empresas e cooperativas a partir da prática do constante endividamento, motivado principalmente pelas alterações tecnológicas nos galpões destes integrados. Como condição ímpar de manter estes sob seu controle e domínio, já que caso parem de alojar os frangos as dívidas acumuladas com o

[17] Cf. MOREIRA (2014) ou ver a íntegra do Estatuto da Terra disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l4504.htm>. Acesso em 08 nov. 2016.
[18] Os nomes dos entrevistados são fictícios e as narrativas que utilizamos na íntegra no artigo foram transcritas a partir das gravações que foram autorizadas pelos mesmos.

capital financeiro são consequência direta[19], com implicações drásticas para a família inclusive perder a própria terra. Tal sujeição é também sentida de forma diferente entre o conjunto dos(as) "avicultores(as)".

Deste modo, é preciso um brevíssimo exemplo histórico para evidenciar os diferentes sentidos das implicações dos investimentos em tecnologia. De galpões quase na sua completude manuais no início da década de 1980 – período em que essas atividades tomam impulso na região – alterou-se para padrões semi-automáticos e totalmente automatizados. Por exemplo, os comedouros e bebedouros que necessitavam nos galpões de aviários do trabalho manual, na atualidade são difíceis de encontrar, pois já se encontra o sistema automático. Porém, tais transformações foram assim colocadas por Bruno:

> (...) e uma das maneiras, isso não está explícito em lugar nenhum, mas uma das maneiras da empresa ter o produtor na mão é sempre exigir investimento. Se você conversar com o pessoal da avicultura, você nunca vai ter o produtor sem dívida. A hora que terminou de instalar um exaustor já vem um nipple novo, terminou de instalar esse nipple, já tem um comedor mais moderno. Você nunca vai ver, ah! esse aviário está construído há dez anos e está idêntico como foi construído. Só que isso não está explícito, mas é o que a gente percebe no dia a dia e a engorda (*de suínos*) está se caminhando dessa forma ainda não é tão exigente, mas já estamos chegando lá (informação verbal, *grifos nossos*).

O receio com relação às dívidas acumuladas é o que pode explicar também a permanência na engorda de aves, a manutenção da monopolização do território pelo capital. Assim, os constantes investimentos tornam-se uma ferramenta de exercício do controle e dominação do capital agroindustrial avícola. Ao mesmo tempo esse processo de dominação, pode inviabilizar a engorda de frangos para os avicultores camponeses(as), pois se por um lado estes têm menores custos de produção por contar apenas com a mão de obra da família, por outro, quando solicitados para a construção de novos galpões, possuem pouquíssimos recursos para implementá-los, sobretudo porque o trabalho da família torna-se insuficiente. É o exemplo de Leonir e Ilário que tinham seu próprio aviário em São Pedro do Iguaçu (PR), e, quando pressionados pela empresa a partir das inovações tecnológicas, decidiram abandonar a atividade:

> Cintia: o que vocês faziam antes? Leonir: a gente tinha o nosso próprio aviário em São Pedro né, só que daí era uma... daí começa a inviabilizar né num... Cintia: daí o que aconteceu? Leonir: que vira despesa né, porque vira despesa, você tem que ficar investindo, investindo e um já tá... eles nem querem mais um, tem que ter vários aviários né (MELLO, 2013, p.27).

[19] É diferente, por exemplo, dos operários nas indústrias de abate de aves e suínos que tem mantido um movimento constante de rotatividade, um verdadeiro movimento de rejeição ao trabalho. No caso dos avicultores e suinocultores na relação de integração, desistir dessa é mais complexo, pois envolve ficar diretamente endividado com o banco. Por isso, o fato de permanecerem na relação de integração não é mera opção, há sérias consequências econômico-sociais ao abandoná-la e as empresas usam isso a seu favor como estratégias de dominação.

A narrativa de Leonir é uma das evidências de que as alterações de tecnologia além de impactar de forma diferente o conjunto dos(as) avicultores(as) pode conduzir também a expropriação da propriedade. Contudo, esse é um conceito a ser entendido mais como um problema do que um processo cabal, já que Leonir e Ilário continuam trabalhando na avicultura, mas não enquanto proprietários de galpão com aves, e sim na condição de trabalhadores(as) assalariados(as) de outro avicultor. Por conseguinte, nunca é demais lembrar, as informações do IBGE não são irrelevantes quando preveem mais de 80% dos estabelecimentos com aves nos quais existe somente o trabalho da família. Ao que parece a expropriação e a manutenção na propriedade da terra são elementos que se combinam contraditoriamente no Oeste Paranaense.

Mas, a experiência de Leonir representa uma clara transformação nas relações de trabalho vivenciada pelos trabalhadores(as), pois saíram da condição de proprietários da terra para a de assalariados, embora permaneçam no campo. Tal processo contribui para problematização da noção de "avicultores(as)" ou "pequenos produtores(as)", pois estas homogeneízam uma realidade heterogênea marcada pela inserção diferenciada dos sujeitos sociais na avicultura. Parece-nos, então, que estamos frente a um complexo processo de *diferenciação* e as pesquisas devem levar esse aspecto em consideração sob pena de negligenciar a realidade objetiva do trabalho na avicultura do Oeste Paranaense.

Por isso, pensamos que temos relações contraditórias de monopolização do território onde se destacam a unidade familiar de produção camponesa, e daí todas as relações não-capitalistas decorrentes, bem como, a presença de pequenos capitalistas do campo. Expliquemos com mais um exemplo.

Carlos, integrado à BRF e que tem na mão de obra da família a fundamentação das atividades laborais em sua propriedade certamente não tem as mesmas condições econômico-sociais que outro avicultor, patrão do senhor José Marcioto (trabalhador de aviário), e que foi entrevistado por Mello (2013). Seu José, por exemplo, é contratado como "parceiro", sem qualquer registro em carteira ou direitos trabalhistas, dispondo apenas do que foi apalavrado com o avicultor, que é também proprietário de um restaurante na cidade. Ele recebe um salário fixo e a cada dois meses a participação de 20% do lucro líquido no aviário no qual trabalha. Deste modo, percebe-se que são condições distintas de inserção na avicultura, e que colocam Carlos e José numa relação mais próxima do ponto de vistas das relações de produção, pois de fato são eles que laboram nos aviários, e diferente do patrão do senhor José que não trabalha diretamente na atividade.

Quer dizer, estamos frente a um processo no qual os(as) trabalhadores(as) da avicultura são aqueles(as) que têm no trabalho da família a dimensão prioritária da sua reprodução, bem como, os trabalhadores(as) assalariados de aviários. Para além das divergências teóricas sobre a existência ou não das relações camponesas, é fato que ambos

(família e assalariados) vivem o trabalho intenso nos aviários da região com o trabalho ininterrupto que foi muito bem demonstrado pela pesquisa de Zen (2009). Diferentemente dos pequenos capitalistas proprietários que se encontram em outra condição nas relações de trabalho.

Cremos que esse é um caminho promissor para entender a classe trabalhadora do campo na avicultura[20] e que nos permite compreender os diferentes papéis dos(as) trabalhadores(as) na esfera da produção, no caso a criação e engorda de aves. Isto é, ambos, família e assalariados, não têm na exploração do trabalho alheio, a partir da extração do trabalho excedente (não pago), a fundamentação central de sua existência nas atividades de engorda de animais, ao contrário dos pequenos capitalistas.

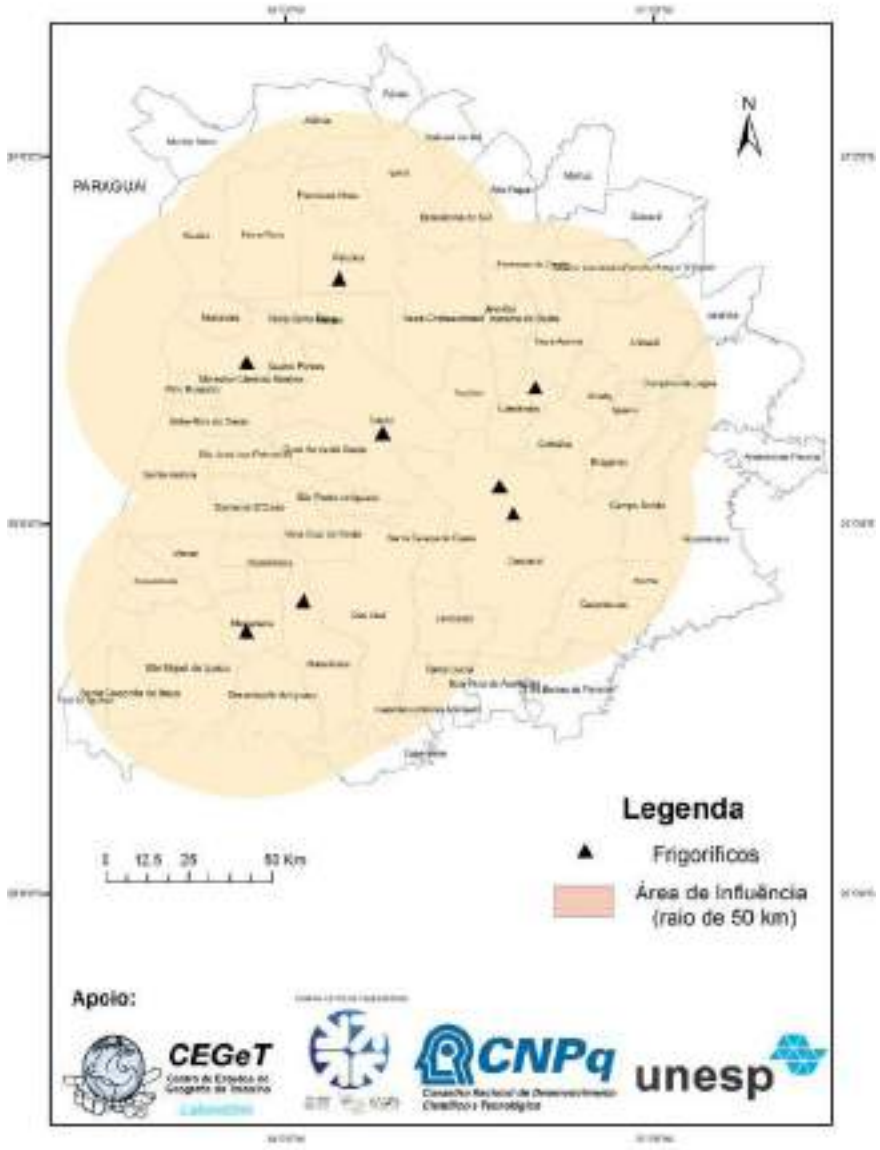
Porém, a tendência atual nas relações de integração para engorda de frangos, está apontando para possível prevalência dos pequenos capitalistas nesta atividade, sendo que, a evidência disso, se assenta na existência do projeto dos aviários *Dark House*, popularmente denominados de “modal/modais”. Ao que parece um dos efeitos iminentes dos modais pode ser o abandono da avicultura por parte dos(as) camponeses(as), já que o custo de investimento é alto e totalmente irreal para o(a) camponês(a).

Com investimento de R$2,5 a 3 milhões de reais, e uma capacidade de alojamento para 135 mil frangos, muito superior aos 22 mil dos galpões convencionais, fica claro que poderá se tornar inviável aos(as) camponeses(as) competirem com os(as) produtores(as) que possuem capital para investir nos modais. Além disso, percebe-se que a opção das empresas e cooperativas em contar com esse tipo de produção se dá na possibilidade de redução de custos, tendência que foi verificada nos debates durante um encontro empresarial realizado em Matelândia (PR), no dia 21 de maio de 2015, do qual participamos.

Tal fato se explica porque as empresas e cooperativas atuam num raio de ação em média de 50 km (Figura 3) e quanto mais próximo os galpões de aves estiverem das empresas é mais vantajoso, por conta dos custos com combustível, condições da rodovia e em alguns casos pedágio. Os modais, na visão empresarial, entram exatamente nessa perspectiva, pois ao invés de ter vários galpões em diferentes avicultores(as), concentram-se, por exemplo, quatro em uma única propriedade, o que reduz significativamente os custos empresariais. Embora os empresários e representantes de empresa, presentes no encontro em Matelândia (PR), tenham mencionado o problema social que isso poderia acarretar, isentam a indústria de culpabilidade, pois é tudo por conta da logística e do ganho na “economia de escala”, e para manutenção do patamar de competitividade da região Oeste do Paraná.

[20] Essa é uma das questões centrais da nossa pesquisa de doutorado, que se encontra em andamento, pois temos por intuito compreender a classe trabalhadora do campo e da cidade que estão ligadas a toda cadeia produtiva do frango. Esse tema, obviamente, ultrapassa os limites do presente artigo, mas é importante mencioná-lo, pois está no âmbito do nosso trabalho maior de pesquisa.

Figura 3 – Raio de ação das empresas e cooperativas avícolas do Oeste do Paraná



Essa é uma “novidade” que está em vias de efetivação no Oeste do Paraná e precisa do olhar atento dos(as) pesquisadores(as) comprometidos com as pautas da classe trabalhadora. Os(as) camponeses(as) – entendidos aqui como parte da classe trabalhadora – estão certamente sob fogo cruzado com a expansão do projeto dos modais. A tendência para a permanência apenas dos pequenos capitalistas na avicultura, se ainda não é uma realidade, figura como uma hipótese relevante.

Não é de agora que as estratégias do capital, seja pelo emprego das tecnologias ou por outras formas de reduzir custos de produção, rebatam no desemprego dos(as) trabalhadores(as), e no caso em específico da dificuldade em permanecer no campo, sobretudo para os avicultores(as)-camponeses(as). A ampliação dos modais pelo Oeste Paranaense caminha nessa perspectiva e parece apontar para a avicultura um processo de

diferenciação no qual os(as) avicultores(as) pequeno-capitalistas serão os privilegiados, excluindo os(as) camponeses(as) desse tipo de atividade.

O que permanece é a monopolização do território via subordinação da renda da terra, pois as empresas não têm interesse em tomarem para si a propriedade das terras na região. No que tange às relações de trabalho, nos modais, a lógica é completamente diferente da avicultura praticada na unidade de produção camponesa, pois já se pressupõe o emprego do trabalho assalariado, todavia isso ainda se configura enquanto tendência.

Isso porque, ainda é marcante a presença do trabalho somente da família no campo do Oeste Paranaense. Portanto, mesmo as ações que pressionam os(as) camponeses(as), como a existência dos modais, a nosso ver não se apresentam homogeneamente na realidade. Por isso, não cremos ser equivocado investigar e constatar a presença de camponeses(as) nas atividades da avicultura, ao mesmo tempo em que, seria igualmente um equívoco não perceber o processo de diferenciação que existe entre o conjunto dos avicultores(as), isto é, a presença dos pequenos capitalistas, camponeses e granjeiros.

Considerações Finais

As relações sociais que conferem distintos usos e apropriações do território são fundamentais no trabalho de pesquisa do(a) geógrafo(a). Essa tarefa é necessária para que não homogeneizemos a realidade social e os sujeitos que, como vimos no caso da avicultura, são distintos e possuem relações diferenciadas na lida com a terra e na sujeição da renda ao capital agroindustrial. A “leitura” dos usos distintos do território conferidos pelos sujeitos sociais nos permite compreender a heterogeneidade dos(as) avicultores(as), permitindo “enxergar” e diferenciar quem são os pequenos capitalistas e os reais trabalhadores(as) da avicultura.

Essa perspectiva analítica permite não só questionar o conceito de “pequeno(a) produtor(a)” como, igualmente, possibilita problematizar a ligação política que supostamente existe entre os pequenos proprietários e a burguesia agroindustrial. Isso porque, ao diferenciar camponeses(as) dos(as) pequenos(as) capitalistas, podemos entender que a continuidade dos primeiros nos contratos de integração não é mera questão de escolha, mas uma consequência das estratégias de dominação e controle do capital agroindustrial a partir da prática do endividamento. Isto é, a continuidade na integração não significa, necessariamente, apologia ao capital, mas se trata de questão de sobrevivência e permanência no campo, o que não significa que estes(as) não divirjam do agronegócio e da burguesia agroindustrial.

Todavia, estudar estas distintas inserções sociais na avicultura do ponto de vista das relações de trabalho e produção permite a compreender que são os(as) camponeses(as) e trabalhadores(as) assalariados “granjeiros”, aqueles que realmente laboram nos aviários do

Oeste Paranaense e enfrentam as condições do trabalho ininterrupto e da permanente atenção com os aviários, exercendo longas jornadas de trabalho diárias. Tais condições não afetam os pequenos capitalistas já que estes assumem tarefas de gerência e supervisão, sendo que, no geral, não moram no campo. Ou seja, trata-se de papéis sociais absolutamente diferentes no âmbito da categoria "pequenos produtores" integrados à agroindústria avícola.

Perceber esse processo é particularmente importante para o entendimento de quem de fato são os(as) trabalhadores(as) do campo na avicultura. Pensamos que estes sujeitos sociais não necessariamente estarão na condição de apoiadores da burguesia agroindustrial e do agronegócio. O que é diferente com os pequenos capitalistas. Inclusive, compreendendo essa diferença, se pode apreender algumas narrativas de oposição às empresas e até mesmo a unificação de lutas entre operários e camponeses(as), que já ocorreram, por exemplo, em Forquilhinha e Nova Veneza no estado de Santa Catarina, no ano de 2013[21]. Defender e diferenciar a existência de camponeses(as) e pequenos capitalistas na avicultura do Oeste Paranaense é importante do ponto de vista político, pois os(as) camponeses(as) e "granjeiros" podem ser importantes na oposição às relações de integração e aliados dos operários fabris, terceirizados, informais, por vivenciarem degradantes e precárias condições de trabalho nos aviários, o que pode não os aproximar da burguesia agroindustrial e do agronegócio, diferentemente dos pequenos capitalistas que exploram o trabalho excedente.

Referências

BELUSSO, D. A. **A integração de agricultores às cooperativas agrícolas abatedoras de frangos no Oeste do Paraná**. 2010. 219 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista.

BOSI, A. D. P. História das relações de trabalho da cadeia produtiva avícola no Brasil (1970-2000). **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 16, n. 2, p. 400-430, 2011.

CARVALHAL, M. D. **A territorialização da agroindústria avícola em São Paulo e Paraná: relações de trabalho e organização sindical**. 2014. 43 f. Relatório (Pesquisa Trienal) - Universidade Estadual Paulista, Ourinhos.

CARVALHO, H. M. **Na sombra da imaginação**: reflexão a favor dos camponeses, 2010. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/>. Acesso em: 08 nov. 2016.

CHAYANOV, A. V. Sobre la teoría de los sistemas económicos no capitalistas. **Cuadernos Políticos**, Mexico, n. 5, p. 15-31, jul./set. 1975.

COELHO, D. C.; FABRINI, J. E. Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 17, n. 25, p. 71-87, jul./dez. 2014.

[21] No ano de 2013 houve uma manifestação conjunta entre avicultores e abatedores de frangos em Forquilhinha e Nova Veneza (SC) que chamou a nossa atenção (ver especialmente a notícia disponível em: <http://www.engeplus.com.br/noticia/economia/2013/aumento-salarial-e-melhores-condicoes-de-trabalho-sao-reivindicacoes-para-a-avic/>. Acesso em 08 nov. 2015.

FABRINI, J. E. A resistência camponesa para além dos movimentos sociais. **Revista NERA**, Presidente Prudente, v. 10, n. 11, p.8-32.

HOBSBAWM, E. RUDE, G. **Capitão Swing**: a expansão capitalista e as revoltas rurais na Inglaterra do início do século XIX. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1982.

LÊNIN, V. I. **O desenvolvimento do capitalismo na Rússia**: o processo de formação do mercado interno para a grande indústria. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MARTINS, J. D. S. **Expropriação e violência**: a questão política no campo. São Paulo: Hucitec, 1980.

MELLO, C. V. D. "**Não tem hora e nem dia, não tem frio e não tem calor"**: trabalho e trabalhadores em aviários, Toledo-PR. 2013. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon.

MIZUSAKI, M. Y. **Território e reestruturação produtiva na avicultura**. Dourados: Editora UFGD, 2009.

MOREIRA, V. J. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produçao de frangos (1970-2013)**. 2014. 77 f. Relatório de Estágio (Pós-Doutorado em História Social) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas.

OLIVEIRA, A. U. **Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária**. São Paulo: FFLCU/LABUR Edições, 2007.

_____. Agricultura e indústria no Brasil. **Campo-Território**, Uberlândia, v. 5, n. 10, p. 5-64, 2010.

SILVA, J. F. G. D. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. Campinas: Unicamp, 1996.

STORTI, I. **As estratégias de existência camponesa entre os avicultores vinculados à Copagril**. 2010. 111 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Francisco Beltrão.

VARUSSA, R. J. Pioneiros da flexibilização e os boias-frias da indústria: Oeste do Paraná, década de 1980. In: BOSI, A. **Trabalho e trabalhadores no processo de industrialização recente no Oeste do Paraná (1970-2010)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. p. 167-178.

ZEN, R. T. **O processo de trabalho dos avicultores parceiros da Sadia S. A:** controles, mediações e autonomia. 2009. 185 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Cascavel.

Recebido para publicação em 21 de novembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 13 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 24 de novembro de 2016.

A importância da atividade cafeeira no município de Marília e as novas conjunturas socioeconômicas da atividade em âmbito regional[1]

Jéssica de Sousa Baldassarini
Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
e-mail: jessika_baldassarini@hotmail.com

Rosangela Aparecida de Medeiros Hespanhol
Profa. Dra. Dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista (FCT/UNESP)
e-mail: medeiroshespanhol@gmail.com

Resumo

O presente artigo tem por finalidade abordar a histórica relação entre a atividade cafeeira e o estabelecimento/desenvolvimento do município de Marília, em especial no que se refere à dinamicidade econômica e socioespacial fomentada por esta atividade. Também se considerou as novas conjunturas socioeconômicas da cafeicultura na região de Marília e, em particular, o papel desempenhado pela COOPEMAR (Cooperativa dos cafeicultores da região de Marília) na cadeia produtiva do café, como centralizadora de infraestruturas de produção e comercialização. Neste contexto, procurou-se compreender os fatores que permitiram a manutenção da cafeicultura, considerando as principais estratégias desenvolvidas e/ou empregadas pelos produtores, com o intuito de superar as adversidades e permanecer na atividade.

Palavras-chave: Cafeicultura; cooperativismo; reprodução socioeconômica; economia; Marília.

The importance of coffee activity at Marília city and new socioeconomic situations of this activity in regional level

Abstract

This article approaches the historic relationship between coffee production and the establishment/development of Marília city, especially by the economic and socio-spatial dynamism fomented by this activity. It was also considered the new socioeconomic conjuncture in Marília region and, particularly, the role of COOPEMAR (Cooperative of the Marilia region coffee growers) in coffee production chain as a centralizing of production and commercialization infrastructures. The factors which allowed the maintenance of coffee production was sought to understand, considering the main strategies developed or used by coffee growers with the goal to surpass adversities and remain in this activity.

Keywords: Coffee production; cooperativism; socioeconomic reproduction; economy; Marília.

[1] O presente artigo é resultado da pesquisa de iniciação científica financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), intitulada “A importância da atividade cafeeira no município de Marília: Contribuições e Impasses”.

La importancia de la actividad del café en el municipio de Marília y las nuevas coyunturas socioeconómicas de la actividad en ámbito regional

Resumen

El presente artículo tiene por finalidad aborda la histórica relación entre la actividad del café y el establecimiento/desarrollo del municipio de Marília, en especial en lo que se refiere a la dinamicidad económica y socioespacial estimulado por esta actividad. También se consideró las nuevas coyunturas socioeconómicas de la caficultura en la región de Marília y, en particular, el papel desempeñado por la COOPEMAR (Cooperativa dos caficultores da região de Marília) en la cadena productiva del café, como centralizadora de infraestructuras de producción y comercialización. En este contexto, se procuró comprender los factores que permitieron la manutención de la caficultura, considerando las principales estrategias desarrolladas y/o empleadas por los productores, con el intuito de superar las adversidades e permanecer en la actividad.

Palabras clave: caficultura; cooperativismo; reproducción socioeconómica; economía, Marília.

Introdução

O presente artigo tem como objetivo compreender historicamente a importância da atividade cafeeira no município de Marília, abordar as novas conjunturas socioeconômicas da atividade na região, bem como as estratégias desenvolvidas e/ou empregadas pelos produtores de café, com o intuito de se manterem na atividade.

Adotou-se como recorte temporal desde o processo de formação do município de Marília na década de 1920, em sua intrínseca relação com a atividade cafeeira, até os dias atuais. Nas análises foram abordados dois grupos de municípios, organizados em eixos, que mantêm relações com Marília por conta de fatores intrínsecos à produção de café como, por exemplo, a busca por assistência técnica, a aquisição de insumos e mudas, bem como o escoamento da produção para empresas de beneficiamento e comercialização do município.

A incorporação destes eixos nas análises auxiliou na compreensão da atual estrutura da cadeia produtiva do café, que se constitui em escala regional, no entendimento da importância de Marília enquanto centralizadora de produtos e serviços indispensáveis para a atividade cafeeira da região, como também possibilitou identificar quais são as singularidades de cada um dos eixos, quais as potencialidades e as demandas e, a partir disso, quais as estratégias adotadas pelos produtores em prol da permanência na atividade.

No primeiro tópico: “O processo de avanço do café no interior paulista: o despertar das novas relações econômicas e socioespaciais”, iniciou-se as reflexões apontando algumas das principais transformações que ocorreram no campo num contexto de estabelecimento do complexo cafeeiro, como por exemplo, as novas relações sociais estabelecidas, a incorporação de novas técnicas e demandas oriundas do espaço urbano

que fomentaram uma maior interdependência entre estes espaços e as transformações que se deram na cidade, a qual foi atribuída novas funções.

No segundo tópico intitulado “Marília X café: uma relação histórica que se mantém?” abordou-se desde a histórica relação estabelecida entre a atividade cafeeira e o desenvolvimento do município de Marília, em especial no que se refere à dinamicidade econômica e socioespacial fomentada inicialmente por esta atividade econômica, até os dias atuais, em que se percebe um histórico processo de substituição da atividade cafeeira por outras culturas e, principalmente, uma maior relevância do setor industrial e de comércio e serviços em detrimento da agropecuária.

Por fim, no terceiro tópico: “As novas dinâmicas da atividade cafeeira na região de Marília”, apresentou-se as principais dificuldades enfrentadas pelos cafeicultores nesta localidade e quais as ações por eles adotadas para permanecer na atividade.

Para atender aos objetivos traçados foi necessário um levantamento bibliográfico referente aos pontos que nortearam nossa pesquisa como: relação cidade-campo; expansão da cafeicultura no Estado de São Paulo; processo de formação do município de Marília e cooperativismo.

Posteriormente, foi utilizado dados de fonte secundária como os disponibilizados pelo Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável de Marília (2010) e o Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável de 2011 que apontam as características das atividades agrícolas da região de Marília e ações de incentivo as mesmas, além da CATI (Coordenadoria de Assistência Técnica Integral) com a análise do LUPA (Levantamento Censitário das Unidades de Produção Agropecuária) no período de 1995/1996 e 2007/2008.

Realizou-se entrevistas com representantes da Secretária de Agricultura de Marília e de cooperativas agrícolas do município (COOPEMAR e SUL-BRASIL), objetivando ter acesso a informações relevantes sobre a atividade e aqueles que estão com ela envolvidos.

Por fim, foram realizados trabalhos de campo com o intuito de ter contato com os cafeicultores da região de Marília e suas respectivas realidades, abordando suas características socioeconômicas, de produção e de escoamento do café, como também as formas de organização destes produtores para promover/garantir sua permanência na atividade. Este trabalho de campo incorporou os dois grupos de municípios, que apresentam características distintas e que dão subsídios para entender as relações que se estabelecem em nível regional no que tange à cadeia produtiva do café e suas propriedades.

O processo de avanço do café no interior paulista: o despertar das novas relações econômicas e socioespaciais

No que se refere ao processo de introdução da atividade cafeeira no Estado de São Paulo e seu deslocamento rumo ao Oeste Paulista alguns elementos devem ser considerados.

Inicialmente tem-se a relevância do chamado binômio café/ferrovias. Este primeiro foi o grande meio de acumulação de capital, permitindo tanto o estabelecimento de uma nova classe social, a burguesia do café, como também financiando a instalação e ampliação de toda uma estrutura física que intensificasse o desenvolvimento da atividade cafeeira, resultando em uma maior fluidez espacial e na expansão da produção no Estado (MATOS, 1981; LIMA, 1986).

Já no que tange as ferrovias, deve-se considerar que as mesmas se colocaram como indispensável para a superação das distâncias espaciais. Sua presença representava a possibilidade de maior acesso à capital paulista, favorecia o escoamento da produção cafeeira, promovia a permanência dos fazendeiros na região, estimulava a vinda de mão de obra para trabalhar nas lavouras, influenciava o desenvolvimento do comércio para atender as necessidades daqueles que se instalavam no núcleo urbano etc. (MOTTA, 1972; MATOS, 1981).

Estes elementos foram de suma importância no processo de formação dos núcleos urbanos que estavam atrelados, inicialmente, ao atendimento das demandas diretas e indiretas da produção de café. Estes núcleos tinham como função articular num mesmo "espaço" todas as infraestruturas indispensáveis para o estabelecimento do cultivo do café como também para atender as necessidades do contingente populacional atraído por ele.

Ainda hoje quando se considera a análise da paisagem como fator relevante no entendimento da estruturação espacial tem-se que muitas marcas de tempos e dinâmicas passadas permanecem enquanto resquícios, constituindo-se em rugosidades2. Em Marília, muitos resquícios do auge da atividade cafeeira ainda permanecem na paisagem e nos dão subsídios para compreender a espacialização destes processos (MATOS, 1981; SILVA, 1999; SANTOS, 2002).

[2] "[...] Chamemos *rugosidade* o que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se submetem e acumulam em todos os lugares. [...]" (SANTOS, 2002, p.140, grifo do autor).

Figura 1: Marcas que permanecem – a estação ferroviária (1), os depósitos de café (2,3) e a Matarazzo (4)

Fonte: Arquivo Pessoal. Trabalho de campo realizado em fevereiro de 2012.

No que se refere às novas dinâmicas do município tem-se que a complexidade das atividades não agrícolas que serviram, inicialmente, de suporte para o desenvolvimento da atividade cafeeira atribuíram novas funções à cidade. Com a intensificação da fluidez neste espaço por conta da dinamicidade fomentada pela economia cafeeira, houve a necessidade do estabelecimento de novas estruturas físicas, os fixos, que vão, por sua vez, permitir a expansão de novos fluxos de caráter mais complexos, neste sentido: "[...] pode-se, mesmo dizer [...] que a fluidez somente se alcança através da produção de mais capital fixo, isto é, de mais rigidez" (SANTOS, 2002, p.252). Desta forma, a rigidez do espaço vai ser a base para a sua fluidez.

Outro elemento que deve ser considerado são as dinâmicas que se processaram no campo como as novas formas de produção com o incremento de técnicas mais modernas, o estreitamento das relações cidade-campo e a metamorfose das relações sociais que ali se estabeleceram desde a substituição do trabalho escravo pelos colonos (imigrantes europeus) até a incorporação dos trabalhadores eventuais.

No caso da incorporação dos trabalhadores livres tem-se que a mesma se coloca como uma estratégia frente à abolição da escravidão, a elevada escassez de mão de obra e como meio de diminuir os custos de reprodução da força de trabalho: "[...] o emprego de colonos representava para os fazendeiros economia de capital variável", considerando-se a elevada demanda da mesma (SALLUM JÚNIOR, 1982, p.159).

Porém, por conta da ociosidade da mão de obra durante considerável período do ano característico do cultivo de café, paralelamente ao estabelecimento do Estatuto do

Trabalhador Rural em 1963, que simbolizava maiores direitos aos trabalhadores do campo, houve um aumento dos gastos destinados a manutenção da mão de obra, o que favoreceu, inclusive segundo relatos dos cafeicultores entrevistados nesta pesquisa, o processo de substituição dos trabalhadores permanentes por eventuais. Esta substituição vai ser possível graças à presença do excedente de mão de obra, o que vai, inclusive, promover a precarização das formas de pagamento e de emprego dos novos trabalhadores temporários (STOLCKE, 1986).

Esta modificação nas relações de trabalho também é consequência das transformações desencadeadas pela modernização da agricultura no Brasil desde a década de 1960 que reduziu os postos de trabalho. Esta redução associada à incorporação de novas tecnologias poupadoras de mão de obra promoveu alterações nos padrões de sazonalidade da demanda da força de trabalho (BALSADI, 1995).

Com a "expulsão" destes trabalhadores do meio rural tem-se uma mão de obra despossuída dos meios de produção. Neste cenário, estes sujeitos vão se colocar à margem do sistema econômico mediante três formas principais:

1) Se sujeitando a condições precárias de trabalho no campo;

2) Se deslocando para os núcleos urbanos, porém desempenhando trabalhos no campo também em condições precárias;

3) Buscando se inserir no mercado de trabalho da cidade, em especial, no mercado informal e/ou de baixa qualificação e, consequentemente, remuneração.

Observa-se neste processo a renda da terra cedendo lugar para o lucro do capital, o capital constante se tornando mais relevante que a terra enquanto meio de produção e um aumento da composição orgânica do capital pelo processo de substituição do capital variável pelo capital constante, representado pelo processo de incorporação da mecanização (GORENDER, 1987).

Neste cenário tem-se a participação de agentes do espaço urbano em atividades antes de caráter rural, como por exemplo, a influência das grandes multinacionais de produção/comercialização de insumos agrícolas e equipamentos, além de empresas vinculadas com o processo de transformação da matéria-prima agrícola. Neste sentido: "[...] com o avanço do capitalismo, a propriedade da terra e a produção agrícola tornam-se negócios dos capitalistas urbanos, e passam a ser também comandadas por eles" (ENDLICH, 2006, p.21).

Todos estes processos promovem uma interdependência entre estes espaços, já que, se por um lado, o campo se torna dependente de elementos externos a ele, inclusive pelo fato de muitas das decisões com relação às atividades desenvolvidas no campo serem

tomadas na cidade, por outro, a eficiência econômica destas empresas se tornam dependentes de uma agricultura também eficiente.

Neste sentido, a agropecuária torna-se menos condicionada por processos naturais, mas passa a ser mais dependente de elementos "artificializados", introduzidos por demandas e interesses característicos de uma sociedade urbano-industrial, sendo que este processo ao mesmo tempo em que resulta em uma maximização da produção, promove a exclusão daqueles que não possuem capital para se inserir nestas novas dinâmicas. Ou seja, além da subordinação a estes elementos artificiais (transformação da base técnica), tem-se a dependência crescente do capital (SILVA, 1999).

Dentre as novas dinâmicas que vão se dar no campo, Gorender (1987) defende que com o processo de incorporação do capital neste espaço, se tem uma diminuição da mão de obra permanente, principalmente, nas grandes propriedades rurais. Pode-se considerar que este é o padrão se levar em conta, por exemplo, o processo de mecanização das atividades agrícolas, promovendo a diminuição da demanda de força de trabalho. Porém, com o desenvolvimento da presente pesquisa percebeu-se que além de se considerar esta diminuição faz-se necessário considerar a transformação dos papéis exercidos por estes trabalhadores permanentes que, no caso da produção de café, ainda são relevantes.

Neste sentido, houve a incorporação da força de trabalho permanente não mais, essencialmente, nos tratos culturais, mas, desempenhando funções relacionadas ao manuseio dos novos equipamentos de produção agrícola, ou seja, como operadores de maquinários.

A manutenção de um trabalhador permanente torna-se compensatória se o mesmo possuir familiaridade tanto com os tratos culturais necessários na produção do café como também com o manuseio de máquinas e equipamentos, sendo este fator ainda mais relevante quando se considera a tendência de mecanização da produção cafeeira. Este processo representa uma tentativa de amenizar os efeitos da considerável sazonalidade do emprego da mão de obra.

> Há que salientar que esses trabalhadores, em períodos que não estão envolvidos com o preparo do solo, são utilizados em outras atividades, como na manutenção das lavouras, através da aplicação de praguicidas, fertilizantes [...] Assim, nota-se que, apesar desses trabalhadores se especializarem no comando das máquinas e implementos, deverão estar sempre aptos a desenvolver outras atividades (LIMA, 2004, p.101).

Em nossa área de estudo percebeu-se que é justamente nas médias e grandes propriedades rurais que vai se encontrar os trabalhadores permanentes desempenhando estas "novas funções". Já nas pequenas propriedades rurais, quem realiza o cultivo do café é o próprio produtor (proprietário) e sua família, já que este não tem capital ou mesmo

demanda durante o ano para manter um trabalhador permanente, sendo que uma possível contratação, mas de caráter temporário, pode ocorrer algumas vezes durante o ano, principalmente durante a colheita.

Observa-se por meio destes apontamentos modificações nas relações de trabalho no campo, a dinamização dos núcleos urbanos, a maior fluidez dos espaços, novas relações entre o campo e a cidade, etc. sendo que, em especial no Oeste Paulista, estes processos estiverem relacionados, inicialmente, com a atividade cafeeira.

Marília X café: uma relação histórica que se mantém?

O surgimento de Marília esteve associado com a última etapa de expansão da atividade cafeeira no Estado de São Paulo, por meio da derrubada das matas (em sistema de empreitadas), incorporação de terras devolutas e plantação de cafezais como estratégia de demarcação de território.

Este território foi ocupado, explorado e dinamizado inicialmente por conta da cafeicultura e a chegada da ferrovia. Os primeiros pés de café do município foram plantados em 1915 e a chegada da Companhia Paulista de Estradas de Ferro se deu em 1928, mostrando a interdependência entre estes dois elementos. Porém, diferentemente de outras regiões do Estado de São Paulo, não foi a estrada que abriu novas fronteiras, a mesma acompanhou a expansão colonizadora do café, embora fosse indispensável para que esta colonização se efetivasse (PÓVOAS, 1947; MATOS, 1981).

Marília chegou a contar com 20.000.000 de pés de café em meados da década de 1930 (PÓVOAS, 1947), mas com uma histórica queda tanto do número de pés como também de produção. Dentre os fatores que levaram a esta queda tem-se a redução dos preços e a erradicação dos cafezais, levando ao decréscimo constante dos volumes produzidos (-54% durante a década de 1960), o que reflete na diminuição do valor da produção (-26% entre 1961 e 1970) (SECRETARIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO DO ESTADO DE SÃO PAULO, 1971).

Posteriormente houve o surgimento de doenças que infestaram os cafezais, o estabelecimento de atravessadores na cadeia produtiva, a expansão da malha urbana do município, entre outros fatores, que favoreceram a diminuição das áreas ocupadas com o café. Concomitantemente, houve o desenvolvimento de outras atividades agrícolas como o algodão, o amendoim, a amoreira, etc. como também o desenvolvimento de pequenas atividades comerciais e industriais (atreladas ao beneficiamento dos produtos agrícolas), sendo que este último se destacou no município pós 1970, relacionado com o setor de alimentos e metalurgia (LARA, 1991; MOURÃO, 1994).

Atualmente, no que se refere às atividades agropecuárias, observa-se quando se compara os dados do LUPA (Levantamento Censitário de Unidades de Produção Agrícola) de 1995/1996 com os de 2007/2008 um crescimento significativo de Unidades de Produção Agropecuária (UPAs) do município de Marília ocupadas com a braquiária (relacionada com a pecuária de corte e de leite), a cana-de-açúcar e o eucalipto.

Por meio de fontes secundárias e entrevistas realizadas com representantes do EDR (Escritório de Desenvolvimento Rural de Marília), da Secretaria de Agricultura, de cooperativas do município e mesmo com cafeicultores, observou-se que com relação à braquiária, esta apresenta grandes possibilidades de expansão em Marília.

O município possui um dos mais expressivos rebanhos bovinos do Estado de São Paulo, com mais de 95.000 cabeças de corte, sendo que ao menos 50% das propriedades estão envolvidas com a atividade e muitas cooperativas e empresas estão se especializando no fornecimento de produtos e assistência técnica aos pecuaristas.

Já com relação à cana-de-açúcar, a região de Marília apresenta alguns limitantes a sua expansão, dentre eles o relevo acidentado já que o mesmo impede a utilização eficiente de maquinários na colheita. Além disso, pelo município ser caracterizado pela predominância de pequenas propriedades rurais tem-se que estas não se colocam como vantajosas para o investimento das empresas do ramo que buscam a incorporação de grandes extensões de terra.

Por fim, no que se refere ao eucalipto, observou-se que o cultivo está crescendo por conta do menor investimento necessário para a produção quando comparado com o café, em especial no que se refere à aquisição de adubos e fertilizantes, além da atuação na região de empresas que o utilizam como matéria-prima como a Duratex, localizada em Agudos a cerca de 130km de Marília. Porém, por conta da demora de retorno da produção, o Eucalipto acaba sendo cultivado concomitantemente a outras culturas como o café. De forma geral, o cultivo de eucalipto não está substituindo significativamente as áreas ocupadas com café, mas sendo desenvolvido em conjunto com o mesmo.

Mesmo com a diminuição histórica da produção de café no município, a cultura ainda se coloca como uma das alternativas mais rentáveis aos produtores rurais como pode ser observado no quadro 1.

Quadro 1: Valor da produção anual das principais atividades agropecuárias

Exploração	Produção anual	Unidade	Valor da produção
Pecuária de corte	250.000	Arroba	17.500.000,00
Avicultura – postura	317.000	caixa/30dz	8.876.000,00
Café	20.000	saca/60Kg	4.500.000,00
cana-de-açúcar	125.000	Tonelada	4.375.000,00
Citrus (tangerina e laranja)	120.000	Caixa	1.200.000,00
Seringueira	900.000	Kg	1.170.000,00
Pecuária de leite	1.640.000	Litro	984.000,00
Melancia	150.000	Tonelada	900.000,00
Olericultura			800.000,00
Amendoim	350	sacas/25Kg	690.000,00
Eucalipto	4.500	m stereo	135.000,00
Apicultura	22	Toneladas	220.000,00
Total - R$			41.350.000,00

Fonte: IEA – SAA – SP *apud* PREFEITURA MUNICIPAL DE MARÍLIA – PMDRS (2010, p.26). Org: autora.

O café apresenta-se em 3° lugar, com uma produção anual de 20.000 sacas de 60kg, e um valor de produção de R$ 4.500.000,00 reais, ficando atrás da pecuária de corte e da avicultura.

Observa-se, atualmente, que as formas e o local de produção do café, o escoamento, as demandas dos produtores, o local de moradia dos mesmos, as estratégias de manutenção na atividade etc., incorporaram outras características, não se restringindo espacialmente ao município de Marília, mas incorporando um caráter regional.

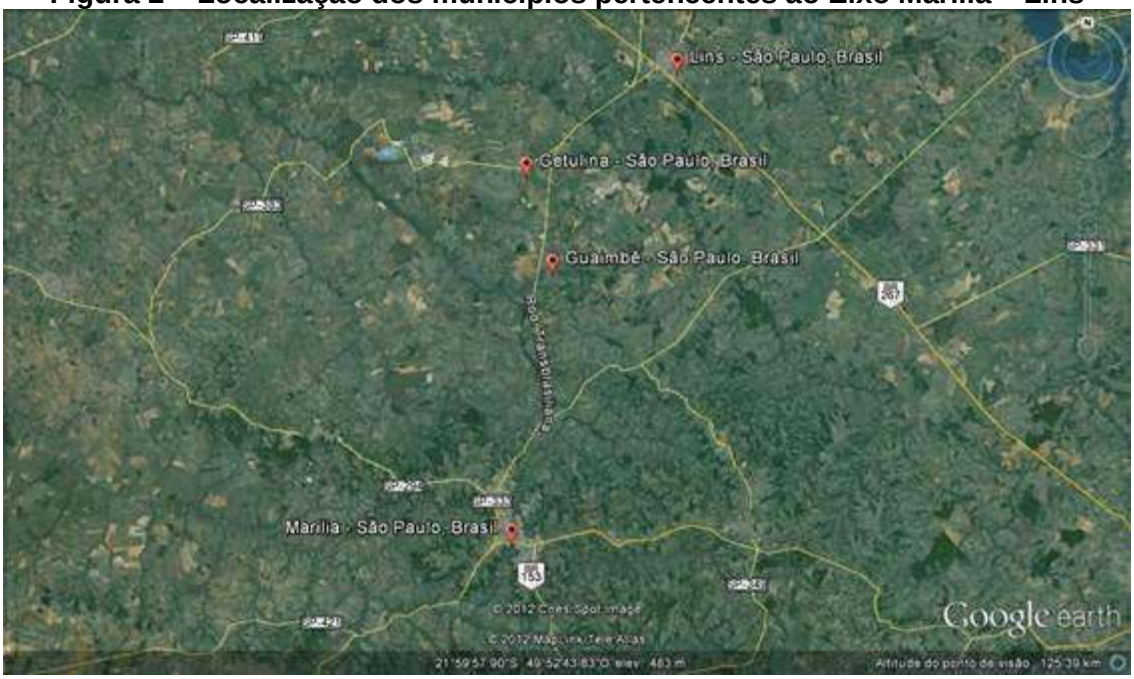
Estas novas dinâmicas serão expostas a seguir.

As novas dinâmicas da atividade cafeeira na região de Marília

Frente às novas dinâmicas que se estabelecem com a intensificação das relações e da fluidez entre os espaços observou-se a necessidade de incorporar nas análises sobre as novas dinâmicas da atividade cafeeira em Marília, os municípios que fazem parte do seu entorno e que se relacionam com o mesmo por conta da produção de café. Neste sentido, abordou-se dois eixos principais de análise, estabelecidos de acordo com diversos condicionantes.

No caso do eixo Marília–Lins (Figura 2), que compreende os municípios de Guaimbê, Getulina e Lins, este foi escolhido com o intuito de compreender as características dos cafeicultores e a centralidade que a COOPEMAR exerce sobre os mesmos, como também como a presença de empresas de torrefação nacional em Lins e Getulina poderiam influenciar no destino do escoamento da produção dos cafeicultores destes municípios.

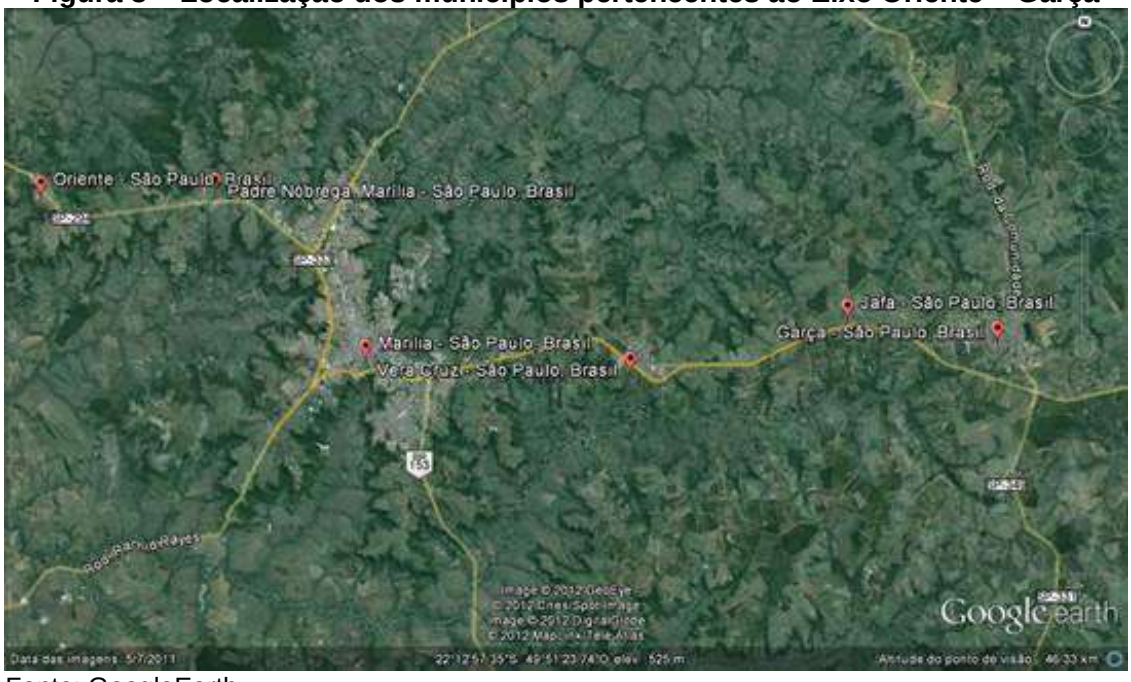
Figura 2 – Localização dos municípios pertencentes ao Eixo Marília – Lins



Fonte: GoogleEarth.

Já o eixo Oriente–Garça, formado por Oriente, Padre Nóbrega, Marília, Vera Cruz, Jafa e Garça (Figura 3), foi escolhido com o intuito de compreender as características dos produtores rurais e a centralidade/influência exercida pela COOPEMAR, como também de que forma a falência de uma cooperativa expressiva de café em Garça poderia comprometer o estabelecimento de relações dos produtores com cooperativas.

Figura 3 – Localização dos municípios pertencentes ao Eixo Oriente – Garça



Fonte: GoogleEarth.

No total realizou-se 20 entrevistas com produtores de café, 10 em cada eixo, compreendendo pequenos, médios e grandes produtores, bem como cooperados ou não de cooperativas da região.

A classificação do tamanho dos produtores seguiu o parâmetro estabelecido pela COOPEMAR para se referir aos cafeicultores associados. Na cooperativa é considerado como pequeno produtor aquele que produz até 200 sacas de café, já o médio refere-se aquele que produz de 200 a 1.000 sacas e, por fim, considera-se grande aquele cafeicultor que produz mais de 1.000 sacas de café. Consideramos que este era um critério mais adequado do que o por tamanho da propriedade rural, já que um produtor capitalizado, com incorporação de tecnologias no processo de produção, pode ter uma elevada produtividade em uma área relativamente pequena.

De forma geral, percebeu-se que no eixo Marília–Lins, o escoamento da produção se dava com maior intensidade para a COOPEMAR, mesmo que o produtor não fosse legalmente cooperado. Mas, este escoamento também depende da qualidade, já que se o café produzido for de boa qualidade ele é destinado para Marília, mas, se não o for, o mesmo é destinado para as empresas nacionais de torrefação de outros municípios como Lins que possuem menores exigências com relação à qualidade.

Ainda no que se refere a este eixo, percebe-se uma predominância de pequenos e médios produtores rurais com menor possibilidade de dispêndio de capital para investimento em novas técnicas agrícolas, em especial no que se refere à mecanização. A grande maioria dos produtores reside na própria propriedade e cultiva o café com a família, ou seja, caracteriza-se por uma mão de obra própria que está presente, de acordo com as entrevistas, em 71% das propriedades.

Quando necessitam de mão de obra externa eles contratam, principalmente, trabalhadores temporários para o período de colheita, sendo que estes são pagos por empreitadas. Os trabalhadores temporários são utilizados em 57% das propriedades do eixo.

No que se refere ao pagamento por empreitada, que é utilizado por muitos cafeicultores da região de Marília, observa-se que este se coloca como uma estratégia do próprio capital, sendo favorável ao empregador, já que ao mesmo tempo em que o pagamento só vai se dar após a materialização/finalização do trabalho (Baccarin apud LIMA, 2004), esta forma de “contrato”, ou melhor, acordo, incentiva a busca pela maior produtividade por parte do trabalhador, por meio da ampliação do seu esforço ou mesmo de sua jornada de trabalho.

Também foi possível observar que os produtores deste eixo buscam, frente às dificuldades da atividade cafeeira, não se tornarem tão dependentes da mesma, neste sentido, há uma maior tendência à diversificação produtiva. Porém, em ambos os eixos

observa-se que de todas as atividades agrícolas desempenhadas pelos produtores somente a pecuária se coloca, em alguns casos, como mais rentável que o café. Mostrando que a cafeicultura ainda continua sendo, principalmente para os pequenos produtores que possuem o tamanho da propriedade como um elemento limitante ao desenvolvimento de outras atividades, uma das mais rentáveis. Porém, pela falta de acesso ao crédito, parte considerável destes cafezais encontram-se velhos e/ou menos produtivo.

Por fim, também observou-se que neste eixo há uma maior presença de produtores cooperados da COOPEMAR, justamente pela maior dependência do auxílio da cooperativa, já que são, em grande parte, pequenos produtores rurais.

Já no que se refere ao eixo Oriente–Garça, percebeu-se uma maior expressividade de médios e grandes produtores com um maior dispêndio de capital para investimentos na produção. Este capital não é oriundo somente da rentabilidade do café, mas muitos produtores deste eixo possuem empregos urbanos e, em geral, de boa remuneração. Neste sentido, muitos destinam parte de sua renda oriunda de ocupações de caráter urbano para o investimento na atividade cafeeira.

Como são produtores que, em sua maioria, residem nos centros urbanos, grande parte deles contratam trabalhadores permanentes para cuidar tanto da propriedade como da lavoura de café. Com relação ao emprego de mão de obra temporária, tem-se que ela está presente em aproximadamente 92% das propriedades rurais, já a permanente está em 77% e, por fim, a familiar está em 38% das propriedades do eixo.

Um fator que deve ser levado em consideração no que tange a este deslocamento constante dos produtores de café da região de Marília para os centros urbanos é o fato de este processo relacionar-se com um acirramento da dependência destes produtores e sua família com relação ao espaço urbano, não somente pela questão prática de maior e mais fácil acesso a bens e serviços, a decisões referentes à produção agrícola etc., mas um acirramento da própria identificação com este espaço, criando com ele uma identidade mais fortalecida em contraposição a um possível desapego com relação ao campo (local onde se tem a reprodução socioeconômica total ou parcial da família, mas que não se identifica mais como espaço de moradia).

Será que este deslocamento para os centros urbanos não promoveria o distanciamento no que se refere à identificação e ao sentimento de pertencimento e intimidade com relação ao espaço rural? Esta é uma consideração relevante, já que percebe-se um distanciamento das novas gerações com relação às atividades desenvolvidas no campo em ambos os eixos.

No eixo Oriente–Garça percebeu-se o maior emprego de técnicas agrícolas e mecanização da produção. De forma geral, as estratégias apontadas pelos produtores para continuarem na atividade consistem em elementos que necessitam de um maior dispêndio

de capital, como por exemplo, mecanização, adubação, tratos culturais, etc. Este fator se relaciona com as características socioeconômicas dos produtores que são, em geral, mais capitalizados do que os do eixo Marília-Lins.

Além disso, a participação em cooperativas é menos expressiva que no outro eixo. Este fator pode estar relacionado com o poder de barganha destes produtores, havendo uma menor dependência da mesma, como também o receio de muitos em se tornarem cooperados, justamente por conta da falência da cooperativa que se localizava em Garça.

Neste sentido, os produtores deste eixo escoam sua produção ou para Garça (que ainda apresenta empresas de comercialização) ou mesmo para a COOPEMAR, dependendo do valor oferecido. Porém, quando a produção é destinada para a COOPEMAR, os que não são cooperados não buscam se tornar, justamente com receio de que haja a falência da cooperativa e tenham que assumir as dívidas da mesma. Este fator gera conflitos entre aqueles que são cooperados e arcam com todas as responsabilidades e aqueles que não são oficialmente cooperados, mas que acabam escoando sua produção nas mesmas condições.

De modo geral, são diversas as dificuldades impostas para os produtores de café. Observou-se na pesquisa que as principais dificuldades correspondem ao elevado custo de manutenção da produção, em especial por conta dos gastos com adubos, fertilizantes e mão de obra; ocorrência de doenças e pragas como a nematoide; dificuldade de acesso ao crédito rural por não possuírem todas as garantias exigidas; expansão da malha urbana com apropriação de áreas rurais; oscilações no preço do produto no mercado internacional e a dificuldade de encontrar mão de obra para trabalhar na produção do café.

A dificuldade referente à mão de obra é ainda maior por conta do seu custo elevado, considerando a grande procura por parte dos produtores e de sua pequena oferta, bem como, a sazonalidade do emprego da mesma que lhe atribui um caráter de instabilidade. Observou-se que os custos com a força de trabalho se colocam como um dos principais gastos da produção, juntamente com os produtos químicos e a aquisição de maquinários.

Além dos problemas já mencionados, percebeu-se a questão da fragilidade do cooperativismo no que tange ao processo de conscientização dos produtores do verdadeiro papel da cooperativa como algo além do fortalecimento econômico dos seus cooperados, mas sim relacionado com o papel social que deveria ser desempenhado pela mesma.

Esta dificuldade é intrínseca ao processo de formação das cooperativas agrícolas no Brasil e suas objetivações, oriundas das demandas de um mercado capitalista. Neste cenário, as cooperativas enfatizaram a busca pelo: “[...] maior volume de produção, melhor remuneração dos produtos de seus associados, concorrência mais acirrada com outras grandes empresas do setor [...], ampliação de serviços prestados, tecnificação e

diversificação da produção dos associados" (ROCHA, 1999, p.50). Porém, estes elementos favoreceram o endividamento das mesmas e a perda do foco nos princípios cooperativistas (SERRA, 1986).

Frente a estes problemas, algumas estratégias foram incorporadas pelos produtores de café da região no sentido de fortalecer a atividade cafeeira, criando condições para que ela seja o mais rentável possível.

Como estratégia para a permanência dos produtores na atividade tem-se: o emprego de novas técnicas agrícolas, como as curvas de nível; o uso de mudas enxertadas, ou seja, mais resistentes à nematoide; maior emprego de fertilizantes e insumos; uso da irrigação; busca pela elevação da qualidade do café e, consequentemente, a inserção em novos mercados, em especial o internacional; desenvolvimento de outras atividades agrícolas ou de caráter urbano com o intuito de adquirir capital para investimento na atividade cafeeira; renovação de pés de café; enquadramento dos arruamentos com o intuito principal de mecanizar a colheita3 etc.

Com relação à renovação dos cafezais, tem-se que 55% dos produtores entrevistados estão renovando suas lavouras ou as ampliando, em decorrência da recente elevação do preço da saca do café. Além disso, todos os entrevistados pretendem continuar investindo na cafeicultura.

Porém, este fator apresenta controvérsias, já que ao mesmo tempo em que os produtores estão buscando investir na atividade, eles não possuem, em 90% dos casos, expectativa de que as gerações futuras continuem com a atividade. No eixo Marília-Lins, 90% dos produtores estão investindo na diversificação produtiva em busca da não dependência da cafeicultura. Já no eixo Oriente-Garça, muitos possuem, como fonte de renda, empregos urbanos, o que expressa uma possível desvinculação, ao menos parcial, da produção de café.

Muitas das estratégias já apresentadas estão relacionadas com a COOPEMAR e esta cooperativa desempenha papel relevante na articulação e, principalmente, manutenção dos produtores rurais na cafeicultura.

A COOPEMAR surgiu a partir da união de produtores de café, em especial de Marília, no início da década de 1960 com o objetivo de encontrar soluções para os principais problemas enfrentados por eles na época, tais como: a infestação dos cafezais por nematoides, a ferrugem das plantações, a geada de 1975 que dizimou grande parte dos cafezais e a busca pelo enfraquecimento dos atravessadores da cadeia produtiva do café.

[3] De modo geral percebeu-se a predominância dos arruamentos semiadensados, ou seja, não tão largo que impeça o plantio de um maior número de pés e nem tão estreito a ponto de impedir a mecanização o que, consequentemente, aumentaria os gastos com a mão de obra.

Atualmente, a COOPEMAR possui papel relevante no que se refere à pesquisa científica, fornecimento de insumos e fertilizantes, assistência técnica, bem como no beneficiamento, armazenagem e comercialização do café produzido na região, mesmo apresentando dificuldades em manter o espírito cooperativista entre os integrantes.

Com o desenvolvimento da pesquisa observou-se que concomitante às estratégias empregadas pelos produtores para permanecerem na atividade, a cafeicultura da região de Marília apresenta algumas potencialidades como o clima favorável à produção de um café característico (chamado café duro), a cadeia produtiva articulada e a tradição, que favoreceu a instalação da infraestrutura necessária para a produção e que também se coloca como potencializadora da mesma.

Mediante as entrevistas, os trabalhos de campo e as análises tanto do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (2010) como também do Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável (2011) apresenta-se, a seguir, uma síntese das propostas de solução dos principais problemas e deficiências da atividade cafeeira na região de Marília.

No que tange às propostas, estas versaram sobre a necessidade de fortalecimento do cooperativismo, a maior articulação dos produtores, agregação de valor ao produto, valorização de certificações e parcerias, maior acesso ao crédito, intensificação do desenvolvimento e da implantação de técnicas modernas de produção, condições de permanência dos produtores no campo, reconstituição de estradas rurais, iniciativa à renovação dos cafezais etc.

De forma geral, observou-se que as ações que estão sendo desenvolvidas pelo poder público com base nestas propostas se voltam, principalmente, para a renovação dos cafezais. Porém, a necessidade de renovação é somente uma das demandas da atividade cafeeira e a falta de acesso ao crédito, de capacitação, de aplicação de novas técnicas de produção, entre outros, fará com que a renovação de cafezais seja uma ação de pouco efeito.

Considerando as novas dinâmicas que estão se processando entre os municípios da região de Marília no que tange à cadeia produtiva do café, observa-se uma transformação de papéis. Este elemento fica evidente quando se considera que décadas atrás o município de Marília era considerado um grande produtor de café e que atualmente esta característica já não lhe confere com tanta veemência.

Fatores como as sucessivas crises do café; a incorporação de novas atividades agrícolas; o desenvolvimento de uma economia mais dinâmica, considerando o crescimento do setor de comércio, serviços e indústria; a expansão das áreas urbanas com a consequente incorporação dos espaços rurais etc., promoveram a diminuição da área

ocupada com o café no município. Concomitantemente a este processo houve um deslocamento da produção cafeeira para os municípios do entorno.

Portanto, o grande lócus da produção do café não se dá mais em Marília, mas sim nos municípios do entorno que podem acessar a infraestrutura e os serviços disponíveis em Marília com considerável facilidade e velocidade. Neste sentido, a importância da atividade cafeeira neste município está na centralização de infraestruturas e serviços indispensáveis na cadeia produtiva do café, cuja estruturas são relevantes tanto no início do processo produtivo com a assistência técnica, a produção de mudas etc., como também posteriormente ao processo de produção com o beneficiamento, armazenamento e comercialização do café.

De um lado, os municípios da região de Marília dependem da infraestrutura especializada nesta atividade agrícola oferecida, principalmente, pela COOPEMAR, por outro lado, a cooperativa depende do deslocamento da produção regional de café para continuar atuando e mantendo sua relativa centralidade.

Portanto, os papéis desempenhados pelo município de Marília no que tange à produção do café mudaram, porém sua importância se intensificou ainda mais, agora não como lócus espacial da produção, mas como centralizadora das condições básicas de desenvolvimento e manutenção da atividade em âmbito regional.

Considerações Finais

Neste trabalho buscou-se compreender a importância da atividade cafeeira no município de Marília considerando a expansão do café para o Oeste Paulista e as dinâmicas econômicas e socioespaciais fomentadas por este processo, bem como as novas conjunturas socioeconômicas da atividade cafeeira na região, compreendendo suas características, demandas e as novas estratégias empregadas pelos produtores de café para se manterem na atividade.

Marília constituía-se no lócus da produção de café, tendo sua dinamicidade econômica e socioespacial fomentada inicialmente por esta atividade, que foi de considerável importância para o estabelecimento de muitos dos núcleos urbanos do Oeste Paulista. Porém, o que se observa atualmente é uma transformação de papéis, sendo que a produção está concentrando-se nos municípios do entorno e a estrutura necessária para o desenvolvimento da mesma permanecendo em Marília.

O grande responsável pelo oferecimento desta estrutura é a COOPEMAR, tanto no que se refere ao fornecimento de assistência técnica, insumos e mudas, como também para armazenamento, beneficiamento e comercialização do café produzido.

Para compreender as novas dinâmicas que se processam entre os municípios da região de Marília no que tange à produção cafeeira abordou-se na pesquisa dois recortes territoriais (eixos), sendo eles: Oriente-Garça e Marília-Lins. De uma forma geral, o que mais chamou a atenção é que apesar de espacialmente serem municípios próximos, as disparidades entre os eixos são mais relevantes que suas similaridades.

O eixo Oriente-Garça consiste, na sua maioria, de médios e grandes produtores, com maior dispêndio de capital em prol do desenvolvimento da atividade cafeeira, sendo que este investimento não é oriundo somente do rendimento obtido com a cafeicultura, mas sim da renda de empregos urbanos, já que muitos dos cafeicultores deste eixo residem nas cidades e contratam trabalhadores permanentes para administrarem as fazendas e cuidarem da produção do café. Estes possuem maior possibilidade de investimentos em estratégias que os permitam continuar na atividade, sendo que grande parte está relacionado com o uso mais frequente e variado de produtos químicos, irrigação e, principalmente, mecanização da produção, com o intuito de depender menos da mão de obra volante.

Porém, estes produtores possuem uma maior desvinculação da COOPEMAR quando comparado com o outro eixo. Atribui-se a esta questão dois elementos principais: o primeiro se refere à falência da cooperativa de Garça, o que promoveu o receio dos produtores em se organizarem em cooperativas e a maior capacidade de barganha por parte destes cafeicultores que, pela grande produção, conseguem se contatar diretamente com corretoras, exportadoras, etc.

Já o eixo Marília-Lins apresenta uma maior ocorrência de pequenos e médios produtores, mais ligados com as atividades agrícolas do que urbanas, porém, que possuem como estratégia de pertencimento nestas atividades de caráter rural a diversificação da produção. Sua grande maioria reside exclusivamente no campo juntamente com sua família. Neste sentido, não demandando de empregados permanentes, mas sim de trabalhadores eventuais que são contratados, principalmente por empreitada, nos períodos da colheita.

Os produtores deste eixo possuem uma maior dependência da COOPEMAR, justamente por serem produtores com menor poder de barganha e mais vulneráveis. Dentre suas principais dificuldades também se encontram a dependência da mão de obra, que se coloca como um dos maiores gastos da produção de café, os elevados custos dos insumos e venenos e a impossibilidade financeira de investimento na mecanização. Tem-se, portanto, um eixo com maiores carências estruturais e financeiras e que demanda uma ação mais efetiva da COOPEMAR e do poder público.

De forma geral, a atividade cafeeira apresenta-se não só como tradicional na região, mas também com potencialidades de se tornar de maior qualidade e reconhecimento. Porém, para que isso ocorra, várias medidas precisam ser tomadas tanto

para o fortalecimento e valorização dos produtores rurais como também para a incorporação de valor ao produto final, ao desenvolvimento de inovações da produção, etc. Muitas destas demandas já foram apontadas pelos planos de desenvolvimento rural da região, mas o levantamento por si só não surte efeito, a principal demanda neste momento é, sem dúvida, a ação.

Referências

BALSADI, Otavio Valentim *et al*. A demanda regional da força de trabalho agrícola no Estado de São Paulo e sua sazonalidade. **Informações Econômicas**, São Paulo, v.25, n.6, p.19-30, jun. 1995.

COOPEMAR. **Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Marília**. Disponível em:<www.coopemar.com.br. Acesso em 06 de junho de 2014.

ENDLICH, Ângela Maria. **Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do noroeste do Paraná.** 2006. 505p. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SEADE. Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados – **Informações Municipais**. Disponível em: < http://www.seade.sp.gov.br>. Acesso em fevereiro de 2012.

GORENDER, Jacob. **Gênese e desenvolvimento do capitalismo no campo brasileiro**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987. 27°ed. 64p.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes do Café**: café e sociedade em São Paulo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984. 297p.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2010**. Disponível em: <www.ibge.com.br>. Acesso em: fevereiro de 2012.

LARA, Paulo Corrêa de. **Marília, sua Terra, sua Gente**. Marília: Editora Iguatemy de Comunicações Ltda, 1991. 254p.

LIMA, João de Souza Lima. **A modernização da agricultura e as implicações nas relações de trabalho no campo:** os trabalhadores volantes no município de Fernandópolis – SP. 2004. 176p. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. São Paulo: Alfa - Omega, 1981. 3° ed. 178p.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do Café e outros ensaio**s: contribuição para o estudo da história econômica e social do Brasil. São Paulo: HUCITEC, 1982. 4°ed.183p.

MOURÃO, Paulo Fernando Cirino. **A Industrialização do Oeste-Paulista**: O caso de Marília. 1994. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

MOTTA, Ilse Hildegard Haupt da. **O uso da terra no município de Marília**. 1972.205 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

PÓVOAS, Glycério. **Serviço de Estatística da Prefeitura de Marília**. Marília: [s.n.], 1947.

PREFEITURA MUNICÍPAL DE MARÍLIA. **Plano municipal de desenvolvimento rural sustentável.** Marília: Secretaria Municipal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento, 2010. 63p.

ROCHA. Eliza Emília Rezende Bernardo. **O cooperativismo agrícola em transição: dilemas e perspectivas.** 1999. 226p. Tese (Doutorado em Ciências Econômicas) – Instituto de economia da UNICAMP. Campinas.

SALLUM JUNIOR, Brasilio. **Capitalismo e cafeicultura**: Oeste Paulista, 1888-1930. São Paulo: Duas Cidades, 1982. 258p.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2002. 384p.

SANTOS, Milton. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1994. 124p.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Levantamento censitário de unidades de produção agrícola do Estado de São Paulo - LUPA 2007/2008**. São Paulo: SAA/CATI/IEA, 2008. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/projetolupa>.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Agricultura e Abastecimento. Coordenadoria de Assistência Técnica Integral. **Plano Regional de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Disponível em: <http://www.cati.sp.gov.br/new/crdr.php?cod_edr=24>. Acesso em: 22 de setembro de 2012.

SECRETÁRIA DE ECONOMIA E PLANEJAMENTO. Governo do Estado de São Paulo. **11° Região Administrativa – diagnóstico**. 1971.

SERRA, Elpídio. **Contribuições ao estudo do cooperativismo na agricultura do Paraná**: o caso da Cooperativa de cafeicultores e Agropecuaristas de Maringá. 1986. 251p. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

SILVA, José Graziano da. **O novo rural brasileiro**. Campinas: UNICAMP, Instituto de Economia, 1999.

STOLCKE, Verena. **Cafeicultura:** homens, mulheres e capital (1850-1980). São Paulo: Brasiliense, 1986. 410p.

Recebido para publicação em 22 de julho de 2015.

Devolvido para a revisão em 31 de agosto de 2016.

Aceito para a publicação em 06 de setembro de 2016.

Agribusiness in Brazil: The narrative drives on

Antonio Augusto Rossotto Ioris
Professor de geografia; diretor do programa de pós-graduação em Environment and Development of University of Edinburgh
e-mail: a.ioris@ed.ac.uk

Abstract

The article constitutes an investigation into the renovation of industrial-scale agriculture in Brazil and the persistence of perverse practices established in earlier politico-economic periods. The steady expansion of agribusiness in the country constitutes a relevant chapter of the world-ecology of neoliberal capitalism that connects, and transforms, national and local forms of socio-ecological interaction. The current text pays particular attention to ideological constructions, hidden tensions and evolving interventions of the state apparatus. It is focused on the frontier of agribusiness expansion, in particular the production of soybean in State of Mato Grosso. Agribusiness has many innovative features when compared with previous and nationalistic phase of agriculture modernisation, but it also betrays the strong elements of social exclusion, authoritarianism and deception. Instead of agrarian reform and local food production, as demanded by large proportions of the Brazilian population, the prevailing solution, jointly promoted by the public and private sector, was to intensify agribusiness activities according to hegemonic, top-down priorities.

Key words: Agribusiness; food security; agri-food regime; neoliberalism; Mato Grosso; Brazil.

Agronegócio no Brasil: A narrativa que conduz

Resumo

O artigo constitui uma investigação sobre a renovação da agricultura em escala industrial no Brasil e sobre a persistência de práticas estabelecidas em períodos político-econômicos anteriores. A expansão do agronegócio no país constitui um capítulo relevante da ecologia-mundial do capitalismo neoliberal, a qual se conecta com, e transforma, formas nacionais e locais de interação sócio-ecológica. O texto baseia-se em uma análise qualitativa e presta especial atenção às construções ideológicas, tensões dissimuladas e intervenções do aparelho de Estado. De modo particular, é discutida a fronteira de expansão do agronegócio e produção de soja no Estado do Mato Grosso. Os resultados deixam evidente que o agronegócio tem muitas características inovadoras quando comparado com a fase nacionalista da modernização da agricultura, mas também revela fortes elementos de exclusão social, autoritarismo e manipulação. Em vez de reforma agrária e produção local de alimentos, como exigido por uma grande parte da população brasileira, a solução preponderante, promovida em conjunto pelo sector público e privado, tem sido intensificar as atividades do agronegócio de acordo com prioridades hegemônicas e centralizadas.

Palavras-chave: Agronegócio; segurança alimentar; regime agroalimentar; neoliberalismo; Mato Grosso; Brasil

Agronegocio en Brasil: La narrativa que conduce

Resumen

El artículo es una investigación sobre la renovación de la agricultura en escala industrial en Brasil y sobre la persistencia de las prácticas establecidas en tiempos políticos y económicos anteriores. La expansión del agronegocio en el país es un capítulo importante de la ecología-mundo del capitalismo neoliberal, que conecta con, y se transforma, formas nacionales y locales de interacción socio-ecológica. El texto se basa en un análisis cualitativa y presta especial atención a las construcciones ideológicas, las tensiones ocultas y las intervenciones del aparato estatal. En particular, se analiza la expansión del agronegocio de la frontera de la soja y la producción en el estado de Mato Grosso. Los resultados dejar claro que el agronegocio tiene muchas características innovadoras en comparación con la fase nacionalista de la modernización de la agricultura, sino que también revela fuertes elementos de la exclusión social, el autoritarismo y la manipulación. En lugar de la reforma agraria y la producción local de alimentos, como es requerido por una gran parte de la población, la solución predominante, promovido conjuntamente por el sector público y privado, ha sido la intensificación del agronegocio, de acuerdo con las prioridades hegemónicos y centralizadas.

Palabras-clave: Agronegocio; seguridad alimentaria; régimen agroalimentario; neoliberalismo; Mato Grosso; Brazil.

"The food system is a battlefield, though few realize
quite how many casualties there have been."
Raj Patel, *Stuffed and Starved* (2007)

"… never, never in history, has the horizon of the
thing whose survival is being celebrated (namely,
all the old models of the capitalist and liberal world)
been as dark, threatening, and threatened."
Jacques Derrida, *Spectres of Marx* (1994)

Introduction: The significance of Brazilian agribusiness

The celebrated success of the agribusiness sector in Brazil since the late 1990s, after a brief and painful transition period, offers an intriguing case study of the contradictions of intense capitalist agriculture. The intensification of agribusiness – ultimately, the conversion of agri-food activities and different farming approaches into industrial-like agriculture production and commercialisation – has been an important element of the hegemonic response to the multiple crises of capitalist accumulation in the 1980s and of the exhaustion of a model of development largely based on direct state support (from around the middle of the 20th Century). The apparatus of the state moved from a position of defender and main financer to become the manager of production chains and of the insertion of Brazilian agribusiness into globalised markets. The current neoliberal-populist state (managed by presidents of the PT party since 2003) has actively promoted agribusiness in partnership with a highly organised productive sector (especially in the so-called soybean complex). The aggressive defence of agribusiness by both the private and public sectors is the result of a well-orchestrated synergy between local scales of interaction and transnational flows of capital. Contemporary rural development has been the result of the influence of transnational corporations, the integration of domestic production into global trade and a number of free trade agreements (particular after the

creation of the World Trade Organisation in 1995). Such complex bases of the agribusiness sector are daily reinforced through various mechanisms of self-justification, together with the condemnation the other rural activities considered archaic or misplaced in time and space. As claimed by the national representation of agribusiness ABAG, “soybean production was born modern” and it is a good example of the best the country can offer to the rest of the world (Furtado, 2002, p.135). Areas directly associated with agribusiness-centred development, as in the case of the states of São Paulo, Mato Grosso and Goiás, are considered examples of ‘the Brazil that is doing well’ [*o Brasil que dá certo*].

However, as in other parts of the globe, the advance of Brazilian agribusiness has sparked huge controversy about the actual beneficiaries, uncertain prospects and mounting socio-ecological impacts. Despite the results in terms of economic growth and the circulation of capital, agribusiness represents also an uncompromising process of land concentration or re-concentration, marginalisation and proletarianisation (Murray, 2006). It has entailed an ambivalent combination of tradition and (conservative) modernity, new social order and old political structures, which is vividly present in the discourse and practice of representative organisation and most influential landowners. The political significance of the agribusiness sector is associated with the systematic fabrication of an image of prosperity, geographical advantages and the supposed competence of the farming sector. On the one hand, the country is increasingly seen as an agricultural powerhouse that has a lot to offer in terms of reducing the prospects of a looming, increasingly global, food crisis. On the other, the geography of agribusiness encapsulates the long, non-linear and continual evolution of a tropical version of capitalist agriculture and its attempt to convert labour and nature into commodities and attract them to commodity relations. It means that the various techno-economic innovations adopted by agribusiness players – including land and gene grabs, biotechnology and genetically modified organisms (GMOs), dispossession of common land, financialisation and administration of production by transnational corporations (TNCs) – are all strategies that emerge from business and political interactions, which combine old and new features of the capitalist economy. In the end, globalised market transactions are now so deeply internalised, as in the case of transnational corporate colonisation of Latin American agriculture, that novel forms of imperialism spread inside every nation (see Robinson, 2008).

This article is intended to offer a brief investigation into the renovation of industrial-scale agriculture in Brazil and the persistence of perverse practices established in earlier politico-economic arrangements. Whereas most reactions to the advance of hegemonic agri-food systems have highlighted the centrality of place-embeddedness and the range of socioecological tensions, this critique is normally unreflexive, too defensive and without a more careful treatment of political networks and ideological constructions in favour of agribusiness. It will be discussed here the way entrepreneurial and innovation discourses appropriated the

language of national development and food security to justify preferential treatment by governments and priority investments by government agencies. Our starting point is the realisation that questioning the transformation of agriculture into agribusiness represents, above all, a critical investigation into the economic possibilities and socioecological limitations of contemporary capitalism. Today's agribusiness needs to be seen as an integral and crucial element of the world-ecology of neoliberal capitalism both in core countries and in the so-called Global South (see Moore, 2010). The very notion of agribusiness, which was originally introduced in the 1950s during the Fordist expansion of American agri-food activities, has mutated and now encapsulates distinctive elements of neoliberal economic thinking (e.g. the key role of transnational corporations and new financial instruments) and more flexible public policies (e.g. space for public-private joint ventures and focus on commodity export at the expense of national food production). The neoliberalisation of food and agriculture was a deliberate attempt to fix the systemic crisis of the Fordist agri-food regime, which nonetheless failed to prevent the re-emergence of instability, protest, socio-ecological degradation and, ultimately, legitimacy deficit (Wolf and Bonanno, 2014). The next two sections will investigate the politico-economic changes and the ideological construction of the Brazilian agribusiness, with a focus on the rapidly evolving expansion of production areas in Mato Grosso, probably the most dynamic hotspot of the globalised agri-food sector nowadays.

Agribusiness, the role of the state and growing tensions

In the last two decades, large sections of the Brazilian landscape have been transformed by the advance of agribusiness due to the intensification, and joint operation, of public and private capital investments, particularly since the second half of the Cardoso administration (1995-2002) responsible for macroeconomic stabilisation and important neoliberalising reforms of the national state. After achieving remarkable rates of growth in the 1960s and 1970s, the state-centralised model of agriculture modernisation started to show its serious limitations due to the debt crisis, escalating rates of inflation and the impacts of escalating macroeconomic instability. The Brazilian agriculture sector suffered a period of turbulence and uncertainty in the 1980s and early 1990s due to the reduction of support schemes (e.g. guaranteed prices), significantly higher interest rates, scarcity of bank loans and devaluation of land prices (e.g. 42% from June 1994 to June 1995). The situation changed dramatically in a matter of a few years and, due to favourable commodity prices in global markets in the 2000s (Richards et al., 2012), agribusiness was again confirmed as one of the most critical economic sectors in the Brazilian economy. Ironically, that was even more the case under the populist governments of Presidents Lula and Dilma since 2003 (Petras and Veltmeyer, 2003). For instance, while public rural credit had reached the low mark of R$ 15

billion per year in the early 1990s, in 2014, in an attempt to please the agribusiness sector ahead of the presidential elections, the federal government announced an increase from R$ 136 billion in the previous year to R$ 156 billion with interest rates around 5%, that is, significantly below what is practiced by commercial banks (O Estado de São Paulo, 2014).

The consequence of determined public policies and favourable commodity markets is that the Brazilian agribusiness now accounts for approximately 25% of GDP, 35% of exports and 40% of national jobs (MAPA, 2012). It has benefited from an accelerated internationalisation of agriculture due to constant technological transfers (e.g. new agrochemicals, genetically modified seeds and sophisticated machinery and digital equipment) and the growing influence of globalised agrifood transactions that connect remote farms with national ports and foreign consumers (often at the expense of traditional, local food production). Brazil is now the main exporter of soybean in the world (contributing with 44 million of the total of 105.1 million tons traded in 2013, cf. CEPEA, 2014) and, according to the Brazilian Ministry of Agriculture (MAPA), by 2019 the country will respond for 40% of the global trade of soybean grains [*soja em grão*] and 73% of soybean meal [*farelo de soja*]. There was a replacement of North-South trade (mainly with the European Union, during the national-developmentalist phase) with increasingly a South-South interconnection (particularly between Brazil and Asia). Commercial exchanges between BR and China reached US$ 77 billion in 2011 (i.e. Brazil exported 44.3 billion and imported 32.8 billion; agriculture in particular increased from 1.7 billion in 203 to 14.6 billion in 2011, according to MAPA (2012). The addiction of the Brazilian economy to the performance and the earnings of agribusiness means that the sector now operates as the 'green anchor' of the national economy (Acselrad, 2012).

One of the side effects of the growing reliance of agriculture exports is that the Brazilian economy has faced a progressive deindustrialisation, a rising imports of intermediate inputs and capital goods and a dangerous dependence on foreign investments. Between 2000 and 2010, the export of primary goods increased from 25% to 45%, while manufactured goods declined from 56% to 43% (Delgado, 2012). From 2004 to 2013, manufacturing dropped from 55.0% to 38.4% of GDP, while primary production increased from 29.5% to 46.7% (MDIC, 2013). Even when agribusiness grows proportionally less than national economy, its contribution to national surplus (in dollar terms) was proven fundamental. Agriculture exports in 2013 reached US$ 99.97 billion (4.3% more than the previous year) with a net surplus (i.e. minus imports) of US$ 82.91 billion (including US$ 30.96 billion from soybean exports alone); the perspectives for the next few years indicate a continuous increase along the same lines (Agroanalysis, 2014). In 2014 the trade balance showed the worst result since 1998 (deficit of US$ 4.036 billion in 2014, according to MDIC database) with the agribusiness appearing as one of the main money making sectors.

The apparently positive results of the agribusiness sector are far from being unanimously accepted by the wider Brazilian society. On the contrary, there is a general perception among many sectors that agriculture remains too much protected by the government (for instance, the regular failure of a significant proportion of the farmers to pay their debts with public banks) and that the activity is a major cause of deforestation, carbon emissions, biodiversity loss and water pollution. As a result, the sector has strived to lobby and promote its interests, particularly via the Brazilian Agribusiness Association (ABAG), created in 1993. Likewise, technical visits to production areas coordinated by the Round Table on Responsible Soy Association [www.responsiblesoy.org], established in 2006, have tried to improve the image of the Brazilian agri-food sector with a colourful rhetoric of sustainability, certification and environmental commitment. In a number of TV and radio programmes, agribusiness farmers and their representatives emphasise every day their contribution to regional development and economic growth, but only from the perspective of an intense financialisation of agriculture and the removal of environmental, social and regulatory constraints. However, the discourse of entrepreneurialism, competence and environmental responsibility obscures the fact the results of agribusiness have more to do with the flexibilisation of domestic markets and the deeper insertion of Brazil in global trade. At the same time, the mystification of the success achieved by the agribusiness sector helps to conceal internal disputes, particularly between the majority of the agribusiness farmers and the stronger players (larger farmers and transnational companies).

Bruno (2009) argues that agribusiness is associated with ideas of unity, modernity, wealth creation, valorisation of the sector (at the expense of other forms of agriculture and elimination of alternatives), but behind closed doors there are signs of disunity and often uneasiness with the way farmers are treated by corporations, banks and urban sectors. Although the sector makes use of the appealing symbolism of triumph and modernisation, the evolution of agribusiness served to unify the interests of rural conservative groups and renovate processes of political hegemony and class domination. An important element of the mystification of the apparently positive contribution of agribusiness is the confusion about the role of the national state, which both created additional space for national and international corporations, but also retained the control of a myriad of mechanisms aimed to promote agribusiness. The transformation of the state apparatus under pressures for flexible regulation and lower market constraints led to a new pattern of socionatural interactions, increasingly characterised by associations between state agencies, financial capital and the stronger economic sectors. Large capital has been increasingly present in the Brazilian countryside and dominates the selling of inputs and acquisition of crops after harvest. In addition, a range of novel financial instruments, such as self-financing, private banks, input supplier companies and trading companies filled the gap created by the reduction of the conventional schemes of

the federal government. A notable demonstration of that was the 2004 legislation that created the Agribusiness Receivables Certificates (CRAs), among other titles traded in the São Paulo stock exchange, which is a registered instrument of credit that represents a promise of future payment in cash linked to the debt claim issued by the securitisation company. Until 2013, the amount of traded CRA reached R$ 1.2 billion (around US$ 550 million), but there is an expectation that it can increase ate 30 times in a few years (IstoÉ Dinheiro, 2103).

Based on the contrast between the rhetoric of efficiency and progress, on the one hand, and the negative image associated with socioecological impacts and state favouring, it is important to reflect on what all that means for the insertion of Brazil into globalised markets and the new geopolitics of 21st Century capitalism. Because of the apparently positive results achieved in terms of concessions and policy protection, it seems that the lobbing and blackmailing practiced by the agribusiness sector is even more productive that any technological improvement at the farm level. Among other factors, agribusiness farmers and their representatives emphasise their contribution to regional development and economic growth, but mainly from the perspective of an intense financialisation of agriculture and the removal of environmental, social and regulatory constraints. Senator Kátia Abreu (Secretary of State for Agriculture from January 2015) has repeatedly stated that environmental conservation aggravates the food crisis and that, consequently, climate change deserves less attention from government and society alike (The Guardian, 2014). The agrarian transition to neoliberal agribusiness is highly idiosyncratic in Brazil, given that agriculture does not support the other non-agricultural sectors but is badly needed to buttress macroeconomic instability and offset deindustrialisation. Various types of power work together here, from instrumental and discursive power to structural manifestations of political control deciding what is produced and what sort of food is consumed. Another important result is that, in a matter of few years, there was a massive increase in land prices and intensification of market transactions, especially in areas of agriculture frontier.

Crucially, the new phase of rural development based on globalised agribusiness since 1990 has maintained the state firmly in charge of leading the process of economic flexibilisation and coordinating the contribution of firms, experts and organisations (Schneider , 2010). It has happened regardless of the criticism of the unnecessary size and high cost of the state apparatus that permeates the discourse in defence of agribusiness (like the publications of ABAG, FIESP and other similar entities). But there is a fundamental and decisive difference between those two historical periods: the Brazilian state is also increasingly dependent on the economic surplus generated by growing agriculture exports and is hostage to the aura of undisputed success associated with agribusiness. In that context, it is emblematic that President Lula started his first term in office with the ‘Zero Hunger’ platform and ended his second term in 2010 openly defending agribusiness and making momentous concessions

regarding environmental legislation, the introduction of GMOs and the operation of transnational corporations. The political representation of agribusiness has cleverly crafted an image of prosperity and accomplishment that is explained by the geographical advantages of Brazil and the competence of the farming sector. For example, during the international fair Agrishow, in April 2014, a private jet worth US$ 1.4 was sold to an (anonymous) agribusiness magnate (Moreira, 2014). In the end, agribusiness continues to be enacted in the localised context of farms and regions, but management, technologies and trade relations increasingly happen in accordance to globalised, transnational interactions and priorities. Some of the most dynamic and disputed areas of agribusiness expansion in Brazil are in the State of Mato Grosso.

Mato Grosso and the moving frontier of agribusiness

The fast evolving history of agribusiness describes an even more remarkable trajectory in the State of Mato Grosso, in the hinterland of Brazil. Mato Grosso (henceforth 'MT') represents an active spatial frontier where the boundaries of neoliberal capitalism are being pushed forward. Soybean is certainly the main crop of the Brazilian agribusiness and has proven to be extremely well adapted to the bioclimatic and edaphic conditions of MT. In the year 2000 the state became the main producer of soybean in the country. This expansion did not happen only horizontally, but there are also a distinct trend of agriculture intensification (i.e. field productivity has increased steadily for the past 20 years) and the practice of double cropping (e.g. succession of soybean-maize or soybean-cotton/sorghum), especially in the farming areas with better access to the transportation network. The volume of MT exports (almost exclusively agriculture commodities) jumped from US$ 254 million to 8.5 billion between 1990 and 2009 (Pereira, 2012). The value of crop export from MT has, since 2000, responded for approximately 10% of the national trade balance surplus. One main consequence is that the vivid symbolism of the lucrative activities related to the export of soybean from MT conveys the image of economic success and of the belated arrival of modernity and globalisation in the region. The growing decoupling of world market prices and regional production costs (i.e. commodity prices increased significantly since 2003 compared to the relatively lower production costs in MT) resulted in ostensive signs of wealth by soybean producers. The symbolic component of agribusiness – in itself, a clear evidence of mystification – is praised by political and economic leaders as the redemption of the region from a past of isolation and backwardness.

However, beyond the easy language of economic modernity and commercial success, the triumph of agribusiness in MT is actually the result of the strategic articulation between macroeconomic priorities, globalised markets and an opportunistic behaviour of the

emerging landed elite. The agents of agribusiness are mostly descendents of small farmers from the South of Brazil who have migrated to MT with the prospect of acquiring much larger properties. In that context, it was a very profitable business for many private companies to assist the state government in the process of colonisation (i.e. purchasing public land and then reselling it to colonists coming from the southern part of Brazil). In the 1950-1960s colonisation companies could acquire land from the state by Cr$ 7 to 10 per hectare and then resell for Cr$ 100 to 300 (Moreno, 2007). [Cr$ is the abbreviation of cruzeiro, the currency then in use in Brazil]. The 'occupation' of MT took a new turn under the military dictatorship (1964-1985), which increased the colonisation in the Amazon Basin through the construction of roads (e.g. motorways BR-163 and BR-364) and other necessary infrastructure. The selling of public land to migrants and companies of other parts of Brazil assumed epical proportions not just because of the vastness of the territory but also due to the level of corruption and violence involved. It should be highlighted that, despite official claims of an 'empty territory', publicly owned land was typically occupied by poor families or indigenous groups. Corruption of the responsible agencies was magnified by the widespread practices of land grabbing involving false documents and the fraudulent occupation of vast tracts of common land held by the state.

In the 1980s, the MT state administration aggressively promoted new rounds of colonisation and land selling (benefiting from the developmentalist policies of the federal government and new agriculture technologies, particularly for soybean production). Between 1983 and1986 more than four million hectares were titled, out of the totality of around 90 million hectares in the state (Moreno, 2007, p.248). The main objective was to maintain agrarian confusion in order to concede land according to old and new political agendas. Agribusiness farmers had to necessarily operate in close alliance with the traditional farming oligarchy, historically dedicated to cattle production and land speculation. This intensive process of (both regular and irregular) land acquisition paved the road for the consolidation of agribusiness in MT in the following decades. The advance of agribusiness, which produced additional displacement of peasants and Indians, was only the most recent episode in the long trend of violence against the territory and its peoples that characterised the history of MT since the turn of the Twentieth Century. The swift expansion of agribusiness in MT was not only on of the last chapters of the (Fordist) Green Revolution but it was also the coming back of old, vicious practices (that actually never departed) introduced in colonial times whenever profit and gain were in sight. Similar to the noliberalising experience elsewhere in the world, the rising agribusiness elite of MT managed to secure important concessions from the state apparatus (at the provincial and national levels). The agribusiness sector has demanded 'less state and more markets', without every really abandoning the request for more state protection, in particular, forgiveness of debts with public banks and the offer of new bank loans (Bruno, 2009). At the same time, agribusiness increasingly dominates the public sector agenda in

Brazil and, because of its growing political power, has pushed for the spread of neoliberalisation in other areas and services. An evocative example was the privatisation, in 2013, of 851 kilometres of the motorway BR-163 (which crosses the main production areas in MT) that were transferred to a private operator (Odebrechet).

If sectoral and spatial forms of displacement are rampant in the MT frontier, the impact of transnationalisation serves to subvert absolute distances and costs. Because of the growing demand for soybean by China and other countries, the perceived remoteness of MT was not an obstacle for the establishment of strong commercial ties with the rest of the world. It is true that agribusiness farmers frequently complain about the price to transport grains to the international ports in the southeast of Brazil (around R$ 330 or US$ 120/ton), but high transportation costs have not prevented the profitability and the perennial search for new, more distant production areas. Since April 2014, fluvial ports in the Amazon became a viable alternative for the export of soybean coming from Mato Grosso and other Brazilian states. Interestingly, production costs are relatively low in MT (if compared to other large production areas in South and North America) not only because of the availability of suitable land, good climate and growing transport infrastructure, as typically argued by the agribusiness sector, but it is also directly related to the over-exploitation of the rural workforce. There has been a progressive reduction of the people involved in farming activities and it can be seen in Because of heaving machinery, it is possible to cultivate very large tracts of land (many thousands of hectares) with a handful of permanent and temporary workers. This is obviously part of the extraction of surplus-value and the mitigation of the rising organic composition of capital in the form of additional farmland. The consequence of growing exploitation of the employees is that labour only counts for around 2.6% of the production costs (that is the case for both for conventional and transgenic soybean production), whilst seed, fertilizer and agrochemicals – conspicuously sold by transnational companies – represent 55% of the total costs (that is the case in the production season 2014/15). This is an incontestable demonstration of the neoliberal nature of agribusiness, which is intended to produce more and more food, energy and raw materials with less and less labour (Moore, 2010).

The acquisition of large tracts of land and super-exploitation of the workforce in MT are helped by the relative low resistance by local opposition groups at the frontier of neoliberalism. However, other forms of extra-human resistance were normally higher (e.g. insects such as *Helicoverpa armigera*, a caterpillar that is now causing billions of dollars of damage in soybean fields, and agroclimatic changes such as excessively rainy summer in the production season 2013/2014, which affected soybean harvest and transportation), which only add to uncertain and turbulent prospects of agribusiness in MT. In effect, the environmental impacts and risks associated with agribusiness represent some of its main operational and political challenges. Notwithstanding claims that the MT agribusiness is now ‘decoupled’ from

deforestation, the original *cerrado* and forest vegetation is under serious threat. Only between 2001 and 2004 more than 540,000 ha of forest were directly converted into cropland without the more conventional implementation of pastures as an intermediary step (Morton et al., 2006). Satellite data show that soybean yields are positively associated with the cultivated area, which implies that policies that stimulate productivity could easily lead to the expansion of land use (Garrett et al., 2013). Between 2006 and 2014, it was agreed a 'moratorium' that tries to impede the commercialisation of soybean from production areas opened after 2006. This tacit 'moratorium' has not avoided the encroachment (legal and illegal) upon forested areas, and NGOs such as ICV protested that, in 2013 alone, deforestation increased 52% in MT which is obscured by the lack of transparency by the state government. With the end of the moratorium in 2014, and the deterioration of national trade balance and the need to boost soybean exports, it is very likely that stronger deforestation pressures will resume. It is quite misleading, thus, to argue that high productivity contributes to environmental conservation, given that agribusiness in MT clearly betrays a Jevons Paradox situation in the sense that increasing the productivity of land leads to its increased, rather than decreased, use (Ceddia et al., 2013).

These negative consequences of agribusiness are, nonetheless, systematically minimised, as in the discourse of the regional association of soybean producers (APROSOJA-MT). The uncomfortable position of making money while causing a number of socioecological impacts prompted the association to appropriate the language of sustainability and environmental conservation. APROSOJA-MT spokespersons make reference to the 'green passport' of agribusiness in MT, basically because of the adoption of no-tillage technology and gains of productivity (supposedly preventing the opening of new areas). Even more remarkably, in a talk at the Wilson Centre, in Washington DC, in 2008, the then state Governor Blairo Maggi (2003-2010) provided a textbook defence of the ecological credentials of agribusiness. The leader of a family business established by his father a few decades earlier, when the clan moved from the south of Brazil to Mato Grosso, Maggi became the owner of one of the larger soybean companies in the world. With the aura of his success as a businessman (responsible for around 5% of the total soybean produced in the country and increasingly involved in large public infrastructure, transnational trade and financial services), he repeatedly claimed to be running the state administration as a business enterprise. He also played a key role in the consolidation and defence of agribusiness (including a new legislation that institutes the transfer of public funds to support APROSOJA-MT, making it the strongest and most active representation of soybean producers in the country).

At the Wilson Centre, instead of speech about public policies and wider social demands, the governor candidly acted like a farmer campaigning for additional concessions from the federal government and against the fierce attacks of environmental activists (Maggi

was awarded the sarcastic 'Golden Chainsaw' trophy by Greenpeace in 2005 as the Brazilian person who most contributed to Amazon destruction). After explaining the historical evolution of the agriculture frontier and heroic achievements of his father's generation, Maggi used his training as agronomist to explain why the current technology protects the environment. With the explicit use of the ecological modernisation discourse, the governor describes the risks of anthropogenic climate change and the need to act "not because of the environmentalists, but because the scientists are now telling us the urgency and relevance of such issues". It was not by chance that Maggi made reference in his talk, as well as in many later interviews, to the payment for ecosystem services and, in particular, to the Reduce Emissions from Deforestation and Degradation (REDD) scheme advanced by the United Nations. One of the prominent features of the payment for ecosystem services is exactly the mystification of the causes of environmental problems and the formulation of technocratic responses based on market-like mechanisms of environmental conservation. The preference for self-regulating and market-based approaches by the political leaders of MT reflects the wider agribusiness responses to the opportunities and pressures from en emerging global environmental awareness (Jansen and Vellema, 2004). After becoming senator in 2010, Maggi was one of the main advocates of the reform of the Forest Code – eventually approved in 2012 after a lengthy controversy and with detailed regulation introduced in 2014 – needed to flexibilise the previous requirement to maintain a fraction of the property with natural vegetation. It means that it is now possible to compensate the deforestation of the rural property with another forested area elsewhere, which in practice 'creates' more cropland.

Conclusion: Agribusiness needs Brazil to drive the narrative on

The previous pages sketchily revisited the relevance of agribusiness for the expansion of neoliberalising institutional reforms and the repercussions of intense agribusiness in Brazil. The apparent success of the sector has actually represented an example of the deliberate attempt to temporarily placate the structural contradictions of capitalist agriculture (in particular, the need to produce cheap food to sustain accumulation in other economic sectors, but at the same generate profit from agriculture itself) while novel tensions and contradictions become apparent (such as the virtual 'blackmailing' of the national economy by agri-food exports and mounting rates of environmental degradation and social conflicts). Instead of agrarian reform and local food, as demanded by large proportions of the Brazilian population, the hegemonic solution was to intensify and update production according to neo-conservative priorities. The agribusiness sector has in effect represented the frontier not only of agriculture, but of wider neoliberal economics in the country. Questioning the transformation of agriculture into agribusiness represents, above all, a critical investigation into the economic

possibilities and socioecological limitations of contemporary capitalism. The advance of agribusiness has been the embodiment of the most technologically advanced and socio-ecologically regressive elements of a national economy in the periphery of globalised capitalism. Agribusiness has many innovative features when compared with previous, nationalistic agriculture modernisation (such as more space for market forces and instrumentalised environmental concerns), but it also betrays the strong elements of social exclusion, authoritarianism and deception.

The image of success is daily reaffirmed by sector representatives and endorsed by the national government that relies heavily on political support and export revenues generated by agribusiness. Actually one of the more relevant aspects of the Brazilian experience is the changing role of the state apparatus as it is now dependent upon something that it previously tried so hard to nurture through regional development policies and related interventions since the 1970s. At face value, it seems that the expansion and success of agribusiness can be explained by the use of sophisticated technologies and the acute entrepreneurialism of present-day farmers. However, against this rhetoric of progress and creativity, there are alternative options that critically question the actual contribution of agribusiness for the local and national economy. The result is a nuanced and highly contested situation that connects, often in unexpected ways, different scales, sectors and public policies. That intricate complexity requires a more effective interpretation focused on the idiosyncratic combination of incremental innovations in a context of hegemonic globalisation of the markets that leaves limited space for farmers to depart from pre-established production packages.

It is in areas of frontier, as in Mato Grosso, that agribusiness makes more evident its most profound abilities, contradictions and, ultimately, failures. Agribusiness is especially successful at the agriculture frontier because it is in itself an economic, ecological and ethical frontier. It constitutes a privileged arena for the rehearsal the flexible mechanisms of accumulation and regulation required by neoliberal activities, at the same time that this frontier is significantly shaped by the market liberties, low moral standards and associated forms of violence. The advance of agribusiness depends on the perpetual re-enactment of dreams (merged with novels forms of violence and frustrations) related to the promises of rapid enrichment and social prestige. High expectations are needed to motive the conquest and transformation of the territory to give way to crop production. The peculiar dialectics taking place at the frontier, including processes of transnationalization, deception and displacement, are firmly mediated by structures inherited from the past, which create a complex pattern that are spatially and temporally heterogeneous. The curious attacks on the apparatus of the state by agribusiness farmers – who have been major beneficiaries of state investments and regional development policies – are emblematic examples of an inbuilt opportunism and

peculiar production rationality located in-between the demands of the state and transnational corporations.

The frontier of agribusiness in MT has been an important edge of both the renovation of capitalist institutions (i.e. globalised transactions, maximised use of territorial resources, novel forms of political legitimisation) and the reintroduction or reinforcement of old practices of the pre-industrial or early industrial phase of capitalism (i.e. brutal appropriation of the commons, commodification of features previously beyond market transactions and even cases of 21st Century slavery). At the frontier, the politico-economic institutions of neoliberalism can expand and have, in some measure, a life of its own. The consolidation of agribusiness in MT involved constant innovation and new players, who retained old, vicious practices that never disappeared. Martins (2009) argues that this is a human frontier shaped by the false dichotomy between civilisation and non-civilisation, because it constitutes a degraded but comprehensive reality, one of the most brutal chapters of economic development in Brazil, where the main protagonists are exactly the victims (indigenous groups and poor peasants). The frontier in MT is in this case a real "territory of death" and the place where the most inhuman archaisms are reborn; the frontier is "exactly the opposite than its imaginary proclaims" (Martins, 2009, p.13-14). In that sense, the totality of the frontier, as a space fraught with politico-economic and socioecological tensions, must be seen as a peculiar locus of intolerance, ambition, all too often tragedy, but also some fragmented elements of hope that stubbornly emerge from time to time.

Bibliographic references

ACSELRAD, V. *A economia política do agronegócio no Brasil: O legado desenvolvimentista no contexto da democratização com liberalização*. Porto Alegre, 2012. PhD thesis - Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS), Brazil.

AGROANALYSIS. Balança comercial: Contribuição do agronegócio. *Agroanalysis*, v.34, n.2, p.21, 2014.

BRUNO, R. *Um Brasil ambivalente: Agronegócio, ruralismo e relações de poder*. Rio de Janeiro: Edur/Mauad, 2009.

CEDDIA, M. G., SEDLACEK, S.; BARDSLEY, N. O.; GOMEZ-Y-PALOMA, S. Sustainable agricultural intensification or Jevons Paradox? The role of public governance in tropical South America. *Global Environmental Change*, v.23, n.5, p.1052-63, 2013.

CEPEA. *Agromensal – CEPEA/ESALQ: Informações de mercado* (January 2014). Piracicaba: CEPEA, 2014.

Delgado, G. D. *Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio: Mudanças cíclicas em meio século (1965-2012)*. Porto Alegre: UFRGS, 2012.

FURTADO, R. *Agribusiness brasileiro: A história*. São Paulo: ABAG/Evoluir, 2012.

GARRETT, R.; LAMBIN, E.; NAYLOR, R. Land institutions and supply chain configurations as determinants of soybean planted area and yields in Brazil. *Land Use Policy*, v.31, p.385-96, 2013.

ISTOÉ DINHEIRO. *Milhão com açúcar* (16 Oct 2013), p.83-85, 2013.

JANSEN, K.; VELLEMA, S. (Eds.). *Agribusiness and society: Corporate responses to environmentalism, market opportunities and public regulation*. London and New York: Zed Books, 2004.

MAPA (Ministry of Agriculture, Livestock and Food Supply). *Intercâmbio comercial do agronegócio: Principais mercados de destino*. Brasília: MAPA, 2012.

MARTINS, J. S. *Fronteira: A degradação do outro nos confins do humano*. São Paulo: Contexto, 2009.

MDIC (Ministry of Development, Industry and Foreign Trade). *Brazilian trade balance: Consolidated data*. Brasília: MDIC, 2013.

MOORE, J. W. Cheap food and bad money: Food, frontiers, and financialization in the rise and demise of neoliberalism. *Review*, v.33, n.2-3, p.225-61, 2010.

MOREIRA, R. Empresa vende avião de US$ 1,4 milhão na agrishow. http://economia.estadao.com.br/noticias/negocios-geral,empresa-vende-aviao-de-us-1-4-milhao-na-agrishow,183513,0.htm (accessed 02 May 2014), 2014.

MORENO, G. *Terra e poder em Mato Grosso: Política e mecanismos de burla 1892-1992*. Cuiabá: Entrelinhas/EdUFMT, 2007.

MORTON, D. C.; DEFRIES, R. S.; SHIMABUKURO, Y. E.; ANDERSON, L. O.; ARAI, E.; DEL BON ESPIRITO-SANTO, F.; FREITAS, R.; MORISETTE, J. Cropland expansion changes deforestation dynamics in the Southern Brazilian Amazon. *PNAS*, v.103, n.39, p.14637-41, 2006.

MURRAY, W. E. Neo-feudalism in Latin America? Globalisation, agribusiness, and land re-concentration in Chile. *Journal of Peasant Studies*, v.33, n.4, p.646-77, 2006.

O ESTADO DE SÃO PAULO. Governo aumenta em 14,8% valor destinado ao crédito rural'. http://economia.estadao.com.br/noticias/economia-geral,governo-aumenta-em-14-8-valor-destinado-ao-credito-rural,185256,0.htm (accessed 19 May 2014), 2014.

PEREIRA, B. D. *Agropecuária de Mato Grosso: Velhas questões de uma nova economia*. Cuiabá: EdUFMT, 2012.

PETRAS, J.; VELTMEYER, H. Whither Lula's Brazil? Neoliberalism and 'Third Way' ideology. *The Journal of Peasant Studies*, v.31, n.1, p.1-44, 2003.

RICHARDS, P. D.; MYERS, R. J.; SWINTON, S. M.; WALKER, R. J. Exchange rates, soybean supply response, and deforestation in South America. *Global Environmental Change*, v.22, n.2, p.454-62, 2012.

ROBINSON, W. I. *Latin America and global capitalism: A critical globalization perspective*. : Baltimore: John Hopkins University Press, 2008.

SCHNEIDER, S. Situando o desenvolvimento rural no Brasil: O contexto e as questões em debate. *Revista de Economia Política*, v.30, n.3, p.511-31, 2010.

THE GUARDIAN. Brazil's 'Chainsaw Queen' Takes on Environmentalists. http://www.theguardian.com/environment/2014/may/05/brazil-chainsaw-queen-katia-abreu-amazon-deforestation/print (accessed 05 May 2014), 2014.

WOLF, S. A.; BONANNO, A. (Eds.). *The neoliberal regime in the agri-food sector: crisis, resilience, and restructuring*. Abingdon and New York: Routledge, 2014.

Recebido para publicação em 06 de março de 2016.

Aceito para a publicação em 24 de dezembro de 2016.

A microrregião geográfica de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional[1]

Roberto de Souza Santos
Professor do curso de Geografia e do curso de Pós-graduação em Geografia no campus Universitário de Porto Nacional - TO pela Universidade Federal de Tocantins.
e-mail. robertosantos@uft.edu.br

Resumo

O presente artigo busca compreender a contribuição do processo de modernização e reorganização espacial do espaço agrário no fortalecimento da economia da Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT. O estudo procura verificar as influências e impactos do processo de modernização e da tecnificação na economia agropecuária no espaço regional; busca identificar as contribuições dos agentes econômicos do agronegócio, juntamente com o Estado, para a organização espacial e o desenvolvimento regional da Microrregião de Rondonópolis-MT, a partir da introdução da ciência e da técnica; e analisa o processo modernização e reorganização do espaço agrário da região. Adotou-se o método qualitativo e baseou-se em uma revisão bibliográfica.

Palavras-chave: Modernização do espaço agrário; microrregião de Rondonópolis; sujeitos econômicos do agronegócio; polarização regional; agroindústria.

The microregion geographic of Rondonópolis-MT and your economic polarization regional

Abstract

The present article seeks to understand the contribution of the process of modernization and spatial rearrangement of the agrarian space to strengthening the economy of the Geographic Microregion of Rondonópolis, Brazil. This study intends to verify the influences and impacts of the modernization and technification in the agricultural economy on the regional space. It seeks to identify the contribution of the agribusiness economic agents, along with the state, to the spatial organization and the regional development of the area, brought by the introduction of scientific and technical progress in the agrarian space. Also, it analyzes the modernization process and the rearrangement of the agrarian space of the region. The study adopted the qualitative method and was based on a bibliographic revision.

Keywords: Modernization of the agrarian space; microregion of rondonópolis; agribusiness economic agents; polarization regional; agribusiness.

La micro región geográfica de Rondonópolis-MT y su sesgo en la economía regional

Resumen

[1] As pesquisas para elaboração deste artigo teve apoio financeiro do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

El presente artículo busca comprender la contribución del proceso de modernización y reorganización espacial del espacio agrario en el fortalecimiento de la economía de la Micro región Geográfica de Rondonópolis - MT. El estudio busca verificar las influencias e impactos del proceso de modernización y la tecnificación en la economía agropecuaria en el espacio regional; busca identificar las contribuciones de los agentes económicos del agro negocio, junto con el Estado, para la organización espacial y el desarrollo regional de la Micro región de Rondonópolis - MT, a partir de la introducción del proceso técnico-científico en el espacio agrario, y analiza el proceso de modernización y reorganización del espacio agrario de la región. Se adoptó el método cualitativo con base en una revisión bibliográfica.

Palabras claves: Modernización del espacio agrario; micro región de Rondonópolis; agentes económicos del agro negocio; sesgo regional; agronegocios.

Introdução

Para elaboração do artigo fez-se um recorte analítico utilizado no desenvolvimento de reflexão sobre a Microrregião de Rondonópolis-MT e sua polarização na economia regional a partir do processo de modernização e reorganização do espaço agrário, por intermédio da introdução do progresso técnico e científico. Processo este que, a partir de 1970, fez da cidade de Rondonópolis uma região polarizadora do desenvolvimento econômico regional.

Do ponto da escala espacial, o procedimento adotado para análise e pesquisa é da Microrregião Geográfica de Rondonópolis-MT localizada na Mesorregião Sudeste de Mato Grosso. A análise parte do pressuposto que os fenômenos objetivados não se restringem apenas à fronteira física da microrregião, principalmente quando se trata de verificação e análise dos fenômenos geográficos pela sua complexidade. Em nossa análise a escala é vista como uma estratégia de apreensão da realidade, que define o campo empírico da pesquisa, considerando que são os fenômenos que dão o sentido ao recorte espacial objetivado e também à categoria de análise. A análise geográfica dos fenômenos requer que se objetivem os espaços na escala em que eles são percebidos. Portanto, a região possui uma dimensão territorial e uma dimensão social que interagem e configuram uma escala particular do espaço, como afirma Castro (1995).

No recorte temporal, a intenção é levantar uma discussão teórica sobre o processo de polarização na economia regional de Rondonópolis a partir de 1970. Entretanto, é necessário primeiramente expor sobre as fases de evolução do processo de formação do espaço agrário mato-grossense, tendo em vista que este processo deve ser entendido na sua totalidade, uma vez que um momento da realidade pode representar uma visão fragmentada do objeto. A primeira fase – 1700 a 1870 – foi marcada pela presença geopolítica da Coroa portuguesa no controle militar da região. A segunda fase – 1870 a 1930 – marcada pela evolução da

infraestrutura ferroviária que condicionou grandes transformações econômicas e espaciais na região sul do estado, com o objetivo de incorporá-la ao dinamismo econômico paulista. A terceira fase – 1930 a 1970 – fortemente marcada pela concessão de terras na colonização oficial e pela doação de glebas no interior do estado. A quarta fase – a partir de 1970 – quando chegam a Rondonópolis grandes empresas do agronegócio e agroindústria e que impuseram o uso do progresso técnico-científico na economia agropecuária, sobretudo nas áreas de Cerrado. É nesta fase que a Microrregião de Rondonópolis adquire um desenvolvimento econômico ao ponto de polarizar a economia regional.

O texto está estruturado em quatro tópicos. O primeiro procura debater sobre o domínio morfoclimático e fitogeográfico do Cerrado com o objetivo de identificar e analisar a sua predisposição para o cultivo da agricultura comercial de exportação.

O segundo tópico procura abordar sobre o processo de apropriação mercantil do Cerrado pelos agentes econômicos. O processo de apropriação mercantil do Cerrado, na argumentação teórica, é entendido a partir da implantação das relações de produção capitalista global – em suas várias escalas territoriais nas áreas de Cerrado – e o controle das multinacionais é entendido a partir da comercialização, distribuição e processamento industrial na atividade econômica agropecuária. O conceito de espaço agrário discutido nessa seção é interpretado como uma estrutura totalizante do processo de modernização, em condições de materialização e espacialização contraditória. O espaço agrário se organiza a partir da luta de classes sociais e dos conflitos de interesse. É como diz Moreira (1991), o espaço agrário segue neste viés de transformação e de reprodução desigual, que imprime novas formas de manutenção das relações sociais, ora associadas, ora contraditórias. O espaço agrário se tornou extremamente complexo com o avanço do capitalismo, quebrando, ou reformulando antigas estruturas sociais de produção e criando outras. A noção de frente de expansão analisada neste tópico, refere-se à interpretação teórica do sociólogo José de Souza Martins. Para Martins (1996), a frente de expansão ficou caracterizada como uma frente demográfica de populações camponesas e pobres residualmente vinculadas ao mercado.

O terceiro tópico levanta uma discussão teórica sobre o processo de modernização, industrialização do espaço agrário e territorialização dos agentes econômicos na Microrregião de Rondonópolis. O processo de modernização se constrói por meio das redes técnicas como as dos transportes (rodovia e ferrovia) e de energia – são vetores que possibilitam a espacialização dos processos modernos a partir do movimento de circulação e fluxo – e também por meio das redes financeira e de comunicação, que se apresentam na atualidade como de necessidade extrema. O processo de modernização, aqui entendido, refere-se ao

capitalismo em ação por meio de suas classes hegemônicas – é o seu processo de expansão e/ou territorialização pelos lugares. Se por um lado, a modernização carrega uma força que promove a homogeneização dos lugares, por outro, acaba por diferenciá-los ainda mais.

Para Castilho (2014), a modernização deve ser entendida como processo territorial articulado dialeticamente por sistemas político-ideológicos e técnico-produtivos que trazem como resultado a conformação de modernizações. A dimensão espacial é um ponto chave para a interpretação da modernização. Isso porque a espacialização é uma condição basilar de sua expansão, sendo o território o lócus das articulações políticas. No Brasil a modernização foi imposta de maneira vertical e autoritária – e continua sendo reproduzida dessa maneira a partir de demandas internacionais e, sobretudo, de articulações de grandes corporações, de atores locais e de ações em diferentes escalas. Para Santos (2008), a modernização de um espaço consiste em unir-se econômica, política e socialmente ao mundo moderno. O processo de modernização é um dos principais condicionantes para o estabelecimento do processo de territorialização no capitalismo global: ambos contraditórios entre si, e que constroem um espaço de conflitos de interesse – socialmente desigual.

O quarto tópico procura abordar sobre a formação de uma polarização na economia regional da Microrregião de Rondonópolis-MT Neste tópico, procura-se fazer um desfecho das discussões teóricas trabalhadas nos tópicos anteriores. Neste tópico aborda ainda sobre o fortalecimento da economia da Microrregião de Rondonópolis a partir do processo de modernização e reorganização espacial (modernização do espaço agrário) e da introdução do progresso técnico-científico na região.

Materiais e métodos

Este artigo é resultado de pesquisas e experiências empíricas realizadas durante o trabalho de doutorado na Universidade Estadual Paulista em Rio Claro-SP entre 2001 e 2006. Os procedimentos teórico-metodológicos foram organizados e estruturados a partir de uma análise teórico-crítica sobre o processo de polarização na economia regional da Microrregião de Rondonópolis dentro do modelo de produção capitalista. A discussão teórico-metodológica procede de duas formas: um debate teórico a partir da interpretação do referencial bibliográfico utilizado e trabalhado, e uma reflexão a partir das experiências e pesquisas acumuladas durante as pesquisas do doutorado. O texto ainda é resultado de experiências nos trabalhos de geografia regional, de pesquisas de campo durante o mestrado em Planejamento Urbano e de trabalhos e pesquisas bibliográfica e empírica.

Cerrado: vegetação e solos

As grandes áreas de vegetação com características comuns são conhecidas como biomas ou domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Os geógrafos, entre eles Aziz Nacib Ab'Sáber, preferem chamá-las de domínios morfoclimáticos e fitogeográficos. Entretanto, os biólogos chamam apenas de biomas, que deveriam chamar de biomas continentais, mesmo porque existem zonobiomas. Estes são biomas que atravessam áreas muito grandes de um continente a outro e que reaparecem em continentes vizinhos. A palavra Domínio deve ser entendida como uma área do espaço geográfico, com extensões subcontinentais, de centenas de milhares e até de milhões de Km^2, onde predominam determinadas características morfoclimáticas e fitogeográficas, distintas daquelas predominantes nas demais áreas.

Para Ab'Sáber (1967), o Cerrado representa o domínio dos chapadões tropicais: as duas estações recobertas por cerrados, penetrados por florestas de galerias; - planaltos de estrutura complexa, capeados ou não por lateritas de cimeira (corresponde ao nível mais elevado do relevo, que se encontra acima de 800 metros, desprovido de cobertura sedimentar e vegetação); - planaltos sedimentares com vertentes em rampas suaves; - ausência quase completa de mamelonização; - drenagens espaçadas pouco ramificadas; - cabeceiras em *dales* (vales, veredas); - calhas aluviais de tipos particularizados.

O Cerrado é um domínio morfoclimático e fitogeográfico que se caracteriza pela presença de estrato arbóreo e estrato herbáceo, sendo que ambos representam os seus elementos componentes. Segundo Christofoletti (1979, p. 40-1), para o estrato arbóreo consideram-se as seguintes variáveis: densidade arbustiva (número de árvores/área); intensidade florística (número de espécies/área); distância média entre as árvores; área recoberta pelas copas (por unidade de área padrão); índice de ramificação das espécies; biomassa por área padrão; altura das árvores. Para o estrato herbáceo, pode-se mencionar: altura da cobertura herbácea; área ocupada por esta cobertura; densidade das herbáceas (número de plantas/área); biomassa.

No Brasil, a área de Cerrado é composta por vários estados da federação: Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, região sul de Mato Grosso, oeste e norte de Minas Gerais, oeste da Bahia e Distrito Federal, sendo, portanto, um dos maiores domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do país, conforme ilustra o Mapa 01. Compartilha com várias espécies de vegetações, como a floresta amazônica, a caatinga e a floresta atlântica e possui uma biodiversidade rica em matas semicaducifólias, que são muito atingidas por queimadas (CONTI;

FURLAN, 1995). Caracteriza-se também como uma savana com vegetação arbórea bem esparsa e distingue-se de outras comunidades vegetais do Brasil pela sua fisionomia. Sua vegetação é um mosaico de campos limpos, sujos e cerradão, constituídos de árvores de casca grossa, tortuosas, com plantas xeromórficas que lembram as regiões semidesérticas. As plantas estão adaptadas para retirar água profunda através de raízes que atingem até 15 metros.

Mapa 01 - Domínios morfoclimáticos do Cerrado.

Fonte: Ab'Sáber (1967).

Os solos são constituídos de sedimentos que se originam do Terciário, bastante profundos, cor vermelha, porosos, permeáveis e bem drenados, portanto muito lixiviados. Não dispõe de todos os nutrientes que a agricultura mecanizada precisa, devido à sua origem associada a depósitos sedimentares antigos, que vêm sofrendo pedogênese há milhares de anos, conforme explicam Conti e Furlan (1995). De acordo com as diferentes condições geomorfológicas, geológicas e climáticas, os solos dos cerrados variam de textura, estrutura,

perfil e profundidade. Os solos do Cerrado brasileiro apresentam alta concentração de alumínio, o que determina uma propriedade importante: a capacidade de troca catiônica, fundamental no metabolismo nutricional das plantas. Esta composição química do solo, torna-o muito ácida, devido exatamente à grande presença de alumínio, que é tóxico para a maioria das espécies utilizadas na agricultura comercial. É necessária correção de seu pH (potencial hidrogeniônico) por meio da aplicação de calcário. Desta forma, os cerrados tornam-se grandes áreas de cultivo agrícola para exportação e consumo interno.

A correção do solo para o plantio mecanizado em grande escala é feita pela adubação com fertilizantes industriais, com o uso de tecnologias biogenéticas. Para fazer essa correção, há o apoio de políticas públicas de investimento regional, instituídas especificamente para essas áreas, como o programa do PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados). Outro exemplo, é o Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO) instituído pelo Decreto Federal nº 75.320, de 29/01/1975, com o objetivo de promover o desenvolvimento e a modernização das atividades agropecuárias da região Centro-Oeste e do oeste do estado de Minas Gerais.

Quanto ao relevo compõem-se de grandes chapadões planos com altitudes entre 300 e 600 metros acima do nível do mar, o que facilita o trabalho mecanizado. Além disso, situa-se geograficamente numa área de grande insolação, fator que contribui para determinados tipos de plantio agrícola que requerem esse elemento como a sojicultura. O sistema de drenagem, por sua vez, sofre grande influência da topografia, caracterizada por rios permanentes ladeados por matas de galeria e buritizais (CONTI; FURLAN, 1995).

Nos parágrafos anteriores, foi possível visualizar teoricamente os domínios morfoclimáticos e fitogeográficos do Cerrado. Entretanto, o Cerrado não consiste apenas em um bioma ou um domínio morfoclimático e fitogeográfico composto por vegetais, animais, clima, rede hidrográfica, solo e outros elementos físicos, há também o homem. É o homem que se apropria dele e submete-o a transformações com o objetivo de buscar uma paisagem cada vez mais cultural e humanizada. Portanto, o conceito de Cerrado como um domínio morfoclimático e fitogeográfico formado somente pelos fatores físicos e biológicos, sem incluir o homem, não é mais válido. Sobretudo, a partir do momento em que o Cerrado se tornou objeto de apropriação mercantil por uma classe social de linhagem agrária afortunada (produtores rurais, exportadores de *commodities*).

Apropriação mercantil do Cerrado: espaço agrário da dominação dos agentes econômicos

Para debater sobre o processo de apropriação do Cerrado, é necessário contextualizar como era este domínio antes da implantação do projeto de modernização agropecuária e também as várias etapas da produção espaço-temporal na região de Rondonópolis. O processo de produção espaço-temporal do espaço agrário de Mato Grosso pode ser dividido em quatro fases. A primeira – 1720 a 1870 – foi marcada pela presença geopolítica da Coroa portuguesa no controle militar da região, principalmente com a criação da primeira capital de Mato Grosso, Vila Bela da Santíssima Trindade, localizada no sudoeste do estado e fundada no dia 29 de janeiro de 1748 – ano em que se criou também a Capitania de Mato Grosso, desmembrada da Capitania de São Paulo. Esta fase caracterizou-se pelas atividades econômicas que visavam a assegurar o controle do espaço agrário, como por exemplo, a atividade canavieira, que desde 1727 já teria se estabelecido no estado, embora tenha atingido seu desenvolvimento definitivo por volta de 1888, inclusive com o surgimento das primeiras agroindústrias do açúcar (BORGES, 1991).

As principais propriedades territoriais destinadas a essas atividades foram controladas por companhias estrangeiras, como The Brazilian Meat Company, Fomento Argentino Sud-Americano, Franco-Brasileira, The Miranda Estancia Company, Sud-Américaine Belge S/A, Brazil Lande Cattle and Packing e The Água Limpa Syndicate, com fazendas entre 5.000 e 884.231 hectares. Agiram na forma de monopólios e tornaram mais intensos os processos de concentração fundiária (BORGES, 1991, p. 62-102). Neste período, estas empresas foram as donas do poder econômico e político do processo produtivo no espaço agrário mato-grossense. Segundo o referido autor, a partir de 1856, com a abertura da navegação através do rio Paraguai, abriu-se nesse estado a possibilidade de produzir o açúcar para exportação. Aí, formaram-se grandes propriedades, fazendas de cana-de-açúcar surgindo uma elite agrária com força política suficiente para se impor politicamente no cenário regional e se alternar no poder com os representantes de oligarquias do sul, formadas por pecuaristas e representantes da Companhia Erva-Mate Laranjeira.

A erva-mate, planta nativa da América já conhecida pelos índios, que a utilizavam como estimulante para os músculos e sistema nervoso, tornou-se importante atividade produtiva com a abertura da Hidrovia Paraguai, sendo exportada para a Argentina. Isto possibilitou a criação da Companhia Mate Laranjeira, que financiou a partir dos anos 1850 – a abertura de estradas, hidrovia e pontes e controlou a embarcação do produto. Seu poder de financiamento estava na posse de fábricas para a transformação do produto (erva mate) e ser a grande responsável pela construção da ferrovia Noroeste do Brasil, ligando Mato Grosso do Sul

a São Paulo (PIAIA, 1997). A atividade econômica da erva-mate foi muito importante do ponto de vista do poder político e econômico, no passado de Mato Grosso, de acordo com Silva (1996).

A segunda fase tem início aproximadamente em 1870 e segue até 1930. É um período marcado pela evolução da infraestrutura ferroviária que provocou grandes transformações econômicas e espaciais na região sul do estado, que passaram a incorporá-la ao dinamismo econômico paulista. Tal incorporação proporcionou a intensificação da atividade econômica extrativa e, em consequência, Mato Grosso experimentou outro surto migratório e de povoamento, orientado pela extração da borracha, ipecacuanha (poaia, uma planta medicinal), cana-de-açúcar e erva-mate – produtos de grande aceitação no mercado externo neste período, informa Piaia (1997).

Nos últimos anos do século XIX alguns atores sociais da atividade extrativa vegetal de grande demanda na época, que lidavam no mercado mundial, passaram a selecionar novas porções do espaço geográfico de Mato Grosso, na busca do domínio de sua territorialidade (MOURA, 1983). Além da já existente criação bovina, houve também a industrialização do setor, com a introdução do extrato e caldo de carne e do charque, na década de 1920 (BORGES, 1991).

A terceira fase da produção espaço-temporal do espaço agrário mato-grossense que se iniciou em 1930 e perdurou até 1970, é fortemente marcada pela concessão de terras na colonização oficial e pela doação de glebas no interior do estado. Nesta fase, a região de Rondonópolis já começa ganhar pujança econômica no sudeste mato-grossense. Nos anos 1930, as terras devolutas foram vendidas a empresas colonizadoras, e as áreas de colonização oficial ficaram reservadas a pessoas físicas. Neste período, o poder público passou a dimensionar sua estratégia política de colonização e ocupação do território mato-grossense com a privatização de suas terras devolutas e a instalação da colonização dirigida (pública). A partir de 1930, tem início um processo de economia urbano-industrial no Brasil, e Mato Grosso passa a viver uma nova fase econômica e, consequentemente, de transformação espacial, com o surgimento de uma força econômica e política da burguesia industrial brasileira, com grande poder político na organização do território.

Norteado pela política de colonização, o governo estadual, na década de 1940, adotou a mesma estratégia que fora iniciada pelo governo federal. Em 1947, de modo a acelerar essa política, o poder público estabeleceu a fundação e organização de colônias agrícolas para o domínio do território (MOURA, 1983). Entre as décadas de 1940 e 1950, foram criadas na

região sul do estado[2], pelo Departamento de Terras e Colonização (DTC, órgão estadual) as colônias agrícolas estaduais e particulares de Mutum (1939), Paraíso (1943), Nossa Senhora de Fátima (1947), Paulista (1948), Coronel Ponce (1948), Alto Coité (1948), Naboreiro (1949), Macacos (1949) e Rondonópolis (1948), conforme relato de Gontijo (1988). Neste período, a ocupação do território se estabeleceu de modo mais racional, com ações políticas dirigidas, por intermédio das políticas públicas da Marcha para o Oeste.

Esta expressão designou a política de ocupação territorial para a criação de colônias agrícolas, no primeiro mandato de Vargas, na década de 1940, por conta da necessidade urgente de abrir novas frentes de expansão e ampliar a malha viária no Centro-Oeste, a fim de favorecer a penetração do capital agropecuário na região. Para tanto, incentivou-se a produção na pequena propriedade, que seria responsável pelo abastecimento de grãos na fronteira em expansão, constituída em sua maioria por nordestinos migrados do Sudeste (GONTIJO, 1988). A Marcha para o Oeste foi um dos condicionamentos da época para a ocupação demográfica e depois econômica do espaço agrário mato-grossense.

Entre 1950 e 1955, o governo mato-grossense adotou uma política destinada a sistematizar a ocupação das terras e a expansão da fronteira agrícola. De início, o Estado incentivou a implantação de empresas colonizadoras particulares, mas não logrou êxito, pois as terras regressaram às mãos do Estado, foram-lhe devolvidas, explica Demamann (1997). A partir de 1960, iniciou-se a abertura de rodovias e a construção de Brasília, com o objetivo de consolidar a ocupação demográfica, econômica e geopolítica do Cerrado. Nos vários ciclos desse processo histórico por meio de ocupações humanas, a região do Cerrado foi aos poucos se transformando em domínio natural em um Cerrado de paisagens culturais, com repercussões no meio ambiente. Nesse período, os colonos eram em sua maioria pequenos proprietários, o que lhes permitia, como atores sociais, buscarem sua própria territorialidade.

Finalmente, a quarta fase corresponde ao período a partir de 1970. Em 1977 o estado foi dividido e o governo estadual passou a sediar em Cuiabá, que dista apenas 200 km de Rondonópolis. Esta aproximação de Rondonópolis com a capital permitiu a oxigenação do desenvolvimento da região. A partir da década de 1970, chegaram a Rondonópolis imigrantes do sul à procura de terras de menor valor do que as do sul: podemos citar as do Cerrado, que na época eram comercializadas a preços menores, fato que lhes permitiu adquirir grandes áreas de terra a um custo menor. Isto significa que a venda de suas terras no sul, por menor que fosse o preço, daria para comprar imensos imóveis nas áreas de Cerrado, principalmente

[2] Em 1977, o estado de Mato Grosso foi dividido. A referida região sul do estado diz respeito ao atual estado.

com o apoio financeiro do Estado. Juntamente com os "gaúchos"[3], chegaram ao Cerrado os tratores, máquinas e instrumentos industrializados para a agricultura de precisão.

Após 1970, chegou à região toda uma infraestrutura de equipamentos industrializados e teve início a "despecuarização espacial[4]", quando os agentes econômicos colocaram a agricultura e a pecuária mecanizada em primeiro plano e a tradicional em segundo. Nos dias atuais, a ocupação do espaço regional é explicitamente econômica, isto é, uma ocupação econômica do espaço agrário. Nesse processo, os atores econômicos comandam todo o processo produtivo regional, impondo sua racionalidade de crescimento econômico e de sua geopolítica.

A partir do momento em que se inseriu no Cerrado a agricultura comercial de exportação desenvolvida por intermédio de instrumentos técnicos e científicos, pode-se afirmar que essa área passou a ser um "espaço instrumentalizado", tornando-se a grande responsável pela produção de grãos no cenário nacional. A conquista do Cerrado foi a grande invenção dos trópicos no século XX. No estado do Mato Grosso e em Rondonópolis boa parte de seu espaço agrário ocupado pelo Cerrado, é conhecido como "celeiro do mundo", por conta da forte influência do agronegócio.

A modernização e industrialização do espaço agrário: territorialização dos agentes econômicos na Microrregião de Rondonópolis

A Microrregião Geográfica de Rondonópolis está localizada na Mesorregião Sudeste Mato-grossense, que é composta por 4 microrregiões: a Microrregião de Rondonópolis composta por 8 municípios (Rondonópolis, Itiquira, Pedra Preta, são Jose do Povo, Juscimeira, São Pedro da Cipa Jaciara e Dom Aquino); a Microrregião Geográfica de Alto Araguaia (Alto Taquari, Alto Araguaia e Alto Garças; a Microrregião de Tesouro (Araguainha, Ponte Branca, Ribeirãozinho, Torixoreo, Guiratinga, Poxoreo, Tesouro, Pontal do Araguaia, e General Carneiro); e a Microrregião de Primavera do Leste composta pelos municípios de Primavera do Leste e Campo Verde, conforme demonstra o mapa nº 02 a seguir.

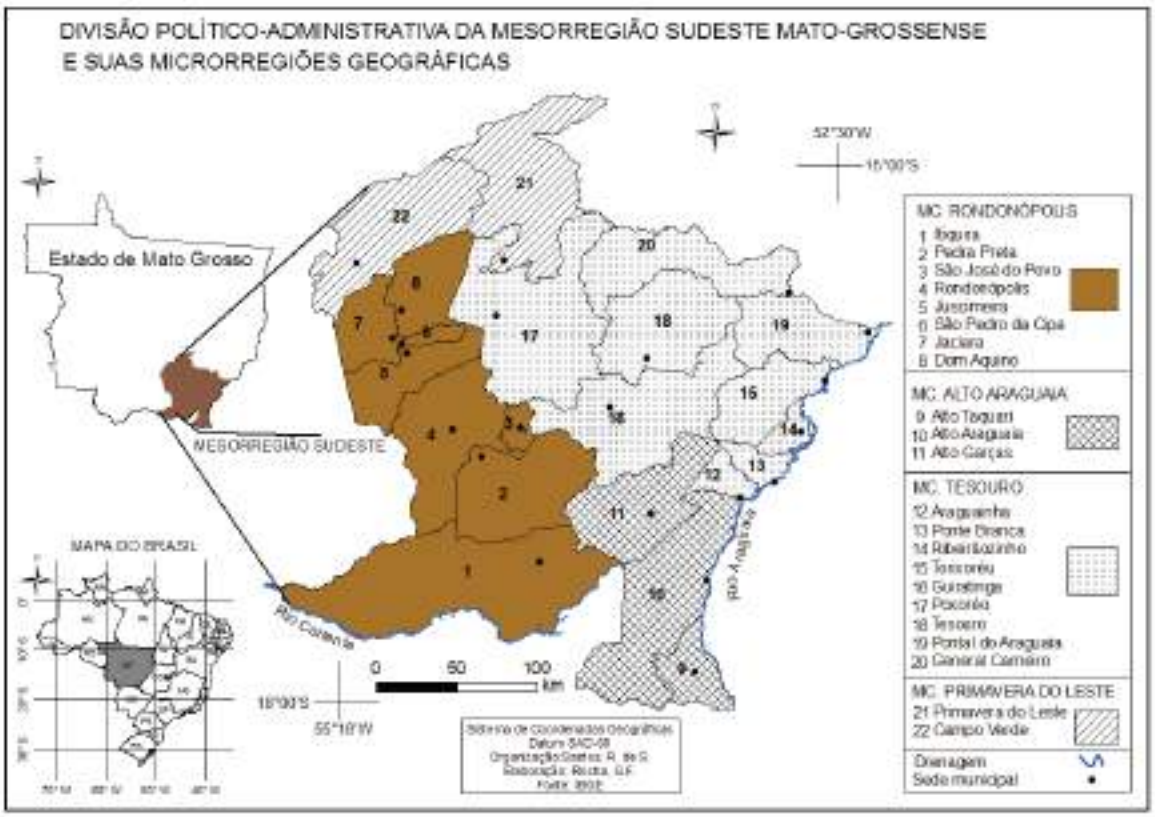
O processo de industrialização da agricultura basicamente passa por três segmentos que o compõem: indústria a montante, agricultura e indústria a jusante. A indústria a montante é a fornecedora de bens de capital e insumos para a agricultura; e a indústria a jusante é a

[3] Popularmente, diz-se *gaúchos,* na região, em referência a todos os que chegaram do sul: os paranaenses, catarinenses e os verdadeiros gaúchos, do Rio Grande do Sul.
[4]O processo de "despecuarização espacial" no texto diz refere à valorização excessiva, por parte das políticas públicas, do investimento na agricultura, e o papel secundário das políticas públicas voltadas à pecuária na época.

processadora de matéria-prima agrícola, denominada agroindústria. A partir desse processo é que se deu a “industrialização da agricultura”.

A industrialização da agricultura se resume na integração do capital agropecuário ao capital industrial, quando o setor agrícola passou a produzir em grande escala, para atender ao mercado – cada vez mais exigente de qualidade na produção – através de instrumentos industrializados e técnicos. A criação de políticas públicas de investimentos de ocupação do Cerrado, com a abertura de linha de crédito e isenção fiscal, também constitui um dos fatores que possibilitou a integração do capital industrial e agrícola.

Mapa 02 - Divisão político-administrativa e suas microrregiões geográficas



Fonte: IBGE (2012).

O processo de modernização e industrialização da agricultura em Mato Grosso ocorreu de forma tardia, justificada por uma economia de base extrativa e uma agricultura tradicional e de subsistência. Este processo somente avançou com as políticas públicas de desenvolvimento para a região Centro-Oeste implantadas após 1930. A partir da década de 1980, houve um processo de mudança na base produtiva, associando o setor industrial e o setor primário, que ganhou impulso através do Programa de Desenvolvimento Industrial de Mato Grosso

(PRODEI). Este programa foi criado em 1988 pelo governo estadual com o objetivo de fomentar a atividade industrial em Mato Grosso, por meio de incentivos fiscais e investimento em infraestrutura (formação de distritos industriais). Nesse momento surgem os distritos industriais de Cuiabá, Rondonópolis, Barra do Garças e Cáceres (OYAMADA, 2015). Surgem também as agroindústrias esmagadoras localizadas a jusante de produção de soja, que começaram a ser instaladas em Mato Grosso a partir de 1985.

Em Rondonópolis, após a década de 1980, caminhou-se no sentido de uma fase da agricultura tradicional para uma fase de economia alimentar industrializada, ao se ampliar a quantidade de empresas ligadas aos setores a montante e a jusante do agronegócio. Na região, até o final dos anos 1990, já havia empreendimentos a jusante do agronegócio, isto é, o setor agroindustrial responsável pela transformação da produção agropecuária.

As agroindústrias de soja, no Mato Grosso, localizam-se em Cuiabá (capital) e Rondonópolis, sul do estado, com capacidade de esmagamento de 32% de sua produção, sendo o restante transportado para as agroindústrias de maior porte, que se localizam nas Regiões Sul e Sudeste ou para os portos de Paranaguá (PR) e Santos (SP). As principais agroindústrias de soja no Mato Grosso estão concentradas nas principais cidades do estado, Cuiabá e Rondonópolis. Em Cuiabá, estão instaladas as seguintes empresas: Ceval Ltda., Encomind S/A, Sementes Maggi Ltda. e Sperafico S/A. Em Rondonópolis, Ceval Ltda. e Adm. S/A. (OLIVEIRA, 2003). Segundo Wesz Junior (2014) a distribuição espacial das agroindústrias de soja em Mato Grosso em 2012, está concentrada em Rondonópolis – a localidade responde por mais de um terço da capacidade total de esmagamento. No município estão presentes ADM e Bunge, além da Noble, que está em implantação. Rondonópolis é considerada o polo agroindustrial do estado, dado o grande número de empresas de diferentes setores envolvidos com a soja.

Segundo o IBGE (2013) as indústrias de transformação possuem maior peso no conjunto das atividades industriais, e em 2011 o setor representou 96,65% do total de unidades instaladas, com destaque na fabricação de produtos alimentícios e bebidas, fabricação de produtos de madeira, e fabricação de produtos minerais não metálicos. Isto indica que o setor industrial em Mato Grosso é pouco diversificado e diretamente ligado à existência de matérias-primas e recursos naturais. Conforme dados do IBGE (2013) observa-se que o número de estabelecimentos industriais instalados em Mato Grosso apresentou uma expansão de 41%, passando de 1.250 em 1996 para 3.016 em 2011. A cidade de Rondonópolis localizada mais ao Sul do Estado é a quarta em número de empregos na indústria de transformação, com 6,5% de participação.

É importante considerar que o aparecimento destas agroindústrias de alto nível técnico introduziu novas relações com o espaço, com implicações de ordem social e territorial ainda pouco estudadas. Isso tornou necessário iniciar uma reflexão sobre o tema, analisando o novo padrão de acumulação no atual período técnico-científico e as novas tendências que surgem nesta fase do capitalismo. Até porque o capitalismo, como sistema econômico, social e político, é capaz de revolucionar constantemente os meios de produção. Atualmente, essa força tem até mesmo superado as barreiras naturais do espaço geográfico e, sobretudo, imposto novas relações de produção, com novos vínculos capital-trabalho, como o de flexibilização e de terceirização no processo produtivo, tanto nas zonas urbanas quanto na rural. Simultaneamente, suplanta as técnicas da economia tradicional, supera os instrumentos de trabalho arcaico e cede lugar às novas técnicas, aos instrumentos industrializados e máquinas modernas, que se tornaram imprescindíveis ao agrônomo, veterinário, piloto agrícola, ao especialista em adubos etc. – mão de obra que deve ter conhecimento especializado.

Mas uma coisa é certa: o novo paradigma tecnológico no qual se inserem as agroindústrias, ao impor mudanças na base técnica, acabou por gerar, direta e indiretamente, mercados de trabalhos distintos e ao mesmo tempo complementares, originando uma profunda segmentação social, com repercussões na forma de ocupação do território (GUIMARÃES, 1997). Essa nova relação capital-trabalho requer maior qualificação profissional e redução de mão de obra, onde o trabalhador deve ter capacidade de incorporar novos conhecimentos técnicos e diversificados, para que seja polivalente. As novas mudanças, ao mesmo tempo, impõem um novo modelo de gerência e organização das empresas, e um distinto perfil de qualificação da mão de obra, afirma Bernardes (1996).

A necessidade de maior qualificação da força de trabalho, vinculada à introdução de novas tecnologias, de inovações técnico-produtivas do capital e à difusão do trabalho intelectual exigido pelo novo paradigma técnico-científico, criaram novas tendências no contexto socioeconômico e produtivo do cenário agropecuário mundial. Tais inovações e as recentes formas organizacionais tornaram mais complexas as atividades agrícolas, industriais e de serviços, e mais variada e densa a organização produtiva e social do espaço agrário. Em tempos de grandes avanços na tecnologia, não é estranho afirmar que até mesmo ao camponês é imposta a necessidade de se adequar ao mundo tecnológico. Aliás, ele deve portar nova conduta administrativa, que o faça capaz de tornar sua pequena propriedade em um empreendimento de cunho empresarial, de pensar como empreendedor. Requer-se uma combinação eficiente e eficaz dos fatores de produção (terra, mão de obra, capital e capacidade empresarial) com vistas à tomada de decisão mais eficiente.

As condições técnicas agroprodutivas de elevada funcionalidade trabalham em conjunto, articuladas com as demais forças (setor terciário) na economia garantindo produtividade, rentabilidade e dominando o processo de produção/comercialização em condições competitivas no sistema produtivo com a utilização de tecnologia de ponta. Com objetivo de reduzir a mão de obra através da automatização de equipamentos industriais e informáticos (ALVES, 1997), exigiu-se um profissional com um maior grau de saber, de conhecimento intelectual e níveis cada vez maiores de informação.

O objetivo destas inovações é dar respostas aos atuais obstáculos que se apresentam ao crescimento econômico, à mobilização da capacidade profissional e à redução dos custos. Tais metas vieram acopladas a uma nova política que almeja atuar sobre as estruturas de produção por meio de investimento e que impõem a integração dos camponeses ao pacto modernista. Em meio a este novo cenário os governantes utilizaram estratégias políticas para dar respaldo à necessidade de desenvolvimento da agricultura familiar, centrada na base das propostas neoliberais. É um modelo de modernização tecnológica agrícola, baseado na competitividade de preço e qualidade, além de ser dirigida aos mercados interno e externo.

As organizações, na busca da competitividade e produtividade, exigem tecnologia avançada e eficiência do trabalho no processo produtivo, conseguindo, desta forma, sucessivos êxitos em todo o ciclo produtivo através da polivalência e da flexibilização das relações sociais do trabalho, na tentativa de formar padrões de controle de qualidade. As grandes empresas de *agribusiness* e outras dotadas de grande capacidade de inovação técnica como aos *tradings* multinacionais (ADM, Monsanto etc.) fazem com que o espaço agrário seja submetido a tensões socioeconômicas mais complexas e profundas na produção: com isso, cria-se uma nova configuração na organização produtiva local, onde estão inseridas. Estas tensões atingem a seção industrial, e também, indiretamente, todo o contexto da produção integrada, segundo Castells (2000).

Uma das tendências a ser observada nesse processo, é o gerenciamento em equipe: medida do desempenho pela satisfação do cliente, recompensa com base no desempenho da equipe, maximização dos contatos entre fornecedores e clientes, treinamento de funcionários em todos os níveis, automatização e robotização do processo produtivo. Portanto, há o fortalecimento de uma classe social de linhagem agrária, com grandes fortunas e uma tendência da concentração fundiária, e a reprodução de uma sociedade de classes no seio do espaço agrário. Este modelo de modernização do espaço agrário leva a outro processo de territorialização dos agentes econômicos nas mais variadas escalas espaciais. Esse processo

representa o mais amplo domínio geopolítico comercial e industrial destes agentes nas economias regionais onde atuam.

No processo de territorialização dos agentes econômicos, a difusão e adoção de novas tecnologias em Rondonópolis é algo muito cristalino nas feiras tecnológicas, as quais fazem com que, cada vez mais, o produtor se torne dependente dessas tecnologias. As empresas agrícolas e produtores rurais veem na tecnologia um símbolo do progresso. No fundo, a tecnologia condiciona a formação de valores sociais como, por exemplo, a troca do machado pelo trator, a troca da enxada de carpir pelos herbicidas. Isto é, acentua a dependência da economia regional a global. O processo de territorialização dos agentes econômicos ligados à economia agrícola em Rondonópolis, após a segunda metade dos anos 70, possui uma dinâmica que está diretamente relacionada ao dinamismo da produção do campo. Assim, os avanços qualitativos na produção são acompanhados pela correspondente implantação de novas empresas, de fixos e fluxos, e é justamente com a chegada destas empresas, como a ADM e a Bunge, que impõem a implantação do projeto de modernização da economia regional.

É assim que as agroindústrias procuram se territorializar na região de Rondonópolis. Elas são as principais empresas que atuam no ramo de comercialização/exportação da soja no Sudeste mato-grossense, e entre elas destacam-se a Ceval, Archer Daniel Midlands (ADM), Cargil, Bunge e Sementes Maggi Ltda., em Rondonópolis; a Coinbra, em Primavera do Leste; a Caramuru, em Alto Garças; e a ABC, em Pedra Preta. Destas, a Ceval, ADM e Sementes Maggi realizam o processamento/transformação da soja, principalmente a trituração para obtenção de farelo e óleo bruto. As agroindústrias de esmagamento de soja e produção de farelo se articulam também com várias outras, destacando-se as de produção de alimentos e de rações animais; assim, articulam-se ainda com as indústrias supridoras de insumos, sendo inclusive proprietárias de algumas delas (no caso dos fertilizantes).

Além do mais, as empresas agroindustriais atuam em segmentos produtivos em cadeia para facilitar o exercício de sua territorialidade. Estes segmentos – como os da indústria nas cadeias de grãos-farelo-ração e carnes, do comércio, serviços e mercado de trabalho – expressam os segmentos mais diretamente ligados ao complexo agroindustrial, por sua vez está diretamente ligado a um conjunto infraestrutural e institucional com os órgãos estatais e as redes técnicas territoriais. A integração é feita no sentido de buscar o fechamento do mercado a favor dos agentes econômicos por meio da modernização econômica e industrial na região rondonopolitana. Silva (2005) afirma que a ADM já previa, a partir do ano de 1999, uma reestruturação na produção industrial de acordo com o padrão de funcionamento praticado nos Estados Unidos, pela aplicação tecnológica na produção, compreendendo a automação com

novos equipamentos de trabalho. Assim, o Cerrado mato-grossense é o palco ideal das práticas econômicas de grandes grupos do segmento da cadeia grãos-farelo.

A Unidade Industrial da Sadia, que geograficamente se localiza bem ao centro do povoado de Campo Verde, é praticamente um injetor de oxigênio para a sobrevivência econômica do município. A empresa reorganizou toda a produção e a comercialização de produtos agropecuários locais e regional e integrou o campesinato ao pacto modernista. A Sadia, uma das empresas que se instalou em 1989 em Campo Verde, ajustou seu quadro de funcionários em 1992, adotando a terceirização da mão de obra em alguns setores da fábrica tais como carregamento de frango, ensacamento, expedição de rações, recebimento de sacagens e armazenagem de grão, limpeza e segurança. Na produção integrada, há apenas quatro granjas próprias, enquanto na parte dos produtores integrados há cerca de 182 granjas. Posteriormente, nos anos 1990, esta Unidade Industrial da Sadia foi vendida para a ADM, multinacional norte-americana.

A quase totalidade das granjas nas mãos dos produtores integrados denota maior responsabilidade por parte destes em assumir a eficiência da produção da empresa, diminuindo, assim, a incumbência desta com seu lucro e produtividade. No que diz respeito à flexibilização na produção do complexo sojífero regional, evidencia-se uma relação capital/trabalho característica do fenômeno de globalização e do neoliberalismo, principalmente na produção verticalizada da Sadia, em Campo Verde, no setor de avicultura: neste, o pequeno avicultor entra com a mão de obra e instalações do empreendimento e a empresa com filhotes, rações, transporte, insumos e assistência técnica. As instalações dos produtores associados (avicultores) são financiadas pelo Fundo de Desenvolvimento do Centro-Oeste (FCO). Esta relação entre a grande empresa e o pequeno produtor constitui um dos mecanismos do neoliberalismo que é um fenômeno característico do processo de terceirização e já está cristalizado no cenário regional. Nessa relação capital x trabalho, o pequeno produtor é aparentemente autônomo, mas, na verdade, ele está subordinado ao capital financeiro e produtivo.

Na cidade de Rondonópolis, a unidade industrial da ADM também desempenha esse papel de subordinação do médio aos grandes produtores rurais, aos agentes econômicos do agronegócio global. A presença destas empresas em áreas agrícolas, proporciona a construção de um mundo industrial agroalimentar que conduz a uma transformação profunda em direção a um pensamento técnico a penetrar no universo familiar camponês. Daí, a sua capacidade técnica e político-comercial de domínio, tanto no mercado consumidor como no mercado comercial, ser consolidada. No processamento da soja, em Rondonópolis, tem-se a ADM e a

Bunge. O óleo degomado (óleo bruto sem ser hidratado – o óleo hidratado fica mais fino, mais claro, mas para isso passa por um processo de melhoramento) é produzido pela Bunge.

O processo de territorialização dos agentes econômicos exige ainda uma estrutura logística que possibilite a uma multinacional criar seu próprio território e domínio político-comercial no processo produtivo. No caso da ADM, ela dispõe de uma sofisticada infraestrutura de logística, que utiliza os três modais de transporte rodoviário, ferroviário e fluvial, para o carregamento de soja, farelo de soja, trigo, milho e açúcar. Para transportar seus produtos no interior do Brasil, a ADM carrega cerca de três mil caminhões por dia e utiliza boa parte do transporte ferroviário nacional disponível, sendo, portanto, uma das maiores usuárias dos serviços da Companhia Vale do Rio Doce e da Ferronorte/Brasil Ferrovias. Além disso, opera com a SARTCO (empresa transportadora que presta serviços de transporte à ADM, e que é dona de 66 barcaças) nos terminais fluviais dos rios Tietê, Paraná, Paraguai, Piracicaba e Parnaíba; em 2003, a SARTCO transportou 200 mil toneladas de produtos. Contando com instalações próprias nos portos brasileiros de Santos (SP), Vitória (ES) e Paranaguá (PR) e no porto uruguaio de Nueva Palmira, a ADM atua nas exportações e importações de produtos do complexo da soja, de milho, sorgo, trigo, açúcar e matéria-prima para produção de fertilizantes[5]

No setor a jusante, há também o semibeneficiamento do algodão. A tendência em curto prazo é o aumento da demanda externa, motivado pela vitória obtida do Brasil junto à OMC pelo fim do subsídio ao algodão norte-americano, situação encabeçada por cotonicultores mato-grossenses, tendo à frente o produtor Adilton Sachetti (que foi prefeito dessa cidade), cuja empresa tem sede em Rondonópolis. Esta posição política do prefeito de Rondonópolis constitui uma das formas de os atores se articularem politicamente para conquistar o mercado internacional e o domínio do território.

O Estado foi e é o principal fator condicionante no sentido de favorecer o processo de territorialização dos agentes econômicos em Rondonópolis-MT. Isto quer dizer que a ação do Estado consolida a reprodução social dos espaços regionais por meio de sua competência política de planejar o território, tanto o urbano como o rural. Com suas políticas públicas de investimentos, propicia condições favoráveis não somente para a reprodução social do espaço, mas, sobretudo para a reprodução econômica do território. Assegura as condições ideológicas quando se trata da unidade e da “coesão territorial”, isto é, contribui para que os indivíduos reconheçam seu espaço vivenciado e percebido.

[5]Dados colhidos junto à empresa, por meio da assessoria de informação, com a secretária Silvana Guedes dos Santos.

Na região, as forças das empresas agrícolas e os produtores rurais, aliadas às do Estado, conduziram o processo de territorialização dos agentes econômicos do *agribusiness* por intermédio da implantação da modernização no espaço agropecuário. É constatável também que o processo de territorialização dos agentes econômicos é efetivado pelo progresso técnico revestido por um discurso político-ideológico que prega, sobretudo, o desenvolvimento regional, sendo a pretensão de tal progresso desse discurso, instrumentalizar o espaço regional com vistas a viabilizá-lo à acumulação capitalista.

O Estado foi um dos agentes que atuou no provimento e na estruturação e ocupação do espaço agrário nas áreas do Cerrado, dando respaldo à gestão ao espaço agrário local e regional. As políticas de estímulo à expansão de frentes da agricultura comercial no Cerrado tiveram impactos consideráveis sobre a estruturação do espaço agrário, com a introdução da pesquisa, por intermédio da Embrapa. Os estímulos governamentais direcionados à atividade econômica agropecuária possibilitaram a incorporação da produção local ao mercado nacional e internacional. A atuação dos sindicatos agropecuários regionais deu-se juntamente com a da UDR (União Democrática Ruralista e atualmente a CNA - Confederação Nacional da Agricultura), e com o apoio do poder público. São estes fatores os responsáveis pelos compromissos institucionais, nas diversas escalas espaciais da produção agrícola contemporânea, e pelo consequente processo de territorialização dos agentes econômicos em Mato Grosso.

Os agentes econômicos do agronegócio territorializam através da regulação global do mercado agrícola com a proteção do Estado sobre o mercado. A intenção é de que a agricultura contribua para o crescimento global e amplie a sua integração com o capital industrial, com vista a tornar-se mais competitiva para exportação e manter o controle da comercialização e distribuição dos produtos agrícolas. Isto conduziu a uma articulação maior da agricultura comercial com a economia global, inclusive, condicionando as formas institucionais regionais e locais. No espaço agrário, o pacto neoliberal contribuiu significativamente para o crescimento econômico, porém a agricultura passou a ter maior dependência da economia global. A dinâmica da industrialização a montante fez com que os agricultores (mesmo o grande produtor) cada vez mais dependessem de instrumentos industrializados; ao mesmo tempo, eles ficaram fragilizados no que diz respeito à comercialização de seus produtos no mercado internacional.

Microrregião de Rondonópolis e sua polarização na economia regional

As transformações estruturais no entorno da microrregião se intensificam com os movimentos rural-urbanos e imigração de outras regiões do país, aumentando o tamanho e a complexidade dos núcleos. Estes podem crescer o suficiente em organização e complexidade, a ponto de se tornarem novos municípios, como é o caso de São José do Povo, emancipado no início dos anos de 1990. Esses núcleos urbanos constituem centros de concentração e redistribuição de mão de obra, formada por ex-colonos e migrantes que não conseguiram acesso à terra. À medida que os centros ganham dinamismo, eles também tendem a receber grupos de migrantes, oriundos de áreas urbanas, atraídos pelo crescente setor terciário, como é o caso da cidade de Rondonópolis.

Na região, o processo de modernização do espaço agrário deu origem a outro processo – o da urbanização – que se encontra estruturado a partir da cidade de Rondonópolis. Os núcleos urbanos se estruturaram a partir dos projetos de colonização em um primeiro momento, e posteriormente com as políticas de desenvolvimento regional voltadas para a agropecuária. Em outras palavras, podemos afirmar que o processo de modernização e reorganização do espaço agrário da Microrregião de Rondonópolis caracteriza-se atualmente por um espaço urbanizado com taxas de urbanização equivalente às regiões do Centro-Sul. Até 1970, a ocupação do território em termos locais era uma questão de segurança nacional, geopolítica e demográfica, mas a ocupação socioeconômica daquele espaço e sua efetiva integração econômica aos contexto nacional e cenário internacional, foram determinantes para o desenvolvimento da cidade de Rondonópolis, a partir dos anos 1970. A integração econômica da região ao cenário nacional, juntamente com o processo de modernização e reorganização do espaço agrário, fez de Rondonópolis uma região polarizadora do desenvolvimento regional.

A influência de Rondonópolis na malha urbana da Mesorregião Sudeste Mato-grossense é fato cristalizado, pois aí se concentra grande parcela das atividades comerciais, econômicas e de prestação de serviços circunscritas no seu espaço, principalmente aquelas revestidas de um elevado conteúdo técnico. Dois grupos que operam no mercado de sementes de alto padrão de qualidade, a Embrapa/Fundação Mato Grosso e a Monsoy/Monsanto, consolidam Rondonópolis como referência regional e nacional neste segmento de produção e comercialização de sementes. A presença de agroindústrias da ADM (Archer Daniels Midland Company), Bunge, da Cervejaria Petrópolis (cerveja crystral), inaugurada em 4 de julho de 2008, e outras agroindústrias de menor porte oxigenaram a economia rondonopolitana para além das escalas regionais.

A implantação da Cervejaria Petrópolis em Rondonópolis deu-se com auxílios fiscais do Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial do Estado de Mato Grosso

(PRODEIC). A expansão dos negócios da Cervejaria Petrópolis encontrou no Prodeic, um dos incentivos para a instalação da empresa em Mato Grosso. Nesta Unidade Industrial foram investidos aproximadamente R$ 120 milhões somente na construção do parque industrial de 28 mil m^2, com capacidade de produção de 200 milhões de litros de cerveja anualmente para abastecimento dos mercados das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Este cenário coloca a Microrregião de Rondonópolis em destaque na arena regional, estadual e nacional dentro da rede de influência interrregional urbana.

Atualmente, Rondonópolis constitui uma região polarizada dentro do sudeste mato-grossense, e ao mesmo tempo consegue estabelecer uma área de influência em seu entorno imediato, o que a caracteriza como uma área-região: tornou-se um centro que coordena e dirige as atividades de produção, conquistando, portanto, uma funcionalidade econômica em relação às demais cidades da microrregião. Essa pujança da cidade de Rondonópolis é um desdobramento do processo de industrialização e modernização agropecuária recente.

O processo de industrialização e modernização permitiu a formação de uma área bastante urbanizada, que fez do município de Rondonópolis um espaço de polarização regional com influência em diversas cidades consideradas centro local na microrregião. E também na arena regional da Mesorregião Sudeste Mato-grossense. Rosso (1999), em sua dissertação de mestrado, demonstra que a influência de Rondonópolis no contexto da Mesorregião Sudeste Mato-grossense é baseada nos setores de transportes, agricultura, agroindústria, saúde e ensino universitário. No setor dos transportes, a Ferrovia Norte-Sul, as rodovias BR-163 e BR 364 cruzam o município, permitindo uma comunicação da cidade com a região Centro-Sul e o Centro-Oeste e o norte do país atraves da BR-364. Rondonópolis tem na localização geográfica, um diferencial em relação ao outros municípios da região, por estar situada em um entroncamento rodoviário que permite a instalação de atividades que estão interligadas com diferentes partes do território: fato que contribuiu de forma significativa para o desenvolvimento econômico do município.

No setor da agricultura e da agroindústria, o município de Rondonópolis constitui um polo agropecuário e agroindustrial no sudeste mato-grossense. Na saúde temos a Santa Casa da Misericórdia e o Hospital Regional de Rondonópolis (Hospital Público). No setor de ensino universitário destaca-se a Universidade Federal de Mato Grosso com mais de 20 cursos de graduação e dois cursos de mestrado em geografia e em educação, além das faculdades privadas como a Faculdade Anhanguera de Rondonópolis e UNIC-FAIR. Esse sistema de infraestrutura coloca a Microrregião de Rondonópolis em uma posição de destaque dentro da arena regional.

Segundo o REGIC[6]/IBGE (2007) a cidade do Rondonópolis é considerada um *centro sub-regional A*. Para o IBGE, *centro sub-regional A* é constituído por 85 cidades, com medianas de 95 mil habitantes e 112 relacionamentos[7]. Vale lembrar que, segundo o IBGE (2010), a população do município de Rondonópolis em 2010 era de 195.476, e em 2014[8], a estimativa é de 211.718). As cidades locais de Alto Garças, Guiratinga, Itiquira, Pedra Preta, São José do Povo, Tesouro, Jaciara, Dom Aquino, Juscimeira e São Pedro da Cipa são municípios que são polarizados pela cidade *sub-regional A* de Rondonópolis. Rondonópolis faz interconexão com Brasília e Goiânia. Segundo REGIC/IBGE (2007), Brasília comanda também, em conjunto com São Paulo, as redes de Cuiabá e Porto Velho, o que amplia em muito a sua área, que passa a se estender para o Mato Grosso, Rondônia, Acre e pequena parcela do Amazonas. Os centros destas redes são Cuiabá (Capital regional A); Barra do Garças, Cáceres, Rondonópolis e Sinop (Centros sub-regionais A) (REGIC/IBGE, 2007).

Considerações finais

Para concluir e refletir sobre os pontos debatidos neste artigo, faz-se necessário fazer alguns questionamentos, e apresentar algumas respostas: Como era domínio do Cerrado antes do processo de modernização da economia na Microrregião de Rondonópolis? Ele era constituído pela presença de grandes áreas naturais pouco devastadas, e a ocupação humana deu-se, principalmente, nas áreas de extração mineral. Por que antes da introdução do projeto de modernização técnica e científica no Cerrado os agentes econômicos do agronegócio não se interessaram pelo solo do Cerrado? Isto se deu porque os solos do Cerrado eram considerados “improdutivos”, e para torná-los “produtivos” seria necessário recorrer à correção artificial industrializada, difícil de conseguir antes de 1970. Alem disso, antes deste período não existia uma preocupação política explícita de ocupar economicamente o Cerrado.

Racionalmente, a ação social dos atores da antiga economia regional tinha os mesmos ingredientes político-econômicos dos atores sociais da atualidade? Nos dias atuais, os atores econômicos acionam o seu território de modo mais racional, são mais articulados politicamente e dispõem de uma ação social eficaz, com objetivos definidos, condicionada pelo conhecimento técnico-científico. Além do mais, atualmente, é por intermédio deste conhecimento que se criam as condições ideais para a busca da mais-valia, uma vez que a ocupação econômica

[6] Regiões de influência das cidades, publicado em 2008 pelo IBGE.
[7] O número de relacionamentos é calculado como o número de vezes em que, no questionário da pesquisa, o centro foi mencionado como destino (REGIC, 2007, p. 11).
[8] Dados extraídos do site http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=510760&search=mato-grosso| Rondonópolis.

aconteceu, efetivamente, a partir das novas formas racionais de uso do conhecimento técnico-científico na região.

Os vetores técnico-científicos condicionam uma posição hierárquica dos lugares, isto é, abre caminho para o desenvolvimento econômico de determinadas regiões em que os agentes econômicos as vejam como espaços estratégicos para o progresso econômico. Esse processo cria um desenvolvimento diferencial do espaço: tanto os espaços polarizados, como aqueles hierarquicamente subordinados do ponto de vista econômico. A região de Rondonópolis é um espaço onde há desdobramentos desse processo, e os agentes econômicos a adotaram para reproduzir seus empreendimentos: para isso foi necessário o uso dos vetores técnico-científicos. É um espaço que se hierarquizou, estabelecendo-se nesta região, um espaço de polarização regional.

Outros fatores condicionaram para Rondonópolis se constituir como espaço regional dinâmico economicamente. Um deles foi a aliança do poder econômico com o poder político, e a consequência dessa aliança foi o fortalecimento de uma classe empresarial. A ascensão desta classe ao comando político do Estado contribuiu para fortalecê-la, possibilitando ao município rondonopolitano exercer decisiva influência política. Em pouco mais de duas décadas, o município de Rondonópolis contribuiu com três governadores, dos quais dois são grandes produtores de grãos: Rogério Salles e Blairo Maggi. Com isso, a tendência é fortalecer o poder político da cidade de Rondonópolis como centro de poder e manter o controle político por meio da máquina estatal aos interesses dos agentes econômicos do agronegócio.

Constatou-se, também, que o processo de modernização parte de um projeto filosófico de conteúdo positivista, que em suas etapas sucessivas adquire um conteúdo técnico-científico e, depois, quando manipulado por um sujeito social, adquire um conteúdo político-ideológico, inclusive, manipulador. Certamente, o processo de modernização e reorganização do espaço agrário na região é um projeto racional organizado e promovido pelo Estado e agentes econômicos do agronegócio, que procuram, sobretudo, territorializar, nas várias escalas espaciais, estratégias que potencializam a busca da mais-valia.

O modelo de desenvolvimento fruto da política de modernização agropecuária trouxe consigo implicações espaciais, territoriais e sociais, mas a reprodução e acumulação do capital continuaram sendo preservadas. Este modelo de desenvolvimento foi incapaz de amenizar as contradições sociais do campo (que já existiam). Por outro lado, trouxe impactos indesejáveis para a região, tais como: concentrou mais ainda a estrutura fundiária, criou-se um obstáculo para a implantação de uma reforma agrária promissora; reduziu as possibilidades de absorção da força de trabalho no processo agroprodutivo, substituindo cada vez mais o homem pelas

máquinas, sobretudo com o processo de automatização do trabalho. Além de contribuir para o desemprego no campo e consequente êxodo rural.

Causou impactos ambientais em detrimento do uso de produtos tóxicos sem os cuidados necessários no Cerrado que acabou poluindo as águas fluviais e subterrâneas. Intensificou o desmatamento comprometendo a biodiversidade do Cerrado e com a destruição de veredas e da flora e fauna. Com o processo de mecanização de máquinas pesadas desencadeou o processo de compactação do solo. Esse processo tem um custo ambiental, pois predispõe o solo à erosão, ou seja, com a degradação da sua estrutura, ocorre diminuição da infiltração de água e aumento do escorrimento superficial, o que resulta em perdas de água e solo e, sobretudo, comprometendo as bacias hidrografias fluviais com o processo de erosão e assoreamento dos rios da região.

Referências

AB'SÁBER, Aziz Nacib. Domínios morfoclimáticos e províncias fitogeográficas do Brasil. *Revista Orientação.* Instituto de Geografia da Universidade de São Paulo (IGEOG/USP), v. 3: 45-48, 1967.

BORGES, Fernando Tadeu de Miranda. *Do extrativismo à pecuária:* algumas observações sobre a história econômica de Mato Grosso (1870 a 1930). Cuiabá: Editora da Universidade Federal de Mato Grosso, 1991, p. 62-102.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (IBGE). *Sistema IBGE de Recuperação Automática (SIDRA).* 2013. Disponível em: http://www.sidra.ibge. Acesso 11/2013.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2007

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 4ª ed, São Paulo: Paz e Terra, 2000.

CASTILHO, Dênis. *Modernização territorial e redes técnicas em Goiás***.** 2014. 251 f. Tese (Doutorado em Geografia) Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do Instituto de Estudos Socioambientais. Universidade Federal de Goiás. Goiânia-GO.

CASTRO, Iná Elias. O problema da escala. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; LOBATO, Roberto Correia (orgs.). *Geografia: conceito e temas***.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995. p. 59-94.

CHRISTOFOLETTI, Antônio*. Análise de sistemas em Geografia*. São Paulo: Hucitec, 1979.

CONTI, José Bueno; FURLAN, Sueli Ângelo. Geoecologia: o clima, os solos e a biota. In: ROSS, Jurandy L. Sanches (org.). *Geografia do Brasil.* São Paulo: Edusp, 1995. p. 259-289.

DEMAMANN, Mírian Terezinha Mundt. O avanço da fronteira agrícola e a redivisão territorial do sudeste mato-grossense. Instituto de Ciências Humanas e Sociais, *COLETÂNEA.* Campus Universitário de Rondonópolis-MT-UFMT. n· 02, p. 56-79. jan/jun/1997.

GONTIJO, Nicosina Maria Campos. *O brilho e a miséria*: a exploração de diamantes em Poxoréo-MT (1930-40). Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988, p. 40-45.

GUIMARÃES, Marlene M. Moreira. *Nível técnico, organização do trabalho e reorganização do espaço***:** o caso da indústria de esmagamamento da soja em Rondonópolis-MT**.** 1997. 221 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia - UFRJ, RJ.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, Censo Demográfico de 2010.

Jornal *Gazeta Mercantil* (13/10/99).

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira**:** Retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *TEMPO SOCIAL. REVISTA. SOCIOLOGIA*. USP, São Paulo, 8(1): p. 25-70, maio de 1996.

MONTEIRO, Jorge Luiz Gomes. *Mudanças espaciais induzidas pelo progresso técnico:* a realidade da agricultura mato-grossense. 2004. 329 f. Tese (Doutorado em Geografia Humana). Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Geociências. Rio de Janeiro.

MOREIRA, Ruy**.** *Formação do espaço agrário brasileiro*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1991.

MOURA, Sandra Correia. *Aspectos da pequena produção em Mato Grosso:* o caso de Jaciara e Juscimeira. 1983. 210 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Instituto de Geociências - Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro.

OLIVEIRA, Nilton Marques de; SANTOS, Heleno do Nascimento. Agroindústria no estado de Mato Grosso: aplicação de um modelo de localização. *Revista Brasileira de Agroinformática*. v. 5, n.2, p.102-113, 2003.

OYAMADA, G. Cristine. A formação industrial do estado de Mato Grosso: do século XVII ao século XX**.** *ACTA Geográfica*, Boa Vista, v.9, n.21 , set./dez. de 2015. pp.69-81.

PIAIA, Ivone Inez. *Geografia de Mato Grosso*. Cuiabá- MT: Edunic, 1997.

ROSSO, Gilberto Silva de*. Influência da cidade de Rondonópolis na rede urbana da Mesorregião Sudeste Mato-grossense*. 1999. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente - São Paulo.

SANTOS, Milton. *Espaço dividido*: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos. 2 ed.. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008. Tradução. Myrna T. Rego Vieira.

SILVA, Jovam Vilela. *A divisão de Mato Grosso:* uma visão histórica. Cuibá-MT: EdUFMT, 1996.

SILVA, Elias. Elementos para uma análise do espaço do complexo agroindustrial de Mato Grosso. In: PEREIRA, Aires José; SILVA, Elias; SANTOS, Roberto de Souza (orgs.). *Geografia de Mato Grosso no limiar do século XXI.* Rondonópolis-MT: União, 2005. p. 18-31.

WESZ JUNIOR, Valdemar João. *O mercado da soja e as relações de troca entre produtores rurais e empresas no Sudeste de Mato Grosso (Brasil)*. Tese (Doutorado em Ciências Saciais). Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA) na Universidade Federal de Rio de Janeiro-RJ, 2014.

Recebido para publicação em 10 de outubro de 2015.

Devolvido para a revisão em 11 de outubro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2016.

A política de reforma agrária no Vale do São Francisco: semifeudalidade e capitalismo burocrático no campo[1]

Moises Diniz de Almeida
Professor Assistente da Universidade de Pernambuco – colegiado de História
Mestre em História pela UFPE
e-mail: moises.almeida@upe.br

Franciel Coelho Luz de Amorim
Mestrando em Educação pela Universidade de Pernambuco Campus Petrolina
Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares (PPGFPPI)
e-mail: franciellupe@gmail.com

Flávio Pereira
Mestre em História pela UFAL
Professor Convidado da UPE Campus Petrolina
e-mail: flaviopereiraffpp@hotmail.com

Resumo: A investigação teve como objetivo analisar a aplicação da política de reforma agrária no Submédio do São Francisco, verificando as alterações na estrutura fundiária e identificando como o capitalismo burocrático está delineando relações de produção na agricultura irrigada da região. Para a pesquisa e análise, foram utilizados o método histórico dialético e a observação participante da situação de vida dos camponeses, bem como a produção em três assentamentos: Ouro Verde, Safra e Catalunha, conformados pela aplicação da reforma agrária na década de 1990. Por meio das formulações de Lênin (2000), Martín-Martín (2007) e Serrano (1991) foi possível observar que o processo de reforma agrária não solucionou o problema camponês e impulsionou o predomínio do capitalismo burocrático no campo: a reprodução de um campesinato minifundista, a existência de características e relações Semifeudais (pré-capitalistas) e, por último, a composição de um enorme contingente de mão de obra abundante, condicionado por certas condições de miséria, a vender sua força de trabalho, em curto período de assalariamento e em diárias, para as grandes fazendas produtoras de frutas instaladas próximas dos assentamentos.

Palavras-chave: Submédio do São Francisco; capitalismo burocrático; agricultura irrigada; reforma agrária; assentamentos;

Agrarian reform policy in the São Francisco Valley: semi-feudalism and bureaucratic capitalism in the field

Abstract: This research aimed to analyze the implementation of the agrarian reform policy in the Lower Basin of São Francisco Valley by checking changes in land structure and identifying how the bureaucratic capitalism is shaping relations of production in the irrigated agriculture of the region. For research and analysis, we used historical-dialectic method and participant observation of peasant life situation as well as production in three settlements: Ouro Verde, Safra and Catalonia, shaped by the application of agrarian reform in the 1990s.

[1] Este artigo é oriundo dos trabalhos de investigação que desenvolvemos na região do Vale do São Francisco, especificamente as pesquisas de Iniciação Científica "*A reforma agrária e a realidade do Assentamento Ouro Verde"* (2012)*; "Propriedade Territorial, Lutas Sociais e Reforma Agrária no Vale do São Francisco"* (2013) e o projeto de Extensão "*A pequena produção camponesa como prática pedagógica*" (2012), sendo ambos apoiados pelo Programa de Fortalecimento Acadêmico da Universidade de Pernambuco – (PFAUPE).

It was observed that the agrarian reform did not solve the peasant problem and boosted the prevalence of bureaucratic capitalism in the field through the formulations of Lênin (2000), Martín-Martín (2007) e Serrano (1991): playing a minifundista peasantry; the existence of features and semi-feudal relationships (pre-capitalist); and finally, the composition of a large contingent of abundant labor, conditioned to sell their labor force in short-time allowance or your daily wage for large farms producing fruit installed near the settlements by misery conditions.

Keywords: Lower Basin of São Francisco Valley; bureaucratic capitalism; irrigated agriculture; agrarian reform; settlements;

La política de reforma agraria en el Vale del São Francisco: semifeudalidad y capitalismo burocrático en el campo

Resumen: La investigación tiene como objetivo analizar la política de reforma agraria en el Submédio del San Francisco, verificando las alteraciones en la estructura territorial de la región e identificando como el capitalismo burocrático está delineando relaciones de producciones en la agricultura irrigada de la región. Para la investigación y análisis, fueron utilizados el método histórico dialectico y la observación de la situación de vida y producción en tres asentamientos: Oro Verde, Zafra y Cataluña, conformados por la aplicación de la reforma agraria en la década de 1990. Por medio de las formulaciones de Lenin (2000); Martín Martín (2007); Serrano (1991) fue posible observar que el proceso de reforma agraria no solucionó el problema campesino e incentivó el predominio del capitalismo burocrático en el campo: la reproducción de un campesinado minifundista, la existencia de características e relaciones semifeudales (pré-capitalistas) e, por último, la composición de un enorme contingente de mano de obra abundante, condicionado por ciertas condiciones de miseria, la vender su fuerza de trabajo, en curto periodo de salario y en diarias, para las grandes haciendas productoras de frutas instaladas próximas de los asentamientos.

Palabras-clave: Submédio del San Francisco; capitalismo burocrático; agricultura irrigada; reforma agraria; asentamientos;

Introdução

O Vale do São Francisco ficou conhecido internacionalmente, na década de 1980, pelo grande potencial da fruticultura irrigada, atraindo a instalação de muitas empresas/fazendas do ramo agrícola com apoio e incentivos governamentais. Entretanto, nos finais da década de 1990, a fruticultura irrigada viveu uma forte crise e muitas fazendas não conseguiram ficar incólume. Desde então, despontaram várias lutas, o que descortinou o problema da concentração territorial na região[2], diante da qual, a massa camponesa tinha como reivindicação principal à democratização e o acesso à propriedade da terra. Nesse sentido, as reivindicações tiveram como resultado, a conformação de alguns assentamentos de reforma agrária. Nos encontramos na segunda década do século XXI e o problema da concentração fundiária na região segue presente com a pequena produção camponesa, padecendo de várias dificuldades que a mantém numa situação de constante ruína.

[2] A concentração territorial é referente à posse da terra, em grande proporção, pelos latifundiários, suprimindo uma grande massa de camponeses do direito a posse da terra e ao mesmo tempo submete grande contingente a situações de miséria.

O polo central da fruticultura irrigada no Vale do São Francisco, situa-se em Juazeiro e Petrolina, incluindo também outras cidades baianas e pernambucanas respectivamente: Curaçá (BA), Casa Nova (BA), Sobradinho (BA), Lagoa Grande (PE) e Santa Maria da Boa Vista (PB). A investigação que se pauta nesse trabalho desenvolveu-se nos municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista, ambos em Pernambuco. A escolha se baseou no fato de que estes dois lugares receberam a instalação de grandes empreendimentos da fruticultura desde a conformação do Polo Irrigado, na década de 1960. Procurando enfocar as relações estabelecidas entre a pequena e a grande propriedade, definimos, como campo de pesquisa, três assentamentos da reforma agrária: Ouro verde, localizado no distrito de vermelhos, Lagoa Grande/PE; Safra, no município de Santa Maria da Boa Vista/PE; e Catalunha, situado na divisa de limites entre os municípios de Lagoa grande e Santa Maria da Boa Vista. Todos eles são oriundos de projetos de assentamentos da reforma agrária na década de 1990.

Ilustração 1: Localização geográfica das áreas dos assentamentos em estudo

Fonte: Rede Integrada de Desenvolvimento - RIDE, 2015.

Buscamos abordar a política de reforma agrária, enfocando o problema da distribuição e da propriedade da terra, a partir da tese marxista do capitalismo burocrático, objetivando, sobretudo, analisar a aplicação dessa política como consequência das diversas lutas sociais no Submédio São Francisco, em particular, as que deram origem aos assentamentos já citados. Também buscamos inquirir as implicações de suas aplicações

para a história da região, no intuito de entender a relação da pequena produção camponesa com a grande produção da fruticultura irrigada, compreendendo os aspectos de um tipo característico de relações econômicas, as quais classificamos como capitalismo burocrático engendrado na dinâmica das relações de produção dos assentamentos estudados. Como método de investigação, adotamos o materialismo histórico-dialético, cerne da concepção materialista da história.

É importante destacarmos ainda, os procedimentos técnicos utilizados na investigação, pois se valeu da observação participante da situação de vida dos camponeses e da produção nos três assentamentos em questão: Ouro Verde, Safra e Catalunha, oriundos de fazendas falidas em estado de semiabandono. Analisamos alguns documentos oficiais, tais como: Cartório de Registro Civil de Santa Maria da Boa Vista, do INCRA, do IBGE, assim como de dados do Sindicato de trabalhadores rurais do município de Lagoa Grande, objetivando sistematizar a principal atividade econômica da região, a fruticultura irrigada, para identificar as relações com a pequena produção dos assentamentos e informações sobre a condição de vida das famílias camponesas assentadas.

A categoria marxista do capitalismo burocrático

O capitalismo burocrático é o tipo de capitalismo que se concentra nos países dominados pelo imperialismo[3]. Esses países[4] apresentam, como problema central, a concentração da propriedade territorial, daí que a contradição principal se dá entre o latifúndio e o campesinato sem-terra ou com pouca terra. O conceito foi formulado por Mao Tse-tung, no ano de 1948, no processo de revolução chinesa, sendo estendido a todos os países dominados, por Gúzman, em 1989.

> A generalização do termo 'capitalismo burocrático' feita por Mao Tsé-tung na China ao resto dos países do mundo que não culminaram a revolução burguesa, e que, portanto, transferem para a era das revoluções proletárias a solução do problema camponês, é feita em 1989 por Guzmán como o atual herdeiro das teorias de Marx, Engels, Lenin e Mao Tse-tung. (MARTÍN-MARTÍN, 2007b, p. 07).

Assumimos o conceito de capitalismo burocrático conforme definido e aplicado por Guzmám (1988, p. 46, tradução nossa) na explicação da realidade de subdesenvolvimento e de atraso social dos países dominados pelo capital imperialista e sem solução do problema agrário e camponês:

[3] Conceito definido por Lênin em 1916. Sua Teoria mostra que o capitalismo atingiu uma fase superior de seu desenvolvimento. O autor afirma que "o imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância à exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre países capitalistas mais importantes". (LÊNIN, 2000 [1916], p. 88).

[4] São países que não resolveram o problema da terra, ou seja, o problema agrário e camponês.

> [...] sobre uma base semifeudal e sob um domínio imperialista, desenvolve-se um capitalismo, um capitalismo tardio, um capitalismo que nasce amarrado a semifeudalidade e submetido ao domínio imperialista [...]. O capitalismo burocrático desenvolve-se ligado aos grandes capitais monopolistas que controlam a economia do país, capitais formados [...], pelos grandes capitais dos grandes latifundiários, dos burgueses compradores e dos grandes banqueiros; assim vai-se gerando o capitalismo burocrático preso [...], ao feudalismo, submetido ao imperialismo e monopolista, e isto tem que ser levado em conta, é monopolista. Este capitalismo, em certo momento da evolução, combina-se com o poder do Estado e utiliza os meios econômicos do Estado, o utiliza como alavanca econômica e este processo gera outra fração da grande burguesia, a burguesia burocrática; desta forma dar-se-á um desenvolvimento do capitalismo burocrático que já era monopolista e transforma-se por sua vez em estatal.

Como ponto de partida, assumimos as formulações de Lênin sobre imperialismo, nas quais considera que com o seu surgimento, tem origem uma nova política colonial, como expressão de uma era em que predomina os interesses do capital financeiro. Esta política colonial dividiu o mundo entre um punhado de potências imperialistas e uma quantidade enorme de países dominados, colônias ou semicolônias. “A desigualdade do desenvolvimento econômico e político é uma lei absoluta do capitalismo”. (LÉNINE[5], 1979, p. 571).

A ação do imperialismo no Vale do São Francisco teve início desde a conformação do Polo irrigado:

> Começam os investidores privados a vir para a região, inicialmente prospectando. A viagem de Rockfeller, a experiência dos Sampaio Ferraz, as uvas de Molina, a cebola dos barranqueiros-agricultores, o pioneirismo dos Coelho [...] são indicações positivas de que o ‘Vale é um bom negócio’ [...] Em Petrolina, ao lado do império shumpeteriano dos Coelhos [...] começam a instalar-se outros investidores [...]. O ex-governador de Pernambuco, líder varão natural do clã, é quem recebe, acolhe e orienta os investidores, quase todos seus amigos: do Sul, do Nordeste, do exterior [...]. Nilo Coelho mantém-se em contato quase frequente com Robert McNamara, presidente do Banco Mundial. (ALCÂNTARA apud CHILCOTE, 1990, p.1).

A propriedade latifundiária aponta para a alta concentração de terra nas mãos de poucos e, por outro lado, está a pequena propriedade minifundista, situada pelos entornos dos latifúndios. No entanto, esta pequena propriedade não propicia produzir o suficiente à manutenção da unidade familiar campesina e assim, em decorrência deste fenômeno, são condicionados, junto a massa de camponeses sem terra, a submeter-se às relações semifeudais[6], características da semifeudalidade e do capitalismo burocrático.

[5] Lénine e Lênin referem-se a mesma pessoa, a obra em questão trata-se de uma versão no português lusitano.
[6] Relações não assalariadas que não se configuram capitalistas, a exemplo da meia, a terça, pagamento em trabalho, etc.

Na produção agrícola do Vale do São Francisco, tais relações são comuns, inclusive nos assentamentos originados pela política de reforma agrária, uma vez instalados próximos das grandes propriedades/fazendas de alta produção agrícola e que, principalmente no período de colheita, necessitam de uma gigantesca e temporária mão de obra. Vale salientar que as grandes fazendas do Vale do São Francisco têm uma economia submetida inteiramente ao mercado internacional, na qual os interesses sociais, políticos e econômicos são vinculados pelas grandes potências da Europa e dos EUA.

Fica assim, de maneira geral, definida alguns dos elementos da dominação imperialista sobre a região do Submédio São Francisco e elencado alguns dos principais aspectos que caracterizam um país com predomínio do capitalismo burocrático.

Neste sentido, os países de capitalismo burocrático são caracterizados por relações pré-capitalistas no campo, pois mantém relações semifeudais conforme descritas por Martín Martín (2007a): 1) A manutenção de relações de produção (regimes de propriedade de natureza pré-capitalistas; 2) Manutenção e reprodução de um campesinato minifundista (que se apresenta com formas coletivas ou privadas); 3) Leis, decretos, ações e outras disposições de natureza jurídica, política e ideológica que atam o campesinato a terra, incluídos nesse bojo, o total controle sobre os trabalhadores diaristas, chamadas de ações clientelistas (patriarcais, patronato e apadrinhamento).

Através do capitalismo burocrático se torna possível o entendimento da questão agrária, o problema camponês. Sobretudo, os ciclos de miséria que os cercam, a expulsão de muitos camponeses de suas origens para as periferias das cidades, as relações capitalistas no campo sobre a ótica da fase imperialista.

Nos países imperialistas, ocorreram às denominadas revoluções democrático-burguesas e o problema da terra foi resolvido, assim como também nas revoluções proletárias, que se deram depois da revolução russa de 1917. A partir daí, se encerraram as revoluções democrático-burguesas, pois os países dominados tiveram suas burguesias nativas subordinadas aos domínios imperialistas. Segundo Lênin (2000 [1916]), depois de submetidas sobre relações imperialistas, nesses países não houve nenhuma revolução. Nesse sentido, uma aliança proletário-camponesa ganha papel decisivo na resolução do problema agrário. Assim, segundo Camely (2009), a tarefa da solução do problema agrário nos países dominados, recai sob a responsabilidade do proletariado que, em aliança com os camponeses pobres, promovem uma revolução de novo tipo.

No contexto da questão agrária, Martín-Martín (2007a) nos traz em quatro grupos distintos a divisão dos países de acordo com a solução ou não da questão agrária:

a) O primeiro grupo reúne os países que resolveram o problema agrário, através das revoluções democrático-burguesas, entre eles a Inglaterra (1669), através de

uma revolução consequente do pacto entre burguesia e latifundiários, porém, com o mando da burguesia; a França (1789), que elimina a nobreza em sua revolução burguesa e os países da Europa ocidental (Suíça, Bélgica, Países Baixos, Luxemburgo, Áustria, Dinamarca, Suécia, Noruega), que seguem o exemplo francês eliminando a nobreza no processo das suas revoluções burguesas; e as antigas colônias que tomaram a "via norte-americana" de transição ao capitalismo, tais como EUA, Canadá, Austrália e Nova Zelândia e os que tomaram a "via prussiana" de transição ao capitalismo como Alemanha, Itália e Japão.

b) No segundo grupo, estão os países Europeus que iniciaram, mas não concluíram suas revoluções burguesas como Espanha, Portugal e Grécia. Nesses países, sobrevivem as relações semifeudais, o problema agrário e camponês.
c) No terceiro estão URSS, China e Leste Europeu, que resolveram a questão agrária através da revolução democrática e socialista, mas o problema da terra volta a brotar após a restauração do capitalismo que traz no seu bojo a reativação dos latifúndios.
d) Por último, o quarto grupo reúne os países do terceiro mundo, que nunca realizaram revolução democrático-burguesa e, portanto, vivem a semifeudalidade com velhas e novas formas. Nesses países há o desenvolvimento típico do capitalismo, assim como do capitalismo burocrático (atrasado) com formas de pagamento em trabalho; se destaca um capitalismo no campo fixado na propriedade latifundiária e nas relações de semifeudalidade. E com isso, surgem consequências que são apontadas por Martín Martín (2007a) como, por exemplo, a impossibilidade de maior produtividade com o sistema de pagamento em trabalho (não desenvolvimento das forças produtivas); a própria coerção extra-econômica (constituída nas relações de dependência pessoal do pequeno campesinato e do campesinato sem-terra), dentre outras.

A luta pela terra e a legislação de reforma agrária no Brasil

O Brasil é um país dominado pelo imperialismo e não resolveu o problema agrário. Com isso, apresenta um capitalismo burocrático que nasce atado a semifeudalidade e sob o domínio imperialista. Devemos, para isso, remontar a estrutura colonial que se estabeleceu sobre as terras que formam hoje o nosso território, inicialmente dividida em capitanias hereditárias, sistemas de lotes entregues nas mãos dos chamados donatários. Logo a seguir, ocorreu o que Guimarães (1977, p. 45) denomina como os dois pilares iniciais e com isso "coube a Martin Afonso de Souza [...] lançar as bases, na colônia ainda desprezada, de

uma nova política econômica que se apoiaria solidamente em duas instituições – a sesmaria e o engenho – as quais constituíram os pilares da antiga sociedade colonial". Essas duas instituições se transformaram em uma unidade produtora e econômica.

Seguindo essa mesma lógica, a formação territorial do Vale do São Francisco pode ser observada a partir desse processo de distribuição da terra e ainda sobre o sistema de capitanias hereditárias, destacando-se precisamente o espaço que congrega os territórios dos municípios de Petrolina-PE e Juazeiro-BA, grande concentração nas mãos de uma única aristocracia, assim como afirma Franca (2008, p. 28):

> As terras que, atualmente, constituem estes dois territórios se localizam no interior da região do nordeste e pertenciam ao Castelo da Torre, localizado no litoral norte de Salvador, Bahia, sendo proprietária a família Dias D'Ávila. A grande fazenda dos D'Ávila detinha um milhão de Km2.

Do regime de capitanias hereditárias, seguiram-se as sesmarias através de concessões para exploradores, que passavam a ter o título de sesmeiro e o direito de explorar as terras. Nesse sistema, na mesma região abrangente ao Vale do São Francisco, se destaca os mesmos indícios de concentração de grandes extensões territoriais nas mãos da mesma aristocracia, sendo que para isso "basta assinalar as concessões de Garcia d'Ávila e seus parentes que se estendiam da Bahia até o Piauí em uma extensão de 200 léguas". (FREIRE apud GUIMARÃES, 1977, p. 51).

O sistema de sesmarias vigorou até 1822 com o término do período colonial. Mas, mesmo com o fenecimento do sistema, a estrutura agrária não se alteraria, pois o fim da escravatura e a independência do país não foram processos de tipo revolucionários e com isso, nenhuma modificação foi realizada, senão pelos próprios artifícios da classe dominante e das aristocracias rurais que compunham as oligarquias semifeudais. Contudo, podemos dizer que "a estrutura agraria não se alteraria em suas linhas fundamentais: mantinham-se intactas as características coloniais e feudais do sistema de produção na agricultura brasileira". (GUIMARÃES, 1977, p. 89).

Nas primeiras décadas do regime imperial, se viabiliza o projeto do Deputado paulista Nicolau Vergueiro com a aprovação da lei de terras em 1850, estabelecendo como única e legitima forma de acesso à terra o ato da compra. Tal medida tinha o intuito de impedir o reconhecimento das terras que se encontravam nas mãos de posseiros e, principalmente, impedir que mais pessoas se apossassem de propriedades reconhecidamente sem donos.

> [...] com a Lei de Terras, de 1850, que estipulava que o acesso à terra só se realizaria através de sua compra. A manutenção e o reforço do caráter privado do regime jurídico de propriedade da terra, baseado no latifúndio, por si só representava o mais formidável obstáculo para o desenvolvimento capitalista, não somente no campo, mas no país como um todo, já que era

> no campo que se dava, essencialmente, a produção nacional. (ARRUDA, 2002, p. 01).

Diante desta situação, na região nordeste que, até o início do século XX, constituía a porção mais populosa do território brasileiro, despertaram-se, ao longo do império e depois com a proclamação da República, uma série de lutas das quais se pode destacar, no sertão nordestino, o episódio de Canudos, na Bahia.

Consequência da contradição da luta de classes[7], Canudos marcou a nossa história, sob a influência Religiosa de Antônio Conselheiro que ergueu uma cidadela de aproximadamente 25 a 30 mil habitantes. A massa camponesa através da luta, almejava libertar-se por definitivo das diversas formas opressoras e exploratórias exercidas pelos grandes latifundiários. Resistiu a quatro expedições investidas pelo Estado brasileiro e numa luta de sangrenta de classe, não se entregou.

Sem nenhuma modificação na estrutura agrária do país, finda a República Velha em 1930, e várias lutas camponesas seguem na busca pelo acesso à terra: Contestado, em Santa Catarina; Pau de Colher na Bahia e Caldeirão no Ceará, nordeste brasileiro, dentre várias outras que perpetuaram no cenário do país.

Vale destacar também que no Nordeste, região com uma grande população oprimida pela ação do latifúndio, as Ligas Camponesas se propagaram, atraindo grande massa de foreiros dos engenhos. A estratégia da ocupação de terras, foi adotada pelos camponeses, como mecanismo para a conquista de sua propriedade. Valendo-se de ações jurídicas referendadas pelas leis vigentes, foi possível a desapropriação de vários engenhos abandonados, principalmente na zona da mata, a começar em 1962 pela desapropriação do engenho Galileia em Vitória de Santo Antão - PE. "As Ligas Camponesas tomavam as terras, principalmente no nordeste e no centro-oeste, exigindo a Reforma Agrária na 'lei ou na marra'". (ARRUDA, 2002, p. 04).

As proposições de implantar a Reforma Agrária no governo Goulart centravam-se na desapropriação somente de terras devolutas do Estado. As lutas do movimento camponês foram totalmente suplantadas numa política agrícola adotada pelos militares após o golpe de 1964 (sem falar nas perseguições às organizações e lideranças camponesas) e regida pelo Estatuto da terra, também do mesmo ano, que estabeleceu no seu artigo primeiro: "[...] os direitos e obrigações concernentes aos bens imóveis rurais, para os fins de execução da Reforma Agrária e promoção da Política Agrícola" (BRASIL, 1964, p. 01). A reforma agrária se daria somente a partir da desapropriação de latifúndios que não estivessem produzindo, vindo a consequente organização e distribuição para os

[7] Entre a classe do latifúndio e a classe do campesinato sem-terra ou com pouca terra, tida a partir da grande concentração de terra e que provoca a opressão daquela (latifúndio) sobre esta (campesinato).

camponeses sem terra. No entanto, nada foi aplicado, tão somente a concretização da política agrícola, com base de projetos de colonização.

A política agrícola foi executada sob os moldes da "revolução verde", que consistia em um projeto do imperialismo estadunidense desenvolvido no México. Essa política nasceu, a princípio, numa oficina de projetos da Secretária de Agricultura do México, sendo apropriado pelo imperialismo ianque a partir da Fundação Rockefeller. Nesse sentido, Serrano (1991, p. 20, tradução nossa) afirma que "a Oficina desenvolveu as 'sementes melhoradas' e especificou todo um banquete de insumos – irrigação, maquinaria, fertilizantes, inseticidas, etc. – necessários para alcançar os superiores rendimentos previstos". O autor afirma ainda, que "nos anos 50 e, sobretudo a partir dos anos 60 a Fundação Rockefeller empenhou a propagar esta estratégia de 'revolução verde', provada no México, a outros países do bloco ocidental".

Nesse contexto, o Brasil sobre domínio do capital imperialista, a gerência dos militares realiza a expansão de nossas fronteiras agrícolas, a partir da aplicação desses pacotes de insumos (da "revolução verde") fornecidos por grupos monopolistas internacionais. Ressaltamos ainda, a propósito, que os projetos de colonização implantados nessa época, apontam a não solução dos problemas da população camponesa, e, com isso, a consequente ativação do debate sobre as necessidades de uma reforma agrária no período do gerenciamento militar.

A partir de meados da década de 1980 se deu início à formulação de uma proposição de reforma agrária para o país, através do I Plano Nacional de Reforma Agrária - I PNRA – em conformidade com o Estatuto da Terra de 1964. Um número considerável de camponeses seria atendido na execução do plano, isso já no primeiro artigo, ao elucidar que "fica aprovado o Plano Nacional de Reforma Agrária - PNRA, apresentado pelo Ministério da Reforma e do Desenvolvimento Agrário - MIRAD, para o período 1985/1989, abrangendo 01 (um) milhão e 400.000 (quatrocentas mil) famílias beneficiárias [...]". (BRASIL, 1985, p. 01). O que, efetivamente, não chegou a acontecer, barrados pela resistência e ação dos latifundiários.

Novamente o engodo ressurgiu, durante os trabalhos da Constituinte de 1988. Entretanto, as forças latifundiárias contrárias à ampliação do acesso à propriedade territorial, organizadas através da UDR, compondo a bancada ruralista (donos e representantes dos latifundiários brasileiros) mais uma vez se impuseram. Com isso, se ergueu uma legislação (referente à questão agrária) calcada apenas no jogo de interesses da política agrária latifundiária, porém, buscando mascarar a realidade.

> Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com

> cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei. (BRASIL, 2013, p. 32).

A partir de 1993 os dispositivos constitucionais regidos na constituição federal para a aplicação da Reforma Agrária foram regulamentados pela lei 8.629/93, proporcionando aumento das famílias assentadas até os dois primeiros anos do presente século, aproximadamente. Em contrapartida, podemos apontar que os latifundiários foram mais beneficiados do que a massa camponesa, isso porque, com as indenizações a partir das desapropriações, gerou um processo de capitalização, tendo eles adquiridos novas terras. Arruda (2002, p. 03) coloca que processos desse tipo "[...] só faz aumentar a tendência à concentração, simplesmente pelo fato de que quem pode comprar terras, são os que tem dinheiro disponível, os especuladores latifundiários e capitalistas".

A política de reforma agrária no Submédio do São Francisco e a realidade da classe camponesa assentada

Na década de setenta do século XX foi discutida uma política de irrigação no Vale do São Francisco, levada a cabo pela Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF), dando assim largada para a implementação dos projetos de irrigação, com intuito de atrair os pequenos produtores, organizando-os em cooperativas, na intenção de se gerar uma base de emprego e reter a força de trabalho das zonas rurais para os polos irrigados.

Chilcote (1990, p. 334) coloca que "depois de quinze anos de atividade, apenas 307 colonos estavam trabalhando a terra, sendo 105 em bebedouro, 49 em mandacaru e 153 em maniçoba". O autor afirma ainda que "o governo ofereceu crédito oficial e estimulou a iniciativa privada a organizar projetos: assim estabeleceram-se na região a Agrovale (7.000 hectares), a Alfanor (4.000 hectares) e a Cica-Norte (500 hectares)".

As grandes empresas foram se estabelecendo, contando com incentivos, recursos e subsídios do governo. A visão dos políticos locais era de tornar, por meio da irrigação, o Submédio São Francisco um celeiro de exportação no setor agroindustrial para o mercado mundial. Todo o conjunto de potencialidades da região, atraia cada vez mais nesse processo, agroindustriais de todas as partes. O anseio de cultivo das novas culturas como o tomate, a cebola, melão, manga, uva etc., acabaram por deixar no esquecimento os velhos cultivos já aqui estabelecidos como mandioca, milho, feijão entre outros.

> A estrutura montada na região para contemplar o modelo agrícola, requeria pesados investimentos e os custos de sua manutenção eram elevados. Para viabilizar a agricultura irrigada, o governo bancou o grosso dos investimentos criando e repassando a utilização das estruturas a

> empresários e aos colonos, além de subsidiar o crédito agrícola e, até mesmo, anistiando dívidas em certas circunstâncias (LOPES, 1997, p. 161).

Essa política de subsídio assumida pelo Estado durou apenas até a década de 1990, momento em que tal política econômica foi a bancarrota. Sem o apoio do Estado e principalmente na crise econômica, estabelecida a partir do final dos anos oitenta, muitas fazendas não conseguiram manter-se incólumes e vieram a decretar falência. Com isso, despontaram várias lutas sociais no campo, cuja reivindicação era à aplicação da política de reforma agrária.

Na extensão territorial compreendida entre os municípios de Petrolina e Santa Maria da Boa Vista, se conformaram dezenas de assentamentos nas áreas que compunham as fazendas que não conseguiram continuar produzindo com crise estabelecida, portanto, falidas foram sendo aos pouco ocupadas.

> Parte das fazendas que outrora receberam todo o apoio oficial e que serviram de vitrines para expor as potencialidades da região, como as fazendas Safra, Catalunha, Varig, Ouro Verde e outras de menos significação, quebraram. [...] O Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra invadiu algumas das fazendas que no passado serviram de vitrine da irrigação, mas que se encontravam em estado de abandono ou de semiabandono (GONÇALVES, 1997, p. 163).

Procurando entender o que aconteceu com essas ocupações, realizamos uma investigação nas fazendas que se transformaram em assentamentos: Ouro Verde no município de Lagoa Grande, Safra no município de Santa Maria da Boa Vista e o Catalunha, situado na divisa de limites entre os municípios de Lagoa Grande e Santa Maria da Boa Vista todos no Estado de Pernambuco. Os três assentamentos foram resultados de ocupações feitas pelas massas camponesas sem-terra em fazendas abandonadas ou semiabandonadas a partir da grande crise do mercado agroexportador nos finais da década de 1990. A seguir nossas observações particulares sobre esses assentamentos:

Tabela 1: Informações gerais dos "Projetos de Assentamentos – PA's" em estudo.

Assentamento	Ano de aplicação	Área agricultável	Quantidade de famílias	Tamanho dos lotes por família	Total da Área irrigada por família
Ouro verde	1996	430,91 ha	100	3,0 ha	0,5 ha
Safra	1995	1458 ha	220	11 ha	1,5 ha
Catalunha	1997	6,892 ha	600	11 ha	0,0 ha

Fonte: Dados recolhidos conforme os arquivos do INCRA. (Elaboração própria).

Identificamos em decorrência do processo de Reforma Agrária ocorrido no assentamento Ouro Verde (segundo dados do INCRA e dados colhidos *in loco*) que na antiga propriedade, também denominada de Ouro verde, com área agricultável de 430 hectares, foram assentadas cem famílias, sendo somente 45 ha com infraestrutura de

irrigação. Cada família obteve um lote com 3,0 ha de terra agricultável para produção, sendo que a área irrigada para cada família foi de 0,5 ha. Conforme dados da tabela 2 abaixo:

Tabela 2: Informações gerais sobre o Projeto de Assentamento Ouro verde.

Denominação do imóvel	P. A. Ouro Verde
1) Decreto lei	Portaria: 045 de 15/03/97
2) Data de desapropriação	-
3) Data de imissão de posse	-
4) Obtenção de compra	Portaria: 0245 de 0/09/1995
5) Publicado:	Em 01/10/96
6) Data de criação do P. A.	
5) Valor da terra nua	R$ 260.854,02
6) Valor total das benfeitorias reprodutivas	R$ 1.211.387,48
7) Valor total das benfeitorias não reprodutivas	R$ 331.420,14
8) Valor das benfeitorias (6 + 7)	R$ 1.542.807,62
9) Valor total do imóvel (5 + 8)	R$ 1.803.661,64
10) Área Total	539,8134 ha
11) Valor do imóvel por ha (9 / 10)	R$ 3.341,26
12) Custo médio / família	R$ 1.944,89
13) Área de reserva legal	107 ha
14) Área de preservação permanente	1,9000 ha
15) Área agricultável [(10 – (13+14)]	430.91 ha
16) Número atual de famílias	100 famílias
17) Área média das parcelas (15 / 16)	3,0 ha
Número de famílias agregadas (não cadastradas)	
Número de vagas ou famílias excedentes	

Fonte: Plano de Desenvolvimento do Assentamento - PDA Ouro Verde, 2002. (Laudo técnico nº 28/99).

Observamos neste assentamento a reprodução de um campesinato minifundista como a segunda característica da semifeudalidade, conforme Martín-Martín (2007a), pois todos os lotes se enquadram na categoria de minifúndios[8]. Hoje, segundo estimativas dos assentados, a área plantada chegou aos 70 ha, ficando assim, 350 ha na inatividade, se configurando como indicio de ruina do assentamento.

Nesse mesmo espaço, observamos que existem várias fazendas/empresas com grande produção de frutas (as quais abordaremos em tópico adiante) e que utilizam da mão de obra disponível no assentamento. Isso acontece pelo fato das famílias crescerem e se multiplicarem, enquanto os lotes ficam fixos em 3,0 hectares com produção em 0,5 ha.

Podemos elencar uma série de dificuldades encontradas no assentamento como a própria falta de assistência técnica por parte do INCRA e demais órgãos do governo; venda da produção para atravessadores, uma vez que não têm um sistema de escoamento etc. Ao adotarmos as formulações de Serrano (1991), identificamos que a luta pela terra no assentamento ficou circunscrita apenas a um caráter reformista do Estado com a

[8] Denomina-se como minifúndio a propriedade agrícola com um diminuto tamanho cujo cultivo não satisfaz as exigências alimentares e de subsistência do cultivador, sendo forçado há dividir seu tempo entre seu pedaço de terra, e as grandes propriedades próximas (os latifúndios), onde aluga seus braços e os de sua família.

concretização do projeto de Reforma Agrária. "[…] a luta por a terra, como qualquer outra luta, pode prestar-se a fins meramente reformistas – e a Secretária da Reforma Agrária [o INCRA no caso do Brasil] existe para assegurar que assim seja". (SERRANO, 1991, p. 03-04, tradução e acréscimo nosso).

O assentamento Safra[9] apresenta realidade um pouco distinta do assentamento Ouro Verde, possuindo mais de 1.400 ha de terra agricultável, tendo como contrapartida uma área de produção apenas em torno de 330 ha, sendo que cada família produz em lotes de 1,5 ha. Pelo que observamos, nesse assentamento existe a segunda característica da semifeudalidade com um campesinato minifundista. (MARTÍN-MARTÍN, 2007a).

Os aspectos sociais e econômicos são mais positivos em relação aos outros dois assentamentos, Ouro Verde e Catalunha, no sentido de uma pequena produção que mantém os assentados pouco mais distantes das grandes empresas. Em contrapartida, os camponeses não possuem sistema de escoamento, precisam vender a produção para atravessadores que compram (em algumas épocas a "preço de banana") toda a produção com preço bem inferior ao de mercado.

O assentamento safra é considerado por muitos como um projeto de reforma agrária que "deu certo", pois possui produção de forma quase constante em suas pequenas parcelas irrigada e consegue se subsidiar com os recursos advindos da venda de suas frutas, mesmo que para atravessadores. Em contrapartida, em algumas áreas, segundo os assentados, o solo está em processo de salinização e sem condições de produção. Por sua vez, não houve crescimento e ampliação da área de produção do assentamento depois de quase duas décadas de aplicação da política de reforma agrária. "Estudamos os processos de reforma agrária entendidos no contexto da superestrutura política: uma lei de reforma agraria supõe a aprovação por parte da classe ou classes sociais que ostentam o poder de Estado dos requisitos para resolver a questão agrária [...]" (MARTÍN-MARTÍN, p. 17, tradução nossa). Nesse sentido, torna-se cabível afirmar que uma lei de reforma agrária é feita e aplicada a partir de um programa que favorece as classes dominantes.

De um lado, está à pequena propriedade em que o capital fascina o pequeno camponês com uma pequena produção oriunda da força de trabalho de seus próprios braços e de sua família, assim como de seus meios de produção, com o intuito de produzir para um "suposto mercado capitalista". Mas, são sucumbidos nas relações de venda para os atravessadores. Do outro lado, grandes propriedades que produzem toneladas para exportação, gerando uma economia submetida diretamente aos domínios imperialistas.

[9] A conformação do assentamento deu-se a partir da ocupação no início da década de 1990 por mais de duas mil famílias na antiga propriedade falida, também denominada de Safra. A partir dessa ocupação, surgiram nove assentamentos, entre eles o Ouro verde, oriundos dessas centenas de milhares de famílias que foram sendo remanejadas pelas organizações do Movimento dos Trabalhadores rurais sem Terra (MST) em outras ocupações, depois de garantirem a aplicação da reforma agrária com o projeto de assentamento Safra, em 1995.

“Não se trata de fragmentos desconectados ou de economias distintas. Se trata de dois polos de um só sistema, de uma relação necessária” (SERRANO, 1991, p. 24, tradução nossa).

O Assentamento Catalunha também possui uma realidade bastante distinta dos outros dois, possuindo uma área de 6.825 há. Constituiu-se a maior propriedade da agricultura comercial da região, tendo sido a empresa iminente dos tempos áureos. Mesmo com sua enorme extensão, sua produção é muito baixa. Trata-se do mais fiel exemplo de capitalização do latifúndio a partir da aplicação da política de Reforma agrária, como veremos mais adiante.

Conforme os dados da pesquisa realizada junto aos camponeses assentados, a antiga propriedade denominada também de Catalunha foi ocupada em 1996 por um total de mais de duas mil famílias camponesas sem-terra, ficando “assentadas” somente seiscentas famílias, por determinação do INCRA; cada uma ficou com um lote de aproximadamente 11 ha. Tanto pelo tamanho territorial, quanto pela quantidade de famílias, o assentamento constituiu-se o maior da região Nordeste, quando foi criado. Entretanto, apresenta-se em aspectos de evolução da semifeudalidade. “A semifeudalidade significa que o campesinato segue atado a terra por múltiplos procedimentos extra econômicos, para que o grande proprietário não tenha problemas quanto a disposição absoluta de mão de obra abundante, superexplorada e a baixo custo”. (MARTÍN MARTÍN, 2007a, p. 15, tradução nossa). Tendo a produção muito baixa, os camponeses são forçados a disporem de sua mão de obra nas grandes fazendas ou mesmo em propriedades menores, por algumas vezes na condição assalariado temporário ou como diaristas, em diferentes épocas do ano.

Algumas medidas e ações do Estado tomadas pelos órgãos da Reforma Agrária, principalmente o INCRA, executaram uma política que visava suprimir ou sufocar a luta da massa camponesa com seus procedimentos burocráticos, mantendo a pequena propriedade em condição vegetativa, condenando-a a ruína. “A reforma agraria tenta sufocar a luta por a terra ao canalizá-la por trâmites burocráticos sem fim. Entrega uma parte da terra a uma minoria a preço da subordinação completa ao estado reacionário.” (SERRANO, 1991, p. 1, tradução nossa).

A antiga fazenda possuía um sistema de irrigação industrial de altíssimo custo com vinte e um pivôs de irrigação, que foram mantidos para o assentamento, provocando o endividamento das famílias. Com isso, o fornecimento de energia foi suspenso, decretando a impossibilidade de irrigação e de produção, fato que segundo alguns assentados, constitui o motivo principal da ruína total daquela área. Podemos observar na ilustração 2, o antigo sistema de irrigação da fazenda, agora pertencendo ao assentamento Catalunha, em completo estado de ruína.

Ilustração 2: Cenário do sistema de irrigação industrial da fazenda, atribuído para irrigação do assentamento Catalunha.

Fonte: Foto dos autores. Julho de 2013.

Os assentados, receberam alguns investimentos para reformar suas residências, talvez por se localizar a margem da rodovia, pois o aspecto da infraestrutura da vila é mais importante para os investimentos do governo do que os que poderiam estar propiciando a irrigação. Nesse sentido, existe um contraste interno de realidades na comunidade do assentamento: por um lado, apenas uma média de trinta famílias, que por estarem às margens do rio e com recursos próprios, irrigaram seus lotes por meio de um pequeno sistema de irrigação (ferramentas de micro aspersores); por outro, está à situação dos demais lotes, quase totalidade (mais de 90%), sem condições técnicas de produção irrigada, causando aos lotes constante improdutividade.

Ilustração 3: A realidade de improdutividade do Assentamento Catalunha.

Fonte: Fotos dos autores. Julho de 2013.

Ao levantarmos os aspectos das condições sociais e econômicas, dentre esses, o aspecto educacional, identificamos que o assentamento possui uma escola que atende apenas a educação do ensino fundamental I, sendo que a partir do fundamental II os alunos

se deslocam para as escolas situadas a quilômetros de distância. Outra realidade que chama a atenção é o fato das famílias realizarem a construção dos “quintais” de suas casas fazendo uma extensão da roça, com diversas espécies de “cultivos”, típicos da fruticultura irrigada e que deviam estar nos lotes, caso tivessem condições de produção. Situação que nos revela, mais que um simples desejo de produção, a expressão de um sonho camponês de um dia trabalharem sua própria terra, assim como podemos perceber na ilustração a seguir:

Ilustração 4: Pequenas plantações nos fundos dos quintais camponeses

Fonte: Foto dos autores. Julho de 2013.

A política de reforma agrária provocou no assentamento a subsistência da semifeudalidade em sua terceira característica, conforme Martín-Martín (2007), a partir do campesinato atado a terra por diversos procedimentos, como as ações empreendidas pelo Estado, tais como investimentos e a lei da reforma agrária, que obriga os camponeses a permanecerem fixos nos lotes para futuro direito a posse ou pelo talismã do título da propriedade, uma vez que mesmo depois de terem o título de posse da terra, seguem presos aos lotes sem as mínimas condições de produção.

> As grandes burguesias do Terceiro Mundo (burocráticas, fundamentalmente compradoras e grandes proprietárias da terra) em conivência com as dos países imperialistas, a partir dos anos sessenta, vão desenvolver o capitalismo burocrático no campo através de múltiplas e diversas leis de reforma agrária, cuja característica principal é que foram leis de compra e venda de terras que não destruíram a semifeudalidade [...]. (MARTÍN-MARTÍN, 2007b, p. 10).

Constituem, portanto, um enorme contingente de mão de obra abundante, e por isso estão submetidos a ter que trabalhar nas fazendas instaladas próximas do Assentamento, principalmente durante o período da colheita, que compreende três meses, aproximadamente, com isso assinam um contrato de trabalho, no qual chegando o término da experiência – a colheita – é rescindido e voltam para a realidade ociosa do assentamento.

As relações das grandes empresas produtoras de frutas com os assentamentos da reforma agrária

Nas proximidades dos assentamentos em estudo, precisamente no município de Lagoa Grande/PE e em extremidade com o limite do município de Santa Maria da Boa Vista/PE, encontram-se instaladas grandes empresas produtoras de frutas, com destaque na produção de uva. Destacamos a ação de dois grupos monopolistas com expressão da atuação direta na região, através de duas empresas instaladas, as fazendas (ou empresas agrícolas) Sereníssima e Labrunier II, que pertencem, respectivamente, aos grupos monopolistas Carrefour (francês) e GVS (italiano). Destacaremos a fazenda Labrunier, em virtude de sua atuação quanto a absorção da mão de obra dos referidos assentamentos.

Segundo Reis (2009), o subgrupo Labrunier surge como ramo de empreendimento do grupo varejista e monopolista francês Carrefour. A autora ainda coloca que o grupo monopolista Carrefour é marcado pela ousadia em estratégias de investimentos, abarcando novos mercados. “Com o desenvolvimento da produção capitalista os latifundiários tem se aburguesado e tem se integrado mais a burguesia a nível nacional e alguns capitalistas de outros ramos também tem entrado na produção agropecuária” (SERRANO, 1991, p. 22, tradução nossa).

O grupo Carrefour está presente em trinta países, tais como França, Espanha, Bélgica, Grécia e Argentina. O grupo diversifica-se em vários ramos de empreendimentos, assim como em criação de novos subgrupos em áreas diferentes do setor capitalista, como é o caso da Labrunier no Vale do São Francisco.

O grupo Labrunier está distribuído em quatro fazendas com grande expressão na produção de uvas, conformadas conforme os dados da tabela a seguir:

Tabela 3: informações das fazendas do Grupo Labrunier.

Fazenda	Localização	Data	Área total (há)
Agropecuária Labrunier I	Casa Nova (BA)	1989	590
Agropecuária Vale das Uvas	Petrolina (PE)	1996	306
Agropecuária Orgânica do Vale	Petrolina (PE)	2000	233
Agropecuária Labrunier II	Lagoa Grande (PE)	2003/2005	251

Fonte: Reis (2009, p. 21).

Segundo Pereira e Nere (2013), a partir de 2007 o grupo Labrunier passou ser de propriedade do grupo Jacques Defforey (JD), nome referente a um dos fundadores do grupo francês Carrefour e que “simpatizava” com as propriedades agrícolas no Brasil. O grupo JD assumiu as quatro unidades de fazendas acima citadas e fez investimentos no ramo da pecuária, criação de gado em Mato Grosso e plantação de laranja no Paraná. Eles mantêm

ampliando a diversificação da rede na penetração cada vez crescente do capital imperialista, representado pelo grupo francês Carrefour.

> O limitado modo de produção capitalista plenamente dominado por o imperialismo se articula com o modo de produção predominantemente feudal no campo. O poder político representava uma aliança dos imperialistas, a burguesia compradora e a classe latifundiária feudal. (SERRANO, 1991, p. 13, tradução nossa).

Quanto ao grupo GVS Fruit Company, segundo informações de sua página na internet, pertence a um grupo de empresários italianos dos ramos de alimentação e hotelaria, que iniciou suas atividades no Vale do São Francisco, na cidade de Casa Nova/BA, em 1994, com a instalação da fazenda Vale do sol, com área de 240 hectares destinados à produção de uva e manga. Em 1996 montou a Fazenda São Gonçalo, na cidade de Juazeiro/BA, com 130 ha, destinados ao cultivo de manga. Em 1998 instalou a Fazenda Sereníssima numa propriedade de 724 hectares, no distrito de Vermelhos, município de Lagoa/PE, destinados exclusivamente a produção de uvas. Atualmente a empresa tem um quadro de 350 funcionários permanentes e 800 funcionários em período de colheita.

Nesse sentido, chegamos a um dos pontos centrais de nossa análise, a relação que mantém estas empresas com as comunidades de assentamentos da reforma agrária, precisamente os três que conformam esta pesquisa: Ouro Verde, Safra e Catalunha. Alhures, apontávamos que “segundo dados do sindicato dos trabalhadores rurais de Lagoa Grande, as empresas de uva do município empregam no período de auge da produção cerca de 15.000 trabalhadores, no período da entressafra este número cai para 3.500.” (PEREIRA; NERE, 2013, p. 15). Tornam-se, assim, perceptíveis algumas das consequências trazidas na aplicação da política de reforma agrária nesta região.

Estas grandes empresas desfrutam do potencial de mão de obra disponível nos assentamentos, sobretudo, no período da colheita. Essa realidade descoordenada de mão de obra em épocas diferentes - safra e entressafra - demostra que o capitalismo não se desenvolveu por completo no bojo da fruticultura irrigada. Segundo Marx (1996, p. 341), “o ponto de partida do desenvolvimento que produziu tanto o trabalhador assalariado quanto o capitalista foi a servidão do trabalhador. A continuação consistiu numa mudança de forma dessa sujeição, na transformação da exploração feudal em capitalista”

Os camponeses beneficiados na política de reforma agrária, seguem fixos na sua parcela de terra em determinada localidade, em contrapartida, constituem em outras características, como um campesinato minifundista. Nesse sentido, mesmo conseguindo, em alguns casos, como o Ouro Verde, Safra e outros, exercer uma pequena produção em suas parcelas de terra, condicionados pelas condições de miséria e sem escolhas em certas

épocas, ou permanentemente, a sair para trabalhar por determinados períodos na produção de frutas dessas grandes empresas acima mencionadas.

> No feudalismo o camponês produz seu próprio sustento; no capitalismo o trabalhador tem que comprar seu sustento com seu salário. A exploração requer em maior ou menor grau a coerção extra econômica - A servidão – enquanto o trabalhador assalariado do capitalismo, basta a coerção econômica: se não trabalhar não 'come'. (SERRANO, 1991, p. 07, tradução nossa).

Predomina-se a realidade na qual o camponês fica em parte associado a seus meios de produção, a sua parcela de terra como livre e autônomo camponês, e em outra parte do tempo submetido a relações de pré-assalariamento[10] ou pré-capitalistas (semifeudais) como diárias, empreitadas, trabalho por produção, arrendamento na meia e na terça. "Estes camponeses não vivem somente da venda de sua força de trabalho e também não foram completamente dissociados dos seus meios e instrumentos de produção" (PEREIRA; NERE, 2013, p. 15). Portanto, devemos perceber que tais relações não condizem com as "verdadeiras" relações capitalistas, como querem alguns pesquisadores, e sim, constituem uma realidade de capitalismo burocrático no campo.

Considerações finais

Os trabalhos desenvolvidos sobre a região do Vale do São Francisco nas últimas décadas, em grande maioria, trazem como eixo central discussões sobre o potencial econômico da região, por meio dos projetos de irrigação e os ufanismos originados da fruticultura irrigada. Em contrapartida, poucos são os trabalhos que buscam compreender a situação de vida da massa camponesa, que por diversos fatores, como os dos projetos ilusórios de "reforma agrária", estão às margens do "desenvolvimento econômico" propagado na região, ficando submetidos às relações de semifeudalidade e de miséria constante. Nesse sentido, acontecem as lutas sociais dos camponeses sem terra ou com pouca terra, em busca do seu reparto, altamente concentrada nos latifúndios e de legítimas condições de vida sobre a mesma, a partir do direito à pequena produção agrícola.

Percebemos que atualmente o Vale do São Francisco continua reconhecido, nacional e internacionalmente, como um grande centro de produção agrícola, sobretudo da fruticultura irrigada, considerado como fonte de prosperidade e tido por muitos como um "local de grandes oportunidades", resumindo-se a discursos de cunho ideológico, daqueles que comandam os interesses "públicos" e, sobretudo, os privados. Pois, os aspectos

[10] Vale ressaltar, esses camponeses assentados, em sua grande maioria, quando assinam contrato de trabalho com as empresas permanecem somente pelo período da colheita, aproximadamente três meses, chegando o término da experiência – termina também a colheita - é rescindido o contrato e volta para a realidade de um camponês assentado da reforma agrária.

econômicos, bem como as realidades sociais aqui apresentadas, refletem à outra realidade não propagada sobre a região. Isso porque, aqueles que visitam as áreas irrigadas das grandes empresas de frutas e vinícolas, carregam a imagem de muita fartura, de belezas exuberantes, de acúmulo de riquezas e de muita prosperidade. Por isso, jamais se percebe, no entorno de tão frutíferas e produtivas divisas, o avesso e o antagônico daquela imagem verde, vista *in loco* e constantemente contracenada em horário nobre.

As comunidades de assentamentos, oriundas da aplicação da política de reforma agrária, demonstram o quão são contraditórias suas realidades, em detrimento da grande produção da fruticultura irrigada. Isso, porque, o modelo de produção agrícola empreendido na região pelo incentivo das políticas estatais, desde a década de 1970, beneficiou a fixação de grandes empresas rurais, a partir da inversão de uma grande quantidade de capitais estrangeiros, além de acordos para a impetração de insumos e maquinarias na nascente agricultura irrigada. Em contrapartida, as mercadorias produzidas, teriam a exportação para estes mesmos países investidores como seu principal destino. Até a década de 1980, o Vale já era conhecido como a “Califórnia” do Brasil e detinha uma enorme concentração demográfica, advinda da demanda de força de trabalho exigida pela atividade agrícola e suas variantes.

Nos anos iniciais de 1990, a região assistiu a um processo chamado de “crise do mercado de exportação”, que impossibilitava aos grandes produtores da região a exportação de suas mercadorias (aos EUA e países europeus). Mais do que uma simples “crise econômica”, este cenário era de quebra de um modelo de exploração estabelecido na região. É o modelo de capitalismo burocrático, uma vez que toda a base econômica está vinculada aos interesses dos países imperialistas, que mantém a base do regime de propriedade da terra e das relações de produção de caráter pré-capitalista (semifeudal). Algumas pesquisas desenvolvidas à época apontavam a “persistência de modos pré-capitalistas de produção” (CHILCOTE, 1991. p.10), reconhecendo que nesta base de relações de produção semifeudais, “os salários são quase sempre contratados na base diária, e inferiores ao mínimo, além de não terem carteira assinada” (ANDRADE, 1982, p. 58). Tão logo, a conclusão era de que “o processo de avanço do modo de produção capitalista caminha morosamente [...]” (ANDRADE, 1982, p. 61).

No cenário acima descrito, o chamado “desemprego” tomou forma, ou seja, a massa camponesa até então explorada pelos grandes proprietários e fazendas agrícolas (em panorama de ruína e semiabandono) ficou desocupada e caída em mazelas sociais, como a pobreza e a miséria constante. A saída encontrada, foi a de fortalecer o sonho camponês de obter o reparto da terra, galgando-se as lutas de ocupações em latifúndios, exigindo nos dispositivos da lei, a chamada “reforma agrária”. Muitas das antigas fazendas

foram ocupadas, sendo, consequentemente, transformadas em “Assentamentos de reforma agrária”.

No entanto, se percebe, a partir do estudo aqui realizado, que tal política de reforma agrária não traz a solução para o problema agrário-camponês, uma vez que sua forma é de capitalizar o latifúndio falido, via processo de indenização, propiciando a manutenção da concentração territorial (persistência da propriedade latifundiária). A terra entregue aos camponeses, fica numa condição fragmentada, causando assim, a reprodução de um campesinato minifundista (lotes de 0,5 a 3,0 hectares por família). O tamanho diminuto dos lotes, aliado a falta de assistência técnica e subsídios à produção, os faz insuficientes para que este campesinato retire dele as próprias despesas familiares, sendo assim obrigado a se submeter aos grandes proprietários e fazendas agrícolas, em variadas relações Semifeudais (pré-capitalistas) de trabalho, como jornadas diárias, empreitas, trabalho por produção na colheita, etc.

Conclui-se, portanto, que a aplicação da referida política de reforma agrária, na região em estudo, condicionou uma realidade de novas contradições entorno da velha questão agrária e camponesa. Pois, os projetos de assentamentos, proporcionaram a formação de uma base de pequenas propriedades (minifundista), arruinadas pelas condições de sua própria existência, firmando-se assim, contradição direta com as grandes propriedades da fruticultura. Este processo acentua-se pelo enorme contingente de mão de obra abundante, condicionados pelas condições de miséria, a vender sua força de trabalho, em certos períodos estratégicos, para as grandes fazendas produtoras de frutas instaladas próximas dos assentamentos. Muitas destas fazendas, representam capitais monopolistas internacionais, sendo que todas produzem em alta escala toneladas para abastecer os mercados dos países imperialistas.

Dessa forma, a história dessa região vem se dando dinâmica e condicionada de novas composições, arranjos e formas evolutivas de um regime de capitalismo burocrático no campo.

Referências

AMORIM, Franciel Coelho Luz de. Desenvolvimento capitalista na América Latina: relações de produção em assentamentos no Vale do São Francisco. In: V ENCONTRO DE HISTÓRIA: A INVENÇÃO DO BRASIL – CULTURA, ESCRAVIDÃO E MESTIÇAGENS/II COLÓQUIO NACIONAL DO GEAC/I COLÓQUIO PIBID HISTÓRIA, 5, 2013, Maceió. **Anais eletrônicos...** Maceió, UFAL, 2013. Disponível em: <https://sites.google.com/site/vencontrodehistoria/www.ufal-geac.com.br>. Acesso em: 03 nov. 2013.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Tradição e mudança:** a organização do espaço rural e urbano na área de irrigação do Submédio São Francisco. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

ARRUDA, Fausto. **A nova democracia**. Rio de Janeiro, n° 1, Julho de 2002. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1447-a-mistificacao-burguesa-do-campo-e-a-atualidade-da-revolucao-agraria>. Acesso em: 20 de ago. de 2012.

_____. **A nova democracia**. Rio de Janeiro, n° 2, Agosto, 2002. Disponível em: <http://www.anovademocracia.com.br/no-1/1446-desenvolvimento-capitalista-e-capitalismo-burocratico>. Acesso em: 20 de ago. de 2012.

BRASIL. SENADO FEDERAL. **Constituição da República federativa do Brasil,** Texto Promulgado em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/legislacao/const/con1988/CON1988_05.10.1988/CON1988.pdf>. Acesso em: 15 de maio de 2013.

_____. CÂMARA DOS DEPUTADOS. **I PNRA**. Decreto nº 91.766, de 10 de Outubro de 1985. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1980-1987/decreto-91766-10-outubro-1985-441738-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 08 de jul. de 2013.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Estatuto da terra**. Brasília, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1964. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504compilada.htm>. Acesso em: 10 de jul. 2013.

_____. PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI N° 8.629**. Brasília, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1993. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8629.htm>. Acesso em: 10 de jul. de 2013.

BLOCH, Didier. **As frutas amargas do velho Chico:** irrigação e desenvolvimento no vale do São Francisco. São Paulo: Livros da Terra. 1996.

CAMELY, Nazira Correia. **A geopolítica do ambientalismo ongueiro na Amazônia brasileira:** um estudo sobre o estado do acre. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. Programa de Pós-graduação em Geografia, 2009. (Tese de Doutorado).

COUTINHO, Eduardo. **Cabra marcado para morrer**. Documentário, 119 min, Brasil, 2012.

CHILCOTE, Ronald. H. **Transição capitalista e a classe dominante no Nordeste**. São Paulo: USP, 1990.

EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA – EMBRAPA. **Zoneamento Agroecológico do Nordeste do Brasil** – ZANE Digital. Petrolina/PE: Embrapa Solos e Embrapa Semiárido, 2000. (Embrapa Solos. Documentos; n. 14). CD ROM.

FRANCA, Celso. **A imagem do Vale:** reestruturação agrícola e mudança social. Petrolina: Franciscana, 2008.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio**. Paz e terra, 1977.

GUZMÁN, Abimael. **Entrevista al presidente Gonzalo.** Comitê Central do Partido Comunista del Perú, 1988. Disponível em: <http://www.solrojo.org/pcp_doc/pcp_0688.htm>. Acesso em: 22 de ago. de 2013.

IBGE. **Censo Agropecuário 1985/2006**. Ano 2007.

IBGE**. Juazeiro/Bahia - Histórico.** Juazeiro/BA, Brasil. 2007. Disponível em: <http://www.juazeiro.ba.gov.br>. Acesso em: 10 de abr. de 2013.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA. Superintendência Regional de Petrolina/PE. **Aspectos Jurídicos do Imóvel no Processo de Obtenção dos Projetos de Reforma Agrária.** Petrolina, 24 out. 2012.

_____. Superintendência Regional de Petrolina/PE. **Relação de beneficiários contendo Lote, Área e Código de SNCR.** Projeto: MF0032000 - PA CATALUNHA, Município: Santa Maria da Boa Vista, Data Criação: 16/12/1998. Petrolina, PE, 08 nov. 2013a.

_____. Superintendência Regional de Petrolina/PE. **Relação de beneficiários contendo Lote, Área e Código de SNCR.** Projeto: MF0024000 - PA SAFRA, Município: Santa Maria da Boa Vista, Data Criação: 02/12/1996. Petrolina, PE, 08 nov. 2013b.

_____. **PDA – Plano de Desenvolvimento do Assentamento Ouro Verde**, 2002.

LÊNIN, Vladmir Ilitch**. O imperialismo:** fase superior do capitalismo. São Paulo: Centauro, 2000.

LENIN, Vladmir Ilitch. Sobre a palavra de ordem dos Estados Unidos da Europa. In: _____**. Obras escolhidas – Volume I.** São Paulo, Alfa Omega, 1979c.

LOPES, Esmeraldo. **Opara:** Formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina: Franciscana, 1997.

MARIÁTEGUI, José Carlos. **Siete ensayos de interpretación de la realidad peruana**. Buenos Aires: Ediciones El Andariego, 2005.

MARTÍN-MARTÍN, Victor O**.** Actualidad de la cuestión agraria en el mundo: viejo problema, ¿nuevos enfoques? In: **IV Conferencia Internacional de Geografía Crítica.** México D. F.: Universidad Autónoma Metropolitana- Xochimilco - Grupo Internacional de Geografía Crítica, 2005.

_____. **El papel del campesinado en la transformación del mundo actual.** Málaga: Zambra, 2007a.

_____. **Teoria e prática das guerras camponesas no marxismo do século XXI.** Campinas: UNICAMP, V Colóquio do CERMARX, nov. de 2007b. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/anais_v_coloquio_arquivos/arquivos/comunicacoes/

gt7/sessao2/Victor_Martin.pdf>. Acesso em 06 de jun. de 2012.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva do capital. In: _____. **O capital – Livro I.** São Paulo: Nova Cultural, 1996. p. 339 – 381.

PEREIRA, Flávio; SANTANA, Sergio Nere. A realidade do assentamento Ouro Verde em Lagoa Grande/PE – um caso de aplicação da política de Reforma Agrária. In: VI SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - VII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - 1A JORNADA DE GEOGRAFIA DAS ÁGUAS, 6, 2013, João Pessoa. **Anais...** João Pessoa: UFPB, 2013. p. 01 – 18.

PEREIRA, Flávio. **Relações semifeudais (pré-capitalistas) de produção na fruticultura irrigada do Submédio do São Francisco:** Agronegócio ou Capitalismo Burocrático no campo? 2013. 70 f. Monografia (Graduação em História) – Universidade de Pernambuco, Petrolina, PE, 2013.

PRIETO, José Ricardo. Vale do São Francisco: Da falência do “agronegócio” brotam as vinhas da Ira. **A nova democracia**, Rio de Janeiro, n° 51, março/abril 2009.

REIS, Cinthia Regina Nunes. **Redes empresariais locais no mercado global de alimentos:** o Grupo Labrunier no sertão nordestino. XIV Congresso Brasileiro de Sociologia. Rio de Janeiro, Julho de 2009. Disponível em: <http:// www.sbsociologia.com.br/portal/index>. Acesso em: 10/06/2013.

SERRANO, Isidro. **Revolución agrária y semifeudalidad.** México: Centro de Investigación Popular – Editorial La Chispa. 1991. Disponível em: <http://mprmexico. blogspot.com/2000/09/revolucin-agraria-y-semifeudalidad.html>. Acesso em 08 de jul. de 2012.

TSETUNG, Mao. **Notas del presidente Mao sobre capitalismo burocrático**. Lima: Ediciones Alborada, 2008.

Recebido para publicação em 21 de novembro de 2015.

Devolvido para a revisão em 13 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 11 de outubro de 2016.

Crise energética e agrodiesel: determinações globais da produção capitalista do espaço agrário brasileiro

Carlos Roberto da Silva Maia
Doutorando em Geografia da Universidade Federal do Ceará
e-mail: robertoeco84@gmail.com

Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará
e-mail: famaro.ufc@gmail.com

Israel Rodrigues Bezerra
Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Ceará
e-mail: israelbezerra.1995@gmail.com

Resumo

A crise energética se constitui num dos limites econômicos e ecológicos à reprodução do capital. Diante dela, a lógica extraterritorial do capitalismo reconfigura a divisão internacional do trabalho em função da apropriação de mais espaço e recursos naturais para geração de energia. Isso, por sua vez, tem levado economias semiperiféricas a se especializarem na produção de *commodities* agroenergéticas. No Brasil, a política agroexportadora neodesenvolvimentista dita o tom da inserção competitiva do país como fornecedor de agrodiesel nesse mercado emergente. Isso, no entanto, requer a subsunção dos territórios rurais às determinações globais do mercado de *commodities* agroenergéticas para a especialização das unidades de produção no campo. A instituição do Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel – PNPB em 2004, como forma de combate das desigualdades regionais, tem concorrido em paralelo para a ampliação da fronteira agrícola de oleaginosas para produção de agrodiesel. Assim, o presente artigo discutir os fundamentos geográficos e econômicos da expansão agroenergética como medida de contra-tendência do capital frente ao acirramento da sua crise estrutural e ainda, como o PNPB tem se resumido a um instrumento de integração capitalista dos territórios e da agricultura camponesa.

Palavras-chave: Energia, Capital; agrodiesel; campesinato.

Energy crisis and agrofuel: global determinations of capitalist production in the Brazilian agrarian space

Abstract

The energy crisis is an absolute limit to the reproduction of capital. Because of it, the extraterritorial logic of capitalism remakes the international work division to appropriate more lands and natural resources for energy generation. As a result of it, semi peripheral economies are taken to the productive specialization in agro-energy commodities. In Brazil, this can be seen through the competitive entry neo-developmental politics in the world market, particularly as an agro-diesel provider. This causes the territorial adequacy of local products to the determinability of commodity markets. What marks that adjustment is the National Program of Bio-Diesel Production and Use – PNPB, instituted as a regional expansion of the agricultural frontier of oil for production of bio-diesel politics, under the guise of social inclusion of farmers and peasants. This paper discusses the PNPB as an agrarian reflection of this global scenery and, also, how the peasants have an institutional submission to a capitalist logic that is contrary to their rationality.

Keywords: Energy; capital, agrofuel; peasants

Crisis energética y agrodiesel: determinaciones globales de producción capitalista en el espacio agrario brasileño

Resumen

La crisis energética constituye en un dos límites económicos y ecológicos a la reproducción del capital. Ante ello, la lógica extraterritorial del capitalismo vuelve a configurar la división internacional del trabajo en función de la titularidad de más espacio y los recursos naturales para la generación de energía. Esto, a su vez, ha llevado a las economías semiperiféricas a especializarse en la producción de mercancías agroenergéticas. En Brasil, la política agroexportadora neodesenvolvimentista dicta el tono de la inserción competitiva del país como proveedor en ese mercado emergente. Esto, sin embargo, requiere de la subsunción de las zonas rurales a las determinaciones globales de agroenergía mercado de materias primas para la especialización de las unidades de producción en el campo. El establecimiento del Programa Nacional de Producción y Uso de Biodiesel - PNPB en 2004 como una forma de combatir las desigualdades regionales, ha competido en paralelo a la expansión de la frontera agrícola del petróleo para la producción de biodiesel. De ahí que el presente artículo para discutir las bases geográficas y económicas del expansión agroenergética como medida de contra-tendencia del capital contra el empeoramiento de la crisis estructural y, todavia, como el PNPB ha reducido a una integración capitalista en los territorios y la agricultura campesina.

Palabras clave: Energía; capital; agro-diesel; campesinado.

Introdução

A crise energética, que tem se imposto como um entrave à reprodução do capital em escala global, tem sido tratada política e economicamente pelas diversas nações, como uma questão de eficiência da gestão do estoque de recursos energéticos disponíveis e de desenvolvimento de novas fontes geradoras. Sob esse olhar, tem-se ignorado o caráter estrutural da crise, ou seja, como estrangulamento energético, resultante do modo de produção atual que progressivamente entra em colapso.

O capital, em seu mecanismo inerente de autopreservação, recorre em contra-tendência a esse cenário, à ampliação territorial da exploração energética dos mais diversos recursos naturais. Para isso, tem fomentado a especialização de porções estratégicas dos territórios dos mais diversos países na produção de energia alternativa, em função das emergenciais demandas globais por energia.

Subjacente a essa geopolítica energética está uma racionalidade econômica, que se pauta por princípios, como: a alocação eficiente dos recursos energéticos e sua substituibilidade por capital e tecnologia no longo prazo. Em suma, a aposta é que em certo grau, o mercado ensejará a substituição do consumo de recursos energéticos escassos, por outras fontes, que possam ser continuamente consumidas e/ou sintetizadas, garantindo

assim, a sustentação ecológica do sistema. Essa esperança no equacionamento tecnológico da questão ecológica em torno da geração de energia limpa, a partir de fontes não fósseis, tem demonstrado ser meramente compensatória no âmbito da diversificação da matriz energética.

Nesse sentido, é que o desenvolvimento de agrocombustíveis, tem se apresentado como uma "alternativa suplementar" à crise energética e a compreensão da geopolítica do capital financeiro é central para a compreensão das intensas transformações, que essa alternativa desdobra sobre a agricultura. Atualmente, para além da produção de *commodities* alimentícias, a agricultura se volta também para a produção de agrocombustíveis (o etanol, derivado de carboidratos e/ou amiláceos e o agrodiesel, derivado de lipídios extraídos de oleaginosas) como uma nova *commodity* concorrente.

Esse fenômeno, circunscreve-se ao contexto da questão agrária, entendida como uma questão do avanço do capitalismo na agricultura, atualmente ensejado pela mundialização financeira do capital. Isso se expressa, a partir da ideia de que determinados países, semiperiféricos ou de economia emergente, dotados de estratégicos estoques de recursos naturais, possuem vantagem comparativa na produção de agrocombustíveis, sendo detentores de uma possibilidade de produção central ao seu crescimento econômico.

A condição semiperiférica, que adiante será melhor discutida, é descrita inicialmente como aquela na qual, um número significativo de Estados se encontram estacionados de forma permanente entre as condições políticas e econômicas de centro e periferia. São economias, que mesmo tendo promovido amplas transformações nas suas estruturas sociais e econômicas, permanecem relativamente atrasadas em aspectos essenciais de seu desenvolvimento (ARRIGHI, 1998). Essa é qualificação-chave para o desenvolvimento deste trabalho, visto que é utilizada muitas vezes para encobrir o caráter expansionista do capital embutido em discursos geopolíticos, que propõem formas para a "decolagem" econômica nos países em desenvolvimento, apesar de estarem subsumidos pela formatação capitalista da divisão internacional do trabalho.

O discurso ao qual se refere aqui é o político, econômico e ecológico, que dissemina dos países do centro hegemônico do capitalismo global para os países de economia dependente, a importância emergencial em se explorar essa nova *commodity*, que estrategicamente se constitui além de alternativa energética sustentável, num meio de modernização e desenvolvimento econômico, a partir do meio rural. A agroenergia em sua diversidade produtos, resume-se aos agrocombustíveis, por serem eles mais flexíveis em termos eficiência produtiva e com maiores expectativas de ampliação da demanda externa.

Em todo o mundo, economias como a brasileira, têm demarcado a importância estratégica dessa nova *commodity* para o equilíbrio das suas balanças comerciais e sua competitividade energética global. Isso tem se feito, em detrimento das implicações

entrópicas da produção agroenergética, situada no âmbito de uma matriz essencialmente fóssil e da ampliação da territorialização do agronegócio sobre os territórios rurais vocacionados em cultivos energéticos.

No Brasil, a instituição do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – PNPB, em 2004 (BRASIL, 2011) demarca mais ainda a marcha do desenvolvimentismo agrícola centrado na diversificação e expansão da produção de agrocombustíveis. A pretensão do PNPB é a realização da transição energética nacional, mediante a institucionalização de um mercado interno de consumo de biodiesel, que sustente as metas de produção do agrocombustível estabelecidas pelo programa.

A fragilidade do referido programa, está em se apresentar como um instrumento de redução das desigualdades regionais e de inclusão social dos agricultores camponeses, visto que os mesmos se encontram submetidos aos marcos de uma política de produção do agrodiesel, cujas diretrizes e metas se referenciam no modelo de produção do agronegócio e por isso mesmo, não leva em consideração a discussão para a consecução dos objetivos sociais de mudanças na estrutura agrária do país (MALUF, 2011).

A Política Nacional de Agroenergia brasileira que abrange o PNPB está correlacionada à adoção do novo padrão primário-exportador na semiperiferia, especializado na produção de *commodities* agrícolas mais sofisticadas (MANCIO; MOREIRA, 2012). O etanol, o agrodiesel, a biomassa florestal, o biogás, os resíduos agropecuários e florestais em geral, podem ser considerados exemplos desses “novos” produtos primários. A intenção é atender às expectativas de retorno de investidores, que tem se voltado para a agricultura como atividade integrada ao circuito da economia globalizada. Entretanto, não se leva em consideração, que tais expectativas não são factíveis, sem consideráveis repercussões socioambientais sobre o espaço agrário do mundo “em desenvolvimento”.

O projeto agroenergético brasileiro do PNPB, expressa um “novo” estilo na atuação do Estado, que “deixa de se limitar à função de regulação e assume o papel de fazedor de mercados – *Market makers”* (STRANGE, 2011 *apud* WILKINSON, 2011), abrindo possibilidades à acumulação de capital, quando antes desse programa, o agrodiesel não existia enquanto mercado consolidado. O Estado age, criando um mercado *ab inicio,* mediante uma política pública. Ainda que noutros países, tenham se criado artificialmente mercados semelhantes ao do agrodiesel brasileiro, o PNPB se diferencia ao criar regras próprias para transacionar uma *commodity* não reconhecida fora do mercado brasileiro, mas que depende para isso, de toda uma negociação em torno de padrões produtivos para o seu reconhecimento (WILKINSON, 2011, p. 373).

Aceitas as premissas do esgotamento das reservas mundiais de petróleo, o aumento previsto de 1,7% na demanda por energia para o período entre 2000 e 2030 e a pressão social pela substituição dos combustíveis fósseis, o Brasil se lança com

reconhecimento internacional, como um fornecedor competitivo na geração e implantação de tecnologia de agricultura tropical. Dotado de uma sólida estrutura agroindustrial para a produção agroenergética, considerada um componente de alta densidade do agronegócio, o país dispõe de um invulgar mercado consumidor interno e revela vantagens comparativas para ser considerado no médio e longo prazo, senão o principal, um dos principais ***players do biotrade****,* que está se consolidando entre os negócios internacionais em torno da oferta de energia renovável (BRASIL, 2005).

Nesse sentido, o presente artigo, realiza uma exploração teórica acerca de dois aspectos fundamentais: 1) da questão energética sob as determinações do padrão intensivo de consumo de energia, requerido pelo modo de produção capitalista; e 2) seu reflexo agrário em nível nacional, mais especificamente no que concerne à questão socioterritorial entre agricultores camponeses e o PNPB formatado sob a hegemonia do agronegócio como modelo de política de desenvolvimento rural.

Por fim, são tecidas algumas considerações sobre os desdobramentos sociais, energéticos e ambientais no espaço agrário, decorrentes do caráter "neodesenvolvimentista" (BOITO Jr., 2012) ou "neoliberal reformulado" como alguns analistas preferem definir, de ações públicas de caráter reparador do tipo do PNPB, que tem como objetivo compensar a inacessibilidade a recursos e dotações socioeconômicas por parte de determinados segmentos ou classes sociais, no caso as populações camponesas, pretendendo com isso reestabelecer um *level playing field*[1] (WILKINSON, 2011).

Crise energética e reprodução periférica do capital

A crise energética, deflagrada mundialmente, é uma resultante da tendência histórica à inflexão na capacidade de correspondência das reservas de combustíveis fósseis ao continuo crescimento econômico exponencial. Desde a revolução termoindustrial do século XIX, o *input* energético requerido pelo padrão de consumo intensivo em energia, característico do sistema capitalista, tem demonstrado ser incompatível com o equilíbrio termodinâmico dos ecossistemas (GEORGESCU-ROEGEN, 2008; CECHIN, 2010).

A aceleração do aquecimento global e o desequilíbrio no balanço entre sequestro-emissão de Gases Efeito Estufa – GEE, são manifestações da tendência à elevação da entropia, decorrente do paradigma fóssil de geração de energia. Na tentativa de contrabalancear o estrangulamento energético e sob o pretexto de gerar energia verde, alguns países têm investido em suas vantagens comparativas em geração de agroenergia, mediante a mecanização agrícola e abertura de ciclos especulativos de apreciação da terra

[1] O autor estaria se referindo com essa expressão, a uma espécie de nível de equidade entre as condições de atuação dos diferentes atores envolvidos no jogo de mercado do biodiesel.

em áreas de floresta, para cultivos de cana de açúcar e/ou soja, acentuando, dessa forma, a redução da biodiversidade e estresse ecossistêmico (YOUNG, 2004).

Segundo o Índice Planeta Vivo, formulado pela *World Wide Fund For Nature – WWF*, observa-se um aumento de 10% em biodiversidade nos países de renda alta, redução de 18% naquele de renda média e um declínio expressivo da ordem de 58% em nos de baixa renda. Assim, os países economicamente mais desenvolvidos, tem "importado" recursos naturais, terceirizando perdas de biodiversidade e seus impactos, para os países de economia dependente (WWF, 2014).

Nesse cenário, tem-se esboçado ações estratégicas em nível nacional e internacional, para o desenvolvimento de fontes alternativas de energia. Tais iniciativas visam muito mais conferir uma sobrevida energética ao modo de produção capitalista, pois um estrangulamento energético em escala global, é sinal de crise sistêmica para o capital, haja vista a relação direta entre a criação de valor econômico, nível de desenvolvimento econômico e consumo de energia.

O mito do desenvolvimento capitalista sustentável, fundado na crença de que o progresso tecnológico, voltado para a geração de energia "verde", é suficiente para reverter à degradação do mundo biofísico provocada pelos processos econômicos de criação de mais-valor, é em si mesmo uma contradição. Isto ocorre na medida em que a reprodução ampliada do valor, centrada na produção crescente de valores de troca, pressupõe uma extração crescente de matéria e energético da natureza, tendo em vista a fabricação de volumes crescentes de mercadoria (FURTADO, 1983).

Apesar do desenvolvimento das forças produtivas sob o capitalismo permitir à produção de mercadorias depender cada vez menos do tempo e da quantidade de trabalho humano utilizado – fonte e medida de riqueza abstrata – e passar a depender, sobremaneira, dos agentes mecânicos nos diversos processos (MARX, 2011), a dependência de quantidades crescentes de energia para a continuidade da reprodução ampliada do capital é uma constante. Foi esse determinante energético do sistema econômico capitalista, que levou a humanidade a saltar de um padrão energético de fontes de natureza orgânica (humana, animal, e na biomassa) e de curto prazo (eólico e hidráulico) características das sociedades tradicionais, para fontes minerais nas quais a energia se encontra acumulada em milhões de anos, como: carvão mineral e o petróleo.

Durante milênios, a exploração mineira permaneceu relativamente à margem da exploração dos recursos naturais renováveis de origens vegetais e animais. Entretanto, a revolução termoindustrial do século XIX, transfigurou o perfil energético, a partir do extraordinário crescimento industrial das nações ditas modernas ou desenvolvidas. A indústria passou a depender, desde então, de uma intensa exploração das reservas

energéticas de base mineral, assim como do inseparável e fantástico progresso técnico-científico, possibilitado pela civilização capitalista ocidental.

Todavia, enganaram-se os adeptos do pensamento linear do mito moderno do progresso e do desenvolvimento, ao acreditarem, que a exploração daquelas reservas minerais permaneceria isenta de limites e consequências ecológicas (GEORGESCU-ROEGEN, 2008). A acentuação do aquecimento global e o esgotamento tendencial das reservas de petróleo, revelam o limite à expansão do modo de produção capitalista, que agora se defronta com o necessário e inevitável retorno às fontes orgânicas e eotécnicas.

A dependência de energia derivada da biomassa, por exemplo, leva o sistema a se expor a toda volatilidade e limites à exploração desse tipo de energia, como: secas, enchentes, ataques de biodiversidade, capacidade de carga e controle territorial sobre os estoques de terras e recursos naturais para produção de agroenergia. Isso certamente indica um comprometimento estrutural sem precedente em sua história, da sua escala de reprodução do capital.

É nesse ponto, que se impõe um dilema sistêmico central ao capitalismo: a escolha entre a transformação radical do seu modo de produção ou o enfrentamento em anos de problemas climáticos mais severos em nome da salvação do capitalismo. Nos marcos dessa discussão, pode-se afirmar que a extração de valor-energia, constitui um aspecto econômico e ecológico fundante da reprodução sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011). O esgotamento certo das fontes de energia fóssil, impõe o desenvolvimento de fontes energéticas suplementares, como uma questão central, certamente não por causa do aquecimento global, mas como medida de contra-tendência à antecipação do seu colapso.

Conforme Laschefski (2008), os recorrentes encontros diplomáticos observados entre os países produtores de agrocombustíveis e grandes consumidores de energia, indicam uma preocupação para além do aquecimento global. Disfarçado sob o rótulo do capitalismo verde, o que está em jogo é muito mais a reestruturação dos rentáveis mercados energéticos, que são fundamentais para a distribuição futura de poder no campo da geopolítica internacional.

O iminente estrangulamento do padrão termoindustrial hegemônico, sinalizado pela tendência ao esgotamento das reservas de petróleo até o final da primeira metade do século XXI, leva o capital a recorrer à apropriação territorial de recursos agroenergéticos, tendo vista a sua sustentação energética, mediante. A agroenergia ou agricultura de energia é o processo de geração de energia, a partir da biomassa produzida pelos agroecossistemas, destacando-se nas últimas duas décadas os agrocombustíveis, derivados de cultivos agrícolas, como a cana de açúcar e diversos tipos de oleaginosas.

É fundamental aqui, esclarecer que a opção pelo termo “agroenergia”, “agrocombustíveis” e “agrodiesel”, não se trata de um capricho semântico, mas de um

posicionamento político acerca de um modelo de desenvolvimento, que é considerado conservador, excludente e insustentável. O termo agroenergia se refere à produção de energia sob a lógica da exploração capitalista das forças produtivas, sem, portanto, a mínima preocupação ambiental. A existência histórica e social do capitalismo se reveste de justificativas para sua manutenção. Assim, os conceitos, definições e teorias são territórios de disputa, cuja elaboração decorre do confronto dialético com o concreto pensado e vivido.

O termo “agrocombustíveis”, se situa no âmbito territorial da formulação ideológico-conceitual crítica, que se faz sobre os signos do agronegócio, enquanto modelo dominante de desenvolvimento para a agricultura (FERNANDES, 2011). A opção por “biocombustíveis” é apelativa, pois se refere à ideia geral de produção ‘renovável’, ‘sustentável’, ‘limpa’, não encontrando respaldo nos marcos do avanço capitalista sobre a agricultura. Convém, portanto, designar por agrodiesel, o diesel de vegetal, oriundo dos cultivos de oleaginosas, cuja produção se dá em larga escala e em detrimento da sustentabilidade dos agroecossistemas. Essa terminologia corresponde melhor ao discurso, que aqui se pretende descontruir da ecologia de mercado e do capitalismo verde, típicos do “universo do agronegócio, enquanto projeto político hegemônico sobre nossos territórios e recursos naturais” (BRAVO, 2007, p. 11).

No âmbito do cenário de crise ecológica do capital o discurso do *mainstream* sobre a transição agroenergética, obscurece a conflitualidade das relações entre Estado, produção capitalista do espaço agrário e disputa pela posse territorial dos recursos naturais. Ignora-se que aos agroecossistemas e às populações que deles dependem para a sua sobrevivência, tem sido imposta também a função de sustentação energética do modelo globalizado de consumo exponencial de energia.

A questão da crise e da transição da matriz energética, “está promovendo intensos processos de reordenamento do uso dos territórios rurais, através de disputas territoriais entre o agronegócio e o campesinato pelo uso dos territórios para produção de alimentos e agrocombustíveis” (FERNANDES; WELCH; GONÇALVES, 2011, p. 26). Isso suscita a análise, que será feita na seção seguinte deste artigo, sobre o direcionamento das políticas governamentais gestadas em torno da conflitualidade de modelos propostos pelo agronegócio e o campesinato, para a produção de agrocombustíveis.

Segundo alguns autores, deverá ocorrer grandes alterações na paisagem e na organização da produção agrícola no mundo e no Brasil, evidenciando que a produção de biocombustíveis em larga escala deverá desafiar as escolhas entre os diferentes usos agrícolas do solo. Segundo o autor, a política de agrocombustíveis brasileira levará ao aumento de cerca de 18% na produção de agrocombustíveis no Brasil, com a produção de oleaginosas e cana de açúcar, crescendo respectivamente 21% e 8% (MATA, 2009; GURGEL, 2011).

Conforme (MORENO, 2006, p. 9-10):

> Para se ter uma ideia da monta do novo papel atribuído à agricultura e ao campo para a economia mundial, através da produção de cultivos destinados à geração de energia [...], a FAO estima que nos próximos 15 a 20 anos nós devemos ver os biocombustíveis produzindo 25% do total da demanda mundial de energia [...]. No Brasil uma estimativa oficial é de 100 milhões de hectares de área disponível para o avanço dos cultivos energéticos (sobretudo da soja, cana de açúcar, palma africana e florestas energéticas). Nesta estimativa, já estariam descontadas as áreas protegidas, parques nacionais e as terras já ocupadas com cultivos agrícolas alimentares e de fibras.

Conforme a tabela 2, abaixo, pode-se perceber essa tendência ascendente, quando observamos a evolução percentual da área de produção de cana-de-açúcar e soja no Brasil, onde ambas apresentaram crescimento em 10 anos (2005 – 2015), da ordem de 48% e 46,16%, respectivamente. No mesmo período, a produção total de etanol e de agrodiesel foi respectivamente de 80,76% e 5606,02%.

Tabela 1 - Produção do setor de agrocombustíveis no Brasil - (Etanol e Agrodiesel) de 2005 a 2015.

Ano-Safra	Área de produção de cana (hectare)	Produção total de etanol (mil litros)	Área de produção de soja (hectare)	Produção total de Agrodiesel (m³)
2005/06	5.840,3	16.851.488,6	22.749,4	69.002,0
2006/07	6.163,3	17.432.178,0	20.686,8	404.329,1
2007/08	7.010,2	23.007.167,8	21.313,1	1.167.128,4
2008/09	7.057,9	26.683.424,9	21.743,1	1.608.448,4
2009/10	7.409,5	25.762.622,7	23.467,9	2.386.398,5
2010/11	8.056,1	27.595.483,3	24.181,0	2.672.759,9
2011/12	8.362,6	23.427.171,0	25.042,2	2.717.483,5
2012/13	8.485,0	23.640.465,1	27.736,1	2.917.488,3
2013/14	8.811,4	27.956.711,5	30.173,1	3.419.838,0
2014/15	9.004,5	28.659.923,7	32.092,9	3.937.268,5
2015/16	8.654,8	30.461.524,5	33.251,9	**-**

Fonte: CONAB e ANP, 2016.
Elaboração: AUTOR, 2016.

O fato é que a transição energética da qual os agrocombustíveis fazem parte, tem se esboçado sobre uma perspectiva tecnicista de sustentabilidade ecológica, cuja a motivação central, são as expectativas de retorno aos investimentos nacionais e estrangeiros nesse setor. Supõe-se que os agroecossistemas possuam capacidade de suporte para a demanda por energia, permitindo que a transição energética se efetive sem consideráveis modificações no modelo de produção agrícola vigente.

Para os defensores dessa perspectiva, a aposta na transição para a matriz energética limpa se resume a um mecanismo econômico e técnico-produtivo de que à medida que os preços dos combustíveis fósseis tendam à elevação contínua devido a sua

escassez, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias alternativas de energia se tornem mais viáveis e factíveis, desconsideradas assim, as diferenças de qualidade entre as fontes fósseis e renováveis, pois trata-se de uma transição para fontes de energia, cuja taxa máxima de utilização não está sob nosso controle (CECHIN, 2010).

Sob outra ótica, por sua vez, os limites entrópicos fazem da transição energética via agrocombustíveis, uma contradição em si mesma, pois para além da dimensão microeconômicas do balanço energético de uma produção viável e eficiente, do ponto de vista econômico-ecológico, uma tendência à formação crescente de entropia se revela, frustrando todo o discurso do capitalismo verde, que envolve, por exemplo, o *agrodiesel*. Isso fica melhor elucidado quando se leva em consideração, que a abertura de novas áreas para agricultura de energia produz carbono, visto que a elevação da produtividade dessa atividade agrícola se estrutura sobre um sistema baseado em insumos derivados do petróleo.

Considerado o "ciclo de vida" dos agrocombustíveis em sua totalidade, ou seja, desde o desmatamento até o consumo automotivo, o que esses combustíveis representam em termos de economia de emissões de gases do efeito estufa é desprezível ecologicamente. Quando confrontado com o acréscimo das emissões causadas pelo desmatamento, queimadas, limpeza de resíduos e as perdas de carbono do solo, por exemplo, cada tonelada de óleo de palma produzida, resulta em 33 toneladas de emissões de dióxido de carbono – 10 vezes mais, que o petróleo e o desmatamento das florestas tropicais para produzir etanol, a partir da cana-de-açúcar, emitindo 50% mais gases de efeito estufa e usando a mesma quantidade de gasolina (HOLT-GIMÉNEZ, 2007).

É essencial observar que a preocupação com a ampliação e a diversificação da matriz energética não é fato recente na história do capitalismo, mas ela se impõe como uma questão geopolítica central, a partir da década de 1970, quando ocorrem os primeiros choques de preços do petróleo e, sobretudo quando os países centrais se dão conta de sua grande dependência das fontes fósseis, territorialmente concentradas e esgotáveis.

Desde então, países como: Estados Unidos, Canadá, Índia, China, Brasil, Malásia, Indonésia e alguns integrantes da União Europeia, diversificado suas respectivas matrizes energéticas, com o incremento progressivo de agrocombustíveis. Destaca-se nesse processo, o agrodiesel nos últimos treze anos produzido, a partir de fontes lipídicas de natureza vegetal, como: colza, soja, palma, mamona, girassol, milho; e de natureza animal, como: gorduras de animais, extraídas, por exemplo, das vísceras de peixe, dentre outras (BRASIL, 2005).

Conforme a *International Energy Agency* (2014), a diferenciação da matriz energética mundial se inicia significativamente em 1973 e representa em 2012 uma composição ainda concentrada em fontes fósseis, mas com avanços na participação de

outras fontes alternativas, por exemplo: gás natural (16,0% para 21,3%), a energia nuclear (0,9% para 4,8%), petróleo (46,11% para 31,4%), carvão mineral (24,6% para 29%), bem como a inserção de novas fontes, como: hidroelétricas (1,8% para 2,4%), biocombustíveis (10,5% para 10%) e outras fontes (0,1% para 1,1%).

Apesar de alguns avanços, as emissões de CO_2 por unidade de energia, variaram pouco nesse período, pois a matriz energética mundial ainda é majoritariamente de base fóssil. Conforme a tabela 1, abaixo apresentada, o petróleo ainda representa 31,1% no mundo e 39,4% no Brasil.

Tabela 2 – Matriz Energética do Brasil e do Mundo em 2014

Fonte	Brasil (%)	Mundo (%)
Petróleo	39,4	31,1
Gás Natural	13,5	21,5
Carvão	6,3	29,0
Urânio	1,3	4,7
Hidro	11,5	2,5
Biomassa Sólida*	21,9	9,3
Biomassa Líquida**	5,7	0,6
Outras***	0,4	1,4

Fonte: Brasil, 2015.
Elaboração: AUTOR, 2015.
Nota: *Resíduos agroflorestais; **Biocarburantes; ***Eólica, Solar e Geotérmica.

Os agrocombustíveis, são fontes de energia derivada da biomassa produzida pelos agroecossistemas e representam o avanço global do estágio técnico-científico-informacional em que se encontra a agricultura. Embora, esteja sob certas regulações locais e nacionais, a agricultura referencia-se cada vez mais globalmente, recebendo influências das mesmas leis, que regem os outros aspectos da reprodução econômica – a exploração energética da biomassa é apenas um deles – imprimindo dessa forma transformações substanciais ao espaço agrário globalizado (SANTOS, 2000).

A representação maior desse fenômeno é a tendência mundial à especialização do espaço agrário de diversos países, sobretudo os da semiperiferia[2], em função das determinações e demandas energéticas globais, desempenhando cada um diferenciadamente, sua função no âmbito da divisão internacional do trabalho e no processo de atenuação do colapso sociometabólico da sociedade capitalista, ativado pelo limite ecológico da espiral capitalista de geração de riqueza, caracterizada historicamente por um padrão técnico-cientifico-informacional produtivista e intensivo em energia.

[2] Termo oriundo da “Teoria dos Sistemas Mundiais” de Immanuel Wallerstein e Fernand Braudel, posteriormente aplicado por Giovanni Arrighi, em sua análise acerca da organização econômica hierarquizada dos Estados-Nações no âmbito do sistema-mundo capitalista. Conforme o autor, conjuntos de países se delimitam em três níveis de desenvolvimento, tais como: “núcleo orgânico (ou Centro) – semiperiferia – periferia”.

A teoria dos sistemas mundiais sugere a em seu esquema a ideia de que existe uma posição intermediária e estável, constituída quase que soba forma de uma zona "nebulosa", por ser reconhecidamente difícil de delimitar, de Estados semiperiféricos, conforme descreve Braudel (1985, p. 95):

> Este nível de existência [do Centro] desce um traço na escala quando chegamos aos países intermédios, vizinhos, concorrentes e emuladores do Centro. Nestes, há poucos camponeses livres, poucos homens livres, trocas imperfeitas, organizações bancárias e financeiras incompletas, muitas vezes mantidas do exterior, indústrias relativamente tradicionais.

Para Santos (1985), esse conceito é essencialmente descritivo e vago, pois possui conteúdo teórico rarefeito e é vago na medida em que são múltiplos os condicionantes e incomensuráveis os critérios para atribuir a condição de semiperiférico a um pais. Justamente por se tratar de um estado intermediário e relativamente fluído, é difícil estabelecer parâmetros para algo que transita entre dois polos. O conceito de *semiperiferia* tem sua relevância para o conjunto deste trabalho, a partir da adjetivação, que lhe foi conferido por Braudel, enquanto elemento emulador e estruturante da lógica de reprodução do sistema-mundo, servindo-lhe como estabilizador do *modus operandi* do capital. Ideia semelhante, Wallestein elabora ao afirmar que "a semiperiferia, por exemplo, atua sempre como um amortecedor, para as possíveis pressões da periferia em direção ao centro do sistema" (WALLERSTEIN *apud* ARRUDA, p. 173).

Para Arrighi (1997) a semiperiferia é um estado situacional de algumas economias nacionais, que possuem simultaneamente caracteres típicos de economias de centro e de periferia. O autor descreve a importância desse estado, a partir de sua função estabilizadora e de "legitimação sistêmica", que sinaliza para a periferia a existência de certa mobilidade dentro da divisão internacional do trabalho, desde que preservada a lógica do sistema-mundo. Um fator-chave a observar é que no contexto da diversificação global da matriz energética, devido à heterogeneidade mundial das condições naturais ou técnico-científicas-informacionais, a questão da vantagem comparativa na produção de agrocombustíveis representa, ainda que em tese, uma possibilidade estratégica de ascensão ao grupo seleto de países do centro.

Dessa forma, a ameaça delineada pela crise energética global, se caracteriza como um entrave à estrutura reprodutiva do capital e ao mesmo tempo uma oportunidade de negócio, a partir da lógica da *destruição criadora*[3]. Esse caráter contraditório se deve ao ritmo espaço-temporal do seu processo de acumulação, que se dá de forma disjuntiva do

[3] Expressão cunhada pelo economista austríaco Joseph Schumpeter em sua *"Teoria do Desenvolvimento econômico"* para expressar a capacidade do capitalismo de motivar, a partir da destruição do que está posto, a inovação de estruturas e processos pelos agentes econômicos, abrindo novos ciclos de crescimento econômico.

ritmo espaço-temporal dos fluxos energéticos dos sistemas ecológicos, impondo uma crescente e insustentável extração de energia da natureza para a (re)produção de valor.

A ativação desse limite se dá, a partir da própria engrenagem da sociedade termoindustrial, cuja escala extrapola a capacidade de suporte da biosfera. Esse estrangulamento termodinâmico pode ser compreendido como uma das contradições internas do capital capazes de solapar o seu sociometabolismo, pois é da sua natureza não reconhecer qualquer forma de restrição, ainda que sua expansão implique em degradação da natureza ou da devastação social. A ideia de 'restrição' e/ou 'regulação" é sinônimo de crise no quadro da reprodução ampliada do sistema do capital (MÉSZÀROS, 2011).

É preciso destacar, que o retorno às fontes de energia orgânica ou eotécnica se constitui para o capital, numa forma de restrição interna. Ainda que tais fontes sejam incorporadas à matriz energética, mesmo sob todo o avanço técnico-científico-informacional das forças produtivas, elas não possuem capacidade para disponibilizar o montante de energia equivalente ao que é extraído dos combustíveis fósseis e na escala requerida pela sociedade capitalista global.

Quando se trata da busca de alternativas energéticas, que tenham por objetivo tornar a matriz energética limpa e sustentável é fundamental se levar em consideração a complexidade social, econômica e geopolítica, que implica o sistema capitalista. Não se pode reduzir a questão da geração de energia, apenas à medição dos megawatts, que porventura, determinada fonte de energia seja capaz de gerar e fornecer. É preciso antes, considerar o equacionamento pouco provável, entre a escala e disponibilidade do fluxo energético que a fonte permite, diante da manutenção de um sistema fordista pré-estabelecido. Por exemplo, o fluxo energético do Sol disponível à transformação energética é muito pequeno, pouco concentrado e muito difícil de ser transportado e armazenado, para serem adequados a sistemas produtivistas (ALTVATER, 1995).

Nos marcos da sociedade industrial fossilista, o que existe é a possibilidade de se reduzir o desperdício resultante do consumo produtivo dos recursos naturais, energéticos e até atenuar a poluição que ela produz. Entretanto, a reversão da toxidade e os danos socioambientais vinculados ao seu estilo de vida, ao aumento de produtividade (provocado pela competição internacional), não podem ser reduzidos substancialmente, na medida em que constituem uma característica essencial do fordismo fossilista (ALTVATER, 1995).

Por isso, a abertura de novas possibilidades de geração de energia apoiadas no fetichismo tecnológico e em discursos ambientais retóricos, tem permitido ao modo de produção do capital avançar sobre a apropriação de recursos naturais nas mais diversas regiões do globo. Nos países semiperiféricos, algumas porções do espaço agrário têm passado a integrar a pauta de possibilidades de inversão de capital, mediante o desmonte

dos direitos dos povos tradicionais do campo sobre as suas terras e a espoliação dos recursos naturais dos territórios campesinos.

Essa *"Green Grabbing" ou* "Grilagem Verde" (FAIRHEAD; LEACH; SCOONES, 2012) tem se processado naqueles lugares onde o capital possui elevadas expectativas de retorno com a exploração dos *"negócios verdes"*. A expropriação territorial dos povos tradicionais, se legitima através de discursos centrados na extraterritorialidade dos recursos da natureza e na suposta importância estratégica deles para o bem-estar e sobrevivencia da humanidade, bem como, para o crescimento economico nacional desses países.

> Thus the colonial creation of forest reserves and parks in Africa, the construction of state-sponsored plantations and timber reserves in Southeast Asia, and the series of dramatic enclosures that have affected South America's rural history have all, in different ways, involved removing local inhabitants, or drastically curtailing their land and resource use rights and practices, in the interests of a greater national or global good (FAIRHEAD; LEACH; SCOONES, 2012, p. 249).

Conforme, Harvey (2006, p.12), isso se deve ao aspecto relacional do processo reprodução espacial do capital financeiro, pois "não há espaço ou tempo fora dos processos que os definem. Processos não ocorrem *no* espaço, mas definem seu próprio quadro espacial. A noção relacional do espaço-tempo implica a ideia de relações internas; influências externas são internalizadas em processos ou coisas específicas através do tempo".

No quadro do regime capitalista de acumulação com dominância financeira, tais influencias partem de instâncias como a Bolsa de Mercadorias e Futuros, centro da comercialização mundial das *commodities* e instrumento de comando do capital sobre a produção e a definição dos preços dessas mercadorias. A produção de *commodities* não é resultante de decisões sobre a alocação dos recursos produtivos tomadas no âmbito do processo de produção em si, mas da lógica especulativa dos *players* – as multinacionais – nas operações da bolsa. Assim, é que o mercado futuro comanda as decisões sobre o que plantar e quanto plantar, a partir da especulação estrangeira sobre a produção ainda não plantada e o estoque de terras agricultáveis disponível, comprometendo a soberania alimentar dos estados nacionais (OLIVEIRA, 2011).

O sistema-mundo do capital requer *inputs* crescentes de energia, exigindo fontes suplementares, que deem conta de seu funcionamento e a destinação dos agroecossistemas à produção de agroenergia objetiva atender a essa demanda global, expressando como influências externas – padrão de desenvolvimento e de consumo de energia dos países do centro –, são internalizadas pela agricultura, redefinindo de forma seletiva o seu espaço e o seu caráter produtivo.

A mediação para isso, se dá através do Estado, que confere condições ao capital financeiro para realizar uma seletividade espacial, que se resume ao direcionamento e concentração territorial dos investimentos estrangeiros. “Em relação à restruturação no campo influenciada pelas alterações na agricultura, o Estado passa a obedecer a novos parâmetros normativos e organizacionais impostos pela hegemonia mundial” (LIMA; VASCONCELOS; FREITAS, 2011, p. 108).

A estrangeirização das terras agrícolas é o fenômeno, que significa essa seleção espacial e que alguns teóricos denominam como uma nova característica da procura por novos territórios para a expansão da agricultura capitalista (FERNANDES, 2013). Ela consiste de um processo moderno de “commoditização” da agricultura para a produção monocultora e agroexportadora em grande escala (KHALILI, 2009).

> Empresas e governos de diversos países estão arrendando, comprando, dando em arrendamento gigantescas áreas de terras. Apresentamos esses países em três conjuntos: 1) países arrendatários e/ou compradores de terras; 2) países arrendatários e/ou compradores de terras que são ao mesmo tempo países arrendadores e vendedores de terra; 3) países arrendadores de terras. Os países arrendatários e/ou compradores de terra são predominantemente ricos, interessados na produção de agrocombustíveis e na produção de alimentos. Estão arrendando terras de países pobres, usando seus territórios para produzir alimentos e energia (FERNANDES, 2013, p. 314).

Para que isso se proceda, antes a política de desenvolvimento das nações deve se centrar estritamente no modelo primário-exportador para ampliação das taxas de crescimento econômico e assim, facilmente se subordinar às diretrizes do mercado internacional e das oportunidades de novos negócios, que a agricultura tem permitido. Dessa maneira, o processo econômico define o seu quadro espacial, imprimindo transformações radicais na paisagem, infraestrutura, nos fluxos biofísicos e socioeconômicos do espaço agrário; alterando também, o tempo do metabolismo agrícola, cada vez mais em função do ritmo das forças e agentes da produção capitalista.

Esse aspecto relacional entre a dimensão global da crise energética do sistema-mundo e o avanço da produção capitalista no espaço agrário ao nível das nações, é significado pela agroenergia, na medida em que ela se apresenta como uma reestruturação radical do perfil da agricultura e, a partir daí, como um canal para uma nova onda invasiva do capital. Isso representa a elevação do processo de acumulação a um nível novo e superior de “expansão geográfica para novas regiões, incrementando o comercio exterior, exportando capital e, em geral, expandindo-se rumo à criação do que Marx denominou ‘o mercado mundial’” (HARVEY, 2005, p. 48).

Assim, o desenvolvimento desigual do capital, tem reconfigurado a estrutura de produção agrícola em todo o mundo, em função dos interesses estrangeiros em garantir o

controle territorial de terras para a manutenção da produção de commodities agrícolas, como: grãos, matérias-primas, agrocombustíveis e madeira (WWF, 2014). Essa vulnerabilidade sinaliza o fracasso das estratégias de industrialização em países semiperiféricos, o que repercute negativamente no que se refere a sua soberania territorial sobre seus sistemas socioambientais.

Dessa forma, o capitalismo global estabelece um balanço de entropia-sintropia, que consiste num saque direto ou indireto de energia e matérias-primas das "ilhas de sintropia"[4] dos países de industrialização tardia, empreendido pelos países industrializados, que as transformam em bens de consumo, promovendo ordem (desenvolvimento) nesses últimos e produzindo entropia (desordem socioambiental) nos primeiros.

> A sociedade capitalista afluente possui um lado ordeiro ao Norte, e um lado desordeiro ou caótico ao Sul Não parece ser possível espalhar pelo mundo inteiro um modo de vida e de trabalho, que, em primeiro lugar, se baseia em um elevado consumo energético e material, que, em segundo, precisa dispor de sistemas energéticos e de transformação material eficientes e inteligentes, e, que, em terceiro, precisa realizar e organizar nesta base uma pratica de vida europeia ocidental, com os correspondentes modelos ideológicos e de pensamento e instituições políticas e sociais reguladoras (ALTVATER, 1995, p.25).

O novo padrão primário-exportador assumido pelos países da América Latina, baseado na especialização da produção de *commodities* e insumos industriais (minerais, siderúrgicos, alimentos, celulose, agrocombustíveis e energia em geral), exemplifica bem a funcionalidade das "ilhas de sintropia", pois dificulta nessa região semiperiférica, o processo de diversificação produtiva e reforça a dependência econômica e o local dela na divisão internacional do trabalho como produtores de bens primários (MANCIO; MOREIRA, 2012).

Essa "nova" indução à especialização primário-exportadora, se apoia nas possibilidades de produção daquelas commodities, que possuem variados usos, como: combustível, alimentação, ração animal, etc. Sobre a geopolítica em torno destas commodities *"Flex" crops,* BORRAS Jr. *et. al.* (2014, p. 2), afirma que elas representam:

> One notable, yet still underexplored dimension of the current era is the rise of "flex" crops and commodities: crops and commodities that have multiple uses (food, feed, fuel, industrial material) that can be, or are thought to be, flexibly inter-changed. These include, but are not limited to soya (feed, food, biodiesel), sugarcane (food, ethanol), oil palm (food, biodiesel, commercial/industrial uses) and corn (food, feed, ethanol).

O Brasil, na condição de país semiperiférico, tem sido alvo desse movimento, em virtude de possuir um dos maiores potenciais do mundo para geração de energia renovável,

[4] Elmar Altvater (1995) se refere em seu livro: *"O preço da riqueza: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial"* às "ilhas de sintropia", como espaços de ordem termodinâmica e ecossistêmica, destinados ao aproveitamento como fontes de recursos e/ou depósitos de rejeitos, em geral situados em países dependentes, de industrialização tardia e malsucedida, seja pelo mecanismo de endividamento externo ou pelos termos desiguais de troca entre países.

a partir de agrocombustíveis, se inserindo, portanto, no mercado externo de álcool, biodiesel e biogás, via reprimarização da economia nacional, ao dispor das suas terras agrícolas às diretrizes globais do mercado agroenergético emergente.

Segundo Harvey (2005) isso é fruto de uma tendência interna à ampliação da produção e circulação capitalista, que transforma as possibilidades decorrentes dos diferenciais naturais entre Estados-Nações, num sistema político e geográfico integrado de produção e troca. Isso é promovido de tal forma, que atenda ao propósito da acumulação capitalista, que para se manter, necessita encontrar ou produzir espaço novo, onde possa se expandir exponencialmente. Em termos geopolíticos, o sistema-mundo se serve dos recursos humanos e naturais de um país ou grupo de países como "mola de expansão" para sua reprodução ampliada.

Nesse jogo, aqueles países que se lançaram à frente do processo de industrialização e personificam o núcleo e os interesses do sistema do capital, recorrem para tanto, a artifícios que lhes garantam sua condição hegemônica, "chutando a escada"[5] das economias emergentes, a partir da imposição geopolítica de uma cartilha da "boa governança" a ser seguida pelas demais nações, como suposta receita para a superação do seu atraso econômico. Essa "boa governança" consiste de recomendações políticas, que vão desde critérios para políticas de ajuste macroeconômico restritivo, liberalização do comércio internacional e abertura a investimentos, privatização e mundialização dos recursos naturais, até sugestões sobre como a democracia, o poder judiciário, bancos centrais e direitos de propriedade, dentre outros, devam operar (CHANG, 2004).

Nesse processo, a produção das relações centro-periferia em nível global, se dá como nos marcos de uma divisão internacional do trabalho adaptada às exigências dos principais centros da indústria moderna, "que transforma parte do planeta num campo substancialmente agrícola de produção, para suprir a outra parte, que permanece um campo substancialmente industrial" (MARX, 1967 *apud* HARVEY, 2005, p. 56).

Esse movimento de ordem global tem implicações diretas sobre o aprofundamento da questão agrária brasileira, dado que o capital agroindustrial detém tamanho poder sobre a produção do espaço agrário nacional devido à perpetuação do latifúndio monocultor, da agroexportação, do controle técnico-científico-informacional, do assalariamento do trabalho agrícola, da subalternização dos agricultores camponeses e da imposição de cultivares, como é caso da ampliação da área de cultivo de oleaginosas, sobretudo da soja para a produção de biodiesel.

[5] Expressão formulada no século XIX pelo economista alemão Friedrich List (1789-1846), em sua obra "O sistema nacional de economia política", para sintetizar como os países desenvolvidos inviabilizaram a ascensão (pelas mesmas estratégias utilizadas em seu processo de desenvolvimento) das economias nacionais mais atrasadas, impedindo as mesmas de se desenvolver e concorrer em condições de igualdade.

Tais bases internas da estrutura agrária brasileira se constituem nas precondições para a dependência e subserviência do Estado à onda de especialização agroenergética empreendida em nível global, desempenhando os governos nacionais papel proativo na execução de políticas, que valorizem produtivamente suas terras agrícolas, provendo todo um ambiente político-institucional e infraestrutural, que viabilize a reprodução das condições de produção capitalistas do espaço agrário.

Sob o pretexto de desenvolver um combustível menos poluente, renovável e substituto do diesel de petróleo, os agrocombustíveis, especificamente o agrodiesel, vem ganhando destaque no atual contexto político-econômico brasileiro, mesmo em comparação com o etanol. O agrodiesel, tem se consolidado como um segmento promissor para o futuro da exportação de agrocombustíveis, e como elemento estratégico para a política agrodesenvolvimentista do capital, centrada em incentivos públicos e privados, eficiência produtiva e crescimento econômico.

Segundo relatório recente do Worldwatch Institute, o agrodiesel vem se consolidando mundialmente, visto que a produção mundial de etanol recuou 0,4% em 2012, se comparado ao ano anterior, totalizando 83,1 bilhões de litros em 2012; enquanto a de agrodiesel subiu, no mesmo período de 22,4 bilhões de litros para 22,5 bilhões de litros. O biodiesel representa atualmente cerca de 20% da produção mundial de biocombustíveis (BARROS, 2014).

É nessa expectativa de mercado que tem se concentrado a empreitada agrodesenvolvimentista brasileira e culminado na ampliação fundamentalmente da área cultivada da cana-de-açúcar e soja. Por sua vez, ainda se tem buscado a eficiência e escala de produção no beneficiamento de outras oleaginosas para a extração de óleos vegetais, tendo em vista não a transição da matriz energética, mas à contenção da pressão sobre o consumo dos combustíveis fósseis e à exploração de novas possibilidades de mercado, que extrapolam inclusive a cadeia de produção do agrodiesel, como: as indústrias de cosméticos, lubrificantes, polímeros, resinas, plastificantes, dentre outros.

Agrocombustíveis e política agrodesenvolvimentista

Nos últimos anos, o avanço das relações de produção capitalistas na agricultura brasileira, tem se dado de forma cada vez mais condicionada ao circuito da financeirização da economia devido às leis gerais da globalização capitalista, que tem lhe imposto uma racionalidade progressivamente mais científica, mas também mais interdependente com o desenvolvimento geral da economia mundial, fundindo essa atividade com os capitais dos mais diversos setores e nichos de mercado. No Brasil, isso tem se dado mais acentuadamente devido à política neodesenvolvimentista do Estado brasileiro que tem

retomado, sob a perspectiva agroexportadora, a centralidade da agricultura como pilar da política nacional voltada para a aceleração do crescimento econômico.

Pode-se inclusive falar que o etanol estando nas mãos de uma oligarquia centenária e conservadora, uma "nova" burguesia do agronegócio, aparentemente mais progressista, porém concentradora também, tem emergido e buscado delimitar seu território de acumulação no interior da estrutura de exploração dos agrocombustíveis. Isso tem se dado, mediante investimentos em outra trajetória alternativa do ponto de vista estritamente econômico, que lhe permite maior controle sobre terra, capital e trabalho, até porque a matéria-prima central da produção do agrodiesel é a soja, que tem apresentado mercados mais amplos e diversificados, que o binômio açúcar-etanol.

Isso se torna possível, entre os anos de 2003 e 2014, quando a política econômica brasileira neodesenvolvimentista, tem se caracterizado por um relevante ativismo governamental, centrado na ampliação do crédito, elevação do consumo interno, investimento em obras de infraestrutura urbana e rural intensivas em recursos naturais e na revitalização agroexportadora, apresentando-se como uma espécie de versão alternativa da estratégia de ajuste da economia brasileira aos imperativos do capital financeiro (SAMPAIO Jr.; BOITO Jr., 2012; BRAVO, 2007).

Pode-se falar, então, da ocorrência no espaço agrário de um (agro)desenvolvimentismo, que tem inserido em seu circuito de crescimento econômico nacional regiões historicamente desprezadas do ponto de vista socioeconômico, como a nordestina por exemplo. A região nordeste, atualmente tem sido alvo de investimentos público-privados em modernização de polos fruticultores, infraestrutura logística, extrativismo agroenergético e expansão de perímetros irrigados, destinados a elevar a produtividade da terra e integrar pequenos agricultores em cadeias agroindustriais, que sob o pretexto de redução das desigualdades regionais, tem servido à valorização do espaço agrário, tornando-o viável para investimentos diretos nacionais e estrangeiros.

Esse movimento claramente expansionista, se sustenta sob políticas agrícolas baseadas na integração de capital nacional-internacional, no latifúndio, na monocultura e na agroexportação, impondo um padrão produtivista ao campo, e portanto, intensivo em tecnologia, o que é característico da agricultura capitalista. Isso demonstra a sobreposição de um projeto conservador de desenvolvimento do espaço agrário, em detrimento de um projeto popular, fundado na adequação sociotécnica e científica dos meios de produção aos limites dos agroecossistemas e às necessidades dos agricultores e agricultoras camponesas.

Ao manter a reestruturação do espaço agrário em função dos imperativos do capital agroindustrial, a produção capitalista do espaço, mediada pelo Estado em sua relação orgânica ao capital, se processa sobrepujando fricções espaço-territoriais nas mais diversas

regiões em condições socioeconômicas vulneráveis do país, decorrentes da afirmação da condição camponesa de uso do espaço, de produção material e imaterial da vida comunitária, frente à flexibilização-(re)funcionalização espacial para fins de acumulação capitalista.

Isso é a confirmação de que ao contrário do que se tem afirmado acerca do enfraquecimento do Estado-Nação, este continua forte e integrado ao capital, provando que nem as empresas transnacionais e/ou instituições supranacionais dispõem sozinhas de força normativa para impor dentro de cada território, seus interesses político-econômicos. “É o Estado nacional que, afinal, regula o mundo financeiro e constrói infraestruturas, atribuindo, assim, a grandes empresas escolhidas, a condição de sua viabilidade.” (SANTOS, 2000).

O ajuste estrutural do espaço agrário, praticado pelo Estado neodesenvolvimentista, é um processo que se realiza em escala nacional, mas inerente à lógica autoexpansiva das forças produtivas capitalistas sobre o espaço mundial, se dando apenas em função das necessidades, cada vez mais intensas e emergenciais, de reprodução do capital em escalas e momentos distintos, com a finalidade de tirar vantagens dos diferenciais socioespaciais internacionais para a obtenção de taxas de lucro crescentes (SMITH, 1988; HARVEY, 2005).

No espaço agrário, tem se observado a ocorrência de uma onda de acréscimos técnicos de toda ordem, como: infraestruturas de irrigação, barragens, portos, aeroportos, ferrovias, rodovias, hidrovias, redes de energia elétrica, refinarias, dutos, telecomunicações, além de semoventes e insumos ao solo, cuja função é ajustar o espaço ao desenvolvimento geográfico do capital. É essencial observar que os ajustamentos territoriais das nações à ordem financeira mundializada se tornam possíveis, a partir da década de 1970, com a emergência da revolução técnico-científica-informacional, que fluidifica as barreiras estado-nacionais, integrando seus espaços ao padrão de acumulação flexível capitalista; a qual é cada vez mais responsável pela incorporação de áreas – algumas até protegidas por leis – ao circuito da sua reprodução ampliada, tornando-as espaços ferrenhamente disputados pelos agentes globais do capital (SANTOS, 2011).

O que neodesenvolvimentismo brasileiro faz, é se aproveitar dos meios técnicos proporcionados por essa revolução para favorecer os agenciamentos do Estado, mediante políticas públicas anticíclicas, reparadoras de mercado, centradas nas possibilidades de aceleração do crescimento econômico, logo num acirramento da modernização conservadora do espaço agrário em nome dos interesses da burguesia atrelada ao agronegócio, mas sob o pretexto de redução das desigualdades regionais e do progresso nacional.

Segundo o Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN, 2011), tem-se observado no campo, no Cerrado, na zona costeira, no Pantanal e na Amazônia brasileira uma expansão do capital sobre terras e territórios tradicionalmente ocupados por grupos sociais, que em certa medida, se situavam fora do circuito da mercantilização integral de seu modo de vida. A chegada dos grandes projetos de infraestrutura nesses espaços é acompanhada de promessas características da ideologia desenvolvimentista do progresso, como: emprego, melhoria da qualidade de vida e oferta de serviços públicos. Esses projetos, verticalmente projetados e implementados, são apresentados como uma decisão já tomada para a população local. Muito de sua força política decorre justamente do fato de eles se projetarem fora da realidade territorial dos povos do campo, como um estado de coisas inelutável, que é preciso aceitar sob a pena de se estar negando a inexorabilidade do “desenvolvimento”.

Conforme Sampaio Jr. (2012), esse projeto de desenvolvimento não passa de uma tentativa de renovar a velha teoria da modernização e propô-la como solução para os graves problemas de inclusão social das populações situadas no elo fraco do sistema capitalista mundial, alvos de programas governamentais que ignoram as suas determinações históricas, sociais e territoriais.

Sob esse contexto, em 2004, o Governo Federal cria o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel – PNPB, como uma ação estratégica e prioritária para o desenvolvimento econômico, baseada na revitalização econômica dos latifúndios; consolidação do biodiesel como uma *commodity* emergente; inversões públicas em infraestruturas técnico-científicas-informacionais; dinamização econômica de áreas interioranas vulneráveis, como as situadas no semiárido nordestino; integração sócio-produtiva entre capital agroquímico e agricultores camponeses; busca pela eficiência produtiva e cultivos em escala; promoção da inclusão social e interiorização do desenvolvimento econômico (BRASIL, 2011).

Entretanto, a realidade do PNPB tem consistido numa transferência de recursos públicos para a produção de biodiesel, a partir do monocultivo em larga escala da soja, concentrado nas regiões Centro-Oeste e Sul do país. Isso resulta em entraves à inclusão social dos agricultores camponeses e à interiorização do desenvolvimento propostas pelo programa, que já em sua concepção como política pública, manifesta o caráter contraditório do Estado neodesenvolvimentista, por um lado conservador/indutor do avanço capitalista na agricultura, por outro um agente social promotor da inclusão social no campo.

O programa, ao se assentar sobre a institucionalização de um ordenamento territorial para a estruturação da cadeia de produção-comercialização do agrodiesel, expressa o caráter conservado técnico-burocrático, ainda hegemônico no contexto da concepção e operação das políticas agrícolas produtivistas, ditas de desenvolvimento rural.

Sob essa formatação, os agricultores camponeses se inserem de forma subordinada, participando da cadeia de produção global do agrodiesel, mas não da governança territorial do programa, cuja gestão se concentra nas mãos da classe, que dispõe de mais capital, terra e tecnologia para cultivar a oleaginosa, até então mais viável, em termos de produtividade e uma das responsáveis pela expansão da fronteira agrícola nas regiões Sul-Sudeste: a soja.

> O Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) se define como um projeto energético autossustentável, considerando o preço, a qualidade e a garantia de fornecimento do biodiesel, fomentando a geração de emprego e renda com inclusão social e sustentabilidade ambiental, a partir de diferentes oleaginosas selecionadas em função da região. [...] O PNPB não é restritivo: permite a utilização de várias oleaginosas ou matéria-prima animal. Essa flexibilidade possibilita a participação do agronegócio e da agricultura familiar e o melhor aproveitamento do solo disponível para a agricultura (WILKINSON, 2008, p. 27-29).

Desprovidos de qualquer processo de empoderamento, os agricultores apesar de serem apontados como alvos de tais políticas de inclusão social acabam impelidos a adotarem relações sociais de produção e comercialização, que lhes são muitas vezes estranhas, prejudiciais e desvantajosas, levando-os à dependência governamental e privada da qual se tornam reféns. Apesar de o PNPB se apresentar como uma política com fins sociais, a dimensão econômico-produtiva é a que mais se destaca, pois a finalidade é em suma, atender a demanda interna institucionalizada e a potencial demanda externa por óleos vegetais, seja para a produção do biodiesel ou como insumo para outras cadeias industriais.

Assim, se faz necessário o cultivo de oleaginosas em larga escala, incrementos vultosos de capital e tecnologia, o que por sua vez se constitui num entrave à sua eficácia social nas regiões pobres do semiárido, onde os cultivares de oleaginosa não são os mais viáveis do ponto de vista econômico-produtivo como é o caso da soja.

A baixa produtividade dos cultivos de oleaginosas, muitas vezes apontado como o maior desafio nas áreas semiáridas, está relacionada à precária condição sócio-produtiva dos agricultores camponeses, desprovidos de terra, água e meios técnico-científicos, que os tornem capazes de atender às impositivas expectativas de abastecimento das mini-usinas de processamento. O não equacionamento do conflito entre a racionalidade do agronegócio inerente ao PNPB, e a racionalidade camponesa tradicional é o que leva o programa a se descaracterizar justamente em seu aspecto diferencial: a inclusão social de agricultores camponeses.

Decorre desse fato, que a exploração do agrodiesel noutras regiões do território brasileiro tem se sustentado, a partir de uma estrutura oligopolizada, gerenciada por uma camada da burguesia agroindustrial produtora de soja, da “estrangeirização” das terras,

monocultivos intensivos em capital-tecnologia, o que por sua vez tende marginalizar ao invés de incluir social e produtivamente as unidades produtivas camponesas, relegadas cada vez mais a cultivos pouco produtivos, em solos deteriorados e cuja produção não tem se destinado a produção de biodiesel, tal e qual a produção de óleo de mamona.

> Recentemente, um conjunto de processos iniciados pela mudança da matriz energética do combustível fóssil para a biomassa, que gerou a crise alimentar, expandiu os interesses das corporações e governos pelo recurso terra, intensificando seu uso territorial no que denominamos de estrangeirização de terras como uma nova modalidade de grilagem de terras. No Brasil, assim como em outros países, este conjunto de processos gerou um recorde histórico de alta dos preços da terra (CLEMENTS; FERNANDES, 2013, p. 11).

Isso permite inferir, que a condição subalterna do agricultor camponês é um pressuposto da sua inserção na cadeia produtiva do biodiesel, colocando-o em posição de desvantagem política, econômica e social, no âmbito de uma relação sócio-produtiva artificial engendrada pelo Estado orgânico ao capital, tendo como consequência formas veladas de subordinação da renda camponesa da terra ao capital e o aprofundamento do "descampesinamento" (MARQUES, 2008), contradizendo o aspecto social do PNPB em relação aos agricultores.

O padrão de desenvolvimento imposto ao campo pelo modo de produção capitalista corrói o caráter de classe e a cultura tradicional do camponês ao induzi-lo, objetiva e subjetivamente "a adotar formas de produção (tipos de produtos, de insumos, de tecnologias e a introdução de novas relações sociais de produção) que lhe são intrinsecamente prejudiciais e o impele a um impasse existencial perverso: ou adota a racionalidade capitalista, negando o modo de ser e de viver camponês – a racionalidade camponesa, ou seus membros se proletarizam" (CARVALHO, 2005, p. 3).

Compreender o PNPB, portanto, significa percebê-lo como parte integrante da totalidade complexa, que é a questão energético-reprodutiva do sociometabolismo do capital; como uma manifestação nacional dos imperativos estruturais do capital, determinados em nível global, implicando, apesar do discurso socioambiental, que envolve os agrocombustíveis, no acirramento da produção capitalista no e do espaço agrário, bem como, na descaracterização do modo de vida camponês, entendido aqui como uma forma dialeticamente contraposta à ética capitalista (WOORTMANN, 1990).

Considerações Finais

O que se pode perceber do que fora exposto, é que em termos globais um limite energético se impõe à continuidade do padrão de produção e consumo intensivo de energia, característico do sistema capitalista, o qual tem recorrido a alternativas energéticas, dentre

elas a energia derivada da biomassa proveniente da agricultura. Entretanto, tais alternativas, mesmo com todos os avanços alcançados pelas forças produtivas sob esse modo de produção, demonstram-se insuficientes e incompatíveis à escala ampliada de reprodução do capital, corroborando as teses que apontam para o limite termodinâmico do seu sociometabolismo, o qual não pode ser superado sem repercussões nefastas para os sistemas ecológicos e sociais em todo o mundo.

Nesse contexto, os espaços semiperiféricos têm sido produzidos e reproduzidos, mediante atuação orgânica do Estado ao capital, para viabilizar os movimentos de autoexpansão do capital e sua necessidade constante de reinvestimento em diversificadas atividades produtivas. Os diferenciais espaciais de cada país são os critérios geopolíticos que norteiam o capital quanto ao recurso que irá explorar econômica, social e ambientalmente, sob o pretexto de possibilitar a cada nação uma melhor inserção no contexto da divisão internacional de trabalho. Conforme o Plano Nacional de Agroenergia, o Brasil é o país do mundo que reúne o maior quantitativo de vantagens comparativas para liderar a agricultura de energia, apresentando diversidade de clima, exuberância de biodiversidade, e deter um quarto das reservas superficiais e subterrâneas de água doce (BRASIL, 2005, p. 8).

O governo brasileiro, tendo em vista no longo prazo, as taxas crescentes de uso da biomassa energética e o crescente interesse de investidores internacionais interessados em contratos de longo prazo para garantir o fornecimento de agrocombustíveis, especialmente o álcool e em menor proporção, mas em ascendência, o agrodiesel, tem apostado e viabilizado a criação artificial/institucional de uma estrutura não só produtiva, mas de mercado, haja vista o aproveitamento das vantagens comparativas do país em relação ao restante do mundo.

Nesse sentido, pode-se afirmar ainda a ocorrência de uma indução à reprimarização das economias semiperiféricas, tal e qual a brasileira, no sentido do ajustamento do espaço agrário às determinações de ordem global e suas demandas energéticas, resultando no Brasil, materializada pela instituição do Programa de Produção e Uso do Biodiesel, cuja finalidade é potencializar a produção e o consumo nacional de biodiesel.

Entretanto, esquece-se a incapacidade de se estruturar completamente a produção de agrodiesel e ainda promover o desenvolvimento rural, a partir de uma política/programa como o PNPB, que se sustenta fundamentalmente na prática nas vantagens comparativas, quando um processo complexo, dinâmico e integrado como é o desenvolvimento, requer o aproveitamento de potenciais ativos e renováveis como: conhecimento, tecnologia, cooperação, interação, dentre outros; apenas controlar recursos naturais e promover incentivos fiscais são políticas de desenvolvimento superadas.

No que se refere ao viés social, que tanto é apontada pelos gestores públicos para diferenciar o PNPB dos demais programas agroenergéticos do mundo, a relação sócio-produtiva ensejada pelo poder público, ao contrário pressupõe a condição subalterna do agricultor camponês, na medida em que sua inserção na cadeia produtiva do biodiesel se dá antecipadamente em condição de desvantagem, resultando apenas em formas veladas de subordinação da renda camponesa da terra ao capital, frustrando antecipadamente o aspecto social do PNPB em relação aos agricultores.

Nesses termos, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel, enquanto política pública limita-se a promover uma inserção capitalista precária desses agricultores camponeses na cadeia de produção do biodiesel, preservando os interesses do capital agroenergético e agroquímico, que se direcionam cada vez mais para a exploração da força de trabalho camponesa e das potencialidades dos óleos vegetais, o que exige um maior aprofundamento e pesquisa quanto aos mecanismos obscuros sob os quais isso se processa no âmbito do programa.

Referências

ALTVATER, E. **O preço da riqueza**: pilhagem ambiental e a nova (des)ordem mundial. São Paulo: Editora UNESP, 1995. 333p.

ARRIGHI, G. **A Ilusão do desenvolvimento**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.

ARRUDA, J. J. A**.** Immanuel Wallerstein e o moderno sistema mundial. **Revista de História**, São Paulo, n. 115, Ensaio bibliográfico, p. 167-174, 1983. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/61800/64663>. Acesso em 20 set. 2016.

BARROS, B. **Produção global de biocombustíveis registrou em 2012 primeira queda.** Valor Econômico, São Paulo, 11 abr., 2014. Disponível em: <http://www1.valor.com.br>. Acesso em: 15 abr. 2015.

BOITO JR., A. As bases políticas do neodesenvolvimentismo**. Fórum Econômico da FGV**, São Paulo, 2012, p. 1-15.

BORRAS JR, S. *et. al.* **Towards understanding the politics of flex crops and commodities.** TNI, 2014. Disponível em: <https://www.tni.org/en/publication/the-politics-of-flex-crops-and-commodities>. Acessado em: 26 set. 2016.

BRASIL. Ministério de Minas e Energia. **Resenha Energética Brasileira**, 2015. Disponível em: <http://www.mme.gov.br>. Acessado em: 05 set. 2015.

_____. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel:** inclusão social e desenvolvimento territorial, 2011. Disponível em: <http://portal.mda.gov.br>. Acesso em: 12 jan. 2015.

_____. Agência Embrapa de Informação Tecnológica. **Diretrizes de política de agroenergia**, 2005. Disponível em: <http://www.agencia.cnptia.embrapa.br>. Acesso em: 12jun., 2013.

_____. Ministério de Minas e Energia. **Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel – Biodiesel**: O novo combustível do Brasil, 2004. Disponível em: < http://www.mme.gov.br>. Acesso em: 12 jun., 2013.

BRAUDEL, F. **A dinâmica do capitalismo.** Lisboa: Teorema, 1985.

BRAVO, E. C. **Agrocombustíveis, cultivos energéticos e soberania alimentar na América Latina.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

CARVALHO, Horácio Martins. **Campesinato e a democratização da renda e da riqueza no campo**. Curitiba, 2005. (Mimeo).

CECHIN, A. D. **A natureza como limite da economia**: a contribuição de Nicholas Georgescu-Roegen. São Paulo: SENAC, 2010.

CHANG, Há-Joon. **Chutando a escada**: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

CLEMENTS, E. A.; FERNANDES, B. M. Estrangeirização da terra, agronegócio e campesinato no Brasil e em Moçambique. **Observador Rural**, 2013. Disponível em: < http://www2.fct.unesp.br/nera/projetos/clements_fernandes-2013.pdf>. Acessado em 23 jun. 2015.

ETTERN – Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza. **Projeto Avaliação de Equidade Ambiental como instrumento de democratização dos procedimentos de avaliação de impacto de projetos de desenvolvimento**. Relatório Síntese. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ), 2011.

FAIRHEAD, J.; LEACH, M.; SCOONES, I. Green Grabbing: a new appropriation of nature? **The Journal of Peasant Studies**, v. 39, n. 2, 2013, p. 237-261.

FERNANDES, B. M**.** Estrangeirização de terras na nova conjuntura da questão agrária**.** Fernandes, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária**: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico. Presidente Prudente: 2013, p. 312-321.

FERNANDES. B. M.; WELCH, C. A.; GONÇALVES, E. C. Políticas de Agrocombustíveis no Brasil: paradigmas e Disputa Territorial. **Revista Espaço Aberto**, Rio de Janeiro v. 1, n.1, p. 21-43, 2011.

FURTADO, C. **O mito do desenvolvimento econômico**. 6. ed. Rio de Janeira: Paz e Terra, 1983.

GEORGESCU-ROEGEN, N. **O Decrescimento**: entropia, ecologia e economia. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

GURGEL, A. C. Impactos da Política Americana de Estímulo aos Biocombustíveis sobre a Produção Agropecuária e o Uso da Terra**. Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol. 49, n.1, Brasília, Jan./Mar., 2011.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço**. 2. ed. São Paulo: Annblume, 2005.

_____. Space as a keyword*:* CASTREE, N. e GREGORY, D. (Org.). **David Harvey: a critical reader**. Malden and Oxford: Blackwell, 2006. Tradução de Letícia Gianella; revisão técnica de Rogério Haesbaert e Juliana Nunes. [s.d.: s.n.].

HOLT-GIMÉNEZ, E. Biocombustíveis: cinco mitos da transição dos agrocombustíveis. **Revista NERA**, Presidente Prudente, ano 10, n. 10, p. 151-164, 2007.

INTERNATIONAL ENERGY AGENCY. **Key world energy statistics 2014**. França: IEA, 2014. Disponível em: <http://www.iea.org/publications>. Acesso em: 23 out., 2014.

LASCHEFSKI, K. **Agrocombustíveis:** a caminho de um novo imperialismo ecológico? Revista Diversa, Minas Gerais, nº 14, p. 1-2, 2008.

LIMA, L. L; VASCONCELOS, T. S. L.; FREITAS, B. M C. **Os novos espaços seletivos no campo.** Fortaleza: EdUECE, 2011.

MALUF, R. **Estratégias e políticas de desenvolvimento para o semiárido e o programa brasileiro de produção e uso do biodiesel**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2011. (Mimeo).

MANCIO, D.; MOREIRA, R. C. **A** dependência latino-americana e a reprimarização da economia. **Encontro Nacional de Economia Política**, Rio de Janeiro, v. 17, 2012, Anais... 2012.

MARQUES, M. I. M. A atualidade do uso do conceito de camponês. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 11, n. 12, p. 57-67, 2008.

MARX, K. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MATA, H. T. C.; OLIVEIRA, G. G.; GERMANI, G. I.; LADU, L.; SANTOS, G. J.; COUTO, V. A. O dilema dos agrocombustíveis e a segurança alimentar**:** elementos de reflexão. **Anais do VIII Encontro da Sociedade Brasileira de Economia Ecológica**. Cuiabá: Mato grosso, 2009.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo, 2011.

MORENO, C. Agroenergia X Soberania Alimentar: a Questão Agrária do século XXI. **Dinheiro Rural**, ano III, número 25, pág. 76-77, novembro de 2006.

OLIVEIRA, A. U. Os Agrocombustíveis e a Produção de Alimentos. *In:* Mirian Claudia Lourenção Simonetti. (Org.). **A (in)sustentabilidade do desenvolvimento**: meio ambiente, agronegócio e movimentos sociais. 1 ed. São Paulo: Cultura Acadêmica/Oficina Universitária, v. 1, p. 159-180, 2011.

SAMPAIO JR., P. A. **Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo:** tragédia e farsa. Serv. Soc. Soc., São Paulo, n. 112, dez. 2012.

SANTOS, M. **O Brasil**: território e sociedade no século XXI. 15. ed. Rio de Janeiro: Record, 2011.

_____. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SMITH, N. **Desenvolvimento Desigual**: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand Brasil, 1988.

WOORTMANN, K. **Com parentes não se negoceia**: o campesinato como ordem moral. Anuário antropológico, v.87. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1990.

WORLD WIDE FUND FOR NATURE. **Relatório Planeta Vivo 2014**: sumário. Disponível em: <http://www.wwf.org.br/>. Acesso em: 20 jan. 2015.

WILKINSON, J. **Reflexões sobre a construção do mercado do biodiesel no Brasil**: uma leitura a partir da sociologia econômica. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2011. (Mimeo).

WILKINSON, J.; HERRERA, S. **Subsídios para a discussão dos agrocombustíveis no Brasil.** *In:* Agrocombustíveis e a agricultura familiar e camponesa: subsídios ao debate Rio de Janeiro: REBRIP/FASE, 2008. p. 14-21.

YOUNG, C. E. F. **Desenvolvimento e meio ambiente:** uma Falsa Incompatibilidade. Revista Ciência Hoje, Rio de Janeiro, n. 211, v. 36, dez., 2004.

Recebido para publicação em 16 de fevereiro de 2016.

Devolvido para a revisão em 29 de setembro de 2016.

Aceito para a publicação em 19 de outubro de 2016.

Acceso a la tierra, acción colectiva y reforma agraria en el Uruguay[1]

Pablo Díaz Estévez
Doctor en Ciencia Política
Profesor Adjunto de la Universidad de la República
Co-responsable del Núcleo de Estudios Rurales del Centro Universitario de Tacuarembó
Coordinador del Observatorio de Política de Tierra
e-mail: estudiosrurales2016@gmail.com

Resumen

El objetivo general de este artículo es explorar la relación entre política de acceso a la tierra y acción colectiva en el Uruguay entre los años 2005 y 2015, período en el que gobierna por primera vez en el país una coalición de centro-izquierda: el Frente Amplio. Se plantea una triangulación metodológica entre el análisis de materiales de trabajo campo, el relevamiento de información disponible, así como el análisis de material estadístico y documentos oficiales. La hipótesis de trabajo que nos orienta es la de que existe un doble condicionamiento tanto desde las novedosas oportunidades políticas hacia la iniciativa social, como desde la acción colectiva hacia la generación de respuestas políticas a las reivindicaciones. A partir de los resultados del trabajo planteamos como conclusiones finales una serie de aportes al debate que se da en el país en torno al bicentenario del "Reglamento de tierras" concebido como la primer reforma agraria de América Latina.

Palabras Claves: acceso a la tierra; acción colectiva; reforma agraria; movimientos sociales; Uruguay

Access to land, collective action and agrarian reform in Uruguay

Abstract

The overall objective of this article is to explore the relationship between politics of access to land and collective action in Uruguay between 2005 and 2015, during which governs for the first time in the country a center-left: Front Wide. Methodological triangulation between materials analysis fieldwork, survey data available, as well as analysis of statistical material and official documents arises. The working hypothesis that guides us is that there is a double conditioning both the new political opportunities to the social initiative, as from collective action toward generating political responses to the claims. From the results of work pose as concluding a series of contributions to the debate that occurs in the country surrounding the bicentennial of "Regulations on land," conceived as the first agrarian reform in Latin America.

Keywords: access to land; collective action; agrarian reform; social movements; Uruguay

O acesso à terra, ação coletiva e reforma agrária no Uruguai

Resumo

[1]Artículo producido en base a los Documentos Técnicos elaborados por el autor en el marco del Proyecto "Movimiento Regional por la Tierra y el Territorio" del Instituto Para el Desarrollo Rural de Sudamérica" de Bolivia.

O objetivo geral do presente artigo se constitui em explorar a relação da política de acesso à terra e a ação coletiva no Uruguai, entre os anos de 2005 e 2015, período este que governa pela primeira vez no país, um partido político centro-esquerda: a Frente Amplio. A metodologia se configura numa triangulação entre a análise de materiais de trabalho de campo, dados de pesquisa disponíveis, material estatístico e documentos oficiais. A hipótese que orienta este trabalho, é a existência de condicionamento duplo, tanto das novas oportunidades políticas para a iniciativa social, como da ação coletiva para a geração de respostas políticas às reivindicações. A partir dos resultados, apresentamos como conclusões finais uma série de aportes ao debate que se vincula no país em torno do bicentenário do "Regulamento de terras" concebido como a primeira reforma agrária na América Latina.

Palavras-chave : Acesso à terra; ação coletiva; reforma agrária; movimentos sociais; Uruguai.

Introducción

El objetivo general de este artículo es explorar la relación entre política de acceso a la tierra y acción colectiva en el Uruguay en el período 2005-2015, período en el que gobierna por primera vez el Frente Amplio. Los principales resultados presentados abarcan así un período de 10 años, que incluye dos administraciones y aportan al debate actual sobre el problema histórico de la tierra en el país, a 200 años del llamado popularmente Reglamento de tierras de Artigas considerado la primer reforma agraria de América Latina. Con la preocupación de que de "que los más infelices sean los más privilegiados" (LATORRE, RODRIGUEZ, SALA, 1971) José Gervasio Artigas y su movimiento revolucionario agrarista promovió en 1815 la confiscación de grandes latifundios de "emigrados, malos europeos y peores americanos" que se opusieron a la autonomía de los "pueblos libres" federados bajo su liderazgo político. El "Reglamento Provisorio de la Provincia Oriental para el Fomento de su campaña y seguridad de sus hacendados" ordenaba el reparto en propiedad de unas 7.500 hectáreas por familia para amansar ganado y radicarse en el medio rural a comienzos del siglo XIX. Propiedad que no podía ser enajenada ni comprometida en créditos "hasta el arreglo formal de la Provincia"; mientras que se le exigía al trabajador la pronta construcción de un rancho y dos corrales, cuyo incumplimiento llevaba a la pérdida de la tierra. Establecía dicho "Reglamento": "los negros libres, los zambos de esta clase, los indios, y los criollos pobres, todos podrán ser agraciados en suertes de estancia si con su trabajo y hombría de bien propenden a su felicidad y la de la Provincia" (LATORRE, RODRIGUEZ, SALA 1971, p.166).

Ahora, luego de que pasaran ya 200 años de la aplicación del "Reglamento Provisorio" en el país se debate si podemos considerar que el accionar del Instituto Nacional de Colonización (entidad responsable del acceso a la tierra de los trabajadores rurales) sea

una actualización de enfoques estructuralistas de Reforma Agraria, o si se constituye la política de acceso a la tierra reciente una especie de “reforma agraria a la uruguaya”, que distribuye algo de tierra sin alterar la estructura agraria.

Para algunos contendientes del debate, el predominio del libre mercado de tierras y la falta de una movilización campesina explica la inexistencia de tal reforma, para otros los gobiernos frenteamplistas no tienen voluntad política de implementar una reforma agraria, ya que no forma parte de su plataforma partidaria desde 1989. Aunque el planteamiento de la “reforma agraria” vuelve a resurgir (en torno al bicentenario y en el conflicto por el acceso a la tierra en noviembre de 2015), este artículo procura profundizar el estudio de la política de tierra, su orientación al desarrollo, y más precisamente destacar el tipo de interacciones entre en el accionar social y político: ¿la política de tierra puede ser explicada cómo iniciativa política o de los movimientos sociales?, o ¿cómo una composición entre ambas iniciativas?. En este último caso ¿cuáles serían las tensiones entre la iniciativa social y estatal? y ¿qué espacio político disputan los actores en juego?

Para abordar estas preocupaciones se plantea una triangulación metodológica entre el análisis de materiales de trabajo campo del Observatorio de Política de Tierra de la Universidad de la República (DÍAZ, 2013), el relevamiento de información disponible, así como el análisis de material estadístico y documentos oficiales. La hipótesis de trabajo que nos orienta es la de que existe un doble condicionamiento tanto desde las novedosas oportunidades políticas hacia la iniciativa social, como desde la acción colectiva hacia la generación de respuestas políticas a las reivindicaciones, que explican la política de tierra del gobierno frenteamplista y la conducta de los actores sociales. En torno a los resultados a los que nos conduce esta hipótesis de trabajo se identifican al final del artículo una serie de aspectos relevantes para futuros abordajes de la temática sobre la reforma agraria en Uruguay que aportan al mencionado debate que se da en el país en torno al bicentenario del “Reglamento de tierras” concebido como la primer reforma agraria de América Latina.

En el siglo XX del Río de la Plata (Uruguay y Argentina) no se aplicaron leyes de Reforma Agraria (SAMPAIO, 2005). La reaparición del campesinado como sujeto colectivo en el norte argentino (DÍAZ, 2007) y en el Brasil (CARVALHO, 2015) contrasta con la ausencia de la identidad campesina en el Uruguay actual (PIÑEIRO, 2004) y la falta de emergencia de un movimiento campesino por la tierra en tanto movimiento social de alcance nacional (QUIJANO, 2000), pese a que se trata de un país de base agropecuaria.

Las reivindicaciones por el acceso a la tierra en el Uruguay estuvieron vinculadas a la aplicación de la Ley 11.029 de creación del Instituto Nacional de Colonización (en adelante INC) que entre sus facultades incluyó la de expropiación de tierras, la que fue

exigida entre 1964 y 1970 por las Marchas de los asalariados rurales del norte del país y su vínculo con el Movimiento de Liberación Nacional- Tupamaros; expresión del accionar colectivo más contundente en la historia del INC. Pero situemos la política de acceso a la tierra a través del INC en el proceso histórico nacional.

Recorrido histórico de la política de acceso a la tierra en Uruguay

Los antecedentes académicos recientes referidos al estudio de la política de tierra del Instituto Nacional de Colonización, se adscriben a algunas de las experiencias desarrolladas, como las del norte cañero (OYHANTÇABAL, 2014; BRUSCHI, 2014), o bien a algunas de las dimensiones de la política como lo es la del "trabajo asociativo" (TOLEDO, 2014)[2] pero no hay un cúmulo significativo de estudios abarcativos de las diversas dimensiones que implica la intervención estatal sobre acceso a la tierra en los años recientes (DÍAZ, 2015b) o de la relación de la política actual y el accionar colectivo con la problemática histórica de la tierra en Uruguay, de aquí la importancia de la síntesis y el análisis que abordaremos.

En el artículo "El debate histórico sobre la propiedad de la tierra" García Bouzas (2008) considera que en Uruguay hubo "dos instancias en que el asunto de la tierra, su distribución, uso y carácter de la tenencia, pasó a ser un problema político de primer nivel": en 1815 (primera situación histórica considerada) cuando la respuesta artiguista al arrastre colonial de la apropiación de latifundios y en los comienzos del '900 cuando el enfrentamiento entre gobiernos intervencionistas y las gremiales de "estancieros" generaron un debate nacional sobre la "desacralización de la propiedad" en "el marco del aumento explosivo del valor de la tierra" y la "escasa contribución de sus propietarios al presupuesto del Estado" (GARCÍA BOUZAS, 2008, p.167). Luego de la derrota artiguista, el Estado uruguayo a mediados del siglo XIX se limitó a fomentar la "colonización privada" con inmigrantes mediante exoneraciones y franquicias sin lograr evitar la apropiación por parte de los particulares de las tierras fiscales:[3]

> La formación de un mercado moderno de tierras a escala nacional, determinó que las formas centrales de acceso al recurso tierra fueran aquellas que eran posibles de codificaciones legales formales, y tendió a eliminar las formas de

[2] A modo de ejemplo en "Nuevas políticas de Colonización y Trabajo Asociativo" (Toledo, 2014) se estudia cómo impacta en la subjetividad del nuevo "colono" la política colonizadora, que le permite transitar de un lugar individual a uno colectivo en la producción.

[3] En los considerandos del Decreto Ley del 15/1/1867 se detalla la "confabulación de los ocupantes y especuladores, interesados todos en hacerse gratuitamente propietarios de las mejores tierras"(SOLARI, 1958, p.278)

> acuerdo informales, así como las formas de acceso “de hecho”. (PIÑEIRO, MORAES, 2008, p. 111).

Por lo tanto el rápido alambramiento de los campos a fines del siglo XIX permitió la temprana consolidación de la propiedad privada, en el período de la “modernización”, sin que la colonización privada promovida fuera cuantitativamente significativa.

En 1913, la Ley Nº 4.301 instauró la colonización como “cometido público de carácter permanente” (SAAVEDRA, 2012), autorizando al Poder Ejecutivo a negociar el traspaso de las hipotecas resultantes de la actividad colonizadora al Banco Hipotecario del Uruguay (BHU). En 1923 (con la Ley Nº 7.426) se creó la Sección Fomento Rural y Colonización del BHU, la que fue capitalizada hasta el año 1945 por sucesivas leyes, siendo la adquisición de inmuebles en el mercado la principal forma de incorporación de tierras para ser colonizadas por el Estado en la primera mitad del siglo XX.

Si tenemos en cuenta que entre 1940 y 1962 se presentaron 12 proyectos de ley de reforma agraria de todos los partidos políticos con representación parlamentaria (GONZALEZ SIERRA, 1994, p.47), bien podríamos enmarcar una tercer situación histórica donde “la tierra” formó parte de la agenda nacional (CHIAPPE, ESPASANDIN, 2014) comprendiendo tanto el período de discusión previa como el de la implementación inicial de la ley N°11.029 de colonización en 1948. En ese marco se evidencia la preocupación de los impulsores de la ley 11.029 de dar una respuesta al éxodo rural (provocado principalmente por el impacto modernizador del alambramiento de fines del siglo XIX) y a la proliferación de la pobreza rural (ilustrada en los “rancheríos” o “pueblos de ratas”). Frente a esa realidad los legisladores afirman la función social de las tierras de propiedad pública sin que se registren en la intervención estatal mecanismos importantes de “corrección” del sistema fiscal que castigaran el monopolio de las tierras privadas para generar distribución de riqueza, en la orientación *georgista* (GARCÍA BOUZAS, 2008) o procesos de desconcentración fundaría del histórico latifundio.

Según los legisladores que presentaron el proyecto del ley en 1948, el ente autónomo INC (gobernado por un directorio de cinco miembros[4] con diferentes representaciones de organismos públicos y de los productores) nace con un capital “modesto”, sin un “acervo fundiario fiscal” y en cuanto a la “dotación de nuevos fondos” con cifras de “deuda pública” debajo de las previstas para que el volumen de la obra colonizadora sea significativo respecto al “capital de fundación” (CCSS, 1948). Los problemas de financiamiento para la incorporación de nuevas tierras estuvieron presentes

[4] Un representante del Ministerio de Economía y Finanzas, otro del Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca, un representante del Poder Ejecutivo que lo preside, un representante de los productores y otro de los centros de enseñanza agraria.

en toda la historia del INC por lo que varios analistas han considerado que se votó una obra magistral de legislación (porque se atiende a la integralidad de la producción y del productor) pero sin los recursos suficientes para implementarla cabalmente (PARDIÑAS, 2006).

Ubicaríamos luego de esta tercer instancia, la cuarta situación histórica (que mencionábamos al final de la Introducción) donde la "cuestión de la tierra" estuvo presente en la agenda política nacional a raíz de las "fuertes reivindicaciones de sectores trabajadores de la tierra" (PARDIÑAS, 2006, p.16) que buscaban la dinamización a favor de los asalariados rurales de un ente sin fondos suficientes, generando como respuesta del gobierno la implantación del Impuesto a la Productividad Mínima Exigible (IMPROME) que creó la CONEAT o Comisión Nacional de Estudios Agroeconómicos de la Tierra (con la Ley 13.695 de 1968), que habilitó la expropiación y adquisición de inmuebles a favor de colonización. Incorporación de importantes superficies de tierras privadas al Estado que no fueron adjudicadas a sus demandantes movilizados, los que más bien sufrieron la represión en regímenes "democráticos" (desde 1962 hasta 1973) y bajo el régimen dictatorial (1973-84), contribuyendo al "proceso de deterioro que desdibujó la visión inicial y fundadora" (PIÑEIRO, 2014, p.524) del INC.

La falta de incorporación de tierras bajo gobiernos de partidos tradicionales en regímenes democráticos (1985-2004) cierra un ciclo que confirma que el Instituto Nacional de Colonización (INC) "en sus sesenta años de existencia no ha logrado modificar el patrón de distribución de la tierra" (PIÑEIRO, 2011, p.524). Sin embargo constituye desde 1948 el único ente que permite acceder a la tierra a los trabajadores rurales a un precio más accesible que los costos de arrendamiento del mercado.

El INC durante el primer gobierno del Frente Amplio

Los últimos datos oficiales referidos a estructura agraria del Uruguay (del Censo General Agropecuario del año 2011), registran unas 44.781 explotaciones agropecuarias que utilizan 16.357.298 hectáreas de superficie productiva, donde unos 4.167 establecimientos (9%) mayores a 1.000 ha. controlan el 61 % de la tierra, mientras que 24.931 (55%) de predios menores a 100 ha controlan una superficie de equivalente al 4,5% del país (737.260 ha), mientras que desaparecieron 12.000 productores familiares entre 2000 y 2011 (MGAP, 2011). Además otros datos oficiales señalan que entre los años 2000 y 2014 (MGAP, 2015) el 47% de la tierra productiva se compró/vendió en el mercado, dentro de un proceso donde la inversión extranjera directa aumentó 20 veces su valor anual, mientras que el acceso a la tierra a través del Instituto Nacional de Colonización logró afectar apenas el 4% de la superficie productiva del país.

En ese contexto del mercado de tierras, la reactivación del INC comenzó con el gobierno del Frente Amplio (FA), cuya agenda incorporó planteos de la sociedad civil. Entre 2002 y 2003 productores familiares y asalariados rurales realizaron determinadas acciones gremiales (principalmente la constitución de la Mesa de Colonización) en una coordinación con representantes políticos del Frente Amplio para la defensa del INC ante el intento del gobierno del Partido Colorado de cerrar el ente.

El Plan Político del Directorio del INC de 2005 promovió una mejora en la modernización del funcionamiento del ente, así como hizo suyas literalmente las definiciones de la "Mesa de Colonización" que señalaban:

> En términos de sectores sociales, a considerar a la hora de disponer derecursos para la colonización se priorizarán, dentro de las posibilidades, los siguientes grupos: a)Los sectores sociales con mayores dificultades, o sea los trabajadores rurales desocupados y aquellos con condiciones de vida por debajo de la "línea de la pobreza".[…] b)Los productores endeudados y los pequeños productores con problemas de escala o inestabilidad de tenencia, que se aproximan a ser nuevos expulsados de la tierra y constituirse en nuevos emigrantes del campo a la ciudad. […]c) Los productores colonos con dificultades socio-económicas, que a pesar de realizar esfuerzos productivos y de atender sus obligaciones con el Instituto, no consiguen niveles de vida y producción satisfactorias (DÍAZ, 2009, p. 50-51).

Definiciones que fueron refrendadas públicamente frente a las ocupaciones de tierra en Bella Unión (Departamento de Artigas) del año 2006 en un comunicado público del Directorio del INC, así como formaron parte del Plan estratégico del año 2010 del segundo gobierno del FA.

El precio coyuntural de la venta de la hectárea de tierra productiva durante todos los períodos de gobierno del Frente Amplio fue en aumento, multiplicándose por seis su precio medido en dólares entre el 2000 y el 2011 (MGAP, 2014). Los precios de los arrendamientos agropecuarios se quintuplicaron (medidos en dólares) en 2011 respecto al año 2000, siendo esta la forma de tenencia del 26% de la superficie productiva del país en el 2011 (frente a un 64% en régimen propiedad) y representando al 14% de los productores (MGAP, 2011).

Por lo tanto si bien el aumento de precio de la tierra ya venía ocurriendo a fines del gobierno del Partido Colorado (2000-2004), a diferencia del gobierno anterior (que no incorporó tierras al INC)[5] en el primer período de gobierno del FA (2005-2009) se incorporaron al patrimonio del INC unas 42.840 ha (más de un 10% de lo que poseía desde su fundación), generando una ampliación de las áreas colonizadas a favor del acceso de productores familiares y asalariados rurales.

[5] Más precisamente se incorporaron 45 hectáreas, lo que representa para el país apenas un solo minifundio (CHIAPPPE, ESPASANDIN, 2014).

La Ley 18.187 en el año 2007 reafirmó la legislación ya existente sobre el pasaje de tierras de organismos estatales que no estuvieran cumpliendo funciones específicas, lo que constituyó una señal política que favoreció al INC en las negociaciones frente a las diversas reparticiones públicas que detentan tierras. Otro aspecto importante del año 2007 fue la modificación del artículo 35 de la Ley 11.029 que redujo la escala de superficie para que el INC pueda ejercer el derecho preferente de compra de establecimientos mayores a 500 ha lo que permitió que en el período 2005-2014 el 65% de las tierras adquiridas por el INC se hicieran utilizando tal facultad (GÓMEZ, 2014).

El INC durante el gobierno de José Mujica

El Directorio del INC que asume en 2010 (segundo gobierno del FA) reafirmó en su Plan Estratégico las orientaciones políticas del anterior: “modernización y fuerte mejora de la eficiencia del Instituto”, “creación de nuevas áreas de colonización” y como ya señalamos reiteró la necesidad de “identificar los sectores sociales prioritarios” (INC, 2010). Definió como nueva orientación el “apoyo al desarrollo de las colonias” y “nuevas experiencias colonizadoras” donde se destaca la promoción de adjudicaciones colectivas, llevando de 33 a 134 las explotaciones colectivas al final del período.

Se decide priorizar el “Programa específico para la Estabilidad del Lechero” que se orientó a la compra de algunos campos en arrendamientos, que pasarían a ser propiedad del INC estableciendo un contrato de arrendamiento por 25 años con el arrendatario a un costo anual del 3% de la operación de compraventa.

Mientras que para la adquisición de tierras mediante el mecanismo de compra desde el INC en el año 2014 se aprueba la Ley 19.231 (del año 2014) que creó el “Fondo Nacional de Colonización” abriendo un fideicomiso financiero donde se tomarían préstamos de “ahorro nacional” (de seguridad social u otras entidades) por un monto de hasta 100 millones de dólares a un 4% de interés. Esto permitiría adquirir una superficie total de casi 30.000 ha adicionales de tierras en 25 años a los precios actuales, para atender la demanda de más de 6.000 solicitantes de tierra (DÍAZ, ARBULO, 2015).

Por otra parte, frente al conflicto entre el INC y los llamados “colonos propietarios” se sancionó la Ley 18.756, en el año 2011, intentando corregir una situación abierta desde la sanción de la llamada “Ley de Repoblamiento de la Campaña” (Número 18.187 del año 2007), logrando por un lado que “más de trescientos cincuenta productores convalidaron y regularizaron los títulos” (GÓMEZ, 2014, p.6) en una superficie estimada de 45.000 ha, pero perdiendo por desafectación unas 22.000 ha que controlaban propietarios de predios

colonizados por el Banco Hipotecario del Uruguay (traspasados a partir de 1948 a la órbita de colonización).

Esta situación sigue en una disputa caso a caso que alcanza las 200.000 há., siendo la disputa entre nuevos propietarios y la afectación estatal un problema extendido en diversos países latinoamericanos (CHONCHOL, 1994), donde antiguas tierras reformadas vuelven al sector privado (Bolivia, Perú, México, etc.).

Como balance final del alcance de la política de acceso a la tierra mediante colonización, mientras que al 2005 se registran unos 3.800 colonos, en setiembre de 2014 la presidente del INC señala que se alcanzaron los 5.100 colonos, y unas 567.567 ha afectadas por el INC (incorporando 50.093 entre 2010 y 2014), logrando que el 74% de los colonos tengan sus rentas al día, a partir de un Plan de Refinanciamiento de deudas comenzado en el período anterior. (GÓMEZ, 2014).

Se observa entonces una situación dual bajo los gobiernos frenteamplistas: por una parte se da continuidad al modelo macroeconómico que los partidos tradicionales implementaban, promoviendo la inversión extranjera directa en el sector agropecuario, lo que genera mayores dificultades para el acceso y la permanencia en la tierra de los trabajadores rurales por la vía del mercado. Pero por otra parte son las mismas administraciones frenteamplistas las que reactivan una política de acceso a la tierra que gobiernos anteriores pretendían clausurar.

La institucionalización de mecanismos de financiamiento (problema histórico del INC que hemos mencionado) para la adquisición de tierras en el mercado para ser colonizadas, la prioridad de la adjudicación a productores familiares y asalariados rurales, así como el importante crecimiento de las experiencias colectivas, pueden ser los tres principales rasgos de la política de acceso a la tierra del INC 2005-2015. Sin embargo la reactivación del accionar del INC no afectó los patrones de distribución de la estructura agraria, que se mantiene concentrada.

El accionar colectivo por el acceso a la tierra

Si bien, como hemos mencionado, carecemos de suficientes estudios que sinteticen la política de acceso a la tierra de los últimos 10 años, desde diferentes disciplinas de las ciencias sociales sí se han abordado las problemáticas del acceso a la tierra mediante el INC y los procesos organizativos relativos. Sin embargo, la mayor parte de los estudios sociales nacionales sobre el reclamo de tierras se concentran en una micro-región donde históricamente el conflicto por la tierra se hizo presente: la zona de influencia de la localidad cañera de Bella Unión en el Departamento de Artigas (PEREIRA, 2010).

En “El acceso a la tierra en cuestión: dependencia y autonomía en la Colonia Raúl Sendic Antonaccio en Bella Unión” (CHIAPPE, ESPASANDÍN, 2014), se señala que si bien el acceso a la tierra, en tanto factor económico básico para la producción de caña de azúcar, permitió lograr nuevos ingresos para los asalariados zafrales que reclamaron tierras mediante acciones colectivas recientes, no se superaron relaciones de “subsunción indirecta del trabajo en el capital industrial” (en referencia al ingenio estatal) reflejada en diversas dimensiones: “dependencia respecto al trabajo”, a “tierra y financiamiento”, “dependencia técnica”, “de suministro de insumos, maquinaria y riego”, “dependencia en los ingresos de las familias”; si bien se identifican algunos “ensayos de trabajo grupal” que constituyen gérmenes de cambio frente al modelo empresarial capitalista. (CHIAPPE, ESPASANDÍN, 2014, p.76). Por otra parte se destaca que en la fase previa al acceso a la tierra predominaba ideológicamente un “polo rupturista” tras la movilización social, mientras que en la fase de uso del campo fue más acentuado el “polo integrador” en la relación con el Estado, ya que los grupos de trabajadores comienzan a reclamar “mejora en las condiciones de vida” (mediante mayores recursos estatales) y se alejan de sus “organizaciones” gremiales que no dan respuesta a sus nuevas necesidades (OYHANTÇABAL, 2014).

Estas tensiones entre la iniciativa social y la intervención estatal en los procesos de colonización también fueron abordadas desde otras disciplinas como lo observamos en el estudio jurídico “Colonización y Derecho Agrario” de Juan Pablo Saavedra Methol (2012) donde se señala que el “modelo colonizador” de la Ley 11.029 de 1948 (nacida de una fuerte matriz intervencionista) le dió una importancia decisiva a la atención de la “dimensión social” de los trabajadores rurales tomando a la “agricultura como paradigma productivo” (en contraposición con la ganadería extensiva) pero inspirándose en un modelo de “dirigismo estatal” y económico que se “proyecta en la gestión de las colonias y de las parcelas explotadas por los colonos , con un grado muy intenso”, promoviendo una “explotación de base familiar” (SAAVEDRA, 2012, p.16).

Para ejemplificar lo que sucede en otras zonas del país entre la iniciativa social y la intervención estatal en el “acceso a la tierra”, tomamos como antecedentes desde el Trabajo Social, los resultados presentados por Silvia Lema (2007) en el Informe sobre el “Proyecto de fortalecimiento de los procesos de colonización: La familia como unidad de producción y reproducción y las modalidades asociativas en las colonias” donde se realiza una interesante síntesis de la experiencia de trabajo universitario (años 2005-2006) en algunas colonias de los Departamentos sureños de San José y Canelones, donde se identifican como formas asociativas: grupos “vinculados a la esfera productiva” y a “las exigencias de las políticas públicas de pertenecer a un grupo para recibir apoyo técnico y financiamiento”,

así como “comisiones” de las colonias vinculadas a procesos incipientes de cooperación; los que son valorados como espacios con mayor potencialidad futura si bien no presentan una trama asociativa intensa en el momento del estudio.

También se recogen diversas percepciones de los colonos sobre el INC, ya sea enfatizando el “ejercicio de mecanismos de control” en su rol “administrador” del cobro de las rentas, hasta la valoración de un mayor acercamiento de los funcionarios al territorio a partir del recambio del personal en las oficinas regionales. Finalmente, se señala sin embargo que la falta de viabilidad en las “fracciones de subsistencia”, el envejecimiento generalizado de los colonos así como ciertas dificultades de rentabilidad, que aparecen “bajo la forma de declaración o denuncia” no configuran una “demanda concreta que movilice a los colonos”, ya que “las dificultades que se presentan en torno a su condición de colonos son naturalizadas y vividas como situaciones incambiables.” (LEMA, 2007, p. 61).

En Florida, otro Departamento del sur del país, el estudio sociológico sobre “Colonización y Desarrollo Local. El Caso de los Aspirantes a Colonos del Departamento de Florida” de Silvia Morales Aguirre (2011) identifica las características de los solicitantes de tierra ganaderos y lecheros en el marco de las oportunidades abiertas por el INC y las políticas de desarrollo rural. Allí se brinda información actualizada sobre la evolución reciente de la cantidad de solicitantes de tierras a nivel nacional registrados por el INC. Pero resulta particularmente significativo que, en base a 19 entrevistas a “aspirantes a colonos”, se identifiquen las diversas estrategias de vida, los motivos para solicitar tierra (ampliar área, bajar el costo de la renta, la existencia de contratos precarios vencidos o de asalariados tenedores de ganado sin campo, o la urgencia del relevo generacional, etc.), la perspectiva de la exigencia de agruparse para ingresar a un predio que plantea el INC y la tensión que genera esto con la cultura de trabajo individual tanto de los asalariados como de los productores familiares inscriptos (91% de los entrevistados preferirían el trabajo individual).

Al mismo tiempo se caracteriza la reciente modernización funcional del INC y las tensiones ya sea con los mecanismos centralizados de toma de decisiones interna y las oficinas regionales o en la cooperación interinstitucional. Morales (2011) identifica en dicha región una experiencia “modélica” impulsada para “ensayar” una colonización y desarrollo local alternativos al modelo concentrador de tierras, y finalmente si bien considera la existencia de “redes de cooperación” en el Departamento de Florida, su trabajo concluye con que los “aspirantes a colonos” carecen de iniciativa e incidencia socio-territorial, presentando una “débil articulación entre sí” sin levantar “planteos o proyectos colectivos” (MORALES, 2011).

De dichos antecedentes surge una clara diferencia entre la zona históricamente conflictiva (en el extremo norte del país) y las experiencias del sur que han sido estudiadas. A partir del trabajo de campo podemos considerar que las situaciones del sur son las más corrientes entre los distintos Departamentos del país, donde si bien se registran restricciones a los intereses de los trabajadores rurales no existe en general una cultura política de reivindicación por acceso a la tierra.

Protesta y acción colectiva por acceso a la tierra

Si por "acto de protesta" entendemos, una "acción colectiva discontinua de enfrentamiento", donde además de la acción proactiva en función de los intereses comunes de un grupo de personas, se "afecta de una manera directa, visible y significativa" los intereses de los opositores (PÉREZ LEDESMA, 1994, p.64), podemos afirmar que las organizaciones sociales nacionales (de segundo grado) de productores familiares y asalariados rurales no llevaron adelante acciones masivas de protesta tras la demanda de tierra entre 2005 y 2015. Sin embargo sí se registran reivindicaciones de carácter local, desde el histórico sindicato de la Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas (UTAA) y de nuevas expresiones colectivas, donde se destacan un conjunto de acciones locales inéditas fuera de la zona cañera de Bella Unión (zona históricamente movilizada), y sobre todo en el rubro de la ganadería en el período mencionado.

Por un lado, como organización de base de la única central sindical del país (el Plenario Intersindical de Trabajadores-Convención Nacional de Trabajadores o PIT-CNT), pero en el sector cañero de Bella Unión, la Unión de Trabajadores Azucareros de Artigas o UTAA (fundada en 1961) se constituye en "el único sindicato...que reclamó y reclama tierras para trabajar y para distribuir entre sus asociados" (PIÑEIRO, 2014, p. 247), mediante determinadas acciones colectivas que efectivizan el acceso en el período.

UTAA cuenta en la actualidad con alrededor de 1300 socios. Fue fundada en 1961 junto a Raúl Sendic Antonoaccio (líder tupamaro), vinculada históricamente a las acciones de propaganda armada del Movimiento de Liberación Nacional-Tupamaros. Sin embargo "más allá del valor testimonial de la lucha por la tierra por parte de la UTAA, muy poco es lo que incide en el proceso de concentración y extranjerización de la tierra que abarca los últimos diez años" (PIÑEIRO, 2014: 248; DÍAZ, 2009).

En el libro "Sociología de las ocupaciones de tierra. La acción colectiva de los trabajadores rurales de Artigas (2005-2007)" se estudian las ocupaciones de tierras del sindicato de UTAA como "acciones colectivas" (DÍAZ, 2009), o sea como medidas de confrontación política que realizan ciertos grupos sociales, a la hora de reivindicar

demandas. De alguna manera la acción colectiva va desde los actos de protesta puntuales hasta la posible construcción de "series continuadas de interacción" o sea de movimientos sociales propiamente dichos (TARROW, 1997).

Por otra parte, aprovechando las oportunidades políticas abiertas por gobiernos progresistas, una serie de pequeñas acciones de protesta por acceso a tierras, generaron en ciertas localidades o micro-regiones acontecimientos políticos dirigidos a obtener el respaldo de la opinión pública para lograr del INC (su "blanco de demandas") el acceso a la tierra para los llamados "sectores prioritarios": asalariados rurales y productores familiares. Estas protestas comenzaron con la UTAA en la localidad cañera de Bella Unión (Departamento de Artigas) motorizadas por este sindicato de asalariados rurales y organizaciones aliadas de pequeños productores y obreros agroindustriales que en enero del año 2006 llevaron adelante la ocupación de Colonia España. Continuaron en enero del 2007 con la ocupación de la Colonia Eduardo Acevedo (EL ESPECTADOR, 2007b) llevada adelante por otros grupos de colonos y aspirantes del rubro lechero (como el Grupo Mandiyú en Artigas) no sindicalizados pero pertenecientes a la zona de influencia del sindicato cañero de UTAA. Se trasladó luego la protesta al sector de la ganadería de carne a partir del accionar del Movimiento 10 de setiembre en Tacuarembó que realizó tres movilizaciones entre setiembre de 2007 y junio de 2009. [6] Entre 2007 y 2008 en la zona ganadera del Departamento de Durazno (El Espectador, 2007) y la zona hortícola de San José (El Espectador, 2008) el Movimiento Nacional de Aspirantes a Colonos, llevó adelante dos acciones de similares características.

Cabe señalar que en las zonas ganaderas hay cierta dificultades de las gremiales nacionales de productores familiares (más cercanas a los gobiernos del Frente Amplio y más lejanas a la protesta rural) de insertarse en tales zonas, mientras que es reciente la sindicalización de los "peones de estancia" (2012), existiendo una importante dificultad para la creación de organizaciones de trabajadores asalariados del rubro ganadero.

Al final del período analizado se llevan adelante tres nuevas ocupaciones de tierra en la zona cañera: una de ellas motorizada por el sindicato de UTAA y organizaciones locales aliadas en el año 2010 (TORRES, C., 2010) y las otras dos protagonizadas por la Comisión de Tierras del sindicato de UTAA: en la Colonia Mones Quintela (año 2012) y nuevamente en una fracción de Campo de la Colonia España (SAMUELLE, 2015) reclamando una "Reforma agraria real y generosa", cerrando el ciclo de luchas en la misma localidad donde había comenzado en 2006 la acción colectiva. Se obtiene así un saldo de

[6] Incluyendo la ocupación de la oficina de la Gerencia Regional Tacuarembó/Rivera del INC, la Toma simbólica de estancia *La Lata* (Inmueble 492 del INC) y la ocupación de Estancia *La Zulma* en Colonia los Charrúas. (SILVA, L, 2007)

3.000 ha de tierras adjudicadas por el INC a los grupos de solicitantes que integran dicho sindicato (PIÑEIRO, 2014; CHIAPPE, ESPASANDÍN, 2014).

Como elementos comunes podemos señalar que en esta serie de actos de protesta y acciones colectivas (entre 2006 y 2015), sus protagonistas se identificaron como aspirantes a ser "colonos" (tanto productores familiares, como asalariados rurales), mientras que denunciaron al mismo tiempo la falta de regularización de las tierras públicas, reclamaron el acceso a la misma con fines agropecuarios, mediante modalidades disruptivas. Pero ¿cuáles fueron los rasgos inéditos de este actor colectivo en la coyuntura abierta por gobiernos frenteamplistas?

Los nuevos actores colectivos utilizan las oportunidades políticas

A partir del año 2005 las "Prioridades" definidas en los "Planes" del Directorio de colonización, las políticas de desarrollo rural y en materia de legislación laboral (principalmente la instauración de las rondas de Consejos de Salarios Rurales) conformaron una "estructura de oportunidades políticas"[7] permeables a las movilizaciones de protestas y estimulantes de procesos asociativos de productores familiares y asalariados rurales para acceder a los campos y defender sus derechos. A su vez el accionar político-reivindicativo de organizaciones sociales locales también incidió en alguna medida en la construcción de la agenda política del INC bajo los períodos de gobierno analizados. Por lo que entendemos que existió una combinación de ambas variables (acción colectiva y condición política) y al mismo tiempo una "disputa por la iniciativa" (DÍAZ, 2009) donde los actores emergentes utilizaron las oportunidades pero también brindaron desde la movilización elementos en el proceso de negociación y "hechura" de la política pública (AGUILAR, 1992) de "acceso a la tierra".

Las diversas modalidades de 133 experiencias asociativas en tierras del INC utilizan unas 66.155 ha con 1.897 beneficiarios, al primero de julio de 2014. Para destacar cuánto pesa el acceso colectivo mediante reivindicaciones en el conjunto de tales experiencias colectivas en campos del INC, sumamos la superficie que le fue adjudicada a los distintos grupos de UTAA con la de los grupos que participaron en acciones colectivas y de protesta en zonas ganaderas, obteniendo que la superficie "conquistada" a través de reivindicaciones representa apenas un 8 % del total de las experiencias colectivas y a un 6% de los beneficiarios del INC. Esto demuestra que si bien cuantitativamente el peso de la

[7] Tarrow (1997) considera a la "estructura de oportunidades políticas" como a las "dimensiones congruentes […] del entorno político que ofrecen incentivos para que la gente participe en acciones colectivas al afectas a sus expectativas de éxito o fracaso" (TARROW, 1997, p.155).

acción colectiva no es significativo en el conjunto de los campos que administra el INC, de todos modos las reivindicaciones planteadas en general son incorporadas en la agenda de gobierno.

En el escenario actual el trabajador ganadero se hace visible

Mientras que académicamente se ha estudiado principalmente el problema del "acceso a la tierra" en la zona cañera, en Uruguay la mayor parte de los asalariados rurales (55%) y de los productores familiares (57%), son ganaderos. Por esta razón es importante profundizar el análisis de los reclamos, protestas y demandas colectivas (tan inéditas como minoritarias) que hemos presentado de forma exploratoria, en el sector de la ganadería.

El acceso a la tierra de los productores ganaderos si bien ha sido significativo en la historia del INC, presenta serios problemas de escala (TOLEDO, 2013) en la medida en que cada colono integrante de la experiencia asociativa ingresa con una cuota de campo muy baja. Asimismo la mayor parte de los solicitantes de tierra y de los campos colectivos del INC pertenecen al rubro ganadero (55%), lo que refuerza la importancia de incursionar en estudios sobre las diferentes experiencias, dimensiones y limitantes con las que se encuentra el "campo de uso conjunto" de los nuevos colonos de este rubro, donde destacamos la importancia del sub-sector de la ganadería de cría (primer eslabón de la cadena de la carne: el productor del ternero) para abordar de forma interdisciplinaria el estudio de su modo de vida, su cultura política, la viabilidad de sus procesos asociativos, partiendo de su estado de situación y avanzando en las dimensiones productivas y económicas.

Nuevos actores desafían al propietarismo, siendo expresiones minoritarias

Otro aspecto inédito de las pequeñas y localizadas acciones colectivas de trabajadores rurales (también ganaderos) que hemos reseñado es que han enfrentado la cultura política rural del "propietarismo"[8] lo que parecía impensable unos años más atrás:

> En la sociedad uruguaya hay mecanismos de integración social y de amortiguación de los conflictos, extendidos a la sociedad rural, que nos ayudan a entender esta situación. Por un lado el Estado uruguayo ejerce el monopolio de la fuerza y lo hace sin dudas y con legitimidad. No existe la posibilidad de que otros ejerzan la fuerza con aceptación social [...] Por otro lado, también es cierto que el derecho a la propiedad de los medios de

[8] El síntoma más claro del propietarismo lo podemos destacar en la sanción de la ley de usurpación N°18.116 que criminaliza a poseedores y ocupantes precarios de inmuebles urbanos y rurales, a partir del año 2007.

> producción (y los otros derechos que de él se derivan, a disponer de ellos, a usarlos o no, etc.) no está en cuestión. La sociedad uruguaya es profundamente propietarista y sería impensable que alguien (impunemente o con cierta legitimidad social) atentase contra los derechos de propiedad establecidos a fines del siglo pasado sobre la tierra rural (PIÑEIRO, 2002, p.10).

Doblemente novedoso resulta, en zonas ganaderas, el cuestionamiento a los derechos de propiedad privada (donde hubo dos ocupaciones organizadas de tierra) en un sector donde el latifundismo construye consensos en torno a la unidad de la "familia del campo" eludiendo conflictos entre las clases sociales.

Antes de la asunción del gobierno frenteamplista (año 2005) no era posible valorar la estructura de oportunidades políticas para la ocupación de tierras (DÍAZ, 2009), pero además resultaba académicamente invisible la trayectoria agraria de ciertas luchas sociales (PIÑEIRO, 2002), que contaron con legitimidad histórica (en la zona cañera) para reclamar por vías no institucionales "los contenidos de izquierda" que las políticas del gobierno progresista prometían tempranamente en el año 2006.

Sin embargo en el sector de la ganadería todo es novedad: la movilización por la tierra y el acceso colectivo a la tierra, pese a tratarse de acciones minoritarias e invisibilizadas.

Conclusiones

Destacamos la hipótesis de trabajo sobre un doble condicionamiento entre oportunidades políticas e iniciativa social para colaborar en la comprensión de los procesos de acceso colectivo a la tierra en el Uruguay contemporáneo. El mantenimiento de un modelo macroeconómico que agudiza la problemática del acceso y la permanencia en la tierra para asalariados rurales y productores familiares entra en contradicción con las condiciones políticas favorables, generadas desde la intervención estatal para el avance de los procesos colectivos de acceso y reclamo de tierras.

Es en ese marco en que se actualiza el repertorio de acciones colectivas (DÍAZ, 2009) en el medio rural y se extiende la "ocupación" de tierras como "acción modular" (TARROW, 1997) desde las zonas cañeras a las zonas ganaderas.

No obstante en términos cuantitativos es relativamente baja la presencia de los actores sociales movilizados en el conjunto de experiencias colectivas que utilizan los campos del INC, lo que nos lleva a preguntarnos ¿acaso el conflicto por la tierra iniciado en 2006 llevó a una respuesta preventiva de nuevos conflictos del Estado frente al reclamo de otorgar tierras a trabajadores rurales?, a su vez ¿sería esta respuesta la que impide que se

genere el pasaje de la acción colectiva al movimiento social?, o ¿los actores sociales continúan, mediante sus acciones colectivas, reivindicando el acceso a un ritmo más lento que el de entrega de tierras estatales?.

En este sentido antiguas discusiones de la ciencia política sobre la reforma agraria, destacaban como esta podría constituirse en un dispositivo de "cooptación preventiva" (O'DONELL Y OSZLAK, 1981), en determinadas situaciones latinoamericanas donde el Estado optó por "movilizar al campesinado en apoyo de un programa de transformación de la propiedad agraria". En tales situaciones, más allá de la existencia o inexistencia de la movilización previa del campesinado a la intervención estatal, -"pero aun cuando sea la acción estatal la que logre movilizarlo"- "el modo de intervención elegido tenderá a prevenir", a domesticar el conflicto, evitando que se vuelva "la cuestión agraria quizás inmanejable de no mediar tal política preventiva". (O'DONELL, OSZLAK, 1981, p.388).[9]

En definitiva, la apertura de oportunidades políticas para el reclamo de acceso a la tierra de actores sociales se encuentra con el límite de la gobernabilidad del conflicto, que lleva a la intervención estatal a disputar con los actores sociales la iniciativa (DÍAZ, 2009), y al extremo de sancionar y aplicar en el período una legislación que criminaliza a los ocupantes de tierras con la Ley 18.116 de "usurpación" del año 2007.

Pensando en términos de modelos u orientaciones del "desarrollo", si bien la herramienta del INC se acerca al enfoque estructuralista de desarrollo rural (KAY, 2002), siendo tributaria en su matriz de origen del modelo de crecimiento hacia adentro de la primera mitad del Siglo XX, durante el período 2005-2015 la convivencia de un mercado de tierras sin grandes intervenciones estatales con el "dirigismo estatal" dentro de las parcelas del INC (que controla apenas un 4% de la superficie productiva nacional) refleja un modo de relacionamiento público-privado de corte "neoestructuralista", donde por una parte el estado promueve un clima de competitividad para los agentes viables en el mercado de tierras mientras compensa a los agentes más débiles con el acceso tierras públicas y otras políticas diferenciadas, de acuerdo a la idea de "transformaciones productivas con equidad" (KAY, 2002).[10]

En este marco la relación entre política de acceso a la tierra y acción colectiva en el Uruguay, puede ser leída como un nuevo resorte del Estado de bienestar, donde se disputa la iniciativa de los cambios sin que necesariamente se trate de un proceso de iniciación de

[9]"Este ejemplo describe con bastante aproximación la etapa del proceso de reforma agraria chilena bajo el gobierno de Frei, la peruana bajo el de Belaúnde Terry o la colombiana bajo el de Lleras Restrepo" (O'DONELL ,OSZLAK, 1981, p.404).

[10] En este enfoque se acepta la convivencia de grandes y pequeñas empresas modernizadas y competitivas, donde el Estado aplica políticas diferenciadas entre los campesinos "con potencial productivos" y los "vulnerables" que requieren apoyo del Estado en tierras y subsidios especiales (KAY, 2002, p. 25).

una reforma agraria entendida como “operación negociada entre antiguas y nuevas fuerzas sociales, intentando modificar las reglas de funcionamiento de la estructura latifundista” (VASALLO, 1987, p. 16), y sin que hasta el momento las localizadas y minoritarias acciones colectivas encuentren una resonancia masiva para constituirse en movimientos sociales que avancen hacia la democratización de la tierra en uno de los países que presenta probablemente los mayores porcentajes de acaparamiento de tierras (19%) en manos de grandes empresas extranjeras de América Latina (RULLIA et.al., 2012).

Referencias

AGUILAR VILLANUEVA, Luis. **Antologías de políticas públicas**, México: Porrúa, 1992.

BRUSCHI, Rita. Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay, **Revista NERA**. Presidente Prudente, Ano 17 - no. 25, JUL/DEZ, p. 10-24, Sâo Paulo: Departamento de Geografia da Faculdade de Ciências e Tecnologia (FCT) da Universidade Estadual Paulista (UNESP), 2014. Disponible en: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/viewFile/2609/2721.>.Acceso: 10/12/2015

CARVALHO. Horácio M. de. **Camponeses:** mais além da convivência com o capital, Sta Catarina: [s.n],2015.

CHIAPPE, M., ESPASANDÍN, N. (Coords.). **El acceso a la tierra en cuestión: dependencia y autonomía en la Colonia Raúl Sendic Antonaccio en Bella Unión**, Montevideo: Ed. Letraene, 2014

CHONCHOL, Jacques. **Sistemas Agrarios en América Latina.** De la Etapa prehispánica a la modernización conservadora. Santiago de Chile: Fondo de Cultura Económica, 1994.

DÍAZ, Pablo. **Tierra y educación en el campesinado de Santiago del Estero**, Buenos Aires: Nuestra América Ed., 2007.

_____. **Sociología de las ocupaciones de tierra.** La acción colectiva de los trabajadores rurales de Artigas, Montevideo, Nordan,2009.

_____.**Observatorio de Política de Tierra.** Informe No. 3 – año- 2012, Montevideo: Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación-UDELAR, 2013. Disponible en: <http://www.extension.edu.uy/sites/extension.edu.uy/files/3_er_informe__observatorio_de_politica_de_tierra.pdf>.Acceso: 10 de diciembre de 2015

_____.**Legislación sobre acceso a la tierra en el Uruguay**, La Paz: Movimiento Regional Por la tierra, Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica -IPDRS, Organización Inter-eclesiástica para la Cooperación al Desarrollo-ICCO, 2015, Disponible en: <http://www.porlatierra.org/documentos/uruguay>. Acceso: 10 de diciembre de 2015

_____. **Políticas públicas y el problema de la tierra en el Uruguay actual**, La Paz: Movimiento Regional Por la tierra, Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica-IPDRS, Organización Inter-eclesiástica para la Cooperación al Desarrollo (ICCO), 2015b Disponible en: <http://www.porlatierra.org/documentos/uruguay>. Acceso: 10 de diciembre de 2015

_____; ARBULO, A., **Demanda de tierras en Uruguay**, La Paz: Movimiento Regional Por la tierra, Instituto para el Desarrollo Rural de Sudamérica-IPDRS, Organización Inter-eclesiástica para la Cooperación al Desarrollo (ICCO), 2015. Disponible en: <http://www.porlatierra.org/documentos/uruguay> Acceso: 10 de diciembre de 2015.

GARCIA BOUZAS, Raquel. El debate histórico sobre la propiedad de la tierra, en: PORTA, G., y SIMATOVICH, N. (Comps.), **Anuario área socio jurídica**, No. 5, p. 167-177, Montevideo: Fondo de Cultura Universitaria, 2008

GÓMEZ, Jacqueline. **Rendición de Cuentas del Instituto Nacional de Colonización-INC.** Período 2010-2014, Montevideo: [s.n], 2014

GONZÁLEZ SIERRA, Yamandú, **Los olvidados de la tierra.** Vida, organización y luchas de los sindicatos rurales del Uruguay. Montevideo: Nordan, 1994.

KAY, Cristóbal, Los paradigmas del desarrollo rural en América Latina. In: GARCÍA PASCUAL (Org.). **El Mundo Rural en la Era de Globalización:** Incertidumbres y Posibilidades, Madrid: Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación y Lleida: Universitat de Lleida, 2002.

LATORRE, N. DE, RODRIGUEZ, N., SALA, L. **Artigas:** tierra y revolución, Montevideo: Ed. Por Uruguay, 1971

LEMA, Silvia (Coord.), **Proyecto de fortalecimiento de los procesos de colonización:** La familia como unidad de producción y reproducción y Las modalidades asociativas en las colonias, Informe de Actividades, Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de la República, Instituto Nacional de Colonización, 2007

MORALES AGUIRRE, S., **Colonización y Desarrollo Local.** El Caso de los Aspirantes a Colono del Departamento de Florida, Tesis de Maestría, Centro Latinoamericano de Economía Humana, Universidad Católica del Uruguay, Montevideo: [s.n], 2011.

O'DONELL, OSZLAK, Estado y políticas estatales en América Latina: hacia una estrategia de investigación. En: KLIKSBERG, B. Y SULBRANDT, J. (comp.) **Para investigar la Administración Pública**, Madrid: Instituto Nacional de Administración Pública-INAP, Ministerio de Hacienda y Administraciones Públicas, 1984

OYHANTÇABAL BENELLI,G. **¿Yo se quién soy?.** Contradicciones en el pasaje de asalariado a colono, el caso de los trabajadores de la UTAA en la Colonia Raúl Sendic Antonaccio, Tesis de Maestría Facultad de Agronomía- UDELAR, Montevideo: [s.n], 2014

PARDIÑAS, YERÚ, **Seminario de Colonización para el desarrollo productivo y social.** Montevideo: PIT-CNT- UDELAR- MGAP. Instituto Nacional de Colonización, 2006.

PEREIRA, F., **Relaciones entre el Movimiento Cañero y el Estado en elperíodo actual**. La complejidad de una construcción, Montevideo: Facultad de Ciencias Sociales- UDELAR, 2010. Disponible en: <http://cienciassociales.edu.uy/wp-content/uploads/2013/archivos/Pereira.pdf> Acceso: 10 de diciembre de 2015

PÉREZ LEDESMA, "Cuando lleguen los días de cólera". (Movimientos sociales, teoría e historia), en: **Zona-Abierta,** No. 69,p. 51-120, Madrid: [s.n], 1994.

PIÑEIRO, DIEGO, Violencia, conflicto e integración social en el agro uruguayo, **Sociologias** N. 8, July/Dec, p. 206-219, Porto Alegre: 2002. Disponible: en <www.scielo.br/pdf/soc/n8/n8a09.pdf>.Acceso: 10 de diciembre de 2015

_____. **En busca de la identidad.** La acción colectiva en los conflictos agrarios de América Latina. Buenos Aires: CLACSO, 2004

_____. **Dinámicas en el Mercado de la Tierra en América Latina**. El caso de Uruguay, Roma: FAO,2011

_____., MORAES, MARÍA .I., **Los cambios en la sociedad rural durante el siglo XX**, Montevideo: Ediciones de la Banda Oriental-Departamento de Sociología, 2008.

QUIJANO, ANIBAL, Los movimientos campesinos Contemporáneos en América Latina, **Revista del Observatorio Social de América Latina**, Año Nº 2 sept., p.171-180, Buenos Aires: CLACSO, 2000.

RULLIA, Maria Cristina et al. **Global land and water grabbing**, Arizona: BL Turner- Arizona State University, 2012

SAAVEDRA METHOL, J.P., **Colonización y derecho agrario**, Montevideo: Fondo de Cultura Universitaria, 2012.

SAMPAIO, Plinio Arruda, Reforma Agraria y Lucha por la Tierra en América Latina. Territorio y movimientos sociales, **Revista del Observatorio Social de América Latina**,Año VI, Nº 16, junio, p.14-22,Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOLARI, Aldo, **Sociología Rural Nacional**, Montevideo,Facultad de Derecho y Ciencias Sociales de la Universidad de montevideo,1958.

TARROW, S., **El poder en movimiento.** Los movimientos sociales, la acción colectiva y la política, Madrid: Alianza Universidad,1997.

TOLEDO, M., **Nuevas políticas de Colonización y Trabajo Asociativo.** Tesis de Maestría de la Facultad de Ciencias Sociales (UDELAR), Montevideo: [s.n],2014.

VASALLO, MIGUEL, **Reforma Agraria.** Una estrategia de desarrollo rural, Montevideo: Centro Latinoamericano de Economía Humana-EBO, 1987.

Notas de prensa citadas

“Continúa el conflicto por ocupación de tierras en Bella Unión", Nota de prensa, Radio El Espectador, 18 de enero de 2007. Disponible en: <http://www.espectador.com/politica/87403/continua-el-conflicto-por-ocupacion-de-tierras-en-bella-union> Acceso: 10 de diciembre de 2015

“Gaggero culpó a la burocracia por ocupación en San José”, Nota de prensa, Radio El Espectador, 14 de mayo de 2008. Disponible en: <http://www.espectador.com/politica/121770/gaggero-culpo-a-la-burocracia-por-ocupacion-en-san-jose> Acceso: 10 de diciembre de 2015

“Movilización en Durazno por colonización de un campo fiscal,” Nota de prensa, Radio El Espectador, 9 de enero de 2007. Disponible en: <http://www.espectador.com/agro/86825/movilizacion-en-durazno-por-colonizacion-de-un-campo-fiscal> Acceso: 10 de diciembre de 2015

SAMUELLE, J., “Cañeros desocuparon campo en Bella Unión y negocian con Colonización.” Nota de prensa, Montevideo: Diario El Observador, 16 de noviembre de 2015. Disponible en:

<http://www.elobservador.com.uy/caneros-desocuparon-campo-bella-union-y-negocian-colonizacion-n693875> Acceso: 10 de diciembre de 2015

SILVA, Lucas, “La última advertencia” Nota de prensa, Montevideo, Diario La Diaria, 10 de setiembre de 2007.

TORRES, Cecilia, “La vida en la Colonia Sendic”, Nota de prensa, Periódico Digital LA RED 21 10 de enero de 2010. Disponible en:<http://www.lr21.com.uy/politica/396250-la-vida-en-la-colonia-sendic>Acceso: 10 de diciembre de 2015**.**

Documentos

CÁMARA DE SENADORES-CCSS.“Discusión parlamentaria sobre el Instituto Nacional de Colonización”, Montevideo: Parlamento del Uruguay,1948.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZACIÓN-INC, “Plan Estratégico 2010-2014”, Montevideo: INC, 2010. Disponible en:<http://www.colonizacion.com.uy/content/category/26/19/149/> Acceso: 10 de diciembre de 2015.

MINISTERIO DE GANADERÍA AGRICULTURA Y PESCA-MGAP, “Censo General Agropecuario 2011”, Montevideo: MGAP, Año 2011. Disponible en:

<http://www.mgap.gub.uy/portal/page.aspx?2,diea,diea-censo-2011-resultados-definitivos,O,es,0,> Acceso: 10 de diciembre de 2015.

_____. “Anuario estadístico agropecuario 2014.” Dirección de Estadísticas Agropecuarias-DIEA, Montevideo: Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca, 2014

_____.Compraventas 2014, “Serie Precio de la tierra”, Montevideo: Ministerio de Ganadería Agricultura y Pesca, 2015.

Recebido para publicação em 12 de julho de 2015.

Devolvido para a revisão em 19 de setembro de 2016.

Aceito para publicação em 12 de outubro de 2016.

COMPÊNDIO AUTORES

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p. 68-91, 2015.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07-21, 2009.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13-33, 2004.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59-74, 2005.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74-93, 1998

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22-34, 2005.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 -67, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93-102, 2012.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.2015.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1-27, 2006.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino**. Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132. 2015.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre:** Araraquara-SP. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 -23, 2005.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6-15, 2008.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1-10, 2007.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112-124, 2009.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105. 2015.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156-165, 2008.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28-48, 2006.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6-17, 2008.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49-73, 2006.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193, 2015.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26, 2013.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113-122, 2004.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16-25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26-

46, 2008.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34-65, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-19, 2014.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot**. Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47-82, 2008.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150. 2015

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165-173, 2007.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72-75, 1998.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18-30, 2008.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205, 2015.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83-101, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103 – 126, 2012.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de**

assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná. Ano 3, n. 3 p. 68 – 94, 2000.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100. 2015.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240. 2015.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 2 – 44, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1 – 32, 1998.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295. 2015.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5 – 19, 2004.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37. 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67. 2015.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264. 2015.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127 – 154, 2012.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173-185, 2006.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37-56, 2007.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63. 2015.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18, 2015.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57-67, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43-54, 2012.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81-108, 2007.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222. 2015.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112. 2015.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155 – 176, 2012.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 – 57, 2000.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173. 2015

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155. 2015.

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7 – 27, 2000.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182. 2015.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137. 2015.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33 – 50. 1998.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86 – 101, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279. 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94, 2015.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69, 2015.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20 – 28, 2004.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59 – 72, 1998.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n. 1 p. 45-58, 1998**.**

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay: conflitos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185, 2015.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300, 2015.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191,2014.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148. 2015.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56 – 62, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213. 2015.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131-148, 2007.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128-143, 2008.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1-21, 2005.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115-133, 2007.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239. 2015.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149- 169, 2007.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79-92, 2012.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125-141, 2009.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74-08, 2006.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50-55,2004.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122-130, 2007.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144-155, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108-116, 2008.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95. 2015.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134-150, 2007.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8, p. 122-132, 2006.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17, p. 7-28, 2010.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18, n. 26. p. 11-28, 2015.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63-71, 2009.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18, n. 27. p. 240-258. 2015.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52. 2015.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como una idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18, n. 29.p.220 -232, 2015.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na**

Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29 – 41, 2004.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

WAHREN, Juan; SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164, 2015.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35-45, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159-168, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102-112, 2004.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94-111, 2000.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47. 2015.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200

COMPÊNDIO EDIÇÕES

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A territorialização do MST – Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra - Brasil.** Ano 1, n. 1, p. 2-44, 1998.

RIBAS, Alexandre Domingues. **MST: reorganização político-territorial dos assentamentos e a consolidação do sistema cooperativista dos assentados**. Ano 1, n.1, p. 45 -58, 1998**.**

RAMALHO, Cristiane Barbosa. **Quem são os sem-terra? Uma questão relevante para a compreensão da luta pela terra no Brasil.** Ano 1, n. 1 p. 59-72, 1998.

Direção Nacional do MST - Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra. **As mentiras do governo FHC sobre reforma agrária.** Ano 1, n. 1 p. 72 – 75, 1998.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de Reforma agrária.** Ano 1, n. 2 p. 1-32, 1998.

PASQUETTI, Luis Antônio. **O MST como uma empresa social.** Ano 1, n. 2 p. 33-50. 1998.

MARCOS, Valéria de. **Da luta para entrar na terra à luta para permanecer na terra: a realidade dos assentamentos rurais paraibanos**. Ano 1, n. 2 p. 51-73, 1998.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O conceito de região e a problemática dos assentamentos rurais.** Ano 1, n. 2 p. 74 – 93, 1998

NERA - Núcleo de Estudos, Pesquisa e Projetos de Reforma Agrária. **DATALUTA – Banco de Dados da Luta pela Terra.** Ano 3, n. 3 p. 7-27, 2000.

PAVAN, Dulcinéia. **O caminho feminino para a reforma agrária**. Ano 3, n. 3 p. 28 – 44, 2000.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan; IENO NETO, Genaro. **Organização interna dos assentamentos rurais na Paraíba: caminhos e armadilhas das formas associativas**. Ano 3, n. 3 p. 45 -57, 2000.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Análise preliminar da assistência técnica nos assentamentos de reforma agrária do Estado de Mato Grosso do Sul.** Ano 3, n. 3 p. 58 – 67, 2000.

FABRINI, João Edmilson; LUZ, Juan Artigas Souza; LACERDA, Celso Lisboa de. **A importância das culturas de milho e feijão para o desenvolvimento econômico de assentamentos de reforma agrária atendidos pelo projeto Lumiar – Paraná.** Ano 3, n. 3 p. 68-94, 2000.

GIL, Izabel Castanha. **Territorialidade e desenvolvimento contemporâneo.** Ano 7, n. 4 p. 5-19, 2004.

PONTE, Karina Furini da. **(Re) Pensando o Conceito do Rural.** Ano 7, n. 4 p. 20- 28, 2004.

VIEIRA, Noemia Ramos. **O conhecimento geográfico veiculado pelos parâmetros curriculares nacionais de geografia e o espaço agrário brasileiro: reflexões para uma geografia crítica em sala de aula.** Ano 7, n. 4 p. 29-41, 2004.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 7, n. 4 p. 42-49, 2004.

SILVA, Tânia Paula da. **As redefinições do "rural": breve abordagem**. Ano 7, n. 4 p. 50 – 55, 2004.

CANUTO, Antônio. **Agronegócio: a modernização conservadora que gera exclusão pela produtividade.** Ano 7, n. 5 p. 1-12, 2004.

ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues de. **Cultura, trabalho e lutas sociais entre trabalhadores agro-extrativistas do Rio Valparaíso na Amazônia acreana**. Ano 7, n. 5 p. 13 – 33, 2004.

NEVES, Achiles Lemos. **Dos movimentos sociais aos sócio-espaciais e socioterritoriais: uma tentativa de compreensão dos "movimentos" pela perspectiva geográfica.** Ano 7, n. 5 p. 35 – 42, 2004.

GONÇALVES, Renata. **Impactos da reorganização espacial dos novos modelos de assentamentos nas relações de gênero**. Ano 7, n. 5 p. 43 – 55, 2004.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa. **Memória e atualização de sentidos em três atos do discurso jornalístico.** Ano 7, n. 5 p. 56-62, 2004.

BAGLI, Priscilla. **O camponês nas análises de Rousseau, Michelet e Marx: diferenças e semelhanças.** Ano 7, n. 5 p. 63-72, 2004.

NETO, Domingos José de Almeida. **O Método do discurso**. Ano 7, n. 5 p. 73-85, 2004.

PAULA, Elder Andrade de. **O movimento sindical dos trabalhadores rurais e a luta pela terra no Acre: conquistas e retrocessos.** Ano 7, n. 5 p. 86-101, 2004.

WELCH, Clifford Andrew. **Peasants and globalization in Latin America: a survey of recent literature.** Ano 7, n. 5 p. 102 – 112, 2004.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Política compensatória de assentamentos rurais como negação da reforma agrária.** Ano 7, n. 5 p. 113 – 122, 2004.

KARRIEM, Abdurazack. "**Marching as to war": a letter from Brazil to South Africa about landlessness, agrarian reform and social movement struggles against Neoliberalism**. Ano 8, n. 6 p. 1 – 13, 2005.

BEM, Anderson; FABRINI, João Edmilson. **A comercialização informal de leite como componente de resistência camponesa em Marechal Cândido Rondon - PR**. Ano 8, n. 6 p. 14 – 23, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 8, n. 6 p. 24 – 34, 2005.

WELCH, Clifford Andrew. **Estratégias de resistência do movimento camponês brasileiro em frente das novas táticas de controle do agronegócio transnacional**. Ano 8, n. 6 p. 35 – 45, 2005.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **A ofensiva do capital no campo brasileiro e a resistência do campesinato.** Ano 8, n. 6 p. 46 – 58, 2005.

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Reflexões sobre a participação dos assentados nas eleições municipais.** Ano 8, n. 6 p. 59 – 74, 2005.

GIL, Izabel Castanha. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Regiões contidas e desenvolvimento territorial: uma reflexão sobre o desenvolvimento contemporâneo da Nova Alta Paulista.** Ano 8, n. 6 p. 75 – 91, 2005.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **A disputa política no Brasil em torno da implementação do modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial (1997-2005).** Ano 8, n. 6 p. 92-117, 2005.

SHANIN, Teodor. **Definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista**. Ano 8, n. 7 p. 1 – 21, 2005.

ALMEIDA, Antônio Alves de. **A mística na luta pela terra**. Ano 8, n. 7 p. 22 – 34, 2005.

PONTES, Beatriz Maria Soares. **A organização da unidade econômica camponesa: alguns aspectos do pensamento de Chayanov e de Marx**. Ano 8, n. 7 p. 35 – 47, 2005.

ESTEVES, Benedita Maria Gomes. **A hierarquização dos espaços agrários na Amazônia Sul-Ocidental: os assentados em áreas de preservação e os não assentados.** Ano 8, n. 7 p. 48 – 67, 2005.

NEVES, Delma Pessanha. **Campesinato e reenquadramento sociais: os agricultores familiares em cena.** Ano 8, n. 7 p. 68 – 93, 2005.

WITTMAN, Hannah. **Agrarian reform and the production of locality: resettlement and community building in Mato Grosso, Brazil.** Ano 8, n. 7 p. 94 – 111, 2005.

FELÍCIO, Munir Jorge. **Ação pastoral e questão agrária no Pontal do Paranapanema.** Ano 8, n. 7 p. 112 – 124, 2005.

LERRER, Débora Franco. **Movimentos sociais, mídia e construção de um novo senso comum.** Ano 8, n. 7 p. 125 – 140, 2005.

GIARRACA, Norma. GÓMEZ, Jorge Ramón Montenegro. **Estrategias de vida, estrategias de lucha: apuntes de un trabajo de campo: el MST, São Paulo, Brasil (Reunión del GTDR – CLACSO, agosto/setiembre de 2005).** Ano 8, n. 7 p. 141 – 155, 2005.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 9, n. 8 p. 1 – 28, 2006.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 9, n. 8 p. 29 – 51, 2006.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 9, n. 8 p. 52 – 73, 2006.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. MARTINS, Rodrigo Constante. OCADA, Fábio Kazuo. GODOI, Stela. MELO, Beatriz Medeiros de. VETTORACCI, Andréia. BUENO, Juliana Dourado. RIBEIRO, Jadir Damião. **Do karoshi no Japão à birôla no Brasil: as faces do trabalho no capitalismo mundializado.** Ano 9, n. 8 p. 74 – 108, 2006.

CAVALCANTE, Matuzalem. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Formação territorial, agronegócio e atuais mudanças na estrutura fundiária de Mato Grosso**. Ano 9, n. 8 p. 109 – 121, 2006.

TEUBAL, Miguel. **La renta de la tierra en la economia política clásica: David Ricardo**. Ano 9, n. 8 p. 122 – 132, 2006.

MENEZES, Sônia de Souza Mendonça. ALMEIDA, Maria Geralda de. **Um olhar sobre as redes de sociabilidade construídoras do território das fabriquetas de queijo**. Ano 9, n. 8 p. 133 – 150, 2006.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Ano 9, n. 8 p. 151 – 172, 2006.

JÚNIOR, José Arbex. **Você tem fome do que?** Ano 9, n. 8 p. 173 – 185, 2006.

BARBAY, Claire. **Vers de nouvelles relations ville-campagne: les travailleurs ruraux et la création de nouveaux lieux.** Ano 9, n. 9 p. 1 – 27, 2006.

BRINGEL, Breno Marqués. **El lugar también importa. Las diferentes relaciones entre Lula y el MST.** Ano 9, n. 9 p. 28 – 48, 2006.

BRUMER, Anita. SANTOS, José Vicente Tavares dos. **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX).** Ano 9, n. 9 p. 49 - 73, 2006.

QUIJANO, María Adelaida Farah. CORREA, Edelmira Pérez. **Mujeres rurales y nueva ruralidad en Colombia.** Ano 9, n. 9 p. 73 – 88, 2006.

SANTOS, Maria Edilúzia Leopoldino. **A construção do caminho para a conquista da terra: um espaço de transformação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem- Terra.** Ano 9, n. 9 p. 89 – 112, 2006.

FILHO, José dos Reis Santos. **A instituição imaginária da Amazônia brasileira. Registros cognitivos e práticas sociais.** Ano 9, n. 9 p. 113 – 143, 2006.

LEITE, Sérgio. **Seis comentários sobre seis equívocos a respeito da reforma agrária no Brasil.** Ano 9, n. 9 p. 144 – 158, 2006.

WELCH, Clifford Andrew. **Movement histories: a preliminary historiography of the Brazil's landless laborers' movement (MST).** Ano 9, n. 9 p. 159 – 168, 2006.

BERNARDES, Júlia Adão. **Dimensões da ação e novas territorialidades no cerrado brasileiro: pistas para uma análise teórica**. Ano 10, n. 10 p. 1 – 10, 2007.

GALAFASSI, Guido. **Economía regional y emergencia de movimientos agrarios. La región Chaqueña de los años setenta.** Ano 10, n. 10 p. 11 – 36, 2007.

MACEDO, Giovanni Raimundo de; BINSZTOK, Jacob. **Associações dos agricultores familiares, cafeicultura orgânica e comércio justo na Amazônia: dilemas e perspectivas.** Ano 10, n. 10 p. 37 – 56, 2007.

MCMICHAEL, Philip. **Reframing development: global peasant movements and the new agrarian question.** Ano 10, n. 10 p. 57 – 71, 2007.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 10, n. 10 p. 72 – 93, 2007.

RAMÍREZ, Milena Barrera. **Aproximación histórica al cooperativismo y su relación con la *praxis* desarrollada por el Movimiento de los Trabajadores Rurales Sin Tierra (MST).** Ano 10, n. 10 p. 94 – 114, 2007.

SHIMBO, Júlia Zanin; JIMÉNEZ-RUEDA, Jairo Roberto. **Zoneamento geoambiental como subsídio aos projetos de reforma agrária. Estudo de caso: assentamento rural Pirituba II.** Ano 10, n. 10 p. 115 – 133, 2007.

SUZUKI, Júlio César. **Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação.** Ano 10, n. 10 p. 134 – 150, 2007.

HOLT-GIMÉNEZ, Eric. **Biofuels: five myths of the agro-fuels transition**. Ano 10, n. 10 p. 151 – 164, 2007.

DESMARAIS, Annette Aurélie. **La Vía Campesina: Globalização e o poder dos camponeses.** Ano 10, n. 10 p. 165 – 173, 2007.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 10, n. 11 p. 8 – 32, 2007.

FARIAS, Marisa de Fátima Lomba de. **Lavouras e sonhos: as representações camponesas nos assentamentos de reforma agrária.** Ano 10, n. 11 p. 33 – 47, 2007.

FELICIANO, Carlos Alberto. "**Grilos" jurídicos no Pontal do Paranapanema: administrando os conflitos agrários.** Ano 10, n. 11 p. 48 – 60, 2007.

FERRANTE, Vera Lúcia Silveira Botta. **Assentamentos rurais no território da cana: controvérsias em cena.** Ano 10, n. 11 p. 61 – 80, 2007.

MARTÍN, Víctor O. Martín. **De cómo se evita hoy la aplicación de la reforma agraria en el Surde España.** Ano 10, n. 11 p. 81 – 108, 2007.

MENDES, Eduardo Roberto; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Algumas considerações sobre o geógrafo anarquista Piotr Kropotkin e a comunidade rural Yuba em Mirandópolis (SP).** Ano 10, n. 11 p. 109 – 121, 2007.

SIMONETTI, Mirian Claudia Lourenção. **A Geografia dos Movimentos Sociais em tempos de Globalização: o MST e o Zapatismo.** Ano 10, n. 11 p. 122 – 130, 2007.

SAUER, Sérgio. TUBINO, Nilton Luis Godoy. **A sustentação financeira de organizações do patronato rural brasileiro.** Ano 10, n. 11 p. 131 – 148, 2007.

SILVA, Emerson Xavier da. **Entrevista a James Cockcroft**. Ano 10, n. 11 p. 149 – 169, 2007.

BRUMER, Anita. ANJOS, Gabriele dos. **Gênero e reprodução social na agricultura familiar.** Ano 11, n. 12 p. 6 – 17, 2008.

DROULERS, Martine. **Brésil: l'enjeu des biocarburants**. Ano 11, n. 12 p. 18 – 30, 2008.

GIL, Izabel Castanha. **Cooperação, competição e resistência nas associações de municípios: a AMNAP e o desenvolvimento regional da Nova Alta Paulista.** Ano 11, n. 12 p. 31 – 56, 2008.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 11, n. 12 p. 57 – 67, 2008.

MELLO, Neli Aparecida de. **E a política agrícola transforma-se em instrumento do desenvolvimento sustentável....** Ano 11, n. 12 p. 68 – 85, 2008.

PAULA, Elder Andrade de. SILVA, Silvio Simione da. **Floresta, para que te quero? Da territorialização camponesa a nova territorialidade do capital**. Ano 11, n. 12 p. 86 -97, 2008.

ROMÃO, Lucília Maria Sousa; PACÍFICO, Soraya Maria Romano. **Muito além de giz e lousa: análise do litígio discursivo em torno da questão agrária.** Ano 11, n. 12 p. 98 – 107, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento; ESPINDOLA, Carlos Roberto. **Geotecnologias no planejamento de assentamentos rurais: premissa para o desenvolvimento rural sustentável.** Ano 11, n. 12 p. 108 – 116, 2008.

OCADA, Fabio Kazuo; MELO, Beatriz Medeiros de. **Entrevista com Maria Aparecida de Moraes Silva.** Ano 11, n. 12 p. 117 – 136, 2008.

BENINI Edi Augusto; BENINI, Elcio Gustavo. **Reforma agrária no contexto da economia solidária**. Ano 11, n. 13 p. 6 – 15, 2008.

CAVALCANTE, Matuzalem; FERNANDES, Bernardo Mançano. **Territorialização do agronegócio e concentração fundiária**. Ano 11, n. 13 p. 16 – 25, 2008.

CHENG, TJ. **Overtime in China: law, practice and social exclusion**. Ano 11, n. 13 p. 26 – 46, 2008.

DA ROS, César Augusto. **A política fundiária do governo da Frente Popular no Rio Grande do Sul (1999-2002): diretrizes, luta política e resultados atingidos**. Ano 11, n. 13 p. 47 – 82, 2008.

EDUARDO, Márcio Freitas. **O conceito de território e o agroartesanato**. Ano 11, n. 13 p. 83 – 101, 2008.

PAULA, Elder Andrade de; SILVA, Silvio Simione da. **Movimentos sociais na Amazônia brasileira: vinte anos sem Chico Mendes.** Ano 11, n. 13 p. 102 – 117, 2008.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. **A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais**. Ano 11, n. 13 p. 118 – 127, 2008.

SEGRELLES, José Antonio. **La ecología y el desarrollo sostenible frente al capitalismo: una contradicción insuperable**. Ano 11, n. 13 p. 128 – 143, 2008.

SOARES, Jorge Luís Nascimento. **Assentamentos de reforma agrária na defesa e conservação do cerrado: o caso da região sul do Maranhão**. Ano 11, n. 13 p. 144 – 155, 2008.

BÔAS, Rafael Litvin Villas. **Terrorismo à brasileira: a retórica da vez da classe dominante contra o MST**. Ano 11, n. 13 p. 156 – 165, 2008.

SANTONJA, Jordi Tormo i. **Hacia uma Geografia útil: el papel de la Geografía en el siglo XXI en España.** Ano 12, n. 14 p. 7– 27, 2009.

NUNES, João Osvaldo Rodrigues; SERRANO, José Antonio Segrelles. **Análise agrária da multifuncionalidade da terra na província de Alicante-Espanha.** Ano 12, n. 14 p. 28 – 47, 2009.

REITER, Bernd. **A genealogy of Black organizing in Brazil**. Ano 12, n. 14 p. 48 – 62, 2009.

VANDEN, Harry E. **Novos movimentos sociais, globalização e democratização: a participação do MST**. Ano 12, n. 14 p. 63 – 71, 2009.

PICCIN, Marcos Botton et al. **Análise do processo de constituição e desestruturação da cooperativa de agricultores assentados Terra Vida – COOPERVIDA, RS**. Ano 12, n. 14 p. 72 – 96, 2009.

ROOS, Djoni. **Lutas camponesas e diferentes atividades associativas nos assentamentos de sem-terra**. Ano 12, n. 14 p. 97 – 111, 2009.

BEZERRA, Juscelino Eudâmidas. **Agronegócio e ideologia: contribuições teóricas**. Ano 12, n. 14 p. 112 – 124, 2009.

SILVA, Judson Jorge; ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Do sonho à devastação onde tudo se (RE)constrói: experiências e memórias nas lutas por terra da região do Cariri-CE**. Ano 12, n. 14 p. 125 – 141, 2009.

ACUÑA, Isaías Tobasura. **De campesinos a empresarios. La retórica neoliberal de la política agraria en Colombia**. Ano 12, n. 15 p. 07– 21, 2009.

CARRASCO, Salvador Ferradás. **Desarrollo Local, Promoción y Publicidad: Criterios de Calidad Medioambiental y Territorial para la mejora de Ciudades Turísticas.** Ano 12, n. 15 p. 22–33, 2009.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes. **O Movimento dos Atingidos por Barragem na Amazônia: um movimento popular nascente de "vidas inundadas"**. Ano 12, n. 15 p. 34–65, 2009.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Uma descrição agroecológica da crise atual.** Ano 12, n. 15 p. 66– 87, 2009.

ROSSETTO, Onélia Carmem. **Sustentabilidade Ambiental do Pantanal Mato-Grossense**: **Interfaces entre Cultura, Economia e Globalização**. Ano 12, n. 15 p. 88–105, 2009.

VIDAL, Déa de Lima; ALENCAR, João Vitor de Oliveira. **Diferenciação camponesa na Depressão Sertaneja Semi-Árida do Ceará**. Ano 12, n. 15 p. 106–135, 2009.

GÓMEZ, Sérgio. Urbanização e Ruralidade. **Os condomínios e os conselhos de desenvolvimento social.** Brasília: MDA, 2009 (resenha). Ano 12, n. 15 p. 136–138, 2009.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 13, n. 16 p. 7-21, 2010.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 13, n. 16 p. 22-32, 2010.

OLIVEIRA, Gustavo de L. T. **Prescrições agroecológicas para a crise atual.** Ano 13, n. 16 p. 33-47, 2010.

FIRMIANO, Frederico Daia. **O novo colonialismo transnacional e a experiência brasileira do agronegócio.** Ano 13, n. 16 p. 48-62, 2010.

ROSSI, Virginia. **La producción familiar en la cuestión agraria uruguaya.** Ano 13, n. 16 p. 63-80, 2010.

PATIÑO, Luís Carlos Agudelo. **Campesinos sin tierra, tierra sin campesinos: territorio, conflicto y resistencia campesina en Colômbia.** Ano 13, n. 16 p. 81-95, 2010.

BASU, Pratyusha. **Scale, place and social movements: strategies of resistance along India's Narmada river.** Ano 13, n. 16 p. 96-113, 2010.

MOREIRA, Vagner José. **A criminalização dos movimentos sociais de luta pela terra: mundos dos trabalhadores, questão agrária e o "levante comunista" de 1949 em Fernandópolis-SP.** Ano 13, n. 16 p. 114-129, 2010.

THÉRY, Hervé et al. **Geografias do trabalho escravo contemporâneo no Brasil.** Ano 13, n. 17 p. 7-28, 2010.

VELTMEYER, Henry. **Dynamics of agrarian transformation and resistance.** Ano 13, n. 17 p. 29-49, 2010.

RINCÓN, Luis Felipe**. ¡Hombres de maíz! Una mirada a la actualidad organizativa campesina en Guatemala.** Ano 13, n. 17 p. 49-64, 2010.

MACHADO, Antonio Maciel Botelho; CASALINHO, Helvio Debli. **Crítica à pluriatividade e suas relações com o campesinato e a reforma agrária.** Ano 13, n. 17 p. 65-80, 2010.

ESTRADA, María de. **Geografía de la frontera: mecanismos de territorialización del agronegocio en frontera agropecuaria de Santiago del Estero, Argentina.** Ano 13, n. 17 p. 81-93, 2010.

FARIAS, Cleilton Sampaio; FARIAS, Cleisson Sampaio de Farias. **Os fundamentos e a expressão da questão agrária no Acre**. Ano 13, n. 17 p. 94-111, 2010.

MONDARDO, Marcos Leandro. **A "territorialização" do agronegócio globalizado em Barreiras- BA: migração sulista, reestruturação produtiva e contradições sócio-territoriais.** Ano 13, n. 17 p. 112-130, 2010.

SOARES, Venozina de Oliveira; ROCHA, Luciana Oliveira. **A evolução da estrutura agrária do município de Barra do Choça-BA.** Ano 13, n. 17 p. 131-149, 2010.

OLIVEIRA, Nallígia Tavares de. **Entrevista com Valmir Ulisses Sebastião – Ocupações de terra: mudanças e perspectivas**. Ano 13, n. 17 p.150-156, 2010.

SPOSITO, Eliseu Savério. **Nota: a permanência na transformação e a transformação da permanência.** Ano 13, n. 17 p. 157-159, 2010.

JESUS, José Novaes. **A pedagogia da alternância e o debate da Educação do/no campo no estado de Goiás.** Ano 14, n. 18 p. 7-20, 2011.

SOUZA, Francilane Eulália de. **Os colégios rurais agrupados na Espanha: lugar de fortalecimento do campesinato?** Ano 14, n. 18 p. 21-36, 2011.

QUEIROZ, João Batista Pereira de. **A educação do campo no Brasil e a construção das escolas do campo.** Ano 14, n. 18 p. 37-46, 2011.

CAMACHO, Rodrigo Simão. **Conhecendo os camponeses-estudantes e o seus territórios no município de Paulicéia-SP: trabalho familiar, lazer e escola.** Ano 14, n. 18 p. 47-78, 2011.

CORRÊA, Sérgio Roberto Moraes; HAGE, Salomão Antônio Mufarrej. **Amazônia: a urgência e necessidade da construção de políticas e práticas educacionais inter/multiculturais.** Ano 14, n. 18 p. 79-105, 2011.

NASCIMENTO, Claudemiro Godoy do. **Educação do Campo na encruzilhada entre emancipação *versus* reino do capital: uma leitura filosófica.** Ano 14, n. 18 p. 106-124, 2011.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial Rural.** Ano 14, n. 18 p. 125-135, 2011.

PERCÍNCULA, Analia; JORGE, Andrés; CALVO, Claudia; MARIOTTI, Daniela; DOMÍNGUEZ, Diego; ESTRADA, Maria de; CICCOLELLA, Mariana; BARBETTA, Pablo; SABATINO, Pablo; ASTELARRA, Sofia. **La violencia rural en la Argentina de los agronegocios: crónicas invisibles del despojo.** Ano 14. n. 19 p. 08-23, 2011.

VELTMEYER, Henry. **El itenerario de desarrollo como un idea.** Ano 14. n. 19 p. 24-43, 2011.

FREITAS, Alair Ferreira de; BOTELHO, Maria Isabel Vieira. **"Campesinato como ordem moral": (re)visitando clássicos e (re)pensando a economia camponesa.** Ano 14. n. 19 p. 44-58, 2011.

MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de; VAN TILBEURGH, Veronique. **Da teologia da libertação ao desenvolvimento sustentável na Amazônia brasileira: os mecanismos políticos e sociais de sua interpretação.** Ano 14. n. 19 p. 59-72, 2011.

SILVA, Simone Rezende da. **A trajetória do negro no Brasil e a territorialização quilombola.** Ano 14. n. 19 p. 73-89, 2011.

VILLELA, Fábio Fernandes. **Práticas educativas comparadas em educação do campo e os desafios da formação omnilateral na América Latina.** Ano 14. n. 19 p. 90-103, 2011.

AQUINO, Maria Lúcia Santos; LIMA, Eduardo Rodrigues Viana de; SILVA, Zenobio Abel Gouvêa Perelli da Gama e. **Manejo madeireiro na floresta estadual do Antimary, estado do Acre, Brasil.** Ano 14. n. 19 p. 104-135, 2011.

SORZANO, Angelina Herrera; RAMOS FILHO, Eraldo da Silva. **O papel e os desafios da organização camponesa em Cuba: entrevista com o dirigente da Associação Nacional dos Agricultores Pequenos (ANAP), Mario La O Sosa.** Ano 14. n. 19 p. 136-151, 2011.

WANDSCHEER, Elvis Albert Robe; MACIEL, Carlos Alberto da Rosa; NEVES, Anderson Souto. **A influência dos processos contemporâneos na alimentação: uma proposta de reflexão.** Ano 14. n. 19 p. 152-161, 2011.

CARDOSO, Antonio Ismael; JOVCHELEVICH, Pedro; MOREIRA, Vladimir. **Produção de sementes e melhoramento de hortaliças para a agricultura familiar em manejo orgânico.** Ano 14. n. 19 p. 162-169, 2011.

ECHENIQUE, Sergio Gómez. **Reflexiones sobre la dinámica reciente del mercado de la tierra en América Latina y el Caribe**. Ano 15. n. 20 p. 08-57, 2012.

VIEIRA, Flávia Braga. **Lutas camponesas na escala internacional: um estudo sobre a Via Campesina.** Ano 15. n. 20 p. 58-82, 2012.

BARCELLOS, Sérgio Botton. **A interdependência entre estado e MST na constituição de um assentamento de reforma agrária**. Ano 15. n. 20 p. 83-98, 2012.

CUNHA, Paulo Roberto; MELLO-THÉRY, Neli Aparecida de. **A terra prometida ainda é promessa... desapropriação da fazenda Nova Alegria pelo descumprimento do Código Florestal: conflito, impunidade e imbróglio jurídico.** Ano 15. n. 20 p. 99-130, 2012.

DA ROS, César Augusto; PICCIN, Marcos Botton. **Os serviços de assessoria técnica e social aos assentamentos de reforma agrária: uma análise qualitativa das ações do projeto Lumiar no estado do Rio de Janeiro**. Ano 15. n. 20 p. 131-155, 2012.

LARA JÚNIOR, Nadir. **Análise das principais influências ideológicas na constituição do MST.** Ano 15. n. 20 p. 156-174, 2012.

SANTOS, Anderson Luiz Machados dos; DE DAVID, Cesar. **Luta pela terra e disputas territoriais na região da campanha gaúcha: o processo de formação do assentamento Conquista do Caiboaté em São Gabriel – RS.** Ano 15. n. 20 p. 175-192, 2012.

CAPOANE, Viviane; SANTOS, Danilo Rheinheimer dos. **Análise qualitativa do uso e ocupação da terra no assentamento Alvorada, Júlio de Castilhos – Rio Grande do Sul.** Ano 15. n. 20 p. 193-205, 2012.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini. **O partido da terra: como os políticos conquistam o território brasileiro**. Ano 15. n. 20 p. 206-207, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **Movimentos socioterritoriais e movimentos socioespaciais: contribuição teórica para uma leitura geográfica dos movimentos Sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 09 – 20, 2012.

PAULINO, Eliane Tomiasi. **Capitalismo rentista e luta pela terra: a fragilidade do parâmetro de renda monetária no estudo dos assentamentos rurais**. Ano 15, Edição Especial, p. 21 – 42, 2012.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **A atualidade do uso do conceito de camponês**. Ano 15, Edição Especial, p. 43 – 54, 2012.

FABRINI, João Edmilson. **A resistência camponesa para além dos movimentos sociais.** Ano 15, Edição Especial, p. 55 – 78, 2012.

SILVA, José Graziano; GÓMEZ, Sergio; CASTAÑEDA, Rodrigo. "**Boom" agrícola e persistência da pobreza na América Latina**: algumas considerações. Ano 15, Edição Especial, p. 79 – 92, 2012.

ALTIERI, Miguel A. **Agroecologia, agricultura camponesa e soberania alimentar.** Ano 15, Edição Especial, p. 93 – 102, 2012.

ELIAS, Denise. **Ensaios sobre os espaços agrícolas de exclusão**. Ano 15, Edição Especial, p. 103-126, 2012.

HEREDIA, Beatriz Maria Alásia de. CINTRÃO, Rosângela Pezza. **Gênero e acesso a políticas públicas no meio rural brasileiro.** Ano 15, Edição Especial, p. 127-154, 2012.

MOREIRA, Emilia; TARGINO, Ivan. **De território de exploração a território de esperança: organização agrária e resistência camponesa no semi-árido paraibano**. Ano 15, Edição Especial, p. 155-176, 2012.

SILVA, Silvio Simione da. **O espaço agrário acreano nas últimas décadas do século XX.** Ano 15, Edição Especial, p. 177-184, 2012.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Agrarian reform, food sovereignty and the MST: socio-environmental impacts of agrofuels production in the Pontal do Paranapanema region of São Paulo state, Brazil.** Ano 15. n. 21 p. 08-32, 2012.

FABRINI, João Edmilson; ROOS, Djoni; MARQUES, Erwin Becker; GONÇALVES, Leandro Daneluz. **Lutas e resistências no campo paranaense e o projeto Dataluta-PR.** Ano 15. n. 21 p. 33-49, 2012.

DAL POZZO, Clayton Ferreira. **Pelo espaço ou pelo território? Possibilidades de articulação para se compreender a territorialidade e a fragmentação socioespacial.** Ano 15. n. 21 p. 50-68, 2012.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Aportes metodológicos de la teoría del desarrollo territorial.** Ano 15. n. 21 p. 69-78, 2012.

MORENO, Glaucia de Sousa; GUERRA, Gutemberg Armando Diniz. **O drama da instalação de famílias agricultoras na mesorregião sudeste paraense.** Ano 15. n. 21 p. 79-99, 2012.

PATRÍCIO, Patrícia Cartes; GOMES, João Carlos Costa. **Desenvolvimento rural sustentável, planejamento e participação.** Ano 15. n. 21 p. 100-113, 2012.

MOTA, Juliana Grasiéli Bueno. **Movimento étnico-socioterritorial Guarani e Kaiowa no estado de Mato Grosso do Sul: disputas territoriais nas retomadas pelo *Tekoha-Tekoharã*.** Ano 15. n. 21 p. 114-134, 2012.

ROSSETTO, Onélia Carmem; GIRARDI, Eduardo Paulon. **Dinâmica agrária e sustentabilidade socioambiental no Pantanal brasileiro.** Ano 15. n. 21 p. 135-161, 2012.

OMENA, Maria Luiza Rodrigues de Albuquerque; SOUZA, Roberto Rodrigues de; SOARES, Maria José Nascimento. **Contradições do programa sergipano de biodiesel.** Ano 15. n. 21 p. 162-172, 2012.

GARRIDO, Hellen Charlot Cristancho. **Vivir bien ¿paradigma no capitalista?** Ano 15. n. 21 p. 173-180, 2012.

AVILA, Camilo Alejandro Bustos. **O componente social do Plano Colômbia e a territorialidade da comunidade camponesa-indígena Awá do departamento de Putumayo (Colômbia).** Ano 16. n. 22. p. 09-26, 2013.

BARRI, Juan. **Renta Agraria em contextos de alta productividad: las contradicciones emergentes en el actual régimen de producción agropecuaria argentino.** Ano 16. n. 22. p. 27-42, 2013.

LOBOS, Damian Andres. **Los territorios de la desposesión: los enclaves y la logística como territorialización del modelo extractivo sudamericano.** Ano 16. n. 22. p. 43-54, 2013.

BELLACOSA, Julia Marques. **Os desafios da produção camponesa frente à expansão dos agrocombustíveis, o assentamento Monte Alegre: Araraquara-SP**. Ano 16. n. 22. p. 55-81, 2013.

OYAHANTÇABAL, Gabriel. **Los tres campos em la cueston agraria en Uruguay.** Ano 16. n. 22. p. 82-95, 2013.

MACEDO, Magno Roberto Alves; DARNET, Laura Angélica Ferreira; THALÊS, Marcelo Cordeiro; POCCARD-CHAPUÍS, Rene. **Configuração espacial do desflorestamento em fronteira agrícola na Amazônia: um estudo de caso na região de São Félix do Xingu, estado do Pará.** Ano 16. n. 22. p. 96-110, 2013.

MACHADO, Maria Rita Ivo de Melo; ALBUQUERQUE, Mariana Zerbone Alves de. **Nova lógica na produção de cana-de-açúcar na Zona da Mata pernambucana: transformações fundiárias para a perpetuação das relações de poder**. Ano 16. n. 22. p. 111-126, 2013.

VARGAS, Daiane Loreto. **Trabalho dos extensionistas no contexto da ATES: o caso dos assentamentos de Candiota/RS**. Ano 16. n. 22. p. 127-137, 2013.

CARDONA, David Vásquez. **Disputas territoriales con el capital, las subordinaciones, paradigmas y modelos de desarrollo**. Ano 16. n. 23. p. 09-26.

VINHA, Janaina Francisca de Souza Campos. **Território (i)material e Geografia Agrária: Paradigmas em Questão**. Ano 16. n. 23. p. 27-42, 2013.

MITIDIERO JUNIOR, Marco Antônio. **Agricultura de beira de estrada ou agropecuária marginal ou, ainda, o campesinato espremido**. Ano 16. n. 23. p. 43-59, 2013.

CUBAS, Tiago Egídio Avanço. **Aspectos da formação da opinião pública paulista: um estudo baseado no Dataluta jornal de 1988 a 2010**. Ano 16. n. 23. p. 60-80, 2013.

CASTRO, Cloves Alexandre. **Movimento social e geografia: contribuição ao debate**. Ano 16. n. 23. p. 81-108, 2013.

MORALES, Selene. **La "sojización" y la tierra en disputa: desarrollo del capitalismo agrario en Uruguay**. Ano 16. n. 23. p. 109-130, 2013.

SILVA, Tanise Pedron da; COSTABEBER, José Antônio. **A (re)organização da produção: um estudo da segurança alimentar nos assentamentos de reforma agrária Santa Rita e Sepé Tiaraju, município de Capão do Cipó (RS)**. Ano 16. n. 23. p. 131-149, 2013.

SILVA, Raimundo Pires. **As especificidades da nova ATER para agricultura familiar**. Ano 16. n. 23. p. 150-166, 2013.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A Via Campesina: a globalização e o poder do campesinato**. Ano 16. n. 23. p. 167-170, 2013.

ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de; HÉRNANDEZ, David Gallar; COLADO, Ángel Calle. **A "nova" questão agrária em Andalucía: processos de recampesinização em tempos de impérios agroalimentares**. Ano 17. n. 24. p. 09-35, 2014.

CUTINELLA, César. **La cuestión agraria uruguaya en los manuales escolares de geografía: una aproximación a su evolución histórica**. Ano 17. n. 24. p. 36-50, 2014.

BATISTA, Ândrea Francine. **A formação e a organização política na territorialização contra-hegemônica: a experiência da Via Campesina sudamérica**. Ano 17. n. 24. p. 51-70, 2014.

BELO, Diego Carvalhar; PEDLOWSKI, Marcos Antônio. **Acampamentos do MST e sua importância na formação da identidade do sem terra**. Ano 17. n. 24. p. 71-85, 2014.

JARA, Cristian Emanuel; SPERAT, Ramiro Rodríguez; RINCÓN, Luis Felipe. **La agricultura familiar en el desarrollo rural: continuidades y rupturas del paradigma neoliberal en argentina y Colombia**. Ano 17. n. 24. p. 86-106, 2014.

PASINI, Isabela Leão Ponce; FIÚZA, Ana Louise de Carvalho; SILVA, Douglas Mansur da. **Modernização nas comunidades negras rurais do Sapê do Norte: discursos e práticas de (des)envolvimento e meio ambiente**. Ano 17. n. 24. p. 107-121, 2014.

SILVA, Rafael Navas; SILVA, Ivone da; MARTINS, Cibele Chalita. **Formação de coletores de sementes nativas da mata atlântica**. Ano 17. n. 24. p. 122-132, 2014.

NORDER, Luis Antônio Cabello. **Controvérsias sobre a reforma agrária no Brasil (1934-1964)**. Ano 17. n. 24. p. 133-145, 2014.

VASSALLO, Miguel; CHAVES, Ethel Ferreira. **Colonización y nuevas formas de acceso a la tierra de productores familiares: enseñanzas de la colonia Maestro Soler en Uruguay**. Ano 17. n. 24. p. 146-166, 2014.

COSCIONE, Marco; PINZÓN, Viviana García. **Paro nacional agrario en Colombia: TLCS y perspectivas del movimiento social y popular**. Ano 17. n. 24. p. 167-190, 2014.

ZIMERMAN, Artur. **Conhecendo a questão agrária por seus atores**. Ano 17. n. 24. p. 191-200, 2014.

BRUSCHI, Rita. **Manifestaciones de la cuestión agraria en Uruguay.** Ano 17. n. 25. p. 10-24, 2014.

PORTO, José Renato Sant'Anna. **O discurso do agronegócio: modernidade, poder e "verdade".** Ano 17. n. 25. p. 25-46, 2014.

NAHUN, João Santos; PAIXÃO JÚNIOR, Paulo Roberto Carneiro. **Encontros e desencontros: fronteira, agronegócio da soja e campesinato no Planalto Santareno (PA).** Ano 17. n. 25. p. 47-70, 2014.

COELHO, Douglas Cristian; FABRINI, João Edmilson. **Produção de subsistência e autoconsumo no contexto de expansão do agronegócio.** Ano 17. n. 25. p. 71-87, 2014.

SILVA, Mariele de Oliveira; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Reforma agrária nos municípios de Cáceres/MT e Selvíria/MS: agronegócio, subordinação e emancipação camponesa.** Ano 17. n. 25. p. 8-101, 2014.

SANTOS, Rafael de Oliveira Coelho dos. **A expansão do agronegócio sobre os assentamentos da reforma agrária: o caso do PA Fazenda Primavera (Andradina-SP).** Ano 17. n. 25. p. 102-135, 2014.

LEITE, Vinícius Rocha; PEDLOWSKI, Marcos Antonio; HADDAD, Ludimila Neves. **Assentamentos de reforma agrária como agentes de recuperação da cobertura vegetal em paisagens degradadas de Mata Atlântica na região norte fluminense.** Ano 17. n. 25. p. 136-146, 2014.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN, Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Políticas públicas e comunidades tradicionais: uma análise dos projetos de desenvolvimento local sustentável na Mata Atlântica.** Ano 17. n. 25. p. 147-161, 2014.

SOARES, Simone Fernandes. **Um processo de capacitação de jovens e adultos remanescentes de quilombolas dos Caetanos de Capuan, Caucaia – Ceará.** Ano 17. n. 25. p. 162-181, 2014.

PEREIRA, Lorena Izá. **Políticas fundiárias no Brasil: uma análise geo-histórica da governança da terra no Brasil.** Roma: International Land Coalition (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 182-185, 2014.

RIBEIRO, Leandro Nieves. **A dialética da agroecologia: contribuição para um mundo com alimentos sem veneno.** São Paulo: Expressão Popular (Resenha). Ano 17. n. 25. p. 186-191, 2014.

TRICHES, Rozana Maria; GRISA, Cátia**. Entre mudanças e conservadorismos: uma análise dos programas de aquisição de alimentos (PAA e PNAE) a partir da retórica da intransigência.** Ano 18. n. 26. p. 11.28, 2015.

CLEMENTS, Elizabeth Alice. **Addressing rural poverty and food insecurity through local food purchasing and school lunch programs: PAA Africa, PRONAE and the creation of institutional markets in Mozambique.** Ano 18. n. 26. p. 29-52, 2015.

CHRISTANCHO GARRIDO, Hellen Charlot. **Abordagem territorial da segurança alimentar: articulação do campo e da cidade no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA): considerações sobre o caso colombiano.** Ano 18. n. 26. p. 53-71, 2015.

PEIXOTO, Angêla Maria; OLIVEIRA, Adriano Rodrigues. **Abordagem territorial nas políticas públicas de desenvolvimento rural: uma análise do PAA para a produção camponesa no município de Ipameri-GO.** Ano 18. n. 26. p. 72-94.

SILVA, Arthur Boscariol; PEDRON, Nelson Rodrigo. **Reprodução do campesinato através de políticas públicas voltadas para a agricultura familiar: a dinâmica do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) em Ourinhos-SP.** Ano 18. n. 26. p. 95-112.

TEIXEIRA, Carine Andrade; NORDER, Luís Antonio Cabello. **Participação indígena no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 113-124, 2015.

CORADIN, Cristiane; SOUZA, Renato Santos. **Os quilombolas e o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Vale do Ribeira Paraná: diversidades culturais, enquadramentos burocráticos e ações dos mediadores técnicos e sociopolíticos**. Ano 18. n. 26. p. 125-148, 2015.

LEAL, Sidney Cássio Todescato. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Pontal do Paranapanema.** Ano 18. n. 26. p. 149-166, 2015.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) como uma política pública emancipatória no território Cantuquiriguaçu-PR.** Ano 18. n. 26. p. 167-184, 2015.

VINHA, Janaína Francisca de Souza Campos; SCHIVINATTO, Mônica. **Soberania alimentar e territórios camponeses: uma análise do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).** Ano 18. n. 26. p. 185-205, 2015.

GOLDFARB, Yamila. **Consolidação da hegemonia das corporações, monopolização do território e acumulação por espoliação: o caso da Cargill no Brasil e na Argentina**. Ano 18. n. 27. p. 11-37, 2015.

VÁSQUEZ CARDONA, David. **La crisis cafetera: elementos para una discusión sobre los análisis de los sistemas alimentarios.** Ano 18. n. 27. p. 38-52, 2015.

MAGGI, Leonardo Bauer. **Itaipu e a formação do território do capital.** Ano 18. n. 27. p. 53-63,
2015.

SOBREIRO FILHO, José. **O(s) movimento(s) por trás das dissensões: rupturas, agregação, lideranças e poder nas dissidências do Pontal do Paranapanema**. Ano 18. n. 27. p. 64-95, 2015.

MORAES, Vitor de; WELCH, Clifford Andrew. **A disputa territorial e o controle das políticas no território Cantuquiriguaçu - estado do Paraná: a participação dos movimentos socioterritoriais e o papel do estado**. Ano 18. n. 27. p. 96-112, 2015.

ORIGUÉLA, Camila Ferracini**. Análise do processo de espacialização do MST no estado de São Paulo em diferentes contextos histórico-geográficos**. Ano 18. n. 27. p. 113-137, 2015.

NAVAS, Rafael; KANIKADAN; Andréa Yumi Sugishita; SANTOS, Kátia Maria Pacheco dos; GARAVELLO, Maria Elisa de Paula Eduardo. **Transição alimentar em comunidade quilombola no litoral sul de São Paulo/Brasil.** Ano 18. n. 27. p. 138-155, 2015.

NETO, João Augusto de Andrade. **A teoria e a prática do MST para a cooperação e a organização em assentamentos rurais.** Ano 18. n. 27. p. 156-182, 2015.

ROS, César Augusto Da; PICCIN, Marcos Botton. **A implantação do programa de assessoria técnica, social e ambiental aos assentamentos de reforma agrária no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2002 a 2008: diretrizes, formatos institucionais e dinâmica de execução.** Ano 18. n. 27. p. 183-213, 2015.

SILVA, Edson Batista; CALAÇA, Manoel. **Disputas pela terra e na terra: possibilidades para produção agroecológica no assentamento Cunha, em Cidade Ocidental, GO.** Ano 18. n. 27. p. 214-239, 2015.

VASCONCELOS, Joana Salém. **Propriedade coletiva em debate: caminhos da revolução agrária em Cuba (1959-1964).** Ano 18. n. 27. p. 240-258, 2015.

PAZ, Raúl; LIPSHITZ, Héctor; ZERDA, Hugo Raúl; TIEDEMAN, José. **Estructura agraria, áreas de concentración de la agricultura familiar y procesos de expansión de la frontera agropecuaria en Santiago del Estero, Argentina.** Ano 18. n. 27. p. 259-279, 2015.

GALLAR HERNÁNDEZ, David; ALMEIDA, Rosemeire Aparecida de. **Revisitando la agroecología: entrevista a Eduardo Sevilla Guzmán.** Ano 18. n. 27. p. 280-295.

RIBEIRO, Edson Sabatini. **RESENHA: Dinâmicas de classe da mudança agrária.** Ano 18. n. 27. p. 296-300.

MANRIQUE, Luis Felipe Ricón. **(Neo)extrativismo e despojo no sul global: conflitos e resistências nos territórios.** Ano 18. n.28. p.09-18.

ARACH, Omar. **Problemática y febril. Una mirada a la expansión del biodiesel en argentina.** Ano 18. n. 28.p.19-31.

GOLDFARB, Yamila. **Expansão da soja e financeirização da agricultura como expressões recentes do regime alimentar corporativo no Brasil e na Argentina: o exemplo da Cargill.** Ano 18. n.28. p.32-67.

ACOSTA Claudia Yolima Devia. **Orinoquia colombiana, la influencia del agronegocio y la actividad petrolera: territorialidades en disputa.** Ano 18. n. 28. p.68-91.

BINSZTOK, Jacob; CARNEIRO, Mônica. **Integração nacional, desenvolvimento capitalista e projetos modernizantes na Amazônia: retrospectiva e perspectiva de despojos da mineração Rio do Norte – PA.** Ano 18. n.28. p.92-105.

MATO, Elmer Agostinho Carlos de; MEDEIROS, Rosa Maria Vieira. **Exploração do carvão mineral de Benga em Moçambique e a expropriação da terra dos nativos: alguns apontamentos referentes à acumulação por espoliação.** Ano 18. n.28. p.106-131.

RODRIGUEZ, Violeta R. Nuñez. **Minería en México en el marco de la acumulación por desposesión.** Ano 18. n.28. p. 132-148.

WAHREN, Juan ;SCHVARTZ, Agustina. **Disputas territoriales en el valle del intag en Ecuador: de la resistencia social contra la mega-minería a la creación de alternativas al desarrollo.** Ano 18. n.28. p.149-164.

RIEIRO, Anabel; POSADA**,** Valentina. **Megaminería en Uruguay:conflictos estructurantes de un nuevo campo en disputa.** Ano 18. n.28. p.165-185.

DRUMOND, Nathalie. **A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural.** Ano 18. n.28. p. 186-205.

MIGUEZ, Susana Edith Rapp; TORIZ, Rosalia Vázquez; CAPILA, Maristela Amaro; MENDOZA, Xóchilt Formacio. **La disputa por los territorios rurales frente a la nueva cara del extractivismo minero y los procesos de resistencia en puebla, México**. Ano 18. n.28. p.206-222.

FALERO, Alfredo. **La potencialidad heurística del concepto de economía de enclave para repensar el territorio.** Ano 18. n.28. p.223-240.

GÓMEZ, Sergio. **Las directrices voluntarias sobre gobernanza responsable de la tenencia de los recursos naturalesy su aplicación desde américa latin.** Ano 18. n.28. p. 241-264.

ZICARI, Julián. **Neoextractivismo en Sudamérica. El caso del lítio.** Ano. 18. n. 29.p.10-47

PEREIRA, Lorena Izá**. Governança da posse e estrangeirização de terras: apontamentos e perspectivas.** Ano. 18. n. 29.p. 48- 69.

FACCO, Vinicíus Antonio Banzano. **Alternativas aos impérios agroalimentares a partir do campesinato agroecológico: as experiências do acampamento agroflorestal José Lutzenberger (MST-Antonina/PR.** Ano. 18. n. 29.p.70- 100.

BATISTA, Edimar Eder. **Complexidade das relações entre campo e cidade: perspectivas teóricas.** Ano. 18. n. 29.p.101-132.

DETTMER, Carlos Alberto; SILVA, Nardel Luiz Soares da. **Agricultura familiar – estudo de caso no assentamento Teijin, município de Nova Andradina, MS.** Ano. 18. n. 29.p.133-150.

MOREIRA, Fabiano Greter; SCHILINDWEIN, Madalena Maria. **Sucessão da gestão na agricultura familiar: um estudo de caso no assentamento Santa Olga no município de Nova Andradina em Mato Grosso do Sul.** Ano. 18. n. 29.p. 151-173.

CANDIOTTO, Luciano Zanetti Pessôa; GRISA, Felipe Fontoura; SCHIMITZ, Luiz Antonio. **Considerações sobre a experiência de construção de cisternas em Unidades de Produção e Vida Familiares (UPVFs) do município de Francisco Beltrão – Paraná.** Ano. 18. n. 29.p.174- 193.

VENTURA, Claúdio Barbosa. **Formação continuada de professores das escolas do campo no município de Governador Valadares – MG.** Ano. 18. n. 29.p.220 -232.

PIEDRACUEVA, Maximiliano. **Discusiones ontológicas sobre una tipología de territorios**. Ano 19, n. 30, p. 10-30, 2016.

LOPES, Gabriel Rodrigues. **"¡Ese desarrollo quiere acabar con nosotros/as!": del horizonte colonial al giro epistémico des-colonizador**. Ano 19, n.30, p. 31-57, 2016.

PFRIMER, Matheus Hoffman; BARBOSA JUNIOR, Ricardo Cesar. **(De)Securitizing collectives of the Brazilian Cerrado and the implementation of an agribusiness complex.** Ano 19, n. 30, p.58-79.

ANDRADE, Patrícia Soares; VIANA, Masilene Rocha. **Entre o avanço do agronegócio e a política de assentamentos rurais: a intervenção pública na questão agrária e fundiária piauiense.** Ano 19, n. 30, p.80-97, 2016.

OLIVEIRA, Alyne Maria Sousa et al. **Indicadores de sustentabilidade cultural de assentamentos rurais em Teresina-PI.** Ano 19, n.30, p.98-147, 2016.

CARDONA, David Vásquez; SOBREIRO FILHO, J. S. **Os movimentos socioterritoriais: entre as classes e os movimentos populares.** Ano 19, n.30, p.148-168, 2016.

FARIAS, Maria Isabel. **Educação do/no Campo, um território em disputa: avanços e conquistas.** Ano 19, n. 30, p. 188-204, 2016.

ROSS, Djoni. **A reprodução contraditória do campesinato frente a territorialidade do agronegócio: subordinações e resistências em assentamentos rurais no Centro-Sul do Paraná**. Ano 19, n. 30, p. 169-187, 2016.

DRUZIAN, Franciele et al. **O estudo do lugar na escola do campo.** Ano 19, n. 30, p. 205-228, 2016.

SANTOS, Ricardo Menezes. **A formação do Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA: por soberania alimentar, contra a mercadorização do campo no Brasil**. Ano 19, n. 31, p. 10-31, 2016.

MARTINS, Adalberto Floriano Greco. **A construção da emancipação humana nos territórios da reforma agrária: o caso do conglomerado cooperativo da produção ecológica de arroz nos assentamentos da região metropolitana de Porto Alegre.** Ano 19, n. 31, p. 32-50, 2016.

JUNQUEIRA, Victor Hugo. **Da cafeicultura ao agronegócio canavieiro: o papel do Estado na consolidação do setor sucroalcooleiro na região de Ribeirão Preto-SP**. Ano 19, n. 31, p. 51-71, 2016.

PERAFÁN, Mireya Eugenia Valencia; WALTER, Maria Inez Machado Telles. **A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos**. Ano 19, n. 31, p. 72-90, 2016.

TRICHES, Rozane Marcia; SCHABARUM, Joseane Carla; GIOMBELLI, Giovana Paludo. **Demanda de produtos da agricultura familiar e condicionates para a aquisição de produtos orgânicos e agroecológicos pela alimentação escolar no sudoeste do estado do Paraná**. Ano 19, n. 31, p. 91-110, 2016.

ROCHA, João Henrique; ANJOS, Flávio Sacco dos. **Agricultura familiar e os mercados institucionais: análise do Programa de Aquisição de Alimentos (CPR-Doação) em Boa Vista – Roraima**. Ano 19, n. 31, p. 111-142, 2016.

EDUARDO, Márcio Freitas. **Agroecologia e o processo de ativação de territorialidades camponesas**. Ano 19, n. 31, p. 143-165, 2016.

SCHEUER, Junior Miranda. A**groecologia: cuidando da saúde do planeta – palestra de Leonardo Boff.** Ano 19, n. 31, p. 166-179, 2016.

COCA, Estevan Leopoldo de Freitas. **20 anos da proposta de soberania aimentar: construindo um regime alimentar coorporativo**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 14-33, 2016.

CAMARGO, Regina Aparecida Leite de; BACCARIN, José Giacomo; SILVA, Denise Boito Pereira da. **Mercados institucionais para a agricultura familiar e soberania alimentar**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 34-55, 2016.

DEBUS, Dieterson; SILVA, Nardel Luiz Soares da; LIBERMANN, Angelita Pinto; MEZNER, Cristiano Luiz; RIBEIRO FILHO, Geraldo Valentin. **Avaliação do perfil dos agricultores que fornecem produtos para o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA no município de Toledo – PR**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 56-71, 2016.

ARAÚJO, Gracieda dos Santos. **Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 72-90, 2016.

TORRES, Fernanda; GLENZA, Fernando; SANTARSIERO, Luis; OTTENHEIMER**. La soberanía alimentaria desde la externsión universitaria: repensando 'los' territorios y la distinción Urbano/Rural a través de la experiencia de la Cátedra Libre de Soberanía Alimentaria (UNLP-Argentina)**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 91-110, 2016.

HOCSMAN, Luis Daniel. **Soberanía alimentaria y conflictividad agraria en Argentina. Movimiento Campesino-Indígena, patrones rurales y gobierno a partir del paro agropecuario del 2008.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 111-127, 2016.

PEREIRA, Lorena Izá**. Soberania alimentar no Paraguai: a atuação do Estado e a luta dos movimentos sociais**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 128-152, 2016.

SALAZAR, Oswaldo Viteri. **Incidencia de los programas agrarios gubernamentales en la cadena de valor del cacao fino y de aroma en Ecuador**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 153-169, 2016.

CATACORA-VARGAS, Georgina; ZONTA, Aymara Llaque; JACOBI, Johanna; BURGOA, Freddy Delgado. **Soberanía alimentaria: reflexiones a partir de diferentes sistemas alimentarios de Santa Cruz, Bolívia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 170-194, 2016.

SILVA, Lucas Bento da. **Impacto econômico e soberania alimentar e nutricional: um estudo de caso na comunidade negra rural Palenqueira San Juan de Palos Prieto, região do Caribe Colombiano.** Ano 19, n. 32, edição especial, p. 195-213, 2016.

WALLENIUS, Carlos Rodríguez; CONCHEIRO BÓRQUEZ, Luciano. **Sin maíz no hay país. Luchas indígenas y campesinas por la soberanía alimentaria y un proyecto de nación en México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 215-235, 2016.

JÖNSSON, Malin. **De una crisis alimentaria haci una crisis productive (2008-2015): el caso del maíz en el municipio de Tonatico, estado de México**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 236-275, 2016.

PERÉZ, Flor Edilma Osorio. **"No podemos hablar de paz si tenemos hambre". Despojo campesino y soberanía alimentaria en Colombia**. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 276-296, 2016.

MAGDSICK, Silvia; PIEDRABUENA, Gabriel; CARDOSO, Gabriela. **Hablemos con la boca llena. La soberanía alimentaria desde la comunicación comunitária** (Relatório de Campo. Ano 19, n. 32, edição especial, p. 297-314, 2016.